



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na
Formação de Assistentes Sociais: A realidade no Brasil e
em Portugal**

Nívia Barreto dos Anjos

Doutoramento em Serviço Social

Orientadores(as) :

Doutora Maria Inês Marinho Antunes Amaro
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
Doutora Adriana Freire Pereira Ferriz
Universidade Federal da Bahia

Dezembro, 2024



**SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

**O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na
Formação de Assistentes Sociais: A realidade no Brasil e
em Portugal**

Nívia Barreto dos Anjos

Doutoramento em Serviço Social

Orientadores(as) :

Doutora Maria Inês Marinho Antunes Amaro
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Adriana Freire Pereira Ferriz
Universidade Federal da Bahia

Dezembro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

**O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na
Formação de Assistentes Sociais: A realidade no Brasil e
em Portugal**

Nívia Barreto dos Anjos

Doutoramento em Serviço Social

Júri:

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)
Doutora Graça Maria Rolin André Queiróz, Professora
Auxiliar Convidada
Universidade Católica Portuguesa
Doutora Clara Maria Rodrigues Cruz Silva Santos,
Professora Associada
Universidade de Coimbra
Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço
Rocha, Professora Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora
Auxiliar Convidada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2024

Dedicatória

Dedico esta tese a duas pessoas muito especiais na minha vida: 1) Ao meu inesquecível marido, Eliel Ribeiro dos Anjos, que não está mais entre nós devido à Pandemia de Covid 19, mas que, antes de ir morar no céu, me disse com todo carinho: “Não fique triste com a minha partida, foque nos seus estudos e faça seu tão sonhado Doutorado”; 2) À minha netinha portuguesa, Aurora Barreto Gomes, que nasceu na fase final da minha tese para colorir os meus dias e renovar as minhas forças!

Agradecimento

Agradeço a Deus que me possibilitou realizar meu tão sonhado doutorado! À minha querida mãe, Nancy Barreto, que me ajudou a catalogar os livros de Paulo Freire e sempre se encheu de orgulho para dizer que a filha dela fazia Doutorado em Portugal. Às minhas filhas, Brenda Barreto e Brunna Barreto, por terem suportado minhas ausências e compreendido a minha necessidade de isolamento até em datas festivas. Ao meu cunhado, Milton dos Anjos, e a sua esposa, Lau, minha querida amiga, pela hospedagem durante a pesquisa no Brasil. Ao IF Baiano Campus Santa Inês, de forma especial ao meu coordenador Ângelo Francisco de Souza Andrade, que não mediou esforços para conseguir meu afastamento para o Doutorado. A duas colegas e amigas: 1) Heide Damasceno, ex-doutoranda do Iscte, que me deu todas as orientações necessárias para o meu acesso e a minha permanência no Iscte e que, muitas vezes, ouviu minhas queixas; 2) Cacilda Reis que foi maravilhosa comigo durante todo o doutorado, tirando várias dúvidas e indicando inúmeros livros. Às minhas tão competentes e incríveis orientadoras, Professora Doutora Maria Inês Amaro e Professora Doutora Adriana Ferriz, que a cada dia me surpreendiam com tanta aproximação com a pesquisa, com tanta experiência e com tanta capacidade técnica e teórica. Ao Professor Doutor Felipe Moreira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que inúmeras vezes me ofereceu consultoria pedagógica freireana. À professora Doutora Graça André, que, ao me avaliar no Júri, trouxe grandes contribuições para a minha pesquisa. Aos meus colegas de curso, em especial Rui Parreira, Helena Cachopo e Aldryn Cardoso, que se tornaram meus parceiros e amigos na minha caminhada acadêmica. A todos os meus queridos professores, em especial as duas Helenas, Doutora Helena Rocha e Doutora Helena Carvalho que, além de docentes, foram “terapeutas acadêmicas”. À Biblioteca do Iscte, que na verdade foi a minha “casa” durante minha permanência em Portugal, em especial ao Sistema de Empréstimo entre Bibliotecas que me possibilitou acesso a obras de difícil acesso. Aos professores das 12 disciplinas observadas, 6 em Portugal e 6 no Brasil, por terem me propiciado tanto aprendizado durante o período da pesquisa. Aos diretores, professores e estudantes entrevistados que demonstraram o quanto a minha profissão é relevante na atualidade.

Resumo

Essa tese tem como pergunta de partida: Como a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais tem sido inserida no ensino/aprendizagem nas universidades públicas e equiparadas de Portugal e nas universidades públicas da Região Nordeste do Brasil? Para responder a este questionamento apresenta como objetivo geral: Analisar a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais visando identificar a sua inserção no ensino/aprendizagem nos cursos de Serviço Social no Brasil e em Portugal. Convém resgistrar que será apresentado o resultado de uma pesquisa situada no presente (2022-2023), utilizando Métodos Mistos. O levantamento de dados baseou-se nas técnicas de pesquisa documental, de observação e de entrevista em três etapas. Em uma primeira fase, foi realizada a análise dos programas curriculares em Portugal e no Brasil, tendo como base nove categorias essenciais dos direitos humanos. Em seguida, foram escolhidas duas universidades, uma em cada país, para recolha dos dados empíricos das segunda e terceira etapas: observação em sala de aula e entrevista aos estudantes e professores e à (ao) diretor(a) do curso. O aporte teórico baseia-se na concepção freireana de educação como um ato político e no paradigma transformativo. Em relação à relevância teórica, é possível perceber que não é um tema tão pesquisado no que se refere à formação, por isso torna-se necessário à sua ampliação. Já quanto à relevância social, a aplicabilidade da dimensão política na formação poderá impactar em uma intervenção profissional mais comprometida com a garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Formação em Serviço Social; dimensão política; paradigma transformativo; categorias essenciais dos direitos humanos; educação emancipatória; intervenção profissional.

Abstract

This thesis has as its starting question: How has the presence of the political dimension of Social Work in the training of social workers been inserted in teaching/learning in public universities and similar universities in Portugal and in public universities in the Northeast Region of Brazil? To answer this question, the general objective is: To analyze the presence of the political dimension of Social Work in the training of social workers in order to identify their insertion in teaching/learning in Social Work courses in Brazil and Portugal. It should be noted that the result of a research located in the present (2022-2023) will be presented, using Mixed Methods. The data collection was based on the techniques of documentary research, observation and interview in three stages. In a first phase, the analysis of the curricula in Portugal and Brazil was carried out, based on nine essential categories of human rights. Then, two universities were chosen, one in each country, to collect the empirical data of the second and third stages: classroom observation and interview with students and professors and the course director. The theoretical contribution is based on Freire's conception of education as a political act and on the transformative paradigm. Regarding the theoretical relevance, it is possible to perceive that it is not a theme that has been so researched in terms of training, so it is necessary to expand it. As for social relevance, the applicability of the political dimension in training may impact on a professional intervention more committed to the guarantee of human rights.

Keywords: Social Work Training. Political Dimension. Transformative Paradigm. Essential Categories of Human Rights. Emancipatory Education. Professional Intervention.

Índice

AGRADECIMENTO	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	17
1.1. Serviço Social e Direitos Humanos	18
1.2. A Intervenção em Serviço Social e seus Valores Orientadores na Política Social	31
1.3. O Paradigma Transformativo e seu Enraizamento com os Direitos Humanos	41
CAPÍTULO 2	55
2.1. Um pouco da história da universidade de Portugal e do Brasil	56
2.2. A educação emancipatória e a universidade	62
2.3. A Formação em Serviço Social no Brasil e em Portugal	72
CAPÍTULO 3	89
3.1. As Categorias Centrais dos Direitos Humanos	89
3.2. Pesquisa Documental Portugal	100
3.3. Pesquisa Documental Brasil	108
CAPÍTULO 4	122
4.1. A Dinâmica Pedagógica na Formação em Serviço Social	123
4.2. O Ensino da Dimensão Política em Portugal	149
4.3. O Ensino da Dimensão Política no Brasil	164
CAPÍTULO 5	178
5.1. A Formação Prática – Questões Teóricas	180
5.2. A Formação Prática no <i>lócus</i> da Pesquisa em Portugal	200
5.3. A Formação Prática no <i>lócus</i> da pesquisa no Brasil	209
CAPÍTULO 6	220
6.1. Serviço Social enquanto Profissão Política	222
6.2. Percepções e Concepções do Serviço Social em Portugal	227
6.3. Percepções e Concepções do Serviço Social no Brasil	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
REFERÊNCIAS	282
ANEXOS	304

Lista de Figuras

FIGURA 1	90
FIGURA 2	102
FIGURA 3	102
FIGURA 4	103
FIGURA 5	103
FIGURA 6	104
FIGURA 7	105
FIGURA 8	105
FIGURA 9	111
FIGURA 10	111
FIGURA 11	112
FIGURA 12	113
FIGURA 13	113
FIGURA 14	113
FIGURA 15	114
FIGURA 16	114
FIGURA 17	115
FIGURA 18	115
FIGURA 19	116
FIGURA 20	116
FIGURA 21	117
FIGURA 22	117

Lista de Tabelas

TABELA I	100
TABELA II	107
TABELA III	109
TABELA IV	119
TABELA V	128
TABELA VI	130
TABELA VII	133
TABELA VIII	135
TABELA IX	138
TABELA X	140
TABELA XI	144
TABELA XII	145
TABELA XIII	147
TABELA XIV	192

Introdução

Não é possível pensar a prática profissional como neutra e o Serviço Social, enquanto profissão tem uma dimensão política (Amaro, 2015, p. 161).

A Aproximação com o Tema e sua Relevância

A aproximação com o estudo teórico da dimensão política do Serviço Social, por parte da investigadora, surgiu em 2017, após as reflexões do Curso de Sistematização da Prática dos Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (*lócus* do seu exercício profissional), ministrado pelo Professor Doutor Ney Luiz Teixeira de Almeida, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Neste curso, o ministrante desafiou a assistente social a retomar seus estudos, tendo como objeto de pesquisa a dimensão política da profissão, visto que na sua prática era desenvolvido um programa de incentivo à participação política acadêmica, com o qual a profissional possuía muita afinidade em virtude da concepção da educação como ato político.

Logo em seguida, a investigadora ingressou no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania na Universidade Católica do Salvador, tendo dado origem a uma dissertação intitulada “Tira a Mão do Meu IF: Movimento Estudantil e o Direito à Permanência em Tempos de Ataque à Educação”, defendida em dezembro de 2019. Além disso, publicou alguns artigos relativos aos ataques do neoliberalismo à educação, reforçando o seu interesse pela dimensão política.

Convém destacar que um pensamento clássico de Gramsci (1975) sempre inquietou a pesquisadora, como também a desafiou a trabalhar a dimensão política na sua atuação enquanto assistente social: “Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força” (p. 54). E, por meio deste convite gramsciano, a autora deste trabalho procurou, em sua trajetória profissional, se instruir teoricamente; não se acomodar e agitar-se com entusiasmo; e, por fim, organizar-se e juntar forças em prol da implantação de uma sociedade justa e igualitária. Neste sentido, aprofundar seus estudos foi essencial para a sua prática política.

Em 2021, ao ingressar no Doutoramento em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), a pesquisadora decidiu que não iria mais trabalhar essa

temática, porque gostaria de se aproximar de novos horizontes de pesquisa, já que se encontrava em uma nova realidade em outro país. Ficou durante algum tempo procurando outro tema, porém sem sucesso, visto que não encontrava nada que lhe despertasse paixão acadêmica. Mas, ao ler o livro *Urgências e Emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade* (2015), o interesse pelo estudo da dimensão política, que estava adormecido, reacendeu com todo vigor, principalmente com a possibilidade de a autora da obra ser sua orientadora no Iscte. Então, chegou à conclusão de que agora seria o momento de pesquisar a dimensão política na formação de assistentes sociais.

É interessante, também, destacar que o Iscte provocou quatro novos interesses na vida acadêmica da doutoranda e que reforçou, assim, sua admiração pelo estudo da dimensão política, sendo estes: 1. A ampliação sobre as plurais perspectivas teóricas, políticas e de intervenção do Serviço Social a nível internacional, com a proximidade de autores que até então eram desconhecidos, como por exemplo Jim Ife (2004), Gal, J & Weiss-Gal,I (2014), Graça André (2011); 2. O envolvimento com o método misto de pesquisa, com destaque aqui para os estudos de Creswell e Creswell (2021), tanto em relação às unidades curriculares cursadas quanto aos encontros com a orientadora; 3. O acesso ao Paradigma Transformativo, também por meio de Creswell e Creswell (2021), e por obras disponibilizadas pela Biblioteca do Iscte, o qual se baseia da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1987), um grande educador brasileiro que estudou com profundidade a educação como um ato político; 4. A relação do Serviço Social com Paulo Freire, reforçada pela leitura do artigo de Amaro e Pena (2018) intitulado *Intervenção do Serviço Social em Meio Escolar: Da Tradição à Inovação*.

Sendo assim, só restava à investigadora voltar a pesquisar esse tema que sempre a encantou e que reflete sua experiência profissional de forma intensa, mas, desta vez, procurando compreender como ocorre o ensino e a aprendizagem da dimensão política na academia. Visivelmente, trata-se de um tema de extrema relevância, tanto acadêmica quanto profissional. Até porque, procurar entender como a universidade vem trabalhando a dimensão política requer conhecer se os profissionais, que estão sendo formados, possuem a compreensão da educação como um ato político, o que justifica o estudo do tema e a criação de uma tese que se propõe desafiadora.

Em relação à relevância teórica, é possível perceber que não é um tema tão pesquisado em teses e dissertações no que se refere à formação, por isso torna-se necessário à sua ampliação teórica. No site do Rcaap (2024), aparecem 77 documentos, sendo que 11 são de estudos realizados em Portugal e 66 no Portal Brasileiro de

Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto. Ainda assim, nenhuma tese trata diretamente sobre o tema, existindo apenas aproximações, inclusive de outras áreas, como enfermagem e psicologia. Já no site da Capes (2024), também são apresentados 77 estudos, sendo dois específicos sobre o tema: 1) De volta ao começo: *A Dimensão Ético-política na Formação Profissional dos Assistentes Sociais*, da Universidade Paulista Júlio de Mesquita (2008); 2) *Formação Profissional em Serviço Social na Perspectiva da Ética Profissional e dos Direitos Humanos*, da Universidade Católica de São Paulo (2011). As demais também trazem apenas proximidade, sendo algumas de outras áreas como saúde, psicologia e pedagogia. Também foi realizada uma busca mais ampliada no Litmaps App (2024), sendo encontrados quatro trabalhos acadêmicos: 1) *Movimento Estudantil e a Dimensão Político Organizativa: um debate necessário na formação profissional em Serviço Social*, Moreira (2019); 2) *Serviço Social: A dimensão política da profissão*, Sousa (2017); 3) *Desafios à Formação Profissional do Assistente Social na Contemporaneidade*, Pereira (2018); 4) *Ética e Serviço Social: Implicações e Desafios Teóricos-Políticos e Sócio-Históricos Presentes na Formação Profissional*, Sobrinho (2018). Isso sugere que o tema precisa ser mais abordado em pesquisas acadêmicas.

No que diz respeito à relevância social, a aplicabilidade da dimensão política na formação poderá impactar em uma intervenção profissional mais comprometida com a garantia dos direitos humanos e com a inserção das categorias como Justiça Social, Dignidade Humana e Autodeterminação do Sujeito dentro do agir do assistente social.

E quanto à relevância política, essa com certeza é a que irá mais se destacar, pois o estudo parte da convicção de que o Serviço Social é uma profissão política e que, por isso, toda forma de neutralidade deve ser abolida, visto que a luta deve ser uma constante na prática profissional do assistente social a ser formado, com inserção das categorias prática política, mudança social e envolvimento na política. Sendo, também, imprescindível a compreensão de categorias como pós-modernismo, prática anticolonialista e o pessoal e o político na formação dos futuros assistentes sociais.

Diante do exposto, acredita-se que o tema é inovador, sendo amparado por uma atual revisão teórica e por uma ampla pesquisa de campo realizada em um ano e meio, totalizando 227 páginas de entrevistas e 228 laudas de relatórios de aulas observadas, além da pesquisa documental, que englobou 22 cursos de Serviço Social.

O Percurso Metodológico da Pesquisa

Trilhando o caminho da pesquisa, a pergunta de partida da tese foi assim desenvolvida: Como a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais tem sido inserida no ensino/aprendizagem nas universidades públicas no Brasil e em Portugal? A partir de tal questionamento, foram levantadas as seguintes hipóteses para exploração da pesquisa: Acredita-se que a dimensão política do Serviço Social é trabalhada na formação, mas ainda precisa ser melhorada; Sugere-se que os planos curriculares dos cursos de Serviço Social, nas universidades públicas, têm inserido a dimensão política de forma ainda insuficiente; Acredita-se que, na formação prática, a dimensão política do Serviço Social é pouco trabalhada; Supõe-se que a formação em Serviço Social vem seguindo o paradigma transformativo, buscando trabalhar as questões de poder e de justiça social, assumindo um sentido político na formação prática.

No intuito de responder a esse questionamento, o objetivo geral da pesquisa foi construído buscando analisar a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais visando identificar a sua inserção no ensino/aprendizagem nos cursos de licenciatura/graduação em Serviço Social em Portugal e no Brasil. Já os específicos têm a finalidade de: Pesquisar como vem sendo perspectivado o papel político do Serviço Social nas universidades públicas em Portugal e no Brasil; Estudar como os planos curriculares dos cursos de Serviço Social têm inserido a dimensão política da profissão; Identificar como, na formação prática em Serviço Social, é trabalhada a dimensão política da profissão; Conhecer se a formação em Serviço Social vem seguindo o Paradigma Transformativo, buscando trabalhar as questões de poder e de justiça social, assumindo o sentido político na formação prática.

Convém, ademais, registrar que esta pesquisa foi situada nos anos de 2022 e 2023. O levantamento de dados baseou-se nas técnicas de pesquisa documental, de observação e de entrevista em três etapas. Em uma primeira fase, foi realizada a análise dos planos curriculares de 21 universidades públicas e equiparadas. Em seguida, duas universidades públicas (uma em Portugal e outra no Brasil) foram o local de recolha dos dados empíricos para as segunda e terceira etapas: observação e entrevista. O tratamento dos dados foi feito a partir da técnica de análise de conteúdo na perspectiva de interação com a teoria e empiria de forma horizontal.

Em relação à primeira etapa, ocorreu a pesquisa documental da grade curricular com análise dos planos de estudos do curso de Serviço Social das sete universidades públicas e equiparadas de Portugal que ministram a licenciatura em Serviço Social: 1) Instituto Universitário de Lisboa; 2) Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências

Sociais e Políticas; 3) Universidade Católica de Lisboa; 4) Universidade Católica de Braga; 5) Universidade de Coimbra; 6) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; 7) Universidade dos Açores. Em Portugal, de acordo com o DGES (2024) existem cinco universidades públicas que oferecem a licenciatura em Serviço Social. As duas universidades católicas portuguesas encontram-se registradas como privadas. Todavia, elas foram inseridas neste estudo na qualidade de universidade equiparada.

No Brasil, segundo o EMEC (2024), existem 67 universidades públicas federais e estaduais com cursos de Serviço Social. É importante salientar que 15 dessas encontram-se na Região Nordeste do país. Ademais, convém ressaltar que foi realizada a análise documental de 15 cursos de Serviço Social, visto que a Universidade Federal de Alagoas possui o referido curso em dois campus. Além disso, como o estudo foi realizado em 2022, não foi incluído um novo curso da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, aberto em 2022.

A pesquisa documental foi realizada no site das 14 universidades públicas da Região Nordeste do Brasil (região de morada da investigadora), sendo essas: 1) Universidade Federal de Alagoas – *Campus* Aristóteles Calazans Simões; 2) Universidade Federal de Alagoas – *Campus* Arapiraca; 3) Universidade Federal da Bahia; 4) Universidade Federal do Recôncavo Baiano; 5) Universidade Estadual do Ceará; 6) Universidade Federal do Maranhão; 7) Universidade Federal da Paraíba; 8) Universidade Federal de Campina Grande; 9) Universidade Estadual da Paraíba; 10) Universidade Federal de Pernambuco; 11) Universidade Estadual de Pernambuco; 12) Universidade Federal do Piauí; 13) Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 14) Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; 15) Universidade Federal de Sergipe.

A análise documental, conforme Triviños (1987), envolve: a) Pré-análise, que consiste na organização do material; b) Descrição analítica, que significa um estudo aprofundado do material, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos; c) Interpretação referencial, que é a fase de maior intensidade, na qual a reflexão acaba por estabelecer relações com a realidade.

Para essa análise foi elaborado um quadro contendo 9 categorias teóricas baseada em 3 abordagens teóricas: 1. Ife, Jim (2004) - Princípios dos Direitos Humanos: Pós-Modernismo, Prática Anticolonialista e O Pessoal e o Político; 2. Gal, J e Weiss-Gal, I - Valores e Pressupostos da Dimensão Política: A Prática Política, Mudança Social e Envolvimento da Política; 3. André, Graça -Objetivos Centrais dos Direitos Humanos: O Respeito pela Dignidade, A Autodeterminação e A Justiça Social.

Quadro 1 – Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais

JIM IFE	GAL, J & WEISS-GAL, I	GRAÇA MARIA ANDRÉ
Princípios dos Direitos Humanos: 1. Pós-modernismo; 2. Prática Anticolonialista; 3. O Pessoal e o Político.	Valores e pressupostos da Dimensão Política: 1. A Prática Política; 2. Mudança Social; 3. Envolvimento na Política.	Objetivos centrais dos Direitos Humanos: 1. O respeito pela dignidade; 2. A autodeterminação; 3. A Justiça Social.

Fonte: Sistematizado pela autora com base nas obras: 1. Ife, Jim (2004); 2. Gal, J & Weiss-Gal,I (2014);
3. André, Graça Maria (2011)

Em relação às segunda e terceira etapas, observação e entrevista, foi realizado o estudo de caso em duas universidades públicas (*lócus* da pesquisa empírica), uma em Portugal e a outra na Região Nordeste do Brasil. Ou seja, em cada país foi escolhida uma universidade dentre as que participaram da pesquisa documental. Cabe destacar que não se trata de um estudo comparativo e sim de dois estudos de caso.

De acordo com Yin (2015), um estudo de caso deve ser significativo, completo, considerando as perspectivas alternativas, apresentando evidências suficientes e sendo elaborado de maneira envolvente. Para o autor, “o envolvimento, a atração e a sedução” (p. 10) devem estar presentes em todo estudo de caso. Conforme Yin (2015), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (p. 17).

Vilelas (2020) afirma que, nos estudos de caso, a ênfase consiste na compreensão, baseada no conhecimento tácito de que há uma grande ligação com uma intencionalidade. Segundo o autor, “o peculiar destes estudos é serem estudos aprofundados e exaustivos de um ou muito poucos objetos de investigação, o que permite obter um vasto e pormenorizado conhecimento dos mesmos” (Vilelas, 2020, p. 242).

A segunda técnica de pesquisa utilizada nos estudos de caso foi a observação em sala de aula das unidades curriculares relacionadas à dimensão política da profissão. Em Portugal, foram observadas seis unidades curriculares: Teoria e História do Serviço Social (Professor 1), Teoria e História do Serviço Social (Professor 2), Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social (Professor 1), Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social (Professor 2), Direitos Sociais e Mudança Social e Estágio em Serviço Social II.

No Brasil, foram analisadas as seguintes unidades curriculares: Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social I, Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social II, Política Social, Introdução à Filosofia e Estágio Supervisionado em Serviço Social III.

Segundo Vilelas, a observação deve fazer-se tendo em conta determinadas fases, sendo elas: identificar o objeto, situação ou caso que se vai observar; averiguar os objetos de observação; definir o modo de registrar; observar cuidadosamente e criticamente; registrar os dados observados; analisar e interpretar os dados, e finalmente tirar as conclusões (Vilelas, 2000, p. 336).

Bryman (2012) foi o autor que direcionou com mais intensidade a investigadora em relação aos procedimentos de observação, visto que ele esclarece que a observação estruturada ou sistemática, é uma ferramenta na qual o investigador utiliza regras declaradamente formuladas para a apreciação e para o registro. Dessa forma, as prescrições indicam aos pesquisadores sobre o que devem catalogar.

Bryman (2012) aborda, também, sobre o cronograma de observação e afirma que as regras que o constituem são tão específicas quanto possível para direcioná-los para exatamente quais aspectos devem ser analisados. Assim, os dados resultantes assemelham-se consideravelmente aos dados do questionário, na medida em que o procedimento gera informações sobre diferentes aspectos que podem ser tratados como variáveis. Por isso, o objetivo do cronograma de observação é garantir que o comportamento de cada participante seja sistematicamente registrado.

Bryman (2012) ainda registra que este cronograma de observação é central para o estudo de observação estruturada, pois servirá como um esquema de codificação. Isso especifica as categorias que devem ser observadas e como o comportamento deve ser alocado a essas categorias. Dessa maneira, a elaboração de um cronograma para o registro das observações é claramente um passo crucial no projeto de observação estruturado. As considerações que entram nesta fase são muito semelhantes àquelas envolvidas na produção de um roteiro estruturado de entrevista.

Para Bryman (2012), é imprescindível perceber que, na observação estruturada, é necessário possuir um foco. Assim, existem dois aspectos neste ponto. Primeiro, deve ficar claro para o observador exatamente quem ou o quê (e possivelmente ambos) deve ser observado. Por exemplo, se as pessoas são o foco da atenção, o observador precisa saber precisamente quem deve ser observado. Além disso, o observador precisa saber quais aspectos do cenário devem ser observados e, portanto, registrados. Segundo, é

necessário focar no problema de pesquisa que precisa ser claramente estabelecido para que o observador saiba quais das muitas coisas que acontecem em qualquer ambiente devem ser registradas.

Nesse esquema de observação, foi elaborado pela pesquisadora um Guião de Observação retomando as nove categorias utilizadas na pesquisa documental: 1. Pós-modernismo; 2. Prática anticolonialista; 3. O pessoal e o político; 4. Prática política; 5. Mudança Social; 6. Envolvimento na política; 7. O respeito pela dignidade; 8. A autodeterminação; 9. A justiça social. É importante ressaltar que nas aulas de Estágio, além das nove categorias, foram também observadas as falas dos docentes e estudantes em relação ao tema prática reflexiva.

De acordo com o cronograma da pesquisa, a etapa da observação em Portugal ocorreu de novembro de 2022 a maio de 2023 (com inclusão de férias); e no Brasil de agosto a dezembro de 2023 (sem inclusão de férias). Este período foi estabelecido de acordo com o calendário acadêmico de cada instituição de ensino pesquisada. Convém registrar que esta foi uma etapa de extrema importância, visto que, conforme Yin (2016), as salas de aula das escolas propiciam uma oportunidade ímpar para observações.

A terceira técnica foi a entrevista. Para isso, foram entrevistados estudantes das disciplinas observadas e seus respectivos professores nas duas universidades *lócus* do estudo de caso, assim como os diretores dos cursos. Ao todo, foram realizadas 35 entrevistas. Lembrando que, conforme o pensamento de Bogdan e Biklen, “as boas entrevistas caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista” (2013, p. 136). Os autores ainda recomendam que é necessário evitar “perguntas que sejam respondidas com “sim” e “não”. Os pormenores e detalhes particulares são revelados a partir de perguntas que exigem exploração” (Bogdan & Biklen, 2013, p. 136).

As entrevistas foram transcritas pela doutoranda e tratadas por meio da análise de conteúdo que, conforme Vilelas (2020), corresponde a explicitação, sistematização e expressão do conteúdo das mensagens. Essa análise representa um conjunto de técnicas de compreensão da comunicação. “A escolha de categorias é um processo essencial da análise de conteúdo, pois fazem a ligação entre os objetivos da pesquisa e os seus resultados” (Vilelas, 2020, p. 441). Flick (2005) afirma que a transcrição das entrevistas é um passo fundamental para a sua análise. Após transcritas, as entrevistas precisam ser codificadas e categorizadas. O autor concebe a análise de conteúdo como um processo

clássico de análise dos instrumentos de pesquisa transcritos, cujo traço fundamental é a utilização de categorias.

De acordo com Bryman (2012), a análise de conteúdo numa abordagem à análise de documentos e textos procura quantificar o conteúdo em termos de categorias pré-determinadas e de forma sistemática e replicável. É um método bastante flexível que pode ser mais aproximado da análise de documentos e textos do que um meio de geração de dados. Neste sentido, Bryman afirma que frequentemente, em uma análise de conteúdo o pesquisador almejará codificar o texto em relação a certos assuntos e temas. Primordialmente, o que se busca é uma categorização do(s) fenômeno(s) de interesse. Embora o processo de categorização seja temático, esse deve acompanhar uma abordagem interpretativa. Sendo assim, é imprescindível sondar o que está abaixo da superfície para fazer perguntas mais profundas.

Conforme o pensamento de Bryman (2012), a codificação é um estágio fundamental para a análise de conteúdo e existem dois elementos essenciais para este esquema de codificação: 1. Projetar um cronograma de codificação; 2. Projetar um manual de codificação. O cronograma de codificação é um formulário no qual são inseridos todos os dados relativos a um item que está sendo codificado. Cada uma das colunas deste esquema deve expressar uma dimensão que está sendo codificada. Já o manual de codificação é uma declaração de instrução para codificadores que inclui todas as categorias possíveis para cada dimensão que está sendo codificada.

Ainda em relação a análise de conteúdo, Guerra (2006) explica que não se trata de um método e sim uma técnica que contrapõe o quadro de referência do pesquisador com o material empírico coletado. De acordo com o autor,

A análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face ao objecto de estudo. Com recurso a um sistema de conceitos teóricos-analíticos cuja articulação permite formular as regras da inferência (Guerra, 2006, p. 62).

Segundo o entendimento de Guerra (2006), são os objetivos da investigação e a postura paradigmática e epistemológica do pesquisador que irão definir a técnica mais apropriada para analisar o material coletado. A autora lembra, ainda, que dentro de uma metodologia qualitativa a análise tipológica representa o mais apropriado. De acordo com ela, a

definição de uma tipologia na análise de conteúdo requer: 1) Ordenar os materiais coletados; 2) Classificar estes materiais segundo critérios apropriados; 3) Achar as dimensões referentes a semelhanças e a diferenças; e 4) Encontrar as variáveis mais frequentes e as peculiares.

Neste sentido, Guerra (2006) sugere dois tipos de análise que almeja reagrupar de modo entendível o que foi compartilhado nas entrevistas: a) Construção de tipologia por semelhança: reagrupar por proximidade de conteúdo: b) Análise categorial: estabelecer as unidades concernentes que condicionam o fenômeno em estudo. Em relação à análise categorial, trata-se da determinação “das variáveis cuja dinâmica é potencialmente explicativa de um fenômeno que queremos explicar” (Guerra, 2006, p. 80).

Guerra (2006) salienta que tanto a análise categorial quanto a tipológica objetivam descrever o que foi dito pelos entrevistados de modo mais sistematizado e denso. Todavia, a pesquisa não pode se basear apenas na descrição, é preciso buscar “o sentido social que está subjacente à descrição dos fenômenos” (Guerra, 2006, p. 83), com o intuito de, nesta passagem para a análise interpretativa, projetar novos conceitos e inovar com proposições teóricas explicativas do fenômeno que está sendo pesquisado.

Sendo assim, na concepção de Guerra (2006), o investigador deve desenvolver um trabalho de baixo para cima, iniciando-o no campo. Assim, a análise deve partir de um exame permanente e profundo do material empírico, para só posteriormente construir os conceitos e as suposições teóricas que se encadeiam em uma teoria à proporção que a análise esteja ocorrendo. Neste sentido, a construção da teoria ocorre em um processo de evolução, pois ela é o ponto de chegada do método e não o de partida. Ou seja, “as construções explicativas são elaboradas no decurso da pesquisa, pela interação entre os quadros de referência conceptuais disponíveis e os dados do terreno” (Guerra, 2006, p. 25).

Guerra (2006) propõe a interação com a teoria e empiria de forma horizontal, assegurando a aparição da diversidade dos sujeitos ou do contexto em estudo. Sendo assim, a análise de conteúdo deve ocorrer de forma compreensiva e indutiva. Para a pesquisadora, “a análise de conteúdo tradicional que estruturava à partida as categorias e subcategorias de análise partia de um quadro positivista lógico-dedutivo onde a teoria detinha o comando integral dos resultados [...]” (Guerra, 2006, p. 62). Essa análise a autora entende como vertical. De acordo com a pesquisadora, em uma abordagem indutiva, a teoria deverá ser construída por meio da interrogação de forma indutiva dos dados empíricos.

Em relação à abordagem utilizada na pesquisa, a opção foi por métodos mistos. Assim, o método indutivo-dedutivo foi a melhor escolha para o presente estudo. De acordo com Creswell e Creswell (2021),

A pesquisa de métodos mistos é uma abordagem de investigação que envolve a coleta de dados quantitativos e qualitativos, integrando os dois tipos de dados e usando desenhos distintos que refletem pressupostos filosóficos e estruturas teóricas [...]. A integração dos dados qualitativos e quantitativos gera uma compreensão que vai além das informações fornecidas pelos dados quantitativos ou qualitativos isoladamente (Creswell & Creswell, 2021, p. 4).

Para Creswell e Creswell (2021), as pesquisas de métodos mistos abrem caminhos para o novo e possibilitam uma escrita mais estimulante. Isso porque o uso de métodos mistos proporciona “uma abordagem de pesquisa sofisticada e complexa que é atraente para aqueles que estão na vanguarda dos novos procedimentos” (Creswell & Creswell, 2021, p. 179).

O paradigma adotado, aqui, foi o transformativo. Conforme Creswell e Creswell (2021), essa perspectiva surgiu nas décadas de 1980 e 1990 almejando estudar as questões de poder e de justiça social. Esse paradigma argumenta que a pesquisa deve estar relacionada à política, confrontando a opressão social e trazendo um plano de mudança, ou seja, é uma concepção que dá voz aos integrantes.

Conforme Anjos e Amaro (2023a, 2023b),

Mertens (2005) explica que o paradigma transformativo abrange teóricos críticos, pesquisadores da ação participativa, marxistas, feministas, minorias raciais e étnicas e pessoas com deficiência (os sujeitos ativos da pesquisa), entre outros. A estudiosa afirma que rejeita o rótulo “teoria crítica” para este paradigma porque a teoria crítica é apenas uma abordagem possível que se encaixa sob o guarda-chuva transformativo. O paradigma transformativo aborda diretamente a política em pesquisa ao confrontar a opressão social em qualquer nível em que ela ocorra. Conforme Mertens (2005) o paradigma transformativo surgiu por causa da insatisfação com os paradigmas e práticas de pesquisa dominantes e por causa da percepção de que grande parte da teoria sociológica e psicológica havia sido

desenvolvida a partir da perspectiva masculina branca (Anjos & Amaro, 2023a, p. 142, 2023b, p. 5).

Mertens (2018), grande estudiosa desse paradigma, ainda enfatiza que, dentro do desenho de métodos mistos na pesquisa enraizada no ramo da Justiça Social, é possível captar diferentes realidades em sua complexidade a partir das experiências vividas pelos atores. Os métodos mistos também apoiam o uso de estratégias culturalmente responsivas que são necessárias para se envolver respeitosamente com um conjunto diversificado de partes interessadas. Além disso, esses métodos podem facilitar a capacidade de resposta a diferentes necessidades de informação de partes interessadas que detêm níveis variados de poder dentro do contexto, aumentando assim o possível uso de descobertas para fins transformadores. Isso acontece porque a combinação de estratégias e dados quantitativos e qualitativos oferece múltiplas oportunidades de uso de dados por diferentes partes interessadas ao longo da pesquisa.

Mertens (2008) ainda afirma que a lente transformadora na avaliação também pode ser usada em combinação com várias teorias críticas, como a teoria feminista e a teoria crítica da raça, uma prática que leva a fazer diferentes tipos de perguntas sobre suportes culturais e estruturais para a discriminação sistêmica. Os entendimentos resultantes dessa abordagem fornecem subsídios para mudanças estruturais e sistêmicas que podem reduzir a discriminação e a opressão e aumentar a justiça social. Por isso, o paradigma transformativo é o mais indicado para uma pesquisa sobre a dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais, visto que contempla uma análise na perspectiva dos direitos humanos.

A Revisão de Literatura foi uma constante durante todo o processo de pesquisa da tese. De acordo com Vilelas (2020), ela tem o intuito de identificar o nível de discussão teórica do material consultado, indo além de uma junção de visões sobre um tema, mas apresentando uma avaliação crítica e um debate teórico amplificado.

O universo da pesquisa foi composto pelos 22 cursos de Serviço Social nas 20 universidades pesquisadas e a amostra pelas 2 faculdades *lócus* do estudo de caso. Esta amostra foi teórica por conveniência e incidiu sobre o estudo de caso. Segundo Bryman (2012), uma forma de amostragem intencional é a amostragem teórica. Em relação à amostra, Yin (2016) afirma que na amostragem intencional “o objetivo ou propósito de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos, considerando seu tema de estudo” (Yin, 2016, p. 79) e Vilelas (2020)

acrescenta que, em uma amostra intencional, as unidades de estudo são escolhidas de acordo com características que o investigador considere necessárias. Ademais, Bryman (2012) afirma que a amostragem teórica se preocupa com o refinamento das categorias teóricas que surgem no decorrer da análise dos dados coletados. Sendo assim, a pesquisa buscou esse aprimoramento dos dados levantados no decorrer das suas três etapas.

Por fim, foi realizada, pela doutoranda, uma análise sistemática dos dados coletados teoricamente e empiricamente, que, segundo Yin (2016), exige uma organização cuidadosa e metódica dos dados, como também um procedimento de codificação formal.

A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser apreendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros (Bogdan & Biklen, 2013, p. 205).

Sendo assim, a sistematização dos dados quantitativos do Guião de Observação e do Guião da Pesquisa Documental foi realizada com base nos ensinamentos da unidade curricular *Métodos Avançados de Análise de Dados*, com construção de nuvens de palavras e de gráficos. Já a análise de conteúdo das entrevistas ocorreu priorizando os dados qualitativos e de forma horizontal, tomando por base os objetivos específicos da pesquisa, criando assim uma codificação que se distanciava da perspectiva positivista, possibilitando, desta forma, a construção da teoria através da interrogação dos dados empíricos. É relevante destacar que a pesquisa realizada em Portugal foi analisada separadamente da do Brasil, assim como as três classes entrevistadas: diretores, docentes e discentes. Com isso, totalizando seis tabelas de sistematização de dados. Optou-se por não utilizar nenhum programa.

A pesquisa versou dentro de uma perspectiva de que a ética da pesquisa deve ser uma prioridade, pois está relacionada à garantia dos direitos humanos. Sendo assim, esta tese assegurou os aspectos éticos da pesquisa, protegendo a dignidade, a segurança e o bem-estar dos participantes, salvaguardando a segurança e a investigação dos pesquisadores, promovendo a qualidade na investigação como um todo (ISCTE, 2016). Para a garantia

desses direitos, o entrevistado foi convidado a preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando os direitos humanos das pessoas que serão pesquisadas.

Em relação aos riscos associados à participação das pessoas nas entrevistas, poderiam existir danos psicológicos, mas estes foram evitados, pois durante a elaboração do guião de entrevistas houve a preocupação, por meio de procedimentos de minimização e gestão dos riscos indicados pelo Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE, de evitar perguntas que gerassem desconforto, estresse ou abalo emocional aos participantes. Convém ressaltar que todos os dados reunidos nesta pesquisa serão armazenados e guardados de forma segura e acessível durante cinco anos após a defesa pública da tese.

Diante do exposto, este estudo teve como princípios gerais: 1) Responsabilidade: em relação ao impacto da investigação nos participantes, na sociedade e no ambiente; 2) Honestidade: assegurando a transparência e a veracidade da investigação; 3) Fiabilidade e rigor: agindo de forma cuidadosa e comunicando os resultados de forma correta, integral e imparcial; 4) Objetividade: nas interpretações e conclusões; e 5) Integridade: na identificação e manifestação de conflitos de interesse e no cumprimento de todos os requisitos éticos da pesquisa (ISCTE, 2016).

A aprovação pelos Comitês de Ética das duas universidades pesquisadas ocorreu em 2022, tendo sido posteriormente iniciada a pesquisa com todo rigor exigido para garantir a segurança dos pesquisados, da pesquisadora e de suas orientadoras.

Acredita-se que este tenha sido o caminho metodológico mais indicado para uma pesquisa que se propôs a estudar a dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais.

A Estrutura da Tese

A estrutura desta tese foi construída sob a perspectiva do pensamento de Freire (2022) de que o conhecimento requer uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, pois conhecer é uma responsabilidade de sujeitos e não de objetos. Sendo assim, a metodologia foi inserida na introdução, o estado da arte no primeiro capítulo e o panorama das universidades no segundo. Optou-se, na escrita da tese, por sair do modelo tradicional e inserir a pesquisa no decorrer dos quatro últimos capítulos.

A Introdução engloba o desenho da pesquisa e também as questões éticas da pesquisa, a aproximação da autora com o tema e sua relevância teórica, social e política. Com

destaque para quatro novas inserções: 1) O alargamento em relação a literatura internacional, 2) A proximidade com o método misto de pesquisa; 3) O acesso ao Paradigma Transformativo; e 4) A relação do Serviço Social com Paulo Freire, especialmente por meio das obras indicadas nos espaços de orientação.

O primeiro capítulo, intitulado “Serviço Social, Política e Valores Orientadores”, apresenta o estado da arte relativo ao tema da tese, ressaltando que a relação do Serviço Social com os direitos humanos necessita ser intencionalizada no agir profissional, com destaque de competências na formação, pois o Serviço Social deve se mover no sentido da garantia desses direitos para o aperfeiçoamento da sua dimensão política. Em seguida, a seção aborda sobre a intervenção em Serviço Social e seus valores orientadores na política social, mostrando que esta deve estar direcionada aos direitos humanos, pois essa é a essência da dimensão política da profissão, que se refere à perspectiva macro de intervenção. Por fim, apresenta o Paradigma Transformativo que é respaldado nas concepções de Paulo Freire e enraizado em uma agenda de direitos humanos, destacando toda a trilha percorrida pela autora dessa tese e suas orientadoras no sentido de desafiar o Serviço Social a se apropriar deste paradigma.

O segundo capítulo aborda sobre “O Lugar Político do Serviço Social nas Universidades Públicas”. Em primeiro lugar, a seção destaca que esta instituição de ensino nasceu na Idade Média, mas o ensino superior já existia na antiguidade, para, em seguida, adentrar na história da universidade em Portugal e no Brasil. Em segundo lugar, reporta a educação emancipatória de acordo com as concepções de Paulo Freire, ressaltando também o pensamento de Boaventura Souza Santos sobre como a Política Neoliberal vem desafiando as universidades na atualidade. Além disso, apresenta as colaborações teóricas de Thomas Piketty (2022) para uma leitura crítica da realidade social e econômica nos tempos atuais. Em terceiro lugar, destaca sobre a formação em Serviço Social no Brasil e em Portugal, merecendo ênfase, aqui, as concepções da portuguesa Maria Augusto Negreiros (1999) e da brasileira Maria Iamamoto (2014, 2003).

O terceiro capítulo, denominado “Os Planos Curriculares das Licenciaturas em Serviço Social em Portugal e dos Bacharelados em Serviço Social no Brasil e a Visibilidade da Dimensão Política”, mostra os resultados da pesquisa documental realizada com base nas nove categorias centrais dos Direitos Humanos, apresentando também uma conceituação teórica sistematizada delas com base em autores renomados. As categorias são: Pós-Modernismo, Prática Anticolonialista, O Pessoal e o Político,

Prática Política, Envolvimento na Política, Mudança Social, Dignidade Humana, Autodeterminação do Sujeito e Justiça Social.

O quarto capítulo, “A Dinâmica Pedagógica, as Aulas e o Ensino da Dimensão Política do Serviço Social em Portugal e no Brasil”, aborda sobre a dinâmica pedagógica na formação e traz os resultados de uma rica experiência de observação, em sala de aula, de 12 disciplinas (com duração de um ano letivo em Portugal e de um semestre letivo no Brasil, totalizando 3 semestres de observações). Nas aulas observadas, iam sendo identificadas a presença ou a ausência destas nove categorias centrais dos direitos humanos, de forma quantitativa, como também qualitativa, e colhidos importantes depoimentos dos discentes e docentes.

Já o quinto capítulo versa sobre “A Prática Política dos Assistentes Sociais – O Seminário de Estágio como Lócus Privilegiado da Dimensão Política do Serviço Social” e foi formatado com base nas observações das aulas dos Seminários de Estágio, assim como nas entrevistas. Nesta seção, traz-se experiências desafiadoras do campo de estágio e formas de enfrentamentos emancipatórias.

O sexto e último capítulo, “As Percepções e Concepções do Serviço Social enquanto Profissão Política: a voz dos docentes e dos discentes”, baseia-se na análise das entrevistas, com ênfase para a dimensão política na formação de assistentes sociais, trazendo depoimentos relevantes em relação às inquietações existentes na academia, dentro de uma concepção emancipatória.

Por fim, nas considerações finais, foi enfatizada a relevância do Paradigma Transformativo para a formação do assistente social, visto que ele foi pouco identificado nas três técnicas utilizadas da pesquisa, mesmo sendo ele um diferencial, pois esse vai além do paradigma crítico, por englobar indivíduos que foram marginalizados no decorrer da história e que precisam encontrar um espaço para introduzir suas vozes.

CAPÍTULO 1

Serviço Social, Política e Valores Orientadores

O que opta pela mudança se empenha em desvelar a realidade. Trabalha com, jamais sobre os indivíduos, a quem considera sujeitos e não objetos, incidências de sua ação [...] Daí a necessidade que tem o trabalhador social de conhecer a realidade em que atua, o sistema de forças que enfrenta (Freire, 2011, pp. 60, 61).

Este capítulo é desenvolvido na perspectiva de que a dimensão política do Serviço Social, em uma concepção emancipatória, deve-se relacionar com a luta coletiva pela transformação social, o que requer do assistente social trabalhar com os indivíduos como sujeitos e jamais como objetos de sua ação. Sendo assim, desvendar a realidade na qual atua e o sistema de forças presentes é essencial e deve ser ressaltado de forma permanente na formação profissional. Entretanto, é preciso lembrar que Freire (2022b) destaca que o assistente social não deve se reconhecer como o agente de mudança, pois “se seu empenho é realmente educativo-libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos da sua ação. São, ao contrário, tão agentes de mudança quanto ele” (p. 53).

Neste sentido, este capítulo apresenta o estado da arte da dimensão política do Serviço Social, de forma a destacar que a relação da profissão com os direitos humanos precisa, propositalmente, ser atribuída à intervenção profissional. Em seguida, ressalta sobre os valores orientadores dessa intervenção na política social, a fim de expressar que, na perspectiva macro, a dimensão política deve se fazer presente, pois se relaciona à garantia dos direitos humanos. Por último, retrata sobre o Paradigma Transformativo, que é amparado nas concepções teóricas do educador Paulo Freire e fundado em um compromisso com os direitos humanos, mas que ainda não é muito conhecido nos países de língua portuguesa. Todavia, ele é essencial para o assistente social, visto que trabalha as relações de poder e confronta as formas de opressão social, além de contemplar questões que extrapolam a categoria classe e se preocupar em debater as questões de gênero, etnia, raça etc. Esse paradigma engloba o crítico, mas vai além dele e, por isso, é o mais apropriado para estudos referentes aos direitos humanos e, consequentemente, à dimensão política do Serviço Social.

1.1. Serviço Social e Direitos Humanos

O assistente social precisa ter um compromisso profundo com os direitos humanos. Sendo assim, Amaro (2015) destaca que urge a necessidade do profissional de Serviço Social aprofundar uma visão crítica das inferências éticas do agir profissional, pois “ao contrário do que por vezes parece estar subentendido nos discursos e na literatura da área, o compromisso do Serviço Social com os direitos humanos não acontece naturalmente, necessita de ser intencionalizado no quotidiano nos mais efémeros atos profissionais” (p. 209).

O Manual “Direitos Humanos e Serviço Social”, da Organização das Nações Unidas, define direitos humanos “como aqueles que são inerentes à nossa natureza e sem os quais não podemos viver como seres humanos” (ONU, 1999, p. 19). Eles são universais e aplicam-se a todos, sem discriminação. Eles estão em constante evolução e o respeito à vida é uma condição essencial para o desenvolvimento dos trabalhos relacionados aos direitos humanos.

Os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais permitem-nos desenvolver e utilizar plenamente as nossas qualidades humanas, a nossa inteligência, os nossos talentos e a nossa consciência, e satisfazer nossas necessidades espirituais e de outra natureza. Baseiam-se na crescente procura por parte da Humanidade de uma vida na qual a dignidade e o valor inerentes a qualquer ser humano mereçam respeito e proteção (ONU, 1999, p. 19).

Dentro desta perspectiva, Ferreira (2008) explica que os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social. Assim, o Serviço Social realiza sua intervenção baseado em quatro tipos de valores: 1) Humanistas – centram a atenção no homem e no respeito a si mesmo; 2) Democráticos – desenvolvem as condições necessárias à participação social e cívica do homem na sociedade; 3) Políticos e econômicos – promovem o princípio da subsidiariedade e da igualdade de oportunidades e de direitos sociais; 4) Educativos – sustentados na dimensão científica do saber, na qual o profissional se apoia e fundamenta seu plano de intervenção.

De acordo com Ferreira et al. (2016), o trabalho social é uma área do conhecimento científico com domínio nas ciências sociais e humanas que integra uma abordagem científica em direitos humanos. Sendo assim, no exercício profissional, o assistente social

deve aplicar esses direitos em um quadro de referência teórico das dimensões científicas do trabalho social (princípios e valores), enquadrado dentro do Estado Social e das políticas públicas e sociais que levem em conta os contextos sociais, culturais e pessoais dos sujeitos da intervenção.

Ferreira et al. (2016) ainda registram que a expressão “direitos humanos” surgiu como consequência da Revolução Francesa. A partir disso, os pesquisadores afirmam que, apesar dos direitos humanos se encontrarem divididos em três gerações – 1) Direitos Negativos (civis e políticos); 2) Direitos Positivos (econômicos, sociais e culturais); e 3) Direitos Coletivos. – é preciso ter consciência de que os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis.

En la mayoría de las naciones, como en Portugal, las constituciones establecen las protecciones mínimas que permiten a vivir una vida digna al individuo, es decir, que contienen un conjunto de derechos esenciales que todas las autoridades deben respetar (Ferreira et al., 2016, p. 295).

Compactuando com essa forma de pensar, Ife (2004) afirma que, embora a prática do Serviço Social deva ser sempre contextualizada dentro da cultura e sociedade em que se insere, os direitos humanos formam um discurso universalista, baseado em ideias de humanidade compartilhada e cidadania global. O autor ainda acrescenta que, posto que as questões teóricas em torno dos direitos humanos sejam complexas e qualquer exploração dos direitos humanos tenha que lidar com elas, o trabalho social exige que qualquer exploração teórica seja fundamentada e relevante para a realidade do mundo da prática social, com suas contradições e imprevisibilidades.

Neste sentido, André (2011) entende que é preciso ter a consciência de que o papel que é solicitado ao assistente social em relação à satisfação das necessidades básicas e universais dos cidadãos requer que se compreenda quais as competências devem ser desenvolvidas na sua formação, pois estes futuros profissionais precisam estar em condições de responder, com qualidade, ao que lhe é almejado. Dessa forma, com o intuito de perscrutar esta área do conhecimento, a autora baseia-se nas concepções de Ife (2004), que “entende a intervenção dos Assistentes Sociais como só fazendo sentido, se a mesma se direcionar para a realização dos direitos humanos” (André, 2011, p. 40).

Para que esta orientação se concretize numa intervenção coerente com os valores daqueles direitos, deve ter-se em conta um conjunto de dimensões que terão de estar contempladas na formação, como sejam; conhecimentos sólidos em várias matérias como fundamento da sua prática; domínio das metodologias de Empowerment; domínio de competências que lhe permitem entender cada pessoa como singular no contexto universal (André, 2011, p. 40).

Até porque, para André (2011), os direitos humanos precisam ser analisados, não como uma oferta do exterior ou como um favor de um governo, todavia como “direitos inatos, inalienáveis e privilégios fundamentais que pertencem a todos os indivíduos como seres humanos e que esperam poder realizar” (p. 37). Além disso, para a autora, os três objetivos centrais dos direitos humanos são: 1) O respeito pela Dignidade; 2) A Autodeterminação; e 3) A Justiça.

Nesta perspectiva, convém destacar que, de acordo com o entendimento de Queirós (2015), a Segunda Guerra Mundial foi um acontecimento de forte impacto para o mundo e trouxe consequências preocupantes, impondo-se uma nova visão de respeito pela dignidade de homens, mulheres e crianças. Este novo cenário produz uma recomposição “das práticas dos Assistentes Sociais que exigem novos paradigmas de formação que possam preparar os futuros profissionais para responder às necessidades dos seus utentes, agora entendidos como cidadãos de direitos” (Queirós, 2015, p. 146). Neste intuito, a nova perspectiva baseia-se em “práticas de intervenção aportadas ao conceito de cidadania” (Queirós, 2015, p. 148).

Queirós (2015) ressalta, ainda, que uma prática profissional voltada para a garantia da dignidade dos cidadãos, sua autonomia e sua cidadania plena, requer um conjunto de etapas do assistente social na tomada de decisões, a qual inclui uma capacidade reflexiva. Uma dessas etapas é “a necessidade de atualizar conhecimentos, prosseguindo uma formação ao longo da vida após o término da formação inicial” (p. 159).

Seguindo o mesmo entendimento, Bressan (2018) destaca que é dentro de um contexto de possibilidades e contradições que ocorre a intervenção do assistente social, a qual está atrelada ao campo da garantia dos direitos. Sendo assim, é necessário que o Serviço Social contribua para a superação das “graves desigualdades sociais na direção da construção concreta e real da cidadania” (p. 127). Nesse sentido, cabe aos assistentes sociais construírem diferentes estratégias de ação que não reforcem a lógica capitalista,

“desenvolvendo uma ação comprometida com a concretização da cidadania e emancipação do ser humano” (Bressan, 2018, p. 134).

Segundo pesquisas realizadas por Sousa (2017), a dimensão política do Serviço Social é evidente na própria definição da profissão, visto que ela está vinculada à justiça social e aos direitos humanos. Em artigo publicado por Anjos e Amaro (2023a), as autoras esclarecem que, na compreensão desta estudiosa,

“Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social” (p. 12). Por isso, a autora enfatiza que a compreensão da dimensão política da profissão não é nem linear, muito menos isenta de debate. Para a autora, então, é necessário refletir sobre como os Assistentes Sociais na sua prática operacionalizam a defesa dos direitos humanos e da justiça social, enfatizando o lugar do Serviço Social na concepção e avaliação das políticas sociais. Para Sousa (2015), a dimensão política do Serviço Social é patente na definição do Serviço Social da FIAS (Federação Internacional de Assistentes Sociais), principalmente quando se refere ao seu vínculo com a justiça social e os direitos humanos. Segundo a autora, a FIAS declara que “o Serviço Social intervém no sentido de capacitação e da autonomia das pessoas para melhorar o bem-estar” (p. 19). Sousa (2015) ainda registra que para Penélope Welbourne essa declaração ocasiona, para o Serviço Social, a responsabilidade de defender as pessoas mais vulneráveis, a nível político. “Para a autora, o Serviço Social é um produto do seu contexto social e político, mas isso não o impede, antes tem, não só a possibilidade, como o dever moral de influenciar a direção das políticas (p. 19) (Anjos & Amaro, 2023a, pp. 141, 142).

É interessante lembrar que Sousa (2015) se reporta, também, a Malcolm Payne que, na obra “What is Professional Work?”, escrita na Inglaterra em 1996, apresenta três tipos diferenciados de concepção política do Serviço Social: a) Política Interpessoal ao Nível Humano (prende-se à forma como os grupos sociais e os indivíduos ganham poder e influenciam uns aos outros, e como o Serviço Social se direciona nessas relações); b) Política do Estado de Bem-estar (remete para o papel e para o impacto que a profissão tem ou não, como influenciador das reformas sociais e dos sistemas de bem-estar); c)

Política da Democracia e da Igualdade (remete para pensar o lugar do Serviço Social no sistema democrático).

Além disso, no que diz respeito à relação do Serviço Social com os Direitos Humanos, convém destacar que McDonough (1999), ao abordar sobre a dimensão política do Serviço Social, alerta que a justiça social requer um engajamento direto na formação e remodelação da política social. As decisões políticas são tomadas sem as contribuições dos assistentes sociais, pois geralmente os que possuem formação em economia, direito, gestão e política são os tomadores de decisões. Ou seja, as decisões são tomadas por pessoas que não possuem contato direto com os sujeitos e não conhecem profundamente as suas circunstâncias de vida.

A ausência de Assistentes Sociais nas práticas de políticas sociais não só põe em perigo a identidade da profissão, mas também os interesses dos clientes que deveriam representar e defender[...] Ao planejar a sua intervenção política, os profissionais devem diagnosticar as causas e fundamentos da injustiça social (McDonough, 1999, pp. 103, 118).

Neste sentido, os assistentes sociais precisam “identificar e compreender estas novas condições se querem assumir papéis dinâmicos e inovadores na promoção da justiça social” (McDonough, 1999, p. 118).

Por isso, McDonough (1999) alerta que existe uma grande diferença em se apontar a necessidade de uma ação política dos assistentes sociais, e de se ter a clareza de que os recém-formados em Serviço Social estejam aptos para se envolverem em tal prática. “A falta de informação e treino na intervenção política deixa os graduados das escolas de Serviço Social incertos acerca dos seus conhecimentos e facilmente paralisados pela noção de que as políticas sociais são regidas por imperativos econômicos inalteráveis” (p. 103).

Nesta perspectiva, a escritora afirma que os governos devem elaborar medidas correspondentes aos princípios da justiça social. Todavia, para a autora, boa vontade e devoção não são suficientes para assumir esse papel: “É necessário um treino especial para a prática política” (McDonough, 1999, p. 104).

Então, nesta trilha para se alcançar a justiça social, a dimensão política do Serviço Social e, consequentemente, os direitos humanos possuem um lugar de destaque. Por isso, no entendimento de Carvalho (2018a), é necessário evidenciar a relação do Serviço Social

com os direitos humanos por meio de um posicionamento teórico que se aproprie de uma visão crítica do mundo. “A relação do Serviço Social com os direitos humanos não é nova, ela faz parte da identidade profissional” (p. 174).

Para permitir o desenvolvimento de uma prática profissional em conformidade com os direitos humanos as entidades internacionais, IFSW e a IFSSW, assumiram o Serviço Social como uma profissão dos direitos humanos e criaram alguns instrumentos que possibilitam a compreender essa relação, tais como: o código de ética publicado em 1994; o livro Manual para Escolas e Profissionais – direitos humanos e Serviço Social (ONU, 1995); os Standards in Social Work Practice publicado em 2000 pela IFSW (documento regional-europeu); a Agenda Global aprovada pela IFSW, a IASSW e a ICSW para o Serviço Social onde os direitos humanos são assumidos como um compromisso para a intervenção social (Carvalho, 2018a, p. 175).

Carvalho (2018a) relembra que foi a partir dos estudos da teoria marxista e da história capitalista que aflorou a demanda histórica de assistentes sociais, como resultado histórico das contradições do modo de produção capitalista. “Mas a profissão em si, deve a sua existência à síntese das lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimação capitalista” (Carvalho, 2018a, p. 177). Todavia, a autora ressalta que o grande desafio “é defender e implementar o seu projeto ético político neste atual contexto neoliberal, tendo como referência os antagonismos sociais” (p. 177).

Nesta linha de pensamento, Carvalho (2018b) afirma também que o Serviço Social se imputa como uma profissão que oportuniza a mudança e a justiça social, na qual os direitos humanos se sobressaem. Posto isso, mais uma vez a autora afirma que essa relação (Serviço Social e direitos humanos) faz parte da identidade profissional. Entretanto, é preciso lembrar que “a defesa dos direitos humanos é um trabalho em progresso, que nunca está terminado” (Carvalho, 2018b, p. 7).

Carvalho (2018b) destaca, então, que o congraçamento entre direitos humanos e Serviço Social requer um dimensionamento e uma lógica de pensamento e de ação críticos.

Foi com a reconceptualização, entre os finais da década de 60 e a década de 70 do século XX, que o Serviço Social crítico se assumiu como um paradigma a ser

levado em conta pelos profissionais. Este paradigma (crítico, radical, estrutural) tem em comum a crítica ao liberalismo e ao capitalismo, propondo que os profissionais se aliem aos grupos dominados e excluídos e desafiem as políticas injustas (Carvalho, 2018b, p. 9).

Carvalho (2018b) enfatiza, desta forma, que o Serviço Social “nasce com funções controladoras, integradoras e políticas, necessárias à manutenção da ordem social” (p. 9). Outrossim, a autora ressalta novamente que foi por meio da análise teórica marxista que foi possível perceber que, apesar do Serviço Social operar em uma lógica de atividade atribuída pelo capital, os profissionais precisam superar essa identidade que o impede de participar da prática política. Também, o Serviço Social tem que fomentar uma nova identidade, a qual deve ser refletida dialeticamente como uma categoria sócio-histórica, científica e política.

Seguindo esse raciocínio, Carvalho (2018b) explica que “na intervenção crítica a participação dos oprimidos no processo de mudança é determinada.” (p. 11), sendo que as estratégias de mudança que os assistentes sociais críticos devem assumir são: a conscientização (processo de reflexão crítica, no qual o participante abandona uma posição de culpa e adquire um entendimento das origens estruturais do seu problema) e a ação coletiva (desenvolvimento das identificações coletivas e de oposição entre as pessoas e grupos oprimidos). Para a autora, “é essencial celebrar um contrato de intervenção que espalhe os valores democráticos defendidos pela perspectiva crítica de modo que o participante se sinta envolvido e compreenda que o profissional trabalha em função dos seus interesses” (Carvalho, 2018b, p. 13).

Na perspectiva de ressaltar a dimensão política da profissão, convém destacar que Netto (2015) explica que a elocução projeto-político, que expressa a perspectiva crítica da profissão, foi utilizada pela primeira vez em 1998, no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Goiânia, e em 2000, passou a ser uma constante a sua utilização entre os estudantes e os assistentes sociais. “Desde então, tornou-se tema de disciplinas em cursos de licenciaturas, objeto de investigação em cursos de pós-graduação, de artigos em revistas especializadas e moeda comum nos círculos profissionais” (Netto, 2015, p. 234). O autor ainda lembra que esta expressão não é contemplada em um texto legal, embora baseie-se em instrumentos legais e textos científicos.

Voltando a Carvalho (2018a), a autora ressalta que os profissionais do Serviço Social são impelidos a refletir a respeito da atribuição opressiva e de controle social que lhe foi

responsabilizada. Dessa forma, é necessário sobrepujar essa propensão e avultar de forma crítica mecanismos igualitários e reflexivos. Por isso, para projetar os direitos, o assistente social é instigado a apreender o tipo de ordem social pactuada e as suas particularidades opressivas.

Colaborando com esse entendimento, Santos (2017) afirma que a discriminação é uma forma de violação contra os direitos humanos. Para a autora, cidadania e autonomia integram uma dimensão teórica que repercute nas condições em que são experimentadas as garantias sociais e a equidade.

A mais recente definição internacional do Serviço Social – aprovada pela International Federation Of Social Workers – diz que o Serviço Social “promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da pessoa. Os princípios de justiça social, dos Direitos Humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais” (IFSW, 2014). Trata-se de uma definição que nasce tendo como base princípios globais que incorporam a multidimensionalidade e integra a inter-relação setorial e profissional visando o desenvolvimento sustentável (Santos, 2017, p. 245).

Compactuando com esse pensamento, Martins (2018a) afirma que o trabalho do assistente social deve ser respaldado por uma teoria social crítica vinculada a um projeto de sociedade que faça opção por justiça social, e sua estratégia e prática de intervenção devem seguir esta perspectiva. Além disso, o profissional deve superar a prática exclusivamente instrumental e tecnicista, “alocando no seu trabalho o planeamento, a gestão, a avaliação dos procedimentos implementados, na perspectiva teleológica para materializar o projeto ético-político dos assistentes sociais” (Martins, 2018a, p. 142).

Nesta perspectiva, Martins (2018b) ressalta que as políticas sociais são um “campo de tensões, determinada e modificada pela correlação de forças entre capital e trabalho” (p. 114). Apesar do seu principal foco ser a reprodução da força de trabalho, tanto tecnicamente quanto ideologicamente, elas também são uma conquista da classe trabalhadora. E é exatamente neste campo de disputa por projetos de classe diferenciados, que se conjectura a possibilidade de atuação do assistente social que, imbuído no trabalho coletivo, poderá fortalecer a luta da classe trabalhadora. Entretanto, para que isso se torne possível, é preciso “reconhecer a realidade social além da sua aparência, mas captando a sua essência” (Martins, 2018b, p. 115).

Respreto (2003), então, reforça essa concepção ao afirmar que hoje, mais do que nunca, é necessário acessar o conhecimento, consolidar uma fundamentação teórica sólida e estabelecer a investigação como geradora e validadora dos saberes construídos. Sendo assim, entende-se que o Serviço Social precisa, com urgência, reconfigurar-se, promovendo um conhecimento aberto. “*Esta sociedad confundida, requiere hoy más que nunca de seres cultos y de profesionales humanistas que estén em capacidad no sólo de dar respuestas, sino de plantear preguntas*” (Restrepo, 2003, p. 9).

É dentro desta capacidade de projetar perguntas que o Serviço Social deve rejeitar a tendência de controle social que a sociedade, comandada pelo capital, tenta lhe impor, e deve procurar oportunizar a mudança e a justiça social, mas isso só será possível se o assistente social, desde a sua formação, assumir um compromisso com a Dimensão Política da profissão. Ademais, abraçar esse engajamento exige, do profissional em formação em Serviço Social, uma compreensão ampla da realidade social.

Em um artigo intitulado “Social Workers and Policy Practice: The Role of Social and Professional Values”, Gal e Weiss-Gal (2008) comentam que, embora a prática política seja considerada um componente fundamental do Serviço Social, o envolvimento real dos assistentes sociais nesta prática é muito limitado. Na pesquisa realizada pelos autores, foi possível identificar que as atitudes em relação à justiça social possuem um papel de destaque nas percepções e no envolvimento do assistente social na prática política.

Gal e Weiss-Gal (2008) registram que a promoção da justiça social é um dos objetivos declarados pelo Serviço Social, e para que este objetivo seja alcançado, existe um amplo acordo sobre a necessidade dos assistentes sociais se engajarem na prática política. Todavia, segundo os pesquisadores, existe uma grande distância entre a visão e a realidade, até porque, embora os assistentes sociais desempenhem lugares dominantes nas lutas sociais de forma individual, o envolvimento real de grande parte dos profissionais de Serviço Social em diferentes países é ainda marginal. E esta situação tem gerado preocupação e autocrítica entre os estudiosos do meio profissional.

No entendimento de Gal e Weiss-Gal (2008), apesar dos apelos recorrentes dentro da categoria profissional, no sentido do assistente social desempenhar um papel na formulação e implementação de políticas, esta questão tem recebido pouca atenção empírica.

Gal e Weiss-Gal (2008) lembram que a prática política em Serviço Social se sustenta no valor da justiça social. E, embora esta justiça seja definida de várias maneiras, ela é

geralmente percebida como incluindo uma visão de uma sociedade na qual todas as pessoas têm igual acesso a recursos sociais, e as desigualdades são reduzidas. Para os autores, a suposição adequada é que os assistentes sociais que se identificam com esse valor serão mais favoráveis a tipos de intervenção que promovam esse objetivo social, ou seja, se envolvam com a prática política.

Segundo o pensamento de Gal e Weiss-Gal (2008), é frequentemente afirmado que a realização da justiça social, hoje, exige um compromisso da sociedade com as abordagens progressivas para a provisão de bem-estar social, o que se manifesta com o engajamento do Estado, por meio de políticas universais que favoreçam a prevenção, a minimização dos problemas sociais e a promoção dos direitos sociais com a redistribuição.

De facto, para Gal e Weiss-Gal (2008), os estudiosos que procuram entender o movimento de afastamento da prática política nos trabalhos sociais ligam essas tendências ao fortalecimento das ideias neoconservadoras e seu impacto nos valores e pressupostos dos assistentes sociais.

Nesta perspectiva, Gal e Weiss-Gal (2008) lembram que a prática política se baseia, também, no entendimento de que os problemas e angústias das pessoas estão enraizados, não apenas em fatores individuais, mas também em fatores sociais. Até porque, se a origem do sofrimento for encontrada no ambiente, o papel do assistente social é provocar mudanças nos fatores externos que têm impactado, de forma negativa, os sujeitos. Sendo assim, a prática política é o tipo de intervenção mais adequado para gerar esse alvo, pois tem como objetivo promover políticas que ampliem os direitos sociais a todos, especialmente àqueles que vivem em situação de pobreza e exclusão social; além de propiciar a mudança das políticas que limitam os direitos sociais e não atendem às necessidades sociais básicas, não se preocupando com as desigualdades sociais.

Com o intuito de conhecer melhor esta questão, Gal e Weiss-Gal (2008) desenvolveram um estudo com a suposição de que o apoio à justiça social deverá estar associado ao engajamento na prática política em Serviço Social. Os estudiosos, então, levantaram a hipótese de que os assistentes sociais com orientações mais progressivas, que tendem a atribuir problemas a causas estruturais, e que se envolvem com o bem-estar social, estão mais inclinados a apoiar e a se engajar na prática em nível político. Também levantaram a hipótese de que os assistentes sociais que atribuem maior apreço aos objetivos sociais da profissão, que consistem na justiça social, no meio ambiente e na mudança social, estão mais propícios a se engajarem na prática política. Para isso, eles realizaram um estudo baseado em uma amostra por conveniência com 411 Assistentes

Sociais, de 27 agências de Serviço Social, em Israel. Dessa amostra, 83% trabalham em serviços assistenciais municipais ou governamentais, 13,61% no setor voluntário e 3,4% no setor com fins lucrativos.

Para desenvolver a pesquisa, Gal e Weiss-Gal (2008) e sua equipe promoveram palestras para os entrevistados sobre temas específicos, como teorias críticas em Serviço Social. Para evitar viés nas respostas, os questionários foram preenchidos pelos assistentes sociais antes das palestras. E nos locais em que as palestras não foram realizadas, os questionários foram colocados nas caixas de correios dos profissionais acompanhados, por uma carta explicando o objetivo e a importância do estudo e garantindo o seu anonimato. As questões de destaque foram: 1) Orientação socioeconômica e política; 2) Causas percebidas da pobreza; 3) Apoio ao envolvimento do Estado de Bem-Estar.

Os achados da pesquisa realizada por Gal e Weiss-Gal (2008) e sua equipe sugerem que, de acordo com a hipótese levantada, quanto mais progressiva a orientação socioeconômica dos assistentes sociais e mais inclinados a atribuírem a pobreza a fatores sociais e estruturais, mais apoio eles expressaram para a prática política e mais eles realmente se envolveram nela. As associações mais fortes foram entre a visão de que a pobreza está enraizada em causas sociais ou estruturais. Os resultados apontaram uma ligação, embora fraca, entre o que pode ser chamado de valores sociais igualitários e o apoio e envolvimento dos assistentes sociais na prática política.

No que se refere a valores profissionais, a hipótese levantada por Gal e Weiss-Gal (2008) também foi confirmada. Os autores afirmam que, como esperado, quanto mais os trabalhadores atribuíram importância a promover a justiça social como um objetivo do Serviço Social, maior seu apoio e engajamento na prática política. Sendo assim, esses dados são consistentes com o facto de que o objetivo primordial da prática política é a promoção da justiça social. Até porque, a constatação de que atribuir relevância ao aprimoramento dos recursos internos dos indivíduos estava associada à prática política, sugere que os assistentes sociais não veem, necessariamente, nenhuma contradição entre promover o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a justiça social por meio da prática política.

Segundo Gal e Weiss-Gal (2008) os resultados também demonstram que os valores sociais e profissionais estão mais fortemente associados ao seu apoio à prática política do que ao seu engajamento real nela. Com efeito, há apenas uma correlação moderada, embora significativa, entre seu apoio à prática política e seu envolvimento nela. Isso,

apesar de que seu apoio à prática de políticas e seu envolvimento nela, deve levar em conta que o apoio da prática de política prevê o engajamento mais do que qualquer outra variável.

Neste sentido, Gal e Weiss-Gal (2008) afirmam que, tanto em Israel quanto em outros países, a maioria dos locais de trabalho dos assistentes sociais, e de forma especial daqueles que desenvolvem suas atividades laborais no setor público, enfatizam micro e meso práticas e permitem pouquíssimas oportunidades para as práticas políticas. Além disso, outro obstáculo inerente aos próprios trabalhadores, é que alguns acreditam não possuir conhecimento, nem habilidades ou senso de competência para se envolver na prática política.

Gal e Weiss-Gal (2008) destacam que este estudo possui três limitações: 1) A amostra não é aleatória e isso pode levantar questões sobre a generalização dos achados; 2) Todas as variáveis foram medidas por autorrelato, que embora seja uma forma adequada de medir atitudes, não se pode negar que possa não ter tanta precisão; 3) Devido ao facto deste estudo ter utilizado um desenho de pesquisa transversal, as relações causais entre as variáveis não puderam ser medidas. Apesar dessas limitações, os achados do estudo lançam luz sobre o papel dos valores sociais e profissionais no apoio dos assistentes sociais para o engajamento na prática política e, por isso, ele é tão importante para compreensão da dimensão política da profissão.

Convém destacar que, na concepção de Gal e Weiss-Gal (2008), embora este estudo tenha sido direcionado para os assistentes sociais israelenses, suas descobertas para assistentes sociais em outros contextos nacionais são muito importantes, principalmente devido à escassez de estudos desse tipo no meio profissional. Até porque, o envolvimento na prática política continua a ser uma aspiração desejável, porém, em grande parte, não cumprida pelo Serviço Social em diferentes países. Por isso, ao fortalecer a compreensão estrutural da pobreza por parte dos assistentes sociais e seu apoio a um papel aprimorado do Estado ao lidar com questões de desigualdade e redistribuição, surgirá uma maior prontidão para se engajar na prática política.

Ainda em relação ao interesse de pesquisa com a dimensão política da profissão, em 2014, John Gal e Idit Weiss-Gal organizaram uma obra com resultados de pesquisas sobre a prática política em Serviço Social, envolvendo oito países: Austrália, Inglaterra, Israel, Itália, Rússia, Espanha, Suécia e Estados Unidos da América.

Gal e Weiss-Gal (2014a) enfatizam que a prática política deve ser muito claramente diferenciada da participação política. Participação política é um termo amplo, que

engloba vários tipos de participação política cívica por parte dos cidadãos, entre eles os assistentes sociais. Essa participação abrange um amplo espectro de atividades, que vão desde a candidatura a cargos políticos, até a participação em atividades políticas, como manifestações e comícios, e em campanhas eleitorais organizadas por partidos ou movimentos políticos e em nome de candidatos a cargos, contribuições financeiras para partidos políticos e simplesmente votar nas eleições.

Reforçando esta concepção, Amaro (2015), explica que a dimensão política que o Serviço Social assume deve ser diferenciada de uma política partidária, isto é,

Entende-se o Serviço Social como político, não no contexto da luta partidária pelo poder, mas do ponto de vista em que exerce uma ação, que obedece a um pensamento, sobre o tecido societário, colocando-se na esfera pública do diálogo, da concertação e da negociação (Amaro, 2015, p. 168).

Convém esclarecer ainda, que a dimensão política da profissão não é sinônimo de militância política. Neste sentido, Damasceno (2020) registra que:

Entendemos que a militância política dos profissionais engajados convive com a prática profissional, mas não se trata disto quando discutimos a dimensão política da profissão que é o reconhecimento da sua natureza enraizada nas contradições e disputas da sociedade (Damasceno, 2020, p. 243).

Dentro desta concepção, e na orientação de ressaltar a relevância da dimensão política (e não partidária) do Serviço Social e a aclamação da leitura crítica da realidade social, Silva (2011, p. 309) ressalta que prática profissional e militância política são ações diferentes. A estudiosa esclarece, ainda, que “a militância política é uma prática desenvolvida no nível das instâncias organizativas da sociedade como sindicatos, associações, partidos, movimentos, etc. É desenvolvida na esfera da cidadania e não na esfera da ação profissional” (p. 309).

Silva (2011) deixa bem claro que a dimensão política da profissão aparece a partir do lugar educativo que a prática assume, “ou seja, a dimensão política do Serviço Social, enquanto profissão, se expressa na sua atuação como prática inibidora ou estimuladora da luta política das classes, considerando a sua inserção no interior das relações sociais contraditórias” (pp. 309, 310).

Em relação à vinculação da profissão com uma prática estimuladora da luta política, Silva (2011) destaca que o projeto profissional de ruptura representou o “deslocamento da base positivista-funcionalista e pela aproximação com a tradição marxista; pela desmistificação da pretensa neutralidade da ação profissional[...]; e pela perspectiva de orientar-se por um projeto político, tendo como horizonte a transformação social” (p. 30).

Voltando à questão da aparência e da essência da prática profissional, Silva (2021, p. 33) destaca que ela não pode se limitar ao repasse de benefícios sociais que representam apenas a sua aparência. “A essência da prática profissional deve ser buscada na inserção dos profissionais no jogo das relações de classes sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural” (p. 33). E a partir deste entendimento, a autora enfatiza mais uma vez que o profissional deve ter como horizonte da sua prática o movimento de transformação social da realidade, rejeitando toda forma de neutralidade e percebendo a prática profissional como espaço de luta e contradições.

Silva (2021) ressalta, ainda, que a dimensão política da prática profissional “situá o Serviço Social como uma profissão participante do processo de reprodução de interesses contraditórios, dada a sua inserção no contexto das relações sociais” (p.128). Nesse sentido, a estudiosa destaca “a necessidade de um compromisso do assistente social com os setores populares” (Silva, 2021, p. 128).

Diante do exposto, é possível perceber que a dimensão política da profissão requer uma aproximação da intervenção profissional com a perspectiva macro, pois seus valores orientadores se aproximam da luta coletiva pela transformação social, na busca permanente pela garantia dos direitos humanos.

1.2. A Intervenção em Serviço Social e seus Valores Orientadores na Política Social

A intervenção em Serviço Social precisa ter uma orientação voltada para os direitos humanos. Neste sentido, Martins (2021) afirma que, por meio da equidade, respeito pela diversidade e solidariedade, o Serviço Social acompanhou a construção de uma nova consciência social que acabou por tornar os Estados em agentes de bem-estar, e como tais, assentiu os direitos por meio dos sistemas de proteção social, rejeitando as desigualdades, a discriminação, a opressão e outros meios de exclusão social ou de práticas injustas.

Os contextos profissionais cotidianos remetem para uma centralidade inequívoca da defesa do interesse público e dos cidadãos mais vulneráveis, bem como na participação dos assistentes sociais para melhores políticas sociais vinculadas a distintos níveis de promoção de bem-estar social. Este é um espaço privilegiado para o exercício profissional em que **a intervenção social deve reger-se por práticas transformadoras que cumpram com os objetivos dos direitos humanos e da justiça social** [ênfase adicionada] (Martins, 2021, p. 34).

Neste sentido, Martins (2021, p. 38) explica que as políticas públicas servem para regular as divergências na sociedade, para organizá-la, para redistribuir recursos ou recompensas simbólicas e implementar serviços. “Daqui destacamos a ideia de que as políticas são escolhas, podendo ser moldadas por via de ação política e em prol do interesse coletivo” (p. 38).

O Serviço Social no século XXI tem de ocupar um papel pró-ativo na conceção e desenvolvimento de políticas, bem como na sua avaliação, monitorização e legitimação. Esta pode ser concretizada através de uma práxis entre a análise política, a intervenção pela mudança social e o combate às desigualdades e opressões sociais por via de mecanismos e processos políticos mais eficientes e justos para com todos os cidadãos. O conhecimento da realidade e necessidades humanas específicas permite que o seu saber no campo da teoria se traduza num nível de autoconsciência que sustente a defesa e tomada de posição política (Martins, 2021, p. 42).

Martins (2021) registra, então, que a relação dos assistentes sociais com as populações, com os territórios e com as dinâmicas da realidade social, possibilita que eles sejam agentes mais capacitados para leitura e análise dos sistemas de proteção social. Além disso, ainda afirma que a prática política propicia a influência de decisões por meio de um processo racional e estruturado que identifique soluções claras e objetivas, como também alternativas de atuar na esfera pública, de uma forma flexível, dinâmica e criativa. Sendo assim, contribuindo para fortalecer a função política do Estado, o Serviço Social pode realizar estudos diagnósticos, possibilitando a avaliação e elaboração das políticas. “A reflexão crítica permite ao Serviço Social contribuir para o quadro de políticas sociais em muitos aspectos que transcendem a legislação pura, como conciliar

as questões legais com a promoção da autonomia das pessoas e comunidades” (Martins, 2021, p. 43).

Neste sentido, convém trazer uma conceituação sobre política social e suas características na contemporaneidade. Dessa forma, Martins (2018a) registra que na sociedade capitalista a política social é um espaço contraditório de lutas de classes, impacto entre diversos poderes que se legitimam historicamente, de acordo com a correlação de forças correntes na distinção dos projetos sociais existentes. Por isso, é fundamental resgatar a ideia de compreensão do sujeito como ser social, pertencente a uma classe social e capaz de intervir na realidade social, não reforçando o modo capitalista de pensar.

Compactuando com esse pensamento, Faleiros (1991) afirma que uma área na qual é imprescindível se considerar o movimento real e concreto das forças sociais e de toda conjuntura é o campo da política social. Sendo assim, a análise da política social requer, metodologicamente, uma profunda observação do movimento do capital, e paralelamente, da sua reprodução, tanto de forma imediata quanto a longo prazo. Para o autor é indispensável considerar, também, as conjunturas econômicas e os movimentos políticos para a compreensão das políticas sociais.

As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologistas de esquerda soem dizer, afirmado que as políticas sociais são instrumentos de manipulação, e de pura escamoteação da realidade de exploração da classe operária (Faleiros, 1991, p. 55).

Faleiros (1991) esclarece que essas duas concepções são mecanicistas e não se baseiam na correlação de forças, pois as políticas sociais precisam ser compreendidas “no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas” (p. 55).

Nesta perspectiva, Faleiros (1991) afirma que é preciso ficar bem claro que as políticas sociais conduzidas pelo Estado reproduzem “o resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” (p. 41).

Seguindo esta linha de pensamento, Montano (2009) destaca três funções das políticas sociais: 1) Função Social: clara e real função de redistribuição dos recursos sociais (no entanto, esta função mascara as funções essenciais dessa política); 2) Função Econômica: contribui para reverter o subconsumo, para o barateamento da força de trabalho e para a acumulação ampliada do capital; 3) Função Política: espaço de disputa de interesse entre classes, expressões de correlações de forças e das lutas presentes na sociedade.

Montano (2009) ainda enfatiza que o assistente social surge como um profissional que tem a função expressa de executor de políticas sociais, e que o Estado é a fonte privilegiada do emprego deste profissional, que geralmente apresenta demandas organizacionais segmentadas, transformando a questão social em problemas isolados. Dessa forma, “pede-se ao assistente social atividades de triagem, encaminhamento, relatórios, comunicação e divulgação de ações, coordenação de grupos, etc., ou seja, respostas imediatas a demandas emergenciais” (Montano, 2009, p. 106).

Todavia, quando o assistente social é crítico, comprometido e qualificado acaba não se conformando com demandas imediatistas e rotineiras.

Ele procura ir além delas e desenvolver outro tipo de prática -que incorpore as demandas (do empregador), mas que transcenda (atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade[...] Um profissional crítico, teoricamente sólido e atualizado é um ator que questiona, que propõe, que tem autonomia relativa (política e intelectual), mas é, fundamentalmente, um profissional que não responde “imediatamente” às demandas finalistas e emergenciais da organização. **Desde a demanda até a resposta, este profissional interpõe reflexão crítica, análise da realidade, organização e/ou participação dos usuários** [ênfase adicionada] (Montano, 2009, p. 107).

Convém destacar que, conforme pesquisa realizada por Behring e Boschetti (2016), desde a época dos estudos de Marx sobre a legislação fabril da Inglaterra, até às mais atuais obras no campo marxista, principalmente a partir dos anos 1970, “problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes” (p. 37). O objetivo é a demonstração dos limites e das possibilidades na produção dessa política. Todavia, as autoras ressaltam que este não é um campo de estudo homogêneo.

Behring e Boschetti (2016) enfatizam que as políticas sociais “não podem ser percebidas apenas em uma expressão fenomênica. Buscamos captar o seu movimento essencial na sociedade burguesa” (p. 39).

Assim, descobrir o essencial dos fenômenos, na perspectiva crítica dialética, pressupõe situá-la na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta que, antes do fenômeno pode ser apreendida como um movimento da totalidade [...] A totalidade comprehende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões internas, necessárias à sua apreensão (Behring & Boschetti, 2016, p. 40).

Neste sentido, Behring e Boschetti (2016) afirmam que o estudo das políticas sociais deve considerar: 1) Sua múltipla causalidade; 2) As conexões internas; 3) As relações entre suas várias manifestações e dimensões. As autoras ressaltam que, dentro da dimensão histórica, é fundamental relacionar o seu surgimento com as expressões da questão social; na dimensão econômica, é preciso estabelecer as relações da política social com as questões estruturais e com seus efeitos na produção e reprodução de vida da classe que vive do trabalho; na dimensão política, a preocupação em reconhecer e identificar as posições operadas pelas forças políticas em confrontamento; e na dimensão cultural, considerar os sujeitos políticos e seus valores.

Behring e Boschetti (2016) ainda afirmam que a mobilização e organização dos trabalhadores foram essenciais para a concretização das políticas sociais, por isso “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo do movimento de organização e pressão da classe trabalhadora” (p. 64).

Após estas breves considerações teóricas sobre a política social, é importante ressaltar que Martins (2021) esclarece que o assistente social, ao atuar com essas políticas, realiza uma intervenção que se fundamenta com a aproximação das “pessoas, famílias, grupos e comunidades que se focalizam em aspectos mais concretizados à escala micro e meso dos níveis de intervenção social, não tendo tido grande execução a nível macro” (p. 44). Todavia, a autora afirma que a intervenção social deve articular os três níveis.

Martins (2012) sistematiza um quadro referente aos níveis de Intervenção do Serviço Social que se torna essencial para a compreensão da dimensão política da profissão:

Quadro 2 – Níveis de Intervenção do Serviço Social

<p>Micro - Designada como prática direta com indivíduos, família, etc. em que se prestam serviços diretamente com as pessoas através da contacto presencial. Não se limita à realização de atendimento, estendendo-se durante todo o acompanhamento social. Pode também incluir atividades da prática indireta, mas numa relação mais restrita com os princípios visados nos processos de intervenção.</p>
<p>Meso – Ocorre a um nível menos restrito que os processos de relações interpessoais associadas ao nível micro. Engloba uma implicação mais coletivo institucional/organizacional ou entre grupos/sistemas (meio escolar, ambiente profissional, associações de vizinhança etc.). Tendo em conta as dinâmicas relacionais na articulação de recursos no domínio interorganizacional envolve sistemas e serviços disponíveis, parceiros e redes institucionais, articuladas num trabalho colaborativo.</p>
<p>Macro – Remete para processos de transformação social mais abrangentes no domínio legislativo e de ações programáticas ao nível do planeamento, gestão e avaliação de programas e políticas públicas e sociais. Situa-se no âmbito de uma atuação influente nas mudanças estruturais e de proteção política dos grupos mais desprotegidos ou socialmente vulneráveis</p>

Fonte: Elaborado por Inês Castilho-Martins. Disponível no livro: Manual para Intervenção Social (organizado por Joaquim Fialho), Cap II – O Conhecimento e a Prática Política na Intervenção Social (p. 44)

Mais uma vez é preciso retomar o pensamento de Amaro (2015) que ressalta que, a nível macro, a dimensão política do Serviço Social aparece ligada à justiça social, à democracia e aos direitos humanos e sociais. Por isso, este nível é essencial para que a profissão possa oportunizar a mudança e a justiça social. Além disso, segundo Martins (2021), o Serviço Social como profissão tem como essência o compromisso e o desafio diante das estruturas opressoras, de combater a desigualdade e de defender a justiça social, a fim de assegurar a equidade social e econômica e promover a dignidade da pessoa humana.

Entretanto, Martins (2021) lembra que as políticas neoliberais na atualidade propiciaram o agravamento da desigualdade social, principalmente com as privatizações na área das políticas que divergem dos valores universais do Serviço Social. Com isso, segundo a autora, ocorre um distanciamento da profissão da crítica política, chegando até

a existir a falta de entendimento do conceito da prática política no Serviço Social e também na própria formação, visto que competências associadas a esta prática são insuficientes na maioria das escolas de Serviço Social, “podendo verificar-se que os atuais planos de estudo se centram numa perspectiva mais teórica e evolutiva das políticas sociais e dos modelos de bem-estar, do que na transmissão de ferramentas à participação, prática e advocacia política do Assistente Social” (Martins, 2021, p. 49).

Compactuando com esse pensamento, Branco (2017) afirma que para se pensar o lugar do Serviço Social na execução da política social é necessário elaborar um olhar informado, não só situando sua relação em uma perspectiva histórica, mas também estudando à luz dos atuais debates sobre políticas públicas, inserindo o Serviço Social enquanto um ator político no processo da política social.

Para Branco (2017) a envolvente relação entre Serviço Social e política social justifica-se, no que se refere à genealogia da profissão, associar-se aos movimentos sociais de resposta às questões sociais e urbanas na virada do século XIX para o XX; como também na compreensão, pelas mais conceituadas pioneiras do Serviço Social, da reforma social como uma das duas dimensões formantes; quer ainda, na importância que a política social assume na reconceitualização do Serviço Social pelos movimentos críticos, que surgiram a partir da década de 60, na América do Norte, na América Latina e em alguns países europeus. “Este conjunto de factores pode explicar a relevância que é atribuída à Política Social por diferentes teorias em Serviço Social, como uma das dimensões de sua prática” (Branco, 2017, p. 61).

Segundo o entendimento de Branco (2017), a política social aparece como uma das dimensões da prática do Serviço Social e encontra-se dentro de uma expressiva diversidade de modelos e teorias do Serviço Social, e não somente nas abordagens críticas e radicais que, por privilegiarem “a intervenção nas dimensões estruturais que estão na base dos problemas sociais que se revelam na vida dos ‘utentes’ do Serviço Social, valorizam naturalmente a dimensão sociopolítica da prática” (Branco, 2017, p. 62).

Branco (2017) ainda entende que, em outro plano, é possível constatar que o lema de ligação dos assistentes sociais na política social está da mesma forma “consagrado quer nas orientações curriculares para a formação em Serviço Social, como se verifica nas Global Standards For Social Work Education and training, estabelecidos pela Federação Internacional de Assistentes Sociais [...] e nos referenciais estabelecidos para a formação” (p. 63).

Neste sentido, Branco (2017) explica que a revalorização do Serviço Social na execução da política social como uma dimensão importante da sua realização, não implica em restringir o papel do Serviço Social à aplicação da política social. Todavia, segundo o autor, este papel pode ser alargado: 1) À influência sobre a agenda da política social; 2) Ao estudo e análise dos problemas sociais; 3) À avaliação da política social.

Sendo assim, para Branco (2017), a prática da política social no Serviço Social deve ser compreendida como uma abordagem na qual essa política e a intervenção direta se combinam: 1) Na formulação e na instauração de novos programas e medidas de política social; 2) Na melhoria da política social atual nas organizações locais e nacionais, conforme os valores do Serviço Social.

Branco (2017) lembra, ainda, que para Gal e Weiss-Gal, esse envolvimento dos assistentes sociais na prática da política social é instigado por três dimensões: 1) Oportunidade – Refere-se à natureza e diversidade das instituições políticas que acomodam o processo da política social e que ordenam as regras formais e informais, segundo as quais este se desenvolve; 2) Facilitação – Expede para as organizações em que os assistentes sociais desenvolvem a sua atividade, cujas características e cultura são capazes de efetivar um papel fundamental na facilitação da prática da política social; 3) Motivação – Remete-se ao assistente social individualmente considerado na sua inclinação para a prática da política social, entendendo-a como um componente identitário da profissão.

No caso português, o estatuto jurisdicional frágil e o prestígio profissional desvalorizado da profissão, a cultura política portuguesa, caracterizada por uma baixa participação e proactividade, e as tendências de retracção do Estado Social, não geram nem a oportunidade nem a facilitação que poderiam impulsionar um maior envolvimento da profissão de Serviço Social na influência das políticas sociais em Portugal. No entanto, são diversas as estratégias possíveis de ser adoptadas com o intuito de influenciar a política social nas diferentes fases do seu ciclo de desenvolvimento (Branco, 2017, p. 68).

Ao se reportar à intervenção social na realidade brasileira, Vasconcelos (2002) afirma que os assistentes sociais que pretendem romper com as práticas conservadoras, precisam se abster da reprodução do processo de trabalho capitalista, a fim de buscar a ruptura com as formas capitalistas de pensar, indo além da prestação da assistência e optando por um trabalho que resulte em um processo educativo. Esse trabalho consciente requer que o

assistente social tenha “a capacidade de antecipar, de projetar, capacidade que não está dada, mas é um fim a alcançar, algo a construir” (Vasconcelos, 2002, p. 114).

Seguindo este mesmo raciocínio e ao abordar sobre o projeto de intervenção como um instrumento para estabelecer relações entre o assistente social e a instituição, Martins (2018a) afirma que

A concretização do projeto de intervenção torna-se indispensável sob vários ângulos: por ser uma estratégia que concilia a dimensão de investigação e a **dimensão política da profissão** [ênfase adicionada], por possibilitar a elucidação das mediações ultrapassando a racionalidade formal e abstrata que reforça a tendência conservadora do “olhar” profissional, transpondo-a para a racionalidade crítica e dialética (Martins, 2018a, p. 145).

Ademais, Martins (2018a) também comenta que é preciso ter a consciência de que o Serviço Social é uma profissão sócio-histórica e conjuntural, que possui como objeto de intervenção as expressões da questão social. Por isso, o assistente social enfrentará questões políticas e históricas que são fruto de determinações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Neste sentido, a dimensão política da profissão precisa ser fortalecida na categoria profissional, pois as expressões da questão social estão claramente presentes. Em vista disso, é importante lembrar que, no entendimento de Iamamoto (2003), a questão social demanda a necessidade das políticas sociais no âmbito das relações entre as classes e o Estado; além disso, a nova peculiaridade no enfrentamento da questão social passa a ser organizada de modo a atender a um duplo requisito: favorecer a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos preceitos da segurança nacional.

No que diz respeito ao duplo requisito de favorecer a acumulação de capital e ao mesmo tempo atender a segurança nacional, Netto (1996) diz que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. O autor esclarece que este processo é todo tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz brotar em toda a escala societária.

Outrossim, Netto (1996) acrescenta que é só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica, que a

questão social se põe como alvo de políticas sociais. Registra ainda, que a intervenção social, sobre a questão social, realiza-se com a sua fragmentação e parcialização. Dessa forma, tornar a questão social como problemática configuradora de uma totalidade específica é remetê-la concretamente à relação capital x trabalho, diz o autor, e isto significa colocar em xeque a ordem burguesa.

Neste sentido, Barroco (2005) explica que a questão social está organicamente conectada à emergência do proletariado no cenário político, reivindicando direitos sociais. Essas reivindicações são uma expressão específica de lutas mais gerais, de caráter revolucionário, acumuladas pelos trabalhadores, no âmbito da sociedade moderna. A autora ainda acrescenta que a articulação entre as funções econômicas e políticas do Estado implica a obtenção do consenso necessário à sua legitimização, o que se evidencia mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais. É assim que se colocam condições para que, contraditoriamente, o Estado burguês responda às necessidades do capital e incorpore parte das demandas e reivindicações dos trabalhadores. Sendo assim, é sob tais condições que as sequelas da questão social tornam-se objeto de intervenção sistemática do Estado, materializadas em políticas sociais que, de modo contraditório, atendem a necessidades antagônicas. Ou seja, o Estado busca controlar as classes oprimidas e ao mesmo tempo legitimar-se como representativo de toda a sociedade.

Compactuando com esse pensamento, Pereira (2002) esclarece que a elevação da proteção social ao contexto do direito do cidadão e dever do Estado significou um avanço político-institucional de relevância no âmbito da regulação do Estado. Entretanto, a autora lembra que essa ascensão ocorreu imbuída de conflitos de classes. “Nesses conflitos, ganha proeminência a histórica participação dos trabalhadores em sua luta contra o despotismo do capital e o poder tendencialmente concentrador do Estado” (Pereira, 2002, p. 33).

Ademais, Pereira (2002) destaca que a Constituição de um país consiste no principal agente de garantia de direitos. Todavia, o Estado constitucional não deve ter a intenção de colonizar a sociedade e, sim, deve ser um Estado Democrático, ou seja, um Estado que abraça a participação da sociedade nas discussões sobre as decisões de interesse coletivo; e, também, um Estado que guarde o compromisso com o bem-estar da sociedade.

Reportando-se à realidade brasileira que apresenta uma pobreza estrutural, percebe-se uma ausência de um Estado Protetor no decorrer da sua trajetória histórica; todavia, com a Constituição de 1988, começa a florescer, pelo menos teoricamente, os indícios de

um Estado Social, compensando todo um atraso provocado pela existência de um Estado de Mal-estar Social na sociedade brasileira. Esta Constituição, que é cidadã por natureza, passa a conceber cidadãos na perspectiva dos direitos humanos.

Já a Constituição da República Portuguesa, de 1976, afirma que Portugal é uma República soberana baseada na dignidade da pessoa humana (art 1º) e acrescenta que o país preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão (Inciso 2, do artigo 7º). Além disso, como tarefa fundamental do Estado, ela assegura: b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais...d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais (art 9º).

Na Parte I, a Constituição da República Portuguesa de 1976, trata dos direitos e deveres fundamentais e apresenta, no Título I, entre outros princípios, a universalidade e a igualdade. No título II, trata dos direitos, liberdades e garantias, destacando o direito à vida (art 24) e a integridade pessoal (art 25). Desse modo, percebe-se que se trata de uma Constituição Democrática e baseada na concepção de direitos humanos.

Sendo assim, a proteção do Estado, apesar de ser essencial para a própria perpetuação da sociedade capitalista, é ao mesmo tempo fundamental para a garantia dos direitos humanos. Por isso, o assistente precisa se apropriar da dimensão política da sua profissão para entender as contradições da sociedade em que atua e desenvolver sua prática com destaque para a intervenção macro.

1.3. O Paradigma Transformativo e seu Enraizamento com os Direitos Humanos

Conforme já relatado na introdução, por meio do livro de Creswell e Creswell (2021), a autora desta tese e suas orientadoras foram apresentadas ao Paradigma Transformativo e, através de Donna Mertens (2005, 2009 e 2018), aprofundaram seus estudos em relação a este tema, a fim de publicar artigos em revistas brasileiras e apresentar trabalhos em Seminários e Congressos.

Em artigo publicado em 2023, no livro *Ciências Sociais Aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional*, intitulado *A Interface entre a Prática Reflexiva do Serviço Social e a Dimensão Política da Profissão*, Anjos e Amaro (2023) introduzem, nos países de língua portuguesa, a conceituação de Mertens sobre o Paradigma Transformativo:

Mertens (2005) explica que o paradigma transformativo abrange teóricos críticos, pesquisadores da ação participativa, marxistas, feministas, minorias raciais e étnicas e pessoas com deficiência (os sujeitos ativos da pesquisa), entre outros. A estudiosa afirma rejeitar o rótulo “teoria crítica” para este paradigma porque a teoria crítica é apenas uma abordagem possível que se encaixa sob o guarda-chuva transformativo. O paradigma transformativo aborda diretamente a política em pesquisa ao confrontar a opressão social em qualquer nível em que ela ocorra (Anjos & Amaro, 2023a, p. 142).

No mesmo ano, as pesquisadoras publicam um artigo na Revista Macambira, sob o título *A relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que envolvem temas sociais*. Nesse estudo, Anjos e Amaro apresentam uma síntese do pensamento de Donna Mertens:

Mertens (2009) registra que o conjunto de crenças que cada pesquisador mantém com sua visão de mundo sobre a natureza da realidade (ontologia), a natureza do conhecimento (epistemologia) e a natureza ética e humana (axiologia), reflete-se nas abordagens que o pesquisador escolhe para empregar na prática. Neste sentido, a autora conceitua o paradigma como uma construção metafísica associada a pressupostos filosóficos específicos (crenças básicas) que descrevem uma visão de mundo (Anjos & Amaro, 2023b, p.3).

Para Mertens (2009), quatro sistemas básicos de crenças são relevantes para definir um paradigma: 1) Ética (axiologia); 2) Realidade (ontologia); 3) Natureza do conhecimento e relação entre o conhecedor e o que se quer saber (epistemologia); 4) Abordagem adequada à investigação sistemática (metodologia). Em relação à ética, três princípios básicos estão subjacentes à pesquisa: respeito, beneficência e justiça. No sentido ontológico, é preciso ter uma suposição sobre o que é real e decidir que tipo de evidência aceitar para estabelecer as dificuldades das pessoas e o caráter conceitual construído socialmente. Epistemologicamente, é necessário se aproximar dos participantes para realmente entender suas experiências. Metodologicamente, existem escolhas que vão além dos métodos mistos para incluir dados sobre a realidade, de tal forma que seja possível adquirir confiança do que é realmente capturado da realidade.

Neste sentido, Mertens (2009) aborda que o mundo da pesquisa está operando com vários paradigmas concorrentes: o pós-positivista, o construtivista, o transformativo e o pragmático. Assim, cada paradigma está associado a seus próprios pressupostos filosóficos sobre ética, realidade, relacionamentos e metodologia. Por isso, as características que definem o paradigma transformativo colocam: 1) Importância central nas vidas e experiências de comunidades que são empurradas para a margem da sociedade; 2) Análise nas relações de poder assimétricas; 3) Os resultados de investigação social são vinculados à ação.

Mertens (2009) argumenta então que o paradigma transformativo possui pressupostos básicos que incluem: 1) Axiologia: As escolhas éticas em pesquisa precisam incluir uma percepção de que a discriminação e a opressão são generalizadas, e que os pesquisadores têm a responsabilidade moral de compreender as comunidades em que trabalham. 2) Ontologia: O pressuposto ontológico transformativo rejeita o relativismo cultural e investiga as questões de poder que levam a diferentes definições, reconhecendo que múltiplas realidades são socialmente construídas, e que é necessário identificar explicitamente os valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, de gênero e deficiência que fundamentam as definições de realidades; 3) Epistemologia – O conhecimento não é absoluto nem relativo; ele é construído em um contexto de poder e privilégio com consequências ligadas à qual versão do conhecimento é privilegiada. Para conhecer a realidade de uma comunidade, é necessário estabelecer um vínculo interativo entre o pesquisador e os participantes do estudo, até porque o conhecimento está social e historicamente localizado dentro de um contexto cultural complexo; 4) Metodologia: Um pesquisador pode escolher métodos quantitativos ou qualitativos ou mistos. No entanto, deve haver um vínculo interativo entre o pesquisador e os participantes na determinação da definição do problema; os métodos devem ser ajustados para acomodar a complexidade cultural; as questões devem ser abordadas explicitamente; e as questões de discriminação e opressão devem ser reconhecidas (Anjos & Amaro, 2023b, p. 4).

Além disso, convém destacar que ao se reportar a suposição axiológica, Mertens (2009) registra que o pressuposto axiológico transformador promove os princípios de

respeito, beneficência e justiça em várias frentes. O respeito é examinado criticamente em termos das normas culturais de interação em diversas comunidades e entre grupos culturais. A beneficência é definida em termos de promoção dos direitos humanos e aumento da justiça social. Já a suposição ontológica do paradigma transformativo, sustenta a realidade que se aceita como verdadeira, ela é sempre construída. O pressuposto da ontologia transformativa rejeita uma perspectiva de relativismo cultural e reconhece a influência do privilégio na determinação do que é real e as consequências de aceitar diferentes percepções da realidade.

Já em relação à suposição epistemológica, Mertens (2009) afirma que ela descreve a natureza do conhecimento e o tipo de relação entre o pesquisador e os participantes. Dessa forma, é caracterizada por uma estreita colaboração entre pesquisadores e participantes do estudo. A relação é interativa e fortalecedora. Dessa forma, no paradigma transformativo entender a cultura e construir confiança são considerados primordiais, todavia existem focos de tensão, principalmente ao se estudar grupos de cultura dominante. Quanto às premissas metodológicas, as decisões são tomadas com consciência de fatores contextuais e históricos, especialmente no que se refere à discriminação e à opressão. Além disso, metodologicamente, este paradigma nos leva a ressignificar não apenas a compreensão da visão do mundo, mas também as decisões metodológicas. A amostragem precisa ser ressignificada para revelar os perigos do mito da homogeneidade, para entender quais dimensões da diversidade são importantes em um contexto específico, para evitar danos adicionais à população usando rótulos, como “em risco”, que podem ser degradantes, e reconhecer as barreiras que existem para fazer parte de um grupo que pode contribuir para os resultados da pesquisa.

Sendo assim, Mertens (2009) esclarece que o paradigma transformativo leva o pesquisador a:

- 1) Reconsiderar as decisões de coleta de dados para que esteja o pesquisador mais inclinado a usar métodos mistos;
- 2) Conscientizar-se dos benefícios de envolver os membros da comunidade nas decisões de coleta de dados e da adequação dos métodos em relação às questões culturais envolvidas;
- 3) Construir confiança para obter dados válidos;
- 4) Fazer as modificações que forem necessárias;
- 5) Vincular os dados coletados a uma ação prática (ou social) de promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Mertens (2009) então, afirma que a dimensão política da pesquisa refere-se ao direito e à capacidade das pessoas de se manifestarem nas decisões que as afetam e que pretender gerar

conhecimento sobre elas. Afirma a importância de libertar as vozes abafadas daqueles que são reprimidos pelas estruturas de classe e pelo neocolonialismo, pela pobreza, sexism, racism and homofobia. Neste sentido, Mertens (2009) afirma que são gastos muitos dólares e é empreendido muito esforço em pesquisas e avaliações destinadas a investigar questões críticas na sociedade, como alfabetização, saúde mental, vícios, violência, pobreza e doenças. Todavia, as pessoas que nascem em circunstâncias associadas a uma maior probabilidade para a discriminação e opressão (devido a fatores físicos, históricos, econômicos ou outros) continuam a ter um menor acesso a recursos, como também possuem uma menor probabilidade de ter uma maior qualidade de vida (devido a motivos educacionais, ou de saúde, ou psicológico ou até mesmo a variáveis sociais) (Anjos & Amaro, 2023b, p. 4).

Ademais, Anjos e Amaro ainda esclarecem que

A autora californiana explica, então, que o paradigma transformativo surgiu como resposta a indivíduos que foram empurrados para as margens da sociedade no decorrer da história e que estão encontrando um espaço para introduzir suas vozes dentro do mundo da pesquisa. Essas vozes, compartilhadas com acadêmicos que trabalham como parceiros para apoiar o aumento da justiça social e dos direitos humanos, refletem-se na mudança para crenças transformadoras na orientação de pesquisadores e avaliadores. Nesta perspectiva, Mertens (2009) apresenta o paradigma transformativo como uma estrutura metafísica abrangente para abordar as anomalias que aparecem quando pesquisadores, avaliadores e membros da comunidade manifestam frustração por seus esforços estarem aquém da marca desejada em termos de justiça social. Neste sentido, a pesquisadora registra que é imprescindível basear a pesquisa em pressupostos que deem prioridade à promoção da justiça social e dos direitos humanos, utilizando o envolvimento da comunidade e metodologias de pesquisa que possibilitem uma maior realização da mudança social (Anjos & Amaro, 2023b, p. 5).

Neste sentido, Anjos e Amaro continuam explicitando que

Mertens (2009) argumenta então que o paradigma transformativo repousa em três pontos: 1) Os desafios contínuos no mundo; 2) A necessidade de reconhecer que

tratar de questões de poder, discriminação e opressão pode desempenhar um lugar essencial na correção das desigualdades; 3) Evidências de apoio de estudos referentes ao potencial de mudança social quando pesquisadores e avaliadores operam dentro dos pressupostos do paradigma transformativo. No entendimento de Mertens (2009), o Paradigma Transformativo está enraizado em uma agenda de direitos humanos e encontra-se refletido na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948. A autora salienta que embora as declarações das Nações Unidas estejam inseridas em um contexto multilateral, elas propiciam orientação para compreender uma base para um trabalho transformador tanto a nível nacional quanto internacional, até porque os direitos humanos consistem em uma questão globalmente relevante. A autora californiana Mertens (2009) registra que a Declaração Universal da Organização das Nações Unidas possui uma linguagem que indica que todos são titulares dos direitos humanos. Mas a autora lembra que as Nações Unidas chegaram a reconhecer que sua declaração não resultou no gozo dos direitos nela contidos para todas as pessoas. Eles observaram que era necessária uma atenção específica para os grupos que não estavam usufruindo destes direitos em virtude da raça, deficiência, sexo, idade, posição política ou status na força de trabalho. Assim, em 1969, eles aprovaram a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; em 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência; em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; em 1990, a Convenção sobre os Direitos das Crianças e a Convenção Internacional de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias; em 2006, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. Estes documentos priorizavam assegurar a compreensão e o respeito pela dignidade da pessoa humana (Anjos & Amaro, 2023b, p. 7).

Seguindo este raciocínio, Anjos e Amaro afirmam ainda que

Mertens (2009) explica então que o paradigma transformativo fornece um guarda-chuva metafísico com o qual é possível explorar semelhanças nas crenças básicas que fundamentam as abordagens de pesquisa e avaliação que foram rotuladas de teoria crítica, teoria feminista, teoria racial crítica, participativa, inclusiva, baseada em direitos humanos. Ele ainda estende o pensamento em estratégias de

investigação democráticas e responsivas. Para isto é fundamental incluir no trabalho de pesquisa a identificação de dimensões relevantes da diversidade e de sua relação com a discriminação e opressão no mundo. Neste sentido, Mertens (2009) comenta que um aspecto de destaque no paradigma transformativo consiste na inclusão consciente de uma ampla gama de pessoas que geralmente são excluídas da sociedade dominante. As características relevantes precisam ser cuidadosamente identificadas em cada contexto, e as dimensões da diversidade historicamente associadas à discriminação, como, por exemplo: raça, etnicidade, gênero, deficiência, classe social, religião, idade e orientação sexual. Mertens (2009) explica que o paradigma transformativo fornece uma estrutura filosófica ao abordar estas questões e se baseia em um rico suporte acadêmico de pesquisa de métodos mistos. Sendo assim, o paradigma transformativo, enquadrado em uma perspectiva histórica, é compatível com os ensinamentos do educador Paulo Freire, que trabalhou para conscientização dos oprimidos no Brasil por meio da educação transformadora. Além disso, este paradigma fornece orientação metodológica para pesquisadores que trabalham com comunidades culturalmente complexas no interesse de desafiar o status quo e promover a justiça social (Anjos & Amaro, 2023b, pp. 7, 8).

E Anjos e Amaro continuam a ressaltar que

No entendimento de Mertens (2009) o paradigma transformativo induz o pesquisador a fazer as seguintes perguntas: - Qual o papel do pesquisador em descobrir o que não foi declarado explicitamente no contexto do clima atual da pesquisa? – Que perigos existem ao aplicar a conceituação da investigação científica sem considerar as dimensões da diversidade? – O que está implícito no mandato de pesquisa quando aplicados a populações extremamente diversas? Quais são as implicações éticas de atribuir aleatoriamente participantes a condições de pesquisa quando outras evidências apoiam um determinado curso da ação como tendo uma probabilidade maior de eficácia? Quais são os denominadores comuns e as facetas únicas associadas a africanos, afro-americanos, latinos, feministas, pessoas com deficiência, povos indígenas e outros que foram empurrados para as margens da sociedade quando vistos em relação às forças de discriminação e de opressão? Mertens (2009) se refere a Gilmore e

Smith (2005) alegando que eles observam que “research that does not conform to the prevailing academic genres is still at risk of being sponsored or denigrated as ‘non-academic study’” (Gilmore & Smith, 2005, p. 78). No entanto, correr o risco de mesclar o gênero acadêmico com as convenções do pesquisado é um indício de solidariedade comunitária. Sendo assim, os pesquisadores têm muito a aprender com os pesquisados. Interessante ressaltar que para Mertens (2009) a necessidade da pesquisa transformativa é evidenciada pelos eventos que ocorrem na atualidade, pela literatura acadêmica e pelas vozes daqueles que vivem em um mundo que concede privilégios a alguns e nega a outros. A autora lembra que a pesquisa precisa ser um instrumento de justiça social, por isso os pesquisadores devem se interrogar sobre questões como:- Como a pesquisa deve ser conduzida com meio de interrogar o privilégio branco? –Se ampliarmos a questão além da raça, como o pesquisador pode interrogar aquelas dimensões de diversidade associadas ao seu privilégio que servem para sustentar o status quo? Sendo assim, eles também precisam interrogar seus próprios motivos para trabalhar contra a discriminação e a opressão (Anjos & Amaro, 2023b, pp. 8, 9).

Anjos e Amaro acrescentam ainda que

Nesta perspectiva, Mertens (2009) apresenta novos questionamentos: - Como descolonizar a pesquisa para que ela nos sirva melhor? – Como criarmos espaços de pesquisa que permitam que nossas histórias sejam contadas e ouvidas? - Como usamos a pesquisa para desestabilizar a estrutura de poder? Para a autora, tais questões, juntamente com a reflexão crítica, servem como catalisadores para a produção de pesquisas com potencial transformativo. Mertens (2009) do mesmo modo, registra que as associações profissionais nas ciências humanas têm uma longa história de desenvolvimento de códigos éticos para orientar pesquisas e estudos que envolvem participantes humanos. Nos Estados Unidos, a Comissão Nacional para a Proteção de Seres Humanos de Pesquisa Biomédica e Comportamental (1979) publicou o Relatório Belmont que fornece orientação para conselhos de revisão. Neste, os três princípios éticos utilizados incluem: 1) Beneficência: Maximizar bons resultados para a ciência, a humanidade e os participantes individuais da pesquisa e minimizar ou evitar riscos, danos ou erros desnecessários; 2) Respeito: Tratar as pessoas com respeito e cortesia, inclusive

aquelas que não são autônomas; 3) Justiça: Garantir que aqueles que assumem o risco da pesquisa são os que dela se beneficiam; assegurar que os procedimentos sejam razoáveis, não explorativos, cuidadosamente considerados e administrados de forma justa. Na concepção de Mertens (2009) o paradigma transformativo está enraizado em questões de diversidade, privilégio e poder, reconhecer a interseção de dimensões relevantes da diversidade é um foco central. E a autora lembra que a competência cultural é uma disposição necessária ao trabalhar dentro do paradigma transformativo para descobrir e responder às dimensões relevantes da diversidade. Para Mertens (2009) o propósito do paradigma transformativo é modificar a sociedade na perspectiva de mudança social libertadora para pessoas oprimidas. A autora lembra que a redistribuição do poder não é apreciada por aqueles que estão no poder e também pode ser confusa para pessoas atualmente sem poder. Sendo assim, o papel do pesquisador nesse paradigma é compartilhar informações de uma forma que empodere aqueles que são oprimidos. O pesquisador também deve incluir sugestões, orientações e ferramentas para ajudar as pessoas oprimidas a usar as informações de forma pró-ativa, bem como para ajudar as pessoas que estão no poder a distribuir com segurança seu próprio poder (Anjos & Amaro, 2023b, p. 9).

Mertens (2009) ainda acrescenta que o grupo de feministas percebe que a mudança social radical exige engajamento com aqueles que possuem o poder, tanto nas arenas nacionais quanto internacionais. Por isso, entende-se que o uso da pesquisa pode influenciar políticas, assim, a autora sugere algumas etapas para facilitar esse processo: 1) Adotar um modelo conceitual para entender o processo de mudança na política, sendo assim, o envolvimento das principais partes interessadas é essencial para garantir que os fatores contextuais sejam compreendidos e as estratégias para fazer a mudança sejam articuladas através de um esforço comunitário; 2) Desenvolver uma teoria sobre como e por que as atividades planejadas levem aos resultados almejados, sendo assim, o envolvimento contínuo das partes interessadas é necessário para esclarecer como se espera que a mudança desejada seja alcançada; 3) Selecionar benchmarks (resultados que indicam mudança ou progresso). Até porque, a mudança de políticas é um processo complicado. Dessa forma, é necessário desenvolver referências que abordem questões como constituição de grupos e coalizões, realização de pesquisas, educação de formuladores de políticas e campanhas de mídia e informação pública; 4) Preparar uma

proposta de mudança de política e levá-la para os formuladores de políticas, reconhecendo a complexidade do ambiente político e os diversos fatores que influenciam as decisões políticas; 5) Coletar dados e medir o progresso em relação aos benchmarks.

Neste sentido, Mertens (2009) afirma que, como a maioria dos estudos termina com a sugestão de direções futuras para os pesquisadores, a autora indica algumas dessas direções para estudos conduzidos pelo paradigma transformativo: 1) Identificar tópicos de pesquisa específicos relacionados a direitos humanos e justiça social; 2) Explorar ainda mais o desenvolvimento de uma abordagem transformativa para pesquisa; 3) Incentivar explorações multilaterais do significado da competência cultural em contextos de pesquisa; 4) Desenvolver treinamento sobre como aumentar a competência cultural das comunidades para lidar com pesquisadores externos, garantindo que estes estejam fazendo algo útil para a comunidade; 5) Explorar a ligação entre questões de justiça social e competição cultural em contextos multinacionais (por exemplo, a abordagem baseada em direitos UNICEF/PNUD).

Voltando a Anjos e Amaro:

Seguindo esta perspectiva, Mertens (2009) explica que a dimensão política da pesquisa afirma o direito e a capacidade das pessoas de se manifestarem nas decisões que as afetam e que pretendem gerar conhecimento, possibilitando a libertação das vozes abafadas dos reprimidos pelas estruturas de classe e pelo neocolonialismo, pela pobreza, sexismo, racismo e homofobia. Neste sentido , a “Pedagogia dos Oprimidos”, de Paulo Freire merece destaque (Anjos & Amaro, 2023b, p. 10).

Em relação a Paulo Freire, Anjos e Amaro explicam que

Paulo Freire (1987) defende uma metodologia que exige que a investigação se faça de uma forma que os pesquisadores e os homens do povo (que aparentemente seriam um objeto) sejam ambos sujeitos. Até porque para ele, a investigação não pode ser reduzida a um ato mecânico, pois é um processo de busca, de conhecimento, de criação, que requer que seus sujeitos se descubram, na conexão dos termos significativos e na interpretação dos problemas (Anjos & Amaro, 2023b, p. 10).

O estudioso da Pedagogia do Oprimido afirma que:

Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo se não penso. Mas, não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito do seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensado o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (Freire, 2023a, pp. 64, 65).

Ademais, Anjos e Amaro (2023 b) lembram que

Paulo Freire (1987) no Livro “Pedagogia do Oprimido” questiona: “Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para defender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da Opressão?” (Freire, 1987, p. 20). Neste sentido, o estudioso comprehende como Pedagogia do Oprimido – a que tem que ser forjada com o oprimido e não para ele, na luta sem cessar pela recuperação da sua humanidade. Pedagogia que torne a opressão e suas causas um objeto da reflexão dos oprimidos na luta por sua libertação – lembrando que a liberdade é uma conquista e que requer constante busca. Todavia, Freire (1987) lembra que os oprimidos acabam se acomodando e se adaptando, nos próprios dispositivos da estrutura dominante, e terminam temendo a liberdade, “enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la” (Freire, 1987, p. 22). Sendo assim, a “libertação por isso, é um parto. É um parto doloroso” (Freire, 1987, p. 23) (Anjos & Amaro, 2023 b, p. 10).

As autoras continuam estudando a relação de Freire com o Paradigma Transformativo, desta vez, em parceria com a coorientadora da tese. E, em novembro de 2023, no III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social do Gepese, apresentaram o artigo *A Importância do Paradigma Transformativo para a Formação do Assistente Social e Sua Interface com o Desafio do Verbo Esperançar*. A apresentação oral neste Congresso, realizado na cidade de Franca, em São Paulo, foi um diferencial, pois esse paradigma não era conhecido em solo brasileiro. Inclusive, dos trabalhos apresentados na Mesa Educação Superior, este foi um dos que recebeu um maior número de intervenções. E, em 2024, o artigo foi publicado nos Anais do Evento, apresentando

como objetivo geral a problematização da ausência do paradigma transformativo na formação em Serviço Social nos países de língua portuguesa, visto que ele é o mais indicado na contemporaneidade por estar enraizado em uma agenda de direitos humanos e amparado nas concepções de Paulo Freire.

Na mesa Educação Profissional deste mesmo Congresso em Franca, a autora desta tese apresentou também um artigo intitulado *Paulo Freire: O inspirador do assistente social que trabalha na Educação Profissional e Tecnológica*, em conjunto com uma colega de trabalho. Um dos objetivos específicos do artigo é indicar que, na contemporaneidade, o Paradigma Transformativo é o mais propício para o assistente social que trabalha na Educação Profissional e Tecnológica, por se basear nas ideias freireanas. Este artigo, inclusive, foi escolhido entre os 20 melhores do Congresso e será publicado em um e-book.

Neste sentido, as autoras vêm procurando demonstrar que “o paradigma transformativo é na contemporaneidade o mais indicado para estudos relacionados ao social, pois trabalha questões de poder e de justiça social” (Anjos & Amaro, 2023 b, p. 12). Além disso, possui uma relação intrínseca com Paulo Freire e com a sua Pedagogia do Oprimido, por isso, este paradigma precisa ser mais utilizado nas teses de doutoramento, principalmente porque ele consegue ir além do crítico e é o mais apropriado para estudos referentes aos direitos humanos e, consequentemente, à dimensão política do Serviço Social.

O Paradigma Transformativo era quase um desconhecido nos países de língua portuguesa, apesar de ser bastante trabalhado na Califórnia. Entretanto, a autora desta tese e suas orientadoras estão se esforçando no sentido de apresentá-lo, pois ele é o único que contempla, na contemporaneidade, questões que extrapolam a categoria classe e se confrontam com questões de gênero, etnia, raça, dentre outros.

Outrossim, é interessante citar Margaret Ledwith (2016), uma estudiosa inglesa, professora da Universidade de Cúmbria, na Inglaterra, que ministra a unidade curricular Justiça Social. A autora sempre comenta, em suas aulas, que Paulo Freire possui um status de ícone entre educadores que lutam pela justiça social, preocupando-se em apresentar uma prática libertadora que produz mudanças.

Donna Mertens e Margaret Ledwith fazem parte de um rol de autores internacionais que souberam valorizar a obra de Paulo Freire e aplicá-la dentro de uma perspectiva de garantia dos direitos humanos. Na Suécia, em Estocolmo, o educador brasileiro foi homenageado com uma escultura. Isso sugere que seu legado é extremamente relevante

e que precisa ser resgatado pelas universidades que possuem cursos de Serviço Social no Brasil e em Portugal, isto porque a luta do educador pela transformação social e por uma prática libertadora representam um diferencial na educação.

Segundo Freire (2023a), na obra *Pedagogia do Oprimido*, “transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa de homens” (p. 51). Além disso, o autor enfatiza que é preciso conhecer a realidade para poder transformá-la. Dessa forma, o estudioso explica que a pedagogia do oprimido apresentará dois momentos diferentes: 1. O oprimido irá desvelar o mundo da opressão e vai se comprometer com sua transformação; 2. Transformada essa realidade que é opressora, a pedagogia passará a ser a pedagogia dos homens e mulheres em processo de libertação.

Em *Educação e Mudança*, Freire (2023) ressalta que a transformação social é tarefa de homens/mulheres e não de objetos. Até porque, para o autor, no livro *Conscientização*, “a vocação do homem é ser sujeito, não objeto” (Freire, 2016, p. 67). E, na Pedagogia do Compromisso, destaca “O mundo se salva se todos, em termos políticos, lutarmos para salvá-lo” (Freire, 2008, p. 27). Além disso, em *Pedagogia da Indignação*, Freire (2022) ressalta a necessidade da luta constante em favor dos direitos humanos, visto que para ele a miséria é uma fatalidade, ou seja, “é a expressão da malvadez de uma economia construída de acordo com a ética de mercado, do vale-tudo, do salve-se-quem-puder, do cada-um-por-si” (Freire, 2022, p. 151).

Na obra *Pedagogia da Solidariedade*, Freire (2021) lembra que não veio ao mundo para se adaptar. “Eu vim para transformar. Talvez eu não transforme, mas ao menos eu preciso saber que eu poderia transformar e que eu devo tentar” (p. 79). Até porque, para o educador, a razão do homem/mulher poder transformar é a sua historicidade.

De novo eu digo, não vim ao mundo para me adaptar a uma realidade que me é ofertada. Eu reconheço a força desta realidade, o poder desta realidade. Talvez nós nunca tenhamos tido uma realidade tão poderosa como esta diante de nós. Mas mesmo esta realidade poderosa tem de ser vista como transformável, e esta transformação depende de nossos desejos, de nossos sonhos (Freire, 2021, p. 96).

Em *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*, Freire (2022) destaca que não é autor apenas de Pedagogia do Oprimido, mas de uma vasta obra, e diz que em razão da sua crescente consciência em relação “[às] especificidades da opressão durante os limites da linguagem, raça, gênero e etnicidade que estive defendendo a tese fundamental da unidade na

diversidade..." (p. 95). Somado a isso, ele diz que não pode aceitar em paz o mundo do jeito que está, além de ressaltar que é impossível viver neste mundo de forma neutra ou apolítica. Ainda destaca que a luta pelos direitos humanos tem sido intensificada. "Sou o mesmo homem de sempre. Esperançoso. Confiante. Convencido, inabalavelmente convencido, de que a vocação dos homens não é coisificar-se, mas humanizar-se, o que porém, não conseguirão fora da práxis verdadeira, transformadora [...]" (Freire, 2022, p. 344).

No livro *À Sombra desta Mangueira*, Freire (2019) destaca que transformar o mundo é difícil, porém não é impossível. "A questão está em como, no empenho para mudar vamos transformando as dificuldades em possibilidades" (p. 84).

Ademais, em *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*, Freire (2011) enfatiza que é imprescindível "perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela" (p. 59). Além disso, o autor traz um importante alerta: "Se há algo intrinsecamente mau, que deve ser radicalmente transformado e não simplesmente reformado, é o sistema capitalista mesmo, incapaz, ele sim, de resolver o problema com seus intentos 'modernizantes'" (p. 93).

Nestas oito obras citadas, Paulo Freire destaca a necessidade da transformação social, mas essa concepção é constante em todos os livros, entrevistas, palestras e diálogos do educador. Por isso, o Paradigma Transformativo foi inspirado em um educador tão comprometido com a transformação social. Neste sentido, esse paradigma também precisa ser apropriado pelos cursos de Serviço Social no Brasil e em Portugal, até porque a luta pela garantia dos direitos humanos deve ser uma prioridade na formação, como também na intervenção profissional.

CAPÍTULO 2

O Lugar do Serviço Social nas Universidades Públicas

Há educadores populares que em nome da revolução acham que o correto é romper com a academia. No meu modo de pensar isto é um erro, é uma traição ao povo. O correto é trocar com a academia e não dar as costas à academia. Nossa problema não é estar contra a academia, mas sim refazê-la, colocá-la a serviço dos interesses da maioria do povo. Há que prestigiar a academia, isto é, colocá-la a serviço do povo (Freire, 2008, p. 32).

O segundo capítulo desta tese é construído sob a base teórica de que a universidade é um local privilegiado para o ensino, a pesquisa e a extensão, além de uma instituição que deve primar pela educação emancipatória, uma educação comprometida com a transformação social e, consequentemente, com a luta coletiva pela efetivação dos direitos humanos. Nesta perspectiva, a academia deve estar a serviço das classes populares, por mais que as políticas neoliberais tentem distorcer o seu papel, tentando colocá-la em função das necessidades das elites dominantes.

Desta forma, o capítulo inicia destacando que a universidade nasceu na Idade Média, mas o ensino superior já existia desde os tempos antigos. Então, na presente seção, apresenta-se um panorama histórico desta instituição de ensino em Portugal e no Brasil. Em seguida, reporta-se a educação emancipatória tendo por base as concepções teóricas do educador Paulo Freire, ressaltando o pensamento de Boaventura Sousa Santos (2008) sobre os ataques neoliberais às universidades na contemporaneidade, como também as contribuições de Thomas Piketty (2022) para uma leitura crítica da realidade social e econômica na pós-modernidade. Em terceiro lugar, aborda sobre a formação em Serviço Social no Brasil e em Portugal, destacando o percurso percorrido de lutas e enfrentamentos para consolidação do curso nestes dois países, como os acordos do Tratado de Bolonha em Portugal e a crescente privatização dos cursos superiores no Brasil.

2.1. Um pouco da história da universidade de Portugal e do Brasil

Conforme o pensamento de Rubião (2013), a universidade nasceu na Idade Média. Todavia, o ensino superior já podia ser reconhecido na Antiguidade, em Alexandria, na Grécia e em Roma, mas as universidades possuíam características peculiares.

Segundo o autor, três fatores influenciaram o surgimento das universidades: 1) O desenvolvimento urbano – os novos centros urbanos juntavam vários homens, em especial artesãos e comerciantes. Nesse período, os vínculos com os senhores feudais aos poucos foram acabando e o surgimento das cidades e consequentemente da burguesia provocou uma mudança na sociedade medieval, com o desenvolvimento de um sentimento de autonomia e liberdade; 2) As traduções dos textos da antiguidade – com o crescimento do comércio, foram aparecendo diversos manuscritos ignorados. Outro ponto de destaque foram as Cruzadas, que permitiram a comunicação das ideias e abriram o horizonte intelectual. “Esses fatores contribuíram para despertar um interesse pela literatura pagã, que pouco a pouco foi traduzido no mundo intelectual” (Rubião, 2013, p. 31); 3) As novas condições de vida escolar – na Idade Média a educação estava sob o poder da igreja, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento religioso e moral das pessoas.

Na verdade, a primeira universidade surgiu a partir de uma corporação de alunos, e não de professores. Na Itália, devido à luta por direitos contra o imperador germânico, havia um interesse particular pelo estudo do *corpus juris civilis* (Suma Completa do Direito dos Romanos), sobretudo na escola de Bolonha. Assim, em um contexto atípico, após divergências quanto à jurisdição da escola e de seus alunos, os estudantes se uniram e criaram duas corporações, formando a base daquilo que seria a primeira universidade europeia (Rubião, 2013, p. 33).

Entretanto, Rubião (2013) lembra que Bolonha consistiu em uma exceção, visto que o modelo de universidade da Idade Média surgiu a partir da união de professores e a teologia era a principal disciplina a ser ministrada.

No entendimento do autor, a Universidade de Paris é a principal referência para toda a Europa. Ela surgiu no bojo de uma guerra de interesses, no qual existia um ambiente de tensões. Por um lado, os professores se uniram com as *universitas* (coletividade urbana com suas liberdades intelectuais) e almejavam maior autonomia. Por outro, a igreja

procurava manter o predomínio da sua influência por meio do monopólio do ensino. Até mesmo o Rei acabava por perceber as novas escolas como um campo para ampliação do seu poder jurisdicional. Por fim, os burgueses se revoltaram contra os estudantes devido aos privilégios que eles gozavam.

Rubião (2013) registra que então a igreja convidou os mestres e estudantes para entrarem na Jurisdição Eclesiástica, o que representou um golpe de astúcia da igreja. Essa prerrogativa foi confirmada em 1231 pela bula de Gregório IX, que levou ao reconhecimento da fundação da Universidade de Paris, como também da própria instituição universitária.

O autor ainda explica que, no que se refere à organização da universidade, de início as universidades eram divididas em grupos de estudantes da mesma procedência que se ligavam para garantir ajuda mútua. “Cada nação elegia um encarregado oficial (Procurador, em Paris, Conselheiro, em Bolonha) que depois iria designar o Reitor da Universidade” (Rubião, 2013, p.32). O Reitor era o chefe da corporação. Uma das suas principais atribuições era a representatividade exterior principalmente junto às autoridades da igreja, do rei e das cidades. Ele era submetido ao controle das assembleias gerais.

Neste sentido, para Rubião (2013), é possível constatar um ar democrático nos primórdios da universidade e esta percepção é comungada entre os historiadores, principalmente devido ao contexto político do período. Compactuando com este pensamento, Crespo (1993) afirma que, na atualidade, pensar nos caminhos de vida da educação, de modo especial do ensino superior, é um desafio que se coloca a professores, alunos e dirigentes.

O autor lembra que, em Portugal, durante anos predominaram as Universidades de tipo napoleônico ou de Newman – aquelas que preparavam o homem culto para exercer sua profissão e conhecer profundamente qualquer assunto. Neste sentido, a universidade buscava elevar o nível intelectual da sociedade, por isso ela era pouco inclinada para as técnicas e tecnologias da Revolução Industrial.

Este desfazimento fez surgir uma outra perspectiva das funções da Universidade, impulsionada por Humboldt (Universidade de Berlim, 1809), que colocava o acento tónico nas formações científicas e profissionais com ênfase no estudo da filosofia e das ciências, na investigação, nos cursos pós-licenciatura e na liberdade dos professores e estudantes (Crespo, 1993, p. 17).

No entendimento de Crespo (1993), nos séculos XIV e XV, a educação e a investigação em Portugal eram bastantes avançadas para aquela época. “Encontrávamos, nessa altura, na dianteira dos países desenvolvidos. Em contrapartida, os momentos em que nos deixamos atrasar correspondem aos períodos em que a Educação foi deixada por conta própria” (p. 22).

Crespo (1993) registra que a Universidade em Portugal nasceu em 1290. “A história dos séculos passados da Universidade Portuguesa confunde-se com a da Universidade de Coimbra” (p. 28). Com o advento da República, houve o empenho em incrementar uma revolução no ensino superior e o ponto de partida foi um decreto com força de Lei de 19 de abril de 1911, que estabelecia a nova Constituição Universitária.

As Bases da Constituição Universitária são ainda precedidas pelo decreto com força de Lei de 22 de março de 1911, o qual legislava sobre a instituição de fundos universitários e de bolsas de estudo, e que, ao mesmo tempo que criava as Universidades de Lisboa e Porto, anunciava o diploma fundamental das Bases da Nova Constituição Universitária (Crespo, 1993, p. 29).

Além disso, o professor afirma que após a Segunda Grande Guerra tornara-se bastante visível que em Portugal não bastava a existência de universidades com forte ensino teórico e acadêmico, nas quais as unidades curriculares eram estudadas com profundidade e os discentes eram preparados para a investigação com qualidade. Por isso, foi necessário implantar instituições de ensino superior voltadas para o mercado de trabalho, dando respostas aos setores técnicos e tecnológicos. Neste sentido, o autor ressalta que, a partir da década de 60, surge em Portugal o sistema binário do ensino superior.

No entendimento de Crespo (1993), o 25 de Abril, de início, não se preocupou com o avanço da educação. Segundo ele, “[n]ão se avançou num sistema de ensino estruturado, sólido e fortificado. Pelo contrário, deixou-se que derrapasse até à degradação” (p. 23). O autor ainda acrescenta que “possuindo o sistema de ensino/investigação mais empobrecido da Europa, que nos preparamos para fazer parte da Comunidade Europeia” (p. 23).

Crespo (1993) afirma que, na década de oitenta, consegue-se uma maior coerência e modernização, porém ainda de forma lenta. “Estruturalmente possuímos agora um sistema de ensino superior que não desmerece dos mais avançados” (p. 23). O autor ainda lembra que as universidades só podem ser centros de excelência se possuírem autonomia.

Ainda de acordo com o pensamento de Crespo (1993), de 1983 a 1993, a educação superior passou por uma mudança com a aprovação final das Leis de Bases do Sistema Educativo, da Investigação Científica e da Autonomia Universitária. Dessa forma, a educação passou a ser compreendida como a maior riqueza do país. Neste sentido, o autor registra que o sistema educativo “tem que estar vivo e evoluir para acompanhar, e mesmo antecipar, os progressos da sociedade. Assim acontece, também, com a Lei de Bases do Sistema Educativo” (p. 154).

Em relação à Universidade no Brasil, Rubião (2013) afirma que o processo de colonização foi bastante lento e a forma como Portugal agiu em relação à educação superior representa um exemplo típico disto. Enquanto os espanhóis se preocuparam logo em fundar universidades nas suas colônias, os lusitanos não investiam no ensino superior no Brasil e preferiam que a elite estudassem em Portugal, especialmente na Universidade de Coimbra, que procurava deter o domínio do saber. Assim, “[a] luta pela universidade brasileira demorou vários séculos, concretizando-se somente no século XX” (p. 116).

Rubião (2013) registra que, apesar da vedação de se implantar universidades no Brasil, os jesuítas ministram uma forma de ensino superior. Eles organizaram o ensino do primário ao secundário, chegando até, às vezes, ao superior, inclusive a qualidade do ensino poderia ser comparada a das colônias da Espanha.

O autor ainda lembra que, em 1759, os jesuítas foram banidos por Pombal, e isto trouxe repercuções para a educação superior tanto em Portugal, onde “a perda de influência dos religiosos contribuiu para a modernização da universidade, [quanto] no Brasil, [onde] o desaparecimento das ordens fez com que o sonho de se consolidar uma instituição ficasse ainda mais distante” (Rubião, 2013, p. 116).

Rubião (2013) explica que com a chegada da Coroa no Brasil, em 1808, a educação superior recebeu um ímpeto. Foram criadas algumas instituições, como a Academia da Marinha, a Academia Nacional de Medicina, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e as Faculdades de Direito. Mas o autor lembra que, a despeito dos liberais brasileiros que organizaram algumas tentativas de implantar universidades, “a grande preocupação deles era com a autonomia das instituições de ensino existentes, ainda sob forte influência do Estado e da igreja” (p. 117).

O professor então registra que, a partir de 1889, em virtude da atuação de homens como Rui Barbosa, foram criadas escolas livres por particulares e independentes do Estado. Em 1920, foi organizada a Universidade do Rio de Janeiro, mas essa, segundo os estudiosos, não possuía um espírito científico.

Todavia, apesar das restrições feitas à criação dessa Universidade, cabe assinalar que, na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal. Não obstante todos os problemas e incongruências existentes em torno da sua criação, um aspecto não poderá ser subestimado: sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país (Fávero, 2006, p. 22).

Sendo assim, Rubião (2013) chega a salientar que foi preciso esperar Vargas para que as universidades do Brasil ganhassem alma. Porém, Fávero (2006) acrescenta que, com a eleição do presidente Getúlio Vargas pelo Congresso, depois da promulgação da Constituição Republicana de 1934, existia uma esperança de que a democracia liberal fosse implantada no Brasil. “Mas, logo a seguir, as tendências centralizadoras e autoritárias recuperaram a hegemonia. A abertura, proporcionada pela Revolução de 1930, passou a ser vista como um erro a ser corrigido” (p. 25).

Exatamente neste período de implantação do Estado Novo, a professora lembra que foi instituída a Universidade do Distrito Federal (UDF) com grande vocação científica, em parte, pelo empenho de Anísio Teixeira. Ela foi organizada no Rio de Janeiro, que era a capital da República na época, e “marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovadora que a experiência se desenvolveu” (Fávero, 2006, p. 25). Inclusive, a autora lembra que Anísio Teixeira, na época, chamou atenção para um grande problema – o da necessidade do exercício da liberdade e da autonomia da Universidade, pois seu objetivo é ser um local de investigação e de produção do conhecimento. “Mas como pensar em autonomia universitária no limiar do Estado Novo?” (Fávero, 2006, p. 26).

Neste sentido, Rubião (2013) registra que se o Governo Provisório, que ocorreu de 1930 a 1934, e o Governo Constitucional, de 1934 a 1937, ainda podia viver com uma mínima autonomia nas universidades brasileiras, todavia, com a chegada do Estado Novo, a situação se agravou bastante, pois “o governo federal instrumentalizou de vez as universidades, que foram se aproximando cada vez mais do ‘modelo napoleônico’ (ou seja, ‘universidade de Estado’), e distanciando-se de Humboldt...” (Rubião, 2013, pp. 122, 123).

Fávero (2006) explica que com a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo, o Brasil entrou em uma fase de redemocratização, com uma nova Constituição em 1946.

No final dos anos 1940, como no início dos anos 50, começam a esboçar-se nas universidades algumas tentativas de luta por uma autonomia universitária, tanto externa como interna. Todavia a situação é complexa [...] Multiplicam-se as universidades, mas com predomínio de formação profissional, sem idêntica preocupação com a pesquisa e a produção do conhecimento (Fávero, 2006, p. 28).

No entendimento da autora, com a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo, o Brasil entrou em uma fase de redemocratização, com uma nova Constituição em 1946. Rubião (2013) acrescenta, ainda, que a República Populista, de 1945 a 1964, não conseguiu organizar um ensino superior com consistência. Todavia, Fávero (2006) lembra que é nesse período que aparece a tomada de consciência da situação precária das universidades do Brasil. Dessa forma, o movimento pela modernização da educação superior atinge seu ápice por meio da criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, aparecendo não apenas como a mais moderna universidade do Brasil naquela época, “[m]as como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional como foram a USP e a UDF nos anos 30” (Fávero, 2006, p. 29).

Rubião (2013) afirma que a ditadura militar, após o Golpe de 1964, levou o Brasil a conhecer a espada por meio da contenção do movimento estudantil e pela expulsão de professores, pois ambos denunciavam as formas de alienação existentes na época e reivindicavam que a universidade lutasse contra os excessos do capitalismo.

Além disso, o autor lembra que em 1968 os militares criaram uma lei para a educação superior. “Houve uma nova onda de modernização das universidades brasileiras... o resultado foi muito mais uma mistura da leitura redutora de Humboldt, com o ‘modelo utilitário e o ‘modelo napoleônico’” (Rubião, 2013, p. 125).

Fávero (2006) comenta que, no início de 1968, houve uma forte mobilização estudantil a qual exigiu do governo soluções para os problemas educacionais. Então, por meio do Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para estudar as medidas para resolver a crise da Universidade. A partir dos estudos deste GT, foi possível pensar-se em uma Reforma Universitária. “No limiar da década de 80, observa-se, da parte de significativo número de professores, a consciência de que o problema da universidade envolve não apenas aspectos técnicos, mas também um caráter marcadamente acadêmico e político” (Fávero, 2006, p. 35).

Neste sentido, a compreensão da dimensão política do Serviço Social também é fundamental para a análise das questões que estão imbuídas dentro da universidade, tanto no Brasil quanto em Portugal, especialmente dentro de uma perspectiva emancipatória.

2.2. A educação emancipatória e a universidade

Ao se reportar ao lugar do Serviço Social nas universidades públicas, é necessário compreender a conceituação de educação emancipatória, e Paulo Freire é o autor que trabalhou *A Educação como Prática da Liberdade* de forma mais intensa. O Patrono da Educação Brasileira desenvolveu toda uma teoria sobre educação como um ato político. Conforme registra Gadotti (2023), “depois de Paulo Freire ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político” (p. 15).

Importante aqui destacar o depoimento deixado por hooks¹ (2017, p. 65) em relação a Paulo Freire. A estudiosa afirma que o autor influenciou profundamente em relação ao pensamento crítico, destacando que aprendeu com ele “maneiras novas e libertadoras de pensar sobre a realidade social”. Ressalta, também, que a obra de Freire representou uma “água viva” na forma dela de pensar. “Foi como professora no contexto da sala de aula que testemunhei o poder da pedagogia transformadora fundada no respeito pelo multiculturalismo. Trabalhando em uma pedagogia crítica baseada em minha compreensão dos ensinamentos de Freire” (p. 57).

Moreira (2021) afirma a aproximação de Freire com o Serviço Social ao ressaltar que a filosofia do educador brasileiro é comprometida com a realidade social e com a conscientização. E hooks (2017) salienta que Freire, por inúmeras vezes, lembrou aos seus leitores “que nunca falou em conscientização como um fim em si mesmo, mas sempre na medida a que se soma a uma práxis significativa” (p. 68). Sendo assim, Moreira (2021) refere que o Serviço Social possui uma inseparável dimensão educativa, por isso todo assistente social é um educador.

Dessa forma, Freire é um autor que tem uma enorme contribuição a dar para a formação em Serviço Social. Isso porque suas obras reforçam a dimensão política da profissão, uma vez que se baseiam na luta pela garantia dos direitos humanos.

Para Freire e Macedo (2023), a educação na universidade é um ato político,

¹ bell hooks, escrito em letras minúsculas, é o pseudônimo de Gloria Jeans Watkins.

[p]orque a natureza mesma da educação possui as qualidades inerentes para ser política, como, na verdade, a política tem aspectos educacionais. Em outras palavras, um ato educativo tem uma natureza política e um ato político tem uma natureza educativa... A educação no mundo todo é política por natureza. Em termos metafísicos, a política é a alma da educação, seu próprio ser, quer no Primeiro Mundo, quer no Terceiro (Freire & Macedo, 2023, p. 224).

Freire (2023b) também concebe a educação como história em movimento. E vai mais além ao abordar que a educação “além de ser um ato de conhecimento é também um ato político” (Freire & Shor, 2021, p. 33). Os autores ressaltam que o ensino deve estar voltado para a transformação social. “Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação” (p. 33). Porém, os estudiosos ressaltam que é preciso compreender criticamente que a educação não consiste na alavanca que irá realizar a grande transformação. No entanto, ela, em uma universidade, é essencial na trilha dessa transformação.

Freire (2021c) lembra que a politicidade da educação requer dos educadores e educadoras “que se assumam como políticos, que se descubram no mundo como um político e não como um puro técnico ou um sábio, porque também o técnico e o sábio são substantivamente políticos” (p. 35).

No entendimento de Freire (2016), a educação precisa caminhar no sentido de ajudar o homem /a mulher a se tornarem sujeitos, pois é essa a sua vocação (eles jamais poderão ser objetos). Posto essa concepção, Freire (2021) registra que o ensino deve provocar a curiosidade do estudante de tal forma que “ele se transforme em sujeito da produção do conhecimento que lhe é ensinado” (p. 189). Até porque “estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Dessa maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim sua atitude crítica em face dele” (Freire, 2011, p. 11).

Nos estudos realizados por Freire (2021), o autor procura destacar que “a gente precisa estar advertido da natureza política da educação ... [e] salientar que a educação é um ato político” (p. 40). Por isso, o educador enfatiza que é imprescindível que se pense a instituição escolar/universitária dentro das relações de poder. Nesta perspectiva, ele comprehende a universidade como “uma entidade social e histórica, engastada em um determinado lugar e em determinado tempo, jamais neutra, mas cheia de ideologia e de

política” (p. 178). Assim, o estudioso afirma que sua luta é para melhorar a academia, democratizando-a.

Parafraseando Freire (2022c), é possível afirmar que a construção da universidade democrática não depende da vontade dos educadores e educadoras, de estudantes, de pais e mães. “Esta construção é um sonho por que devemos lutar todas e todos os que apostamos na seriedade, na liberdade, na criatividade, na alegria” (p. 254) dentro e fora da universidade. É interessante destacar a questão da alegria, pois tanto os educadores quanto a comunidade acadêmica precisam ter prazer em pertencer à universidade.

Torna-se importante destacar que, conforme o pensamento de Freire (2008), os educadores que possuem uma perspectiva emancipatória não devem romper com a academia, “mas sim refazê-la, colocá-la a serviço dos interesses da maioria do povo” (p. 32). Até porque, para Freire (2021), a instituição de ensino “é também centro irradiador de cultura popular em permanente recriação e também espaço de organização política das classes populares” (p. 203). Neste sentido, o Patrono da Educação Brasileira registra que “a educação será tão mais plena quanto mais esteja sendo um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética” (Freire, 2023b, p. 136).

Em relação aos muros da universidade, Freire (2023b) enfatiza que a compreensão da pesquisa, da docência e da extensão também estão sujeitas a opções políticas. “Não se faz pesquisa, não se faz docência, como não se faz extensão como se fossem práticas neutras” (p. 132).

Nesse sentido, Freire (2023a) condena o professor que procura encher o estudante de conteúdos, e registra que “a educação como prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (p. 98). Além disso, Freire (2023b) afirma, com muita convicção, que “nós professores não ensinamos apenas os conteúdos. Através do ensino deles, ensinamos também a pensar criticamente... não é depositar pacotes na consciência vazia dos educandos” (p. 73). Freire (2022) ainda salienta que o compromisso ético, político e profissional do professor perpassa o dever de se preparar e de se capacitar, e isso de forma permanente. Isso porque o ato de estudar implica o de ler o mundo. Sendo assim, Freire (2022b) concebe a educação como processo de permanente libertação do homem.

Mas Freire (2021b) também lembra que não existe educação sem ética, porque a educação vai além da simples transferência de técnicas. E é exatamente a politicidade da educação que não permite que ela seja apenas técnica. “Independente das plataformas dos

partidos políticos, a educação é um evento político” (p. 38). Por isso, o educador democrático precisa ter um discurso alinhado com sua opção política, pois sua fala precisa refletir sua prática. Nesta linha de pensamento, Freire (2017) afirma que o professor não deve apenas estar preocupado em transmitir conteúdos, mas também a “ensinar a pensar certo” (p. 28). O estudioso critica severamente os educadores que estão focados na memorização e apela para leitura crítica da realidade social, política e cultural.

Paulo Freire (2023c) destaca a necessidade de a educação ser corajosa. Até porque, segundo o educador, a educação deve caminhar no sentido da decisão, da responsabilidade social como também política.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática... [q]ue o advertisse dos perigos do seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu” (Freire, 2023c, p. 118).

O autor ainda ressalta que a educação por ser um ato de amor também é de coragem. Assim, se na universidade o debate não for uma questão permanente, se a realidade não for analisada e discutida pela comunidade acadêmica, a educação se tornará uma farsa, ressalta o estudioso.

Nesta perspectiva, Freire (2013) comenta que o papel da universidade é ensinar, é formar e é pesquisar. Para o autor, “não há docência verdadeira em cujo processo não se encontra a pesquisa como pergunta, como indagação, como criatividade, assim como não há pesquisa em cujo andamento necessariamente não se aprenda porque se conhece” (p. 210).

Caminhando nesta linha de raciocínio, Freire (2022c) afirma que a universidade deve também estar a serviço das classes populares, deixando claro que deve existir uma “compreensão crítica em torno de como se deve relacionar a ciência universitária com a consciência das classes populares” (p. 261). Além disso, o autor ainda lembra que “discutir, por exemplo, com camponeses que as universidades estão comprovando alguns de seus saberes é tarefa política de alta importância” (p. 187).

É importante, também, ressaltar que, segundo Freire e Shor (2021), “a educação é uma inadmissível ameaça à oligarquia, à desigualdade, ao regime autoritário” (p. 60). Ademais, os autores lembram que política também é pesquisa, e a universidade, sendo um centro de pesquisa, faz política diariamente. A universidade deve, tanto no ensino

quanto na pesquisa e na extensão, caminhar no sentido do rigor e da criatividade, mas ambos com liberdade. Eles afirmam, ainda, que “o rigor científico vem de um esforço para superar uma compreensão ingênua do mundo” (p. 182), até porque

[o] educador continua sendo diferente dos alunos, mas – e esta é para mim, a questão central – a diferença entre eles, se o professor é democrático, se seu sonho político é libertação, é que ele não pode permitir que a diferença necessária entre o professor e os alunos se torne “antagônica” (Freire & Shor, 2021, p. 162).

O autor diz entender que a universidade tem uma contribuição fundamental a dar em relação ao conhecimento, e vai mais além ao destacar que em relação a educação para os direitos humanos, dentro de um panorama de justiça social, é a que provoca os oprimidos para a necessidade da luta, “da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder” (Freire, 2021c, pp. 39, 40). Principalmente porque, segundo Freire (2019), o capitalismo tem sido extremamente insensível com a humanidade.

Nas dezesseis obras de Freire mencionadas neste capítulo, percebe-se a intensidade com que o autor trabalha a relação entre a educação emancipatória e a universidade. Isto porque ele acredita que esta instituição de ensino superior tem um lugar de destaque no corpo social na luta por uma sociedade justa e igualitária, não como alavanca da transformação social, como ele inúmeras vezes ressalta, mas como uma instituição fundamental na construção desse processo. A universidade é tão essencial que incomoda os detentores do capital e, por isso, sofre ataques neoliberais, de forma especial no Brasil.

Trilhando o mesmo raciocínio, Santos (2008) afirma que, nos últimos 30 anos, a crise institucional da universidade, na maioria dos países, foi gerada pela ausência da prioridade “do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas” (p. 18). Em especial, nos países que viveram em regime de ditadura, a inferência possuiu duas razões: 1) Reduzir a autonomia da universidade para diminuir a eliminação da produção e do conhecimento crítico; 2) Colocar a universidade a serviço de projetos modernizadores e autoritários, abrindo ao setor privado a produção do bem público.

Neste sentido, Santos (2008) alerta que a falta da prioridade da universidade pública nas políticas do Estado é consequência da perda de primazia das políticas sociais como educação, saúde e previdência, e esta é provocada pelo neoliberalismo.

É importante lembrar que o Liberalismo, conforme Rubião (2013), surgiu nos séculos XVII e XVIII, nos países da Inglaterra e da França, no bojo da luta da burguesia contra a monarquia e a aristocracia. Sua concepção básica é a liberdade, a igualdade de direitos, a propriedade privada, a democracia e a separação do Estado e da Igreja. Já o Neoliberalismo tem como essência, segundo o autor, a mão de obra mais barata e menos impostos, como também a desregulamentação dos direitos sociais.

Em relação a este tema, Polanyi registra que

[o] liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável... Foi somente nos anos 1820 que ele passou a representar os três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, um mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre comércio (Polanyi, 1980, p. 141).

Lapyda (2011) conceitua o Neoliberalismo como uma doutrina político-econômica que já ocorria desde o meio do século XX, mas o seu ápice aconteceu entre os anos 1978 e 1980. Para o autor, o Neoliberalismo provocou muitas modificações nas políticas econômica, fiscal e social dos Estados, destacando a flexibilidade do câmbio, os cortes de gastos, especialmente na área social, e a redução de impostos sobre o capital e grandes riquezas, com o crescimento da taxa de juros.

Para Santos (2008), o Neoliberalismo, a partir de 1980, conseguiu se impor de forma internacional e isto refletiu profundamente na universidade pública. “Na Universidade Pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas... foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial” (p. 19). Para o estudioso, o que está em jogo consiste na globalização neoliberal da universidade.

Sendo assim, no entendimento de Santos (2008), a falta de investimento do Estado em universidades públicas e a sua globalização mercantil são os dois pilares de um grande projeto de engrandecimento do capitalismo educacional, o qual possui dois níveis: 1) Compelir a universidade pública a vencer a crise financeira por meio da geração de receitas próprias e de parceria com o capital, especialmente o industrial; 2) Acabar com

a distinção entre universidade pública e universidade privada, transformando-a em uma empresa, “uma entidade que não produz apenas para o mercado mas que produz a si mesma como mercado... Saber se quando este nível for atingido ainda fará sentido falar de universidade como bem público é uma questão retórica” (p. 21).

Santos (2008) deixa bem claro que, na atualidade, existe um grande projeto político educacional, mas são necessárias duas precauções em relação a ele: 1) este projeto não deve ser compreendido como uma teoria de conspiração contra a universidade pública, pois trata-se de um processo bem mais abrangente – a transformação de utilidades em mercadoria. Sendo assim, tanto a educação quanto o ar que respiramos estão sujeitos a esta lógica capitalista; 2) Existem inimigos externos, mas também internos, “o facto de as universidades se terem isolado socialmente pelo modo como contemporizaram com a mediocridade e a falta de produtividade de muitos docentes” (p. 21).

Com o intuito de sanar os problemas atuais enfrentados pela universidade, Santos (2008) propõe uma globalização contra-hegemônica da universidade como bem público, e esta, segundo o autor, precisa ter os seguintes protagonistas: 1) A sociedade politicamente organizada; 2) A própria universidade pública – quem nela estiver interessado em uma globalização alternativa; 3) A opção política do Estado Nacional pela globalização solidária da universidade. O autor ainda apresenta um quarto protagonista específico para os países semiperiféricos e periféricos, o capital nacional.

Santos (2008) então sugere quatro princípios orientadores para a reforma da universidade pública, sendo esses: 1) Enfrentar o novo com o novo – a resistência precisa abranger a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que mirem para a democratização do bem público universitário; 2) Lutar pela definição da crise – é preciso ter consciência de que a reforma não é feita contra ela, revisitando os conceitos de crise de hegemonia e de legitimidade. “O ataque à universidade por parte dos Estados rendidos ao neoliberalismo foi de tal maneira maciço que é hoje difícil definir os termos da crise que não em termos neoliberais” (p. 46); 3) Lutar pela definição de universidade – só existe universidade se houver formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem eles, há apenas ensino superior e não universidade; 4) Reconquistar a legitimidade – são cinco as áreas de ação neste domínio: a) O acesso; b) A extensão; c) A Pesquisa-ação; d) A Ecologia dos Saberes; e) A Universidade e Escola Pública. As duas primeiras são mais convencionais. A terceira tem sido desenvolvida em universidades latino-americanas e africanas. A quarta consiste em

uma inovação na construção de uma universidade pós-colonial. A quinta teve impacto no passado e precisa ser reinventada no presente.

No que se refere a Ecologia dos Saberes, Santos (2008) explica que se trata de uma forma de extensão ao contrário, ou seja, de fora da universidade para dentro da universidade.

Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc) que circulam na sociedade... São conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência activa de saberes no pressuposto de que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer neste diálogo (Santos, 2008, pp. 53, 54).

Santos (2008) lembra ainda que a universidade pública é um bem público constantemente ameaçado, tornando-se “presa fácil dos prosélitos da globalização neoliberal” (p. 75). Em vista disso, o autor questiona: “Qual o retorno social de pensar o longo prazo, de dispor de espaços públicos de pensamento crítico ou mesmo de produção de conhecimento para além daquele que é exigido pelo mercado?” (p. 76).

Por meio de uma educação emancipatória que irá impactar no fortalecimento da dimensão política do Serviço Social, os estudantes assistentes sociais em formação precisam constantemente responder a esse questionamento em relação ao lugar político da profissão nas universidades públicas do século XXI. Sendo, também, essencial a compreensão das questões econômicas que possibilitam o entendimento da realidade social.

Um estudioso que tem muito a contribuir com essa leitura da realidade é o economista francês Thomas Piketty (2022) que vem estudando, de forma intensa, as questões que aprofundam a desigualdade social e que, consequentemente, afeta o acesso aos direitos humanos de grande parcela da população.

Conforme os estudos realizados por Piketty (2022), o mundo da década de 2020, por mais que pareça injusto, é mais igualitário do que das décadas anteriores. “Entre 1780 e 2020, observamos evoluções que se dirigem para mais igualdade de estatuto, de propriedade, de rendimento, de género e de raça na maior parte das regiões e sociedades do planeta e, em certa medida, à escala do mundo” (pp. 13, 14). Para o autor, o percurso para a igualdade requer o reconhecimento de que a desigualdade é uma construção social,

histórica e política. O autor lembra que as sociedades humanas criam sempre normas e instituições para estruturar e distribuir as riquezas e o poder, e estas constituem-se em escolhas políticas, as quais podem ser reversíveis.

Piketty (2022) afirma que, desde o fim do século XVIII, existe um movimento de longo prazo em prol da liberdade, o qual é oriundo das lutas e das revoltas diante das injustiças. Estes “permitiram transformar as relações de força e derrubar as instituições apoiadas pelas classes dominantes – para estruturarem a desigualdade social em proveito próprio -, a fim de as substituir por novas instituições, novas regras sociais, económicas e políticas mais justas e emancipadoras para o maior número de pessoas” (p. 23). Dado isso, o autor lembra que no decorrer do século XX, as mobilizações da sociedade e dos sindicatos tiveram um papel fundamental no estabelecimento de novas relações de força entre o capital e o trabalho e na redução das desigualdades.

Piketty (2022) registra que a crise que ocorreu nos anos 1930 possuiu um papel essencial para deslegitimar o liberalismo econômico e justificar outras formas do Estado intervir. “Mas perto de nós, a crise financeira de 2008 e a crise epidémica mundial de 2020-2021 já começaram a abalar diversas certezas consideradas intangíveis pouco antes, relacionadas, por exemplo, com o nível aceitável da dívida pública ou do papel dos bancos centrais” (p. 24).

Neste sentido, Piketty (2022) acredita que a marcha para a igualdade ainda possui um enorme caminho em um mundo no qual os mais pobres sofrem cada vez mais violência e sofrem, também, com os danos do clima e do meio ambiente provocados pelo modo de vida dos mais ricos, e quando esses pobres vivem nos países mais desfavorecidos é que as consequências são agravadas.

No entendimento de Piketty (2022), a trilha para a igualdade possui etapas sucessivas.

À medida que o acesso a determinados direitos e bens fundamentais (como a alfabetização ou os cuidados elementares) se generaliza de uma forma gradual pelo conjunto da população, aparecem novas desigualdades a um nível mais elevado, e estas exigem novas respostas. Tal como a procura da democracia ideal, que não é mais do que a caminhada para a igualdade política, a marcha para a igualdade sob todas as suas formas (sociais, econômicas, educativas, culturais, políticas) é um processo sempre em curso e incompleto para todo o sempre (Piketty, 2022, p. 34).

O autor ainda acrescenta que as desigualdades entre os países do período colonial foram reduzidas, todavia continuam a ser muito elevadas, “o que reflete em parte a existência de uma organização ainda muito hierarquizada e desigual do sistema econômico mundial” (Piketty, 2022, p. 38).

Neste sentido, Piketty (2022) lembra que o escravagismo e o colonialismo tiveram um papel fundamental no enriquecimento do ocidente e, em consequência, a distribuição das riquezas tanto entre os países quanto dentro deles apresenta, na atualidade, a marca desta herança. “À escala de um longo período de tempo, a realidade é que acabámos de sair da experiência colonial, e seria ingênuo imaginar que os seus efeitos pudessem ser apagados em algumas décadas” (p. 74).

Piketty (2022) esclarece que o colonialismo e o domínio militar possibilitaram que os países localizados no ocidente organizassem a economia-mundo em seu benefício e que colocassem o resto do mundo em uma posição periférica duradoura. Até porque a distribuição da riqueza nos tempos atuais, tanto entre países do mundo como no interior dos países, mostra a marca profunda dessa herança escravista e colonial. É necessário conhecer esse passado para melhor entender as origens e injustiças do atual sistema econômico. Todavia, ele não é suficiente para definir soluções e remédios.

No entendimento de Piketty (2022), existem reparações explícitas, como a necessidade da reforma agrária, mas acrescenta que não se resolverão todos os problemas com reparações.

Para compensar os danos do racismo e do colonialismo, é necessário também e sobretudo alterar o sistema económico numa base sistémica, reduzindo as desigualdades e garantindo um acesso tão igualitário quanto possível de todas e todos à educação, ao emprego e à propriedade, independentemente das origens de cada um... Em particular, cada país, cada cidadão do planeta deveria ter direito a uma parte das receitas cobradas às multinacionais e aos multimilionários do mundo, em primeiro lugar, porque cada ser humano deveria ter um direito mínimo uniforme à saúde, à educação, ao desenvolvimento, e depois porque a prosperidade dos países ricos não existiria sem os países pobres (Piketty, 2022, p. 129).

Seguindo este raciocínio, Piketty (2022) explica que o Estado social e o imposto progressivo são instrumentos de poder que permitem transformar o capitalismo. Por isso, só haverá movimento em direção à igualdade se houver mobilização e apropriação

coletiva destes dois instrumentos. Então não se pode esquecer que as desigualdades continuaram muito fortes em termos absolutos. “Levadas ao extremo na sua lógica, estas duas instituições representam uma fase essencial no caminho para uma nova forma de socialismo democrático, descentralizado e autogestionário, ecológico e mestiço, que permita estruturar outro mundo, muito mais emancipador e igualitário” (p. 208). Até porque o atual sistema econômico, que é baseado na circulação descontrolada dos capitais, dos bens e dos serviços e que não possui objetivo social nem ambiental, “parece-se em grande medida com um neocolonialismo em benefício dos mais ricos” (p. 231).

Um dos grandes limites da marcha para a igualdade que ocorreu durante o século passado foi que ela se ficou, com demasiada frequência, por uma igualdade formal. Em resumo, proclamou-se o princípio teórico da igualdade dos direitos e das oportunidades, independentemente das origens, mas sem que fossem proporcionados os meios para verificar se esse princípio correspondia, ou não, à realidade. Caso desejamos atingir a igualdade real, é urgente que desenvolvamos indicadores e procedimentos que permitam combater as discriminações de gênero, sociais e étnico-raciais, que na prática são endêmicas em todo lado, tanto no Norte como no Sul. Na prática, uma das grandes dificuldades é conseguir lutar contra os preconceitos tenazes, mas sem cristalizar as identidades (Piketty, 2022, p. 233).

Por fim, Piketty (2022) lembra que a luta pela igualdade não acabou, mas deve continuar e levar até o fim da sua lógica um movimento em direção ao Estado social, ao imposto progressivo e à igualdade real, com luta contra todas as formas de discriminações. Essa luta requer uma transformação estrutural do sistema econômico mundial.

Diante do exposto, fica claro que essas questões impactam a educação emancipatória e afetam diretamente as universidades públicas. Sendo assim, a leitura crítica da realidade é fundamental para que o assistente social em formação valorize a dimensão política da profissão.

2.3. A Formação em Serviço Social no Brasil e em Portugal

De acordo com o pensamento de Galper (1986), as escolas de Serviço Social, nos seus primórdios, foram criadas pelas instituições sociais para atuar como centros de treinamento, servindo para comunicar conhecimento acumulado e não possuindo o intuito

de propagar uma crítica da sociedade, em geral, e do Serviço Social, em particular. Posteriormente, com o aprimoramento da profissão, estas escolas acabaram por ser agregadas às universidades, o que as ajudou no sentido de libertação, porém de uma forma ainda tímida.

Galper (1986) explica que embora permanecessem ligadas de maneira muito intensa às instituições sociais, essas escolas começaram a ser influenciadas também pelo mundo acadêmico. E diz ainda que não obstante “este mundo esteja estritamente ligado a interesses corporativos, ele tem mantido algum comprometimento de liberdade acadêmica” (p. 271).

O autor ainda afirma que, na Faculdade de Serviço Social, o caminho que deve ser adotado precisa perpassar por uma abordagem radical no ensino, a qual poderá trazer vitalidade e clareza para a experiência educacional, fazendo desta vivência uma parte da contribuição do Serviço Social para a construção de uma nova sociedade. Neste sentido, o escritor lembra que um lugar de relevância para estudantes e professores nas Escolas de Serviço Social é o da denúncia de políticas conservadoras no sistema de ensino. “A sala de aula é uma arena para orientar algumas das confusões políticas que são abundantes no campo, para apresentar alternativas radicais e para estabelecer uma luta política e ideológica no processo das discussões no decorrer de todo o curso” (Galper, 1986, p. 278).

Desta forma, ao se pensar em formação de assistentes sociais, é imprescindível obter a compreensão, abordada por Ferreira (2008), de que os referenciais teóricos que assentam uma formação em Serviço Social devem, necessariamente, capacitar os futuros “profissionais para uma intervenção de qualidade na realidade social complexa e multifacetada” (p. 7).

Ferreira (2008) ressalta que a era da globalização exige muito além de um provisório de benefícios sociais, requer “um plano de desenvolvimento de novos conceitos em relação com o direito e a identificação de novas formas de responder as [sic] necessidades do ser humano” (p. 5). Para o autor, o ensino, na atualidade, deve proceder a uma passagem de justaposição de conhecimento para um sistema centrado no desenvolvimento de áreas curriculares projetadas nos objetivos e na mobilidade da formação a seguir.

Compactuando com esse pensamento, Albiero (2018) destaca que pensar a formação é também “apreender o movimento histórico da sociedade, perceber suas transformações no contexto de uma sociedade capitalista” (p. 3). Até porque o Serviço Social possui um

caráter altamente político na formação e que perpassa “o exercício profissional ao lidar de forma comprometida e organizada em luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora” (Albiero, 2018, p. 5).

Ao se reportar ao desenvolvimento da formação do Serviço Social na Europa e na América Latina, Queirós (2015) apresenta um interessante comentário sobre a evolução do Serviço Social nestes dois continentes.

A forte vinculação à igreja e ao Estado que caracteriza as origens e etapas precedentes de desenvolvimento do Serviço Social derivou para dinâmicas distintas em alguns contextos nesse processo de afirmação do Serviço Social. Assim pode observar-se que na Europa a estratégia de afirmação do Serviço Social se caracteriza por um maior investimento onde se refletem estratégias que tentam reinventar a re legitimação das ideologias do capitalismo, aceitando o Serviço Social um papel de mediador de tensões sociais. Mantendo-se como atividade prática numa perspectiva de influência humanitária e cristã, o Serviço Social vai-se suportar num conjunto de teorias que vão definir o seu comportamento profissional, no desempenho daquele papel.[...] É no movimento da América Latina que são denunciados de forma mais veemente a cumplicidade criada entre a profissão de Serviço Social e as formas que designaram de dominação político econômica [sic]. Vem a ser reconhecido esse movimento na América Latina como Serviço Social Alternativo com um forte cunho político que atravessa o exercício profissional em defesa de uma real democratização social. Parece estar-se perante uma tentativa de libertação do seu peso histórico de vinculação à igreja e ao estado (capitalista), na sua gênese, passando os profissionais a assumir uma atitude de compromisso sociopolítico (Queirós, 2015, pp. 135, 136).

Albiero (2018) lembra que a formação e o próprio Serviço Social encontram-se em permanente movimento e transformação, assim como a própria história. Por isso, para a autora, a discussão da dimensão política na formação é um elemento diferenciador pois contribui para o entendimento e impulsão de ações direcionadas para um Projeto Ético Político do Serviço Social.

Todavia, Queirós (2015) alerta que o lugar do assistente social, enquanto um mediador das políticas sociais, é compreendido como uma vulnerabilidade no campo da formação, “[s]ubsistem dificuldades em se colocarem criticamente e de forma

fundamentada face às políticas sociais e aos seus impactos junto da população utente. Esta fragilidade é reconhecida pelos próprios e afirmada em pesquisas no campo do Serviço Social” (p. 133).

Em relação à formação profissional, Albiero (2018) registra que interrogar a dimensão política na formação em Serviço Social não é um tema novo, pois sempre esteve presente na trajetória traçada e materializada pela categoria profissional, sobretudo no que diz respeito “a perspectiva da emancipação humana, na construção e viabilidade de acesso aos direitos sociais e humanos e na participação dos sujeitos” (p. 3). Mas, para a pesquisadora, o que é recente é a discussão de quanto esta demanda permeia a formação acadêmica e tem influenciado a participação e a disposição dos estudantes nos locais de debates políticos, representatividade e movimentos sociais.

Pensar a formação neste contexto é pensar também uma ‘forma’ de apreender o movimento histórico da sociedade, perceber suas transformações no contexto de uma sociedade capitalista contemporânea composta de todas as suas interfaces de uma totalidade maior: políticas, econômicas, sociais e culturais, que vai se colocando para o ser social na sociedade em constante transformação (Albiero, 2018, p. 3).

Albiero (2018) ressalta que a profissão tem um caráter extremamente político na formação que atravessa todo o exercício profissional, principalmente ao trabalhar de modo comprometido e organizado na luta e defesa dos interesses dos trabalhadores.

Compactuando com esse entendimento, Iamamoto (2014) coloca como desafios atuais na formação do Serviço Social dois pontos principais: 1) Primar pelo aperfeiçoamento da qualificação teórico-metodológica e ético-política dos assistentes sociais, denunciando o aligeiramento da formação profissional decorrente da subordinação da educação superior à lógica do lucro capitalista; e 2) Apoiar o diálogo acadêmico educado e plural entre as distintas perspectivas de leitura e análise da profissão na conjuntura mundial, afirmando sua dimensão educativa e seu compromisso com a justiça social e os direitos humanos. Percebe-se, então, como fundamental a discussão sobre a dimensão política do Serviço Social na formação.

No que se refere a Portugal e o Serviço Social, em relação a dimensão política do trabalho do Assistente Social, Martins e Santos (2016) registraram que, em Portugal, na Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974,

[i]dentifica-se a existência de um projeto profissional de **crítica ao capitalismo** [ênfase adicionada], para a conscientização, mobilização, politização e organização das classes populares em ordem à transformação social, a atravessar tanto a formação, como os estágios e o trabalho dos “trabalhadores sociais”, com o alargamento da organização associativa dos profissionais e dos estudantes (Martins & Santos, 2016, p. 115).

No entendimento de Martins e Santos (2016), a partir de 1980, ocorreu uma aproximação com o Serviço Social dos países europeus, com o projeto de integração de Portugal na Comunidade Econômica Europeia.

Um projeto coletivo do Serviço Social de reforço do Estado Social; da criação e consolidação da qualificação acadêmica (licenciatura, mestrado e doutorado); da produção de conhecimento; da organização da categoria em prol da cidadania e emancipação humana, alicerçado na aliança das organizações acadêmicas, profissionais, sindicais e estudantis da categoria; do exercício profissional qualificado e propositivo (Martins & Santos, 2016, p. 118).

Martins e Santos (2016) ainda esclarecem que esse projeto sofreu forte impacto em 1990, devido à crise da reforma do ensino superior na Europa, “que se têm traduzido em regressividade tanto na formação e no exercício profissional, como na organização da categoria” (p. 121).

a) Na formação acadêmica: a duração dos ciclos de estudo é reduzida e aligeirados os fundamentos teóricos e críticos, reconfigurando-se o perfil profissional, norteado pela lógica do mercado[...]; b) Na profissão: é extinta a carreira técnica superior de Serviço Social, são suspensos os concursos públicos e congelada a progressão na carreira[...]; c) Na organização da categoria: [...] A formação e a profissão continuam sem regulação pela organização coletiva dos assistentes sociais (Martins & Santos, 2016, p. 121).

Sendo assim, as autoras ressaltam a importância da crítica à neutralidade no Serviço Social acompanhada do reconhecimento e/ou tomada de consciência da dimensão política e ética da profissão.

Faleiros (1999b) reforça esse pensamento ao explicar que a mudança do Serviço Social de Portugal não é oriunda apenas do reconhecimento formal da licenciatura e do mestrado no contexto universitário, todavia, é fruto do projeto político que a profissão assume – de crítica ao capitalismo e à dominação.

O 25 de abril, realmente, abriu as portas e janelas de uma sociedade que vivia na escuridão da repressão, do medo, do imobilismo. Parte dos protagonistas do Serviço Social soube aproveitar a ocasião para dar sua contribuição ao desgaste do modelo vigente e aliar-se às forças transformadoras em defesa da cidadania, da ética, dos oprimidos e da valorização profissional. Os primeiros a defender a valorização e o reconhecimento profissional deveriam ser os próprios profissionais (Faleiros, 1999b, p. 10).

Negreiros (1999) afirma que o Serviço Social português surgiu em 1935 como área de formação acadêmica, por meio da primeira escola – Instituto de Serviço Social de Lisboa. Em seguida, foram organizados a Escola Normal Social de Coimbra, em 1937, e o Instituto de Serviço Social do Porto, em 1956. Três escolas de natureza privada foram consideradas como ensino superior, em 1961, por meio de um despacho do Ministro da Educação.

Conforme Negreiros (1999), logo após o 25 de abril, os três institutos acabaram por exigir a sua integração em estruturas universitárias públicas. “Este processo de luta pela ‘integração nas universidades’ desenvolve-se com várias vicissitudes ao longo de 10 anos (de 1974 a 1984) sem atingir o objetivo pretendido” (pp. 14, 15).

Segundo a autora, em 1985, o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa deixou de lado o objetivo de “integração nas universidades públicas” e resolveu se assumir como uma instituição de ensino superior privada, tornando-se cooperativa de ensino superior em abril de 1986. O Instituto do Porto desenvolveu a mesma estratégia, tornando-se cooperativa em julho de 1986. Assim, ambos passam a ser instituições autônomas, de natureza não lucrativa, e se desvinculam da Igreja Católica e das antigas estruturas que lhe davam suporte. “Significa que na formação em Serviço Social se separa definitivamente da sua origem confessional e é assumida pelo corpo de professores, alunos e trabalhadores não docentes, que se constituíram como base jurídica de suporte, arrogando-se como entidade laica” (Negreiros, 1999, p. 15). Ademais, para a autora, isso só foi possível em virtude do forte contexto da Revolução pós abril de 1974.

Este processo de laicização do ensino do Serviço Social significou o corte com a gênese e inserção institucional de cariz conservadora e também a afirmação de uma independência no domínio das ideias, e de uma concepção da formação que já não se identifica com a tutela institucional da igreja (Negreiros, 1999, p. 16).

Negreiros (1999) ainda acrescenta que os três cursos superiores de Portugal tiveram planos curriculares com a duração de quatro anos e, até 1989, não eram conferentes de nenhum grau acadêmico, mas apenas de diploma profissional. Isto porque naquela época, somente as universidades poderiam conferir graus acadêmicos de nível superior.

A autora (1999) explica que o movimento para obtenção do grau de licenciatura para os cursos superiores de Serviço Social foi perpassado por lutas, sendo um longo e difícil processo junto ao Ministério da Educação, sendo uma iniciativa dos Institutos de Lisboa e do Porto. Assim, ela registra quatro etapas neste processo: 1) De 1985 a 1987 – domínio apenas acadêmico; 2) A partir de 1988 – desencadeia-se a mobilização do meio acadêmico e do corpo profissional com a sensibilização da opinião pública; 3) Janeiro a março de 1989 – é solicitada a avaliação científica por universidades estrangeiras dos planos de estudo dos cursos de Serviço Social dos Institutos de Lisboa e do Porto; e 4) Março a junho de 1989 – define-se uma estratégia de intervenção de âmbito político a qual culmina com a atribuição do grau de licenciatura.

Negreiros (1999) registra que essa nova estratégia que possuía uma natureza política foi, assim, desenvolvida: 1) As associações estudantis pediram audiências aos grupos partidários com assento no Parlamento e foram recebidas pelo Partido Socialista, Comunista e Social Democrata; 2) Estudantes, professores e assistentes sociais de Portugal realizam, em 02 de março de 1989, uma concentração pública a nível nacional, em frente ao Ministério da Educação; 3) O Jornal “O Europeu”, em junho de 1989, destina cinco páginas do seu suplemento “Universidades” ao Serviço Social; 4) A “Comissão Nacional de Luta pela Licenciatura” dá uma conferência de imprensa, em 28 de junho de 1989, sobre o processo de reconhecimento, o qual já vinha caminhando há 4 anos desde o início do processo; 5) Na audiência da Comissão Nacional com o Diretor Geral do Ensino Superior, em 12 de julho de 1989, o representante das associações dos estudantes informa que entregou uma petição ao Presidente da Assembleia da República para que a questão fosse então agendada no Plenário da Assembleia, em virtude da demora da aprovação; 6) Em 27 de junho, ocorre nova audiência com o Diretor Geral do Ensino Superior, na qual foi comunicada a decisão de atribuir o grau de licenciatura aos planos

de estudo de cinco anos apresentados pelos Institutos de Lisboa e do Porto; 7) As portarias nº 793, de 8 de setembro, e nº 797, de 9 de setembro de 1989, reconhecendo os Institutos de Lisboa e do Porto a faculdade de atribuírem o grau de Licenciatura aos cursos de Serviço Social nele ministrados, são criadas. É importante destacar que o Instituto de Coimbra se desvinculou do processo, porém, após a vitória dos Institutos de Lisboa e do Porto, também solicitou o reconhecimento o qual lhe foi garantido em 1990, por meio da Portaria 15/90, de 9 de janeiro; 8) Após a atribuição do grau acadêmico, “a formação acadêmica do Serviço Social sofre um salto qualitativo extremo de legitimação e reconhecimento social passando, em termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, a situar-se no quadro do Sistema Universitário” (Negreiros, 1999, p. 24).

A professora afirma que o percurso que o Serviço Social percorreu em Portugal, entre os anos 80 e 90, consiste em um período de muitas aquisições obtidas. Além disso, salienta que este momento vivido não é oriundo apenas de natureza endógena (interna ao Serviço Social), todavia se deve, também, a compreensão do processo histórico e sociopolítico no qual o Serviço Social está inserido.

Assim, este, situado no jogo e na malha das relações sociais, está sujeito às influências e determinações que se exercem no campo de estruturação dessas mesmas relações. Bem como, através das articulações que estabelece, de mobilização e luta que envolve nesse mesmo campo, e da construção e análise que elabora através da explicitação dos saberes e das práticas, vai, como categoria social que é, tornar-se também “sujeito” da sua própria trajetória (Negreiros, 1999, pp. 31, 32).

Negreiros (1999) ressalta que a dimensão política do Serviço Social fica bem evidente neste período, ultrapassando o domínio da relação interpessoal ou grupal e se inserindo no campo do coletivo, “onde emerge e se revela pela primeira vez na experiência profissional, em confronto com o terreno e com as necessidades sociais das populações, a dimensão política” (p. 33).

Para Negreiros (1999), na área da formação, vão surgir várias indagações, as quais são suscitadas pela dinâmica do movimento político e social, assim, começam a ser processadas dinâmicas de ruptura ideológica e de conceituação do Serviço Social no campo metodológico e teórico. Estas mudanças estão na origem da renovação do Serviço Social Português e da própria qualificação acadêmica.

Assumem-se a recusa da neutralidade ideológica, e, a dimensão política, no sentido de definição de um projecto profissional **visando a transformação social** [ênfase adicionada], que implica uma opção de classe, pelos sectores populares e pela classe trabalhadora, e a busca da compreensão das implicações políticas que se entrecruzam como elemento fundamental na intervenção, e que permeiam o terreno da prática e da análise teórica (Negreiros, 1999, p. 34).

Por isso, na concepção de Negreiros (1999), com o Pós 25 de abril de 1974, é possível perceber a formação de uma consciência política coletiva na academia.

Convém ressaltar que um conceito essencial para a compreensão da dimensão política da profissão é a correlação de forças. Neste sentido, Faleiros (1999), ao abordar sobre o paradigma da correlação de forças, afirma que a intervenção profissional deve ser identificada como confrontação de interesses, recursos, energias e conhecimentos, visto que se encontra inscrita em um sistema de “hegemonia/contra hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que os grupos sociais desenvolvem a partir de seus projetos societários básicos, fundados nas relações de exploração e de poder” (Faleiros, 1999, p. 44).

Nas sociedades capitalistas, os grandes proprietários dispõem de mais força econômica e política em função do seu patrimônio, mas as forças subalternas têm o patrimônio da mobilização e da organização política, do questionamento ideológico, da ampliação da democracia e da cidadania e da sua inserção cultural e afetiva [...] É no contexto das relações de força mais gerais do capitalismo e nas particularidades das relações institucionais, nas mediações do processo de fragilização/fortalecimento do usuário, que se define o trabalho profissional (Faleiros, 1999, pp. 48, 49).

Neste sentido, Faleiros (1999) acaba sendo um pensador essencial para o Serviço Social de Portugal. Segundo o estudioso, a cidadania é fortalecida por meio das relações Estado/sociedade e nas mediações concretas das políticas sociais. Ela se constitui no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais e éticos, os quais foram construídos historicamente, por meio de leis, normas, costumes, convenções, que possibilitam que os homens sejam reconhecidos como membros ativos de uma sociedade, na qual eles podem exigir os seus direitos e ao mesmo tempo cumprir seus deveres.

Faleiros (1999) ainda esclarece que, na Intervenção do Serviço Social, não existe um modelo com um conjunto de passos a serem seguidos, porém ela requer do profissional três tipos de capacidade: a) Teórica: para definir os pressupostos da ação; b) Analítica: para compreender as especificidades das conjunturas; e c) De propor alternativas com a participação dos sujeitos: no embaraçado enredo em que as forças sociais se correlacionam. Lembrando sempre que, nas relações de poder, existem dominantes e dominados, ou seja, há um poder hegemônico. No entanto, o autor enfatiza que essa hegemonia se estabelece ora com avanços ora com recuos.

Assim, é interessante destacar a pesquisa realizada por Coelho, Guedes e Amaro (2019), em que as estudiosas relatam que o autor brasileiro mais citado nos programas curriculares de Portugal é Vicente de Paula Faleiros (citado 26 vezes nas referências bibliográficas). As autoras afirmam que “o atual distanciamento do Serviço Social português da perspectiva marxista e o diálogo com outras fontes de autores como Vicente de Paula Faleiros [...] um autor, considerado pelos próprios portugueses como crítico, mas não marxista” (Coelho & Guedes & Amaro, 2019, p. 10).

Conforme Coelho, Guedes e Amaro (2019), existe um relacionamento histórico entre o Serviço Social de Portugal e o do Brasil e este pode ser identificado nas amplas produções acadêmicas. Segundo as autoras, a cooperação do Serviço Social brasileiro na formação acadêmica dos assistentes sociais portugueses são relevantes, especialmente em duas épocas: 1) No período revolucionário, com a circulação de produções procedentes do Movimento de Reconcepção da América Latina e a vinda de assistentes sociais do Brasil para Portugal exilados por causa da Ditadura; 2) Com a parceria com a PUC São Paulo, por meio de cursos de Mestrado e Doutorado, “o que resultou na formação de uma geração de professores e assistentes sociais formados por uma perspectiva crítica e alinhada ao Serviço Social brasileiro” (Coelho & Guedes & Amaro, 2019, p. 12).

Para as autoras, na atualidade, essa relação se modificou, pois:

O Serviço Social português pela sua diversidade e ecletismo tem se alinhado a tendências europeias, principalmente francófonas e anglo-saxônicas. A relação com o Brasil, no entanto, não se desfez, sobrevive em determinadas escolas e numa geração de professores que ainda estão nos quadros docentes das escolas, no diálogo com uma nova geração (Coelho & Guedes & Amaro, 2019, p. 12).

Convém lembrar que, de acordo com o pensamento de Branco (2009), a profissão de assistente social, em Portugal, não possui uma regulamentação geral no que diz respeito

à formação. Sendo assim, os programas de formação são assumidos pelo Estado, através do Ministério que ampara a educação superior, baseado na “homologação dos currículos de formação e de atribuição de graus, segundo dispositivos de peritagem[...] A situação portuguesa enquadra-se no designado modelo franco-europeu[...] no qual se registra uma acreditação por conselhos especiais para a formação” (Branco, 2009, p. 69).

Neste sentido, Branco (2009) afirma que a formação em Serviço Social portuguesa é perpassada por dinâmicas de desenvolvimento de significado diverso. De um lado, o processo de reconhecimento acadêmico, com estatuto universitário, é reforçado pelos programas de doutoramento. De outro, ocorre um crescimento acentuado da oferta do 1º ciclo da formação, “não sustentado, e com riscos quanto à qualidade da formação assegurada por inúmeras instituições sem tradição, ‘know-how’ e condições estruturais para o cumprimento desta missão” (Branco, 2009, p. 73).

Martins e Tomé (2008), ao se reportarem ao Processo de Bolonha e ao ensino superior em Portugal, afirmam que este processo tem por base um compromisso que os dirigentes dos países europeus assumiram de harmonizar os graus e diplomas atribuídos, almejando facilitar as equivalências dos cursos das universidades dos 45 estados assinantes, a mobilidade e a empregabilidade dos estudantes.

Nesta perspectiva, Martins e Tomé (2008) afirmam que o processo de Bolonha foi permeado por muitas críticas e resistências. Ademais, as autoras ressaltam que esse processo “fomentou uma reflexão global e de sentido estratégico sobre o ensino superior em Portugal, sobre o seu engradamento no espaço europeu, sobre o desenvolvimento da competitividade para e no mercado europeu, e face aos restantes blocos mundiais” (Martins & Tomé, 2008, p. 155). Para as pesquisadoras, trata-se do desafio da globalização.

Martins e Tomé (2008) ressaltam ainda que Bolonha pode, também, significar uma degradação da qualidade da formação superior, por causa da diminuição do tempo da formação. Por outro lado, as autoras apresentam vantagens do processo de ajustamento da formação a Bolonha: 1) O grau de bacharelado em Serviço Social do ensino politécnico acabou, pois o primeiro ciclo corresponde apenas a licenciatura; 2) A uniformização da denominação de Serviço Social, nos 1º e 2º ciclos, colocou fim às designações de Trabalho Social, Política Social e Intervenção Social e Comunitária; 3) Foi nomeada, em 2006, uma Comissão de especialistas, formada por Doutores em Serviço Social, para emitir parecer sobre os pedidos de autorização de novos cursos.

Martins (2007) lembra que a formação em Serviço Social em Portugal não se encontra regulamentada pelas organizações da categoria profissional e que isso gera várias dúvidas em relação ao processo de Bolonha, dentre elas: “Que fundamentação teórico-metodológica e ético política está subjacente à formação em Serviço Social?” (Martins, 2007, p. 5). Todavia, em 7 de dezembro de 2023, por meio da Lei n. 66/2023, foi aprovado o Estatuto da Ordem dos Assistentes Sociais de Portugal, o qual, com certeza, apresentará grandes conquistas para a formação profissional no país.

Ao retratar sobre o Brasil e o Serviço Social, é importante lembrar que, conforme Iamamoto e Carvalho (2006), as origens do Serviço Social possuem sua base nas obras e instituições que surgiram após a Primeira Guerra Mundial. Neste momento, são implantadas, na Europa, as Escolas de Serviço Social. No Brasil, são organizadas, em 1920, a Associação de Senhoras Brasileiras e, em 1923, a Liga das Senhoras Católicas.

Iamamoto e Carvalho (2006) afirmam que, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo surgiu como necessidade dos setores de Ação Social e Ação Católica de tornar a filantropia das classes dominadas mais efetiva. Sendo assim, as atividades do CEAS estavam voltadas para a formação técnica especializada para a Ação Social e a propagação da doutrina social de Igreja. Em 1936, a partir do CEAS, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, reconhecida como a primeira do Brasil. “Logo depois, em 1937, é criado o segundo curso de Serviço Social do Brasil, no Rio de Janeiro, resultado de diversas ações da Igreja com, já nesse momento, uma forte participação estatal e em consonância também com o empresariado” (Alcantara, 2019, p. 66).

Iamamoto e Carvalho (2006) ainda registram que, durante a década de 40, surgiram várias escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados. Além disso, em 1947, no I Congresso Brasileiro de Serviço Social, 14 destas escolas se fizeram representadas. Mas, a existência de assistentes sociais diplomados ficou limitada por um longo período apenas pelas escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O componente da formação religiosa dos Assistentes Sociais e de sua vocação mística de um apostolado social – tão marcante nesta fase – constitui, por sua vez, elemento essencial da legitimação do seu projeto. Recristianizar a sociedade ameaçada pela crise, recuperar o homem, significa mais concretamente recristianizar e recuperar o proletariado (Iamamoto & Carvalho, 2006, p. 213).

Neste sentido, Iamamoto e Carvalho (2006) lembram que o assistente social deveria ser uma pessoa de íntegra formação moral e devotada pelo amor ao próximo. Essa fase foi conhecida como de influência europeia, até porque os docentes e, inclusive, o material didático encontram-se na dependência das grandes escolas da Europa.

Iamamoto e Carvalho (2006) comentam também que, em 1941, ocorreu o Congresso Interamericano do Serviço Social em Atlantic City (USA) e este foi um marco da interferência norte-americana no ensino do Serviço Social no Brasil. “A partir dos programas de intercâmbio entre Assistentes Sociais do Brasil com os Estados Unidos, adensa-se a influência norte-americana na formação e na prática do Serviço Social brasileiro, através de uma análise psicologizante e não mais apenas no plano moral” (Alcantara, 2019, p. 67).

Seguindo este raciocínio, Alcantara (2019) afirma que, na década de 60, ocorreu uma abertura para o Serviço Social, com crescimento da área de atuação. “Começa-se também a abrir novas possibilidades de atuação profissional nos campos de gestão e planejamento dos programas assistenciais, fazendo com que a profissão busque se distanciar da imagem de agente caridoso outrora reclamado” (p. 67).

Compactuando com esse pensamento, Yusbek, Bravo e Raichelis (2019) salientam que, a partir de 1970, surgem importantes episódios na formação, na produção do conhecimento e, na contramão, as entidades, que passam a fazer opção de um projeto para o Serviço Social de ruptura com a perspectiva conservadora, tanto no Brasil quanto na América Latina. Em relação a formação, merecem destaque: 1) Inserção da Pós-Graduação, com a criação dos primeiros mestrados, em 1992, na PUC Rio de Janeiro e na PUC São Paulo; 2) Criação de novas unidades de ensino nas universidades públicas; 3) Ampliação do número de professores por meio de concursos públicos; 4) Maior integração entre as áreas do conhecimento. Na área de produção do conhecimento, com produções teóricas e divulgação do Serviço Social crítico. Já no que se refere às entidades, mudança da direção dos sindicatos e das associações profissionais.

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendida no quadro das relações entre as classes sociais e destas com o estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao

transformarem-se as condições e as relações nas quais ela se inscreve (ABEPSS, 1996, p. 5).

É importante destacar que Yasbek (2014), ao abordar sobre alguns dilemas, desafios e tendências do trabalho do assistente social no Brasil, no contexto da sociedade capitalista, afirma que este é um espaço privilegiado do exercício profissional e lugar no qual a profissão participa de processos de resistência e de alianças estratégicas para construção de um outro tipo de sociedade.

Na política social, a luta contra a pobreza toma o lugar da luta de classes. A perspectiva é de desenvolvimento dos “ativos” dos pobres, desconsiderando os fatores estruturais da pobreza, atribuindo a responsabilidade da pobreza aos próprios pobres [...] Esse processo requer a contínua reinvenção da classe e de protagonismo político (Yasbek, 2014, p. 680).

Dentro desta perspectiva, Yasbek (2014) alerta que os assistentes sociais correm o risco de serem bons gestores, porém despolitizados. É preciso tomar cuidado para não se tornar um instrumento auxiliar e subsidiário do modo capitalista de pensar. “O cotidiano é o solo do processo de produção e reprodução das relações sociais.” (p. 681). Afinal, para a autora, a questão social é uma luta.

Ainda segundo Yasbek (2014), uma categoria fundamental para compreensão da formação política do assistente social é a hegemonia, tão trabalhada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere (Caderno 25 de 1934). Até porque, no decorrer da história, os subalternizados acabam por construir seus projetos com base em interesses que não lhe pertencem, mas que lhe são atribuídos como seus. “Experienciam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade” (Yasbek, 2014, p. 685).

Seguindo essa linha de pensamento, convém explicar o conceito de hegemonia, uma vez que ele é fundamental para a compreensão da dimensão política da profissão, e Gruppi (1978), um estudioso de Gramsci, afirma que, na concepção gramsciana, as classes sociais dominadas acabam por participar de uma concepção de mundo imposta pelas classes dominantes. O autor vai mais além, ao afirmar que a ideologia da classe dominante chega às classes subalternas por vários meios, através dos quais “a classe dominante constrói a

própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia.” (Gruppi, 1978, p. 68).

Gruppi então afirma que a hegemonia é:

Capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas transformações de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através da sua ação política, ideológica e cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leva à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder[...] O conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda a sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (Gruppi, 1978, pp. 3, 70).

Torna-se fundamental lembrar que, segundo Silva (2011), Gramsci sempre combateu as ideias que limitam o marxismo a uma visão mecanicista. Para a autora, o estudioso italiano destaca a necessidade das diversas estratégias de luta política, com base na perspectiva da transformação social.

À vista disso, cabe destacar que, para a compreensão da dimensão política da profissão, no entendimento de Iamamoto (2014) e compactuando com o pensar de Yasbek, é imprescindível lembrar que, desde a década de 1980, os estudiosos críticos do Serviço Social vêm declarando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho social, ressaltando o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. É importante ressaltar, também, que essa visão é distinta da dos liberais (prioridade do mercado). Sendo a sociedade atravessada por projetos sociais distintos, é possível, ao profissional, firmar estratégias políticas para reforçar os interesses das classes subalternas, as quais são alvo principais das ações dos assistentes sociais.

Sendo assim, para Iamamoto (2014), o exercício da profissão requer um profissional com competência para propor e negociar os seus projetos, para preservar seu campo de trabalho, suas qualificações e suas responsabilidades profissionais. Ao se reportar à

realidade brasileira, a autora afirma que o patrimônio sociopolítico do Serviço Social “é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela **aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais** [ênfase adicionada]” (p. 613).

A atuação dos assistentes sociais dá-se no âmbito das relações entre as classes e destas como Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”, sendo a política social uma mediação fundamental do exercício profissional voltado para a sua formulação, gestão avaliação e financiamento, assim como para assessoria aos movimentos sociais (Iamamoto, 2014, p. 618).

Percebe-se então que, no Brasil, o conceito de hegemonia merece destaque para compreensão da dimensão política do Serviço Social e que os autores brasileiros possuem uma grande aproximação com o pensamento de Karl Marx.

Nesta perspectiva, Iamamoto (2014), ao discutir acerca da formação no Serviço Social do Brasil, registra que o conteúdo da formação está amparado em três núcleos temáticos baseados nas diretrizes curriculares:

- a) Núcleo dos fundamentos teóricos-metodológicos e ético-políticos da vida social;
- b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito;
- 3) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (Iamamoto, 2014, p. 620).

Por outro lado, a autora lembra que a formação em Serviço Social sofre significativas mudanças na contemporaneidade, como: 1) O crescimento acelerado da oferta de vagas; 2) O predomínio de instituições de ensino privadas não universitárias em desfavor das universidades; e 3) A precarização das condições de trabalho docente.

Diante do exposto, percebe-se que, tanto em Portugal quanto no Brasil, os caminhos percorridos na formação possuem pontos semelhantes, mas, também, especificidades em

decorrência da colonização brasileira e do envolvimento de Portugal com o Mercado Comum Europeu.

CAPÍTULO 3

Os Planos Curriculares das Licenciaturas em Serviço Social em Portugal e dos Bacharelados no Brasil e a Visibilidade da Dimensão Política (Análise Documental)

A tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivamentos de seus comunicados. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (Freire, 2022 b, p. 89).

Este capítulo apresenta dados da pesquisa documental que foi elaborada seguindo uma trilha metodológica baseada em três etapas. Em primeiro lugar, foi realizada a leitura do conteúdo programático de todas as disciplinas para, em seguida, serem triadas aquelas que fugiam do papel de “arquivamentos de comunicados” e de “transferência de saber”, e que eram direcionadas para uma leitura crítica da realidade. Após a escolha das unidades curriculares, foi então identificada a presença quantitativa e qualitativa das categorias essenciais dos direitos humanos nos conteúdos programáticos analisados. Além disso, os dados de Portugal foram sistematizados separadamente dos do Brasil, mas a linha de pesquisa seguiu o mesmo percurso.

Sendo assim, este capítulo mostra os resultados da pesquisa documental realizada com base nas nove categorias centrais dos Direitos Humanos: Pós-Modernismo, Prática Anticolonialista, O Pessoal e o Político, Prática Política, Envolvimento na Política, Mudança Social, Dignidade Humana, Autodeterminação do Sujeito e Justiça Social. Entretanto, antes desses tópicos, traz a conceituação teórica de cada categoria, com base em estudiosos renomados.

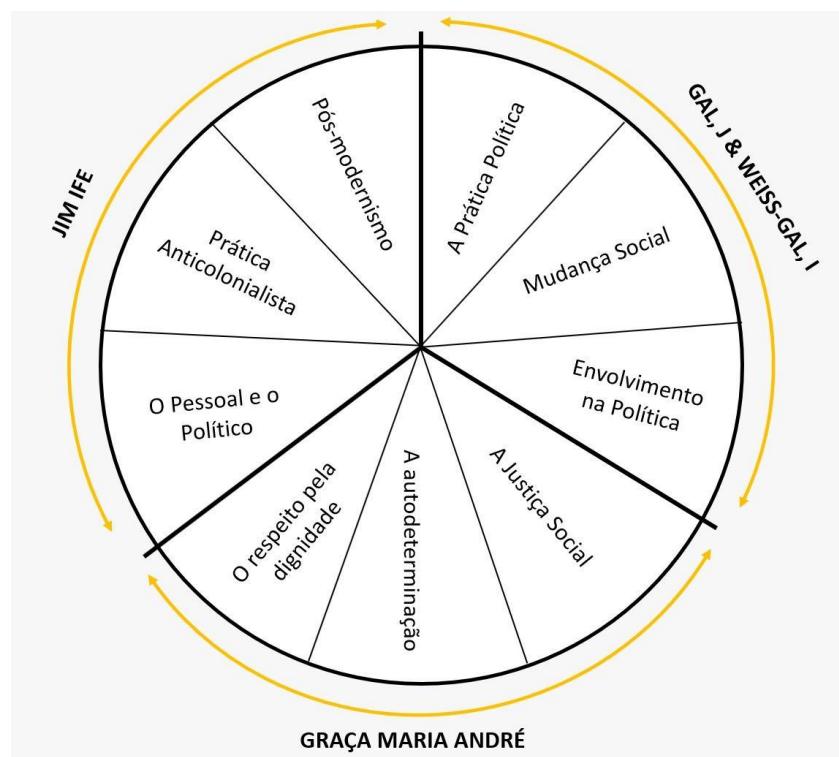
3.1. As Categorias Centrais dos Direitos Humanos

A partir de nove categorias essenciais aos Direitos Humanos e, consequentemente, da dimensão política do Serviço Social, foi realizada uma pesquisa documental por meio dos

sites das universidades públicas e equiparadas de Portugal e das universidades federais e estaduais da Região Nordeste do Brasil.

O caminho metodológico percorrido pela pesquisadora consistiu em: a) leitura do conteúdo programático de todas as unidades curriculares disponíveis nos sites pesquisados; b) triagem dos conteúdos programáticos relacionados ao tema; c) identificação da presença das categorias nos documentos analisados.

Figura 1 – Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais



Fonte: Sistematização própria, com base nas obras: 1. JIM IFE – Human Rights and Social Work (2004);
2. GAL, J & WEISS-GAL, I – Social Workers Affecting Social Policy (2014); 3. GRAÇA MARIA ANDRÉ (2011) – Formar Assistentes Sociais para uma Mediação em Direitos Humanos.

Convém registrar que Queirós (2015) sintetizou um quadro relativo às dimensões da formação para a intervenção em Jim Ife, do qual três categorias teóricas serviram de referência para a análise dos planos de ensino e das unidades curriculares desta pesquisa (conforme Figura 1).

Quadro 3 – Intervenção em Serviço Social para realização de Direitos Humanos

As dimensões da formação para a intervenção em Jim Ife (2004)	
DIMENSÕES	PRINCÍPIOS
Fundamentos	Práxis; moral; compromisso; ideologia; história; constrangimentos estruturais; pós-modernismo ; [ênfase adicionada] pós-estruturalismo.
Empowerment	Práxis dialógica; democracia participativa; prática anticolonialista ; [ênfase adicionada] feminismo; não violência; identificação das necessidades humanas; pesquisa.
Universalidades/Singularidades	O pessoal e o político ; [ênfase adicionada] o privado e o público; o relativismo cultural; macro e micro nível; o global e o local.

Fonte: Elaborado por Graça André Queirós (2015) Adaptado de Jim Ife (2004) - Tese de Doutoramento em Serviço Social – Universidade Católica de Lisboa

Jim Ife é um professor australiano que vem estudando “um conjunto de competências que os Assistentes Sociais devem dominar, desafiando uma reflexão aprofundada sobre os modelos de formação” (QUEIRÓS, 2015, p. 169).

Conforme a pesquisa realizada por Queirós,

Ife (2004) considera que para uma intervenção em Serviço Social se dimensionar no referencial dos Direitos Humanos o Assistente Social deve ser portador de um conjunto de conhecimentos e competências que organizou em três dimensões. Uma primeira dimensão designou de “fundamentos” (foundations), e que reporta uma abordagem mais teórica como base da prática dos Direitos Humanos... A segunda dimensão da formação, Ife (2004), designa-a de “empowerment”, ... reportando-se ao conjunto de conhecimentos e competências que os Assistentes Sociais devem dominar que lhes permitirão tornar os utentes mais “poderosos”,

na definição dos seus direitos... Como última dimensão, e de preparação exigente, para os futuros Assistentes Sociais, Jim Ife (2014) chama a atenção para a pertinência de uma abordagem ao mundo global, e debates latentes, (contextual/universal issues) e o conhecimento dos seus impactos nas práticas (2015, pp. 169, 172).

De acordo com o entendimento de Ife (2004), o trabalho social requer esforço intelectual. Não se trata simplesmente de aprender a fazê-lo e depois aplicar princípios de maneira mecanicista, não se trata de rejeitar a teoria como “não pertencente ao mundo real” e, portanto, adotar como postura ateórica (e anti-intelectual). Pelo contrário, requer um engajamento constante, tanto com o intelectual quanto com o prático, testados um contra o outro em um processo constante de ação/reflexão, ou práxis. E como os direitos humanos representam uma das ideias mais poderosas do discurso contemporâneo, é preciso saber que em um mundo de globalização econômica, no qual o individualismo, a ganância e o enriquecimento são vistos como as coisas mais importantes da vida, e onde, ao mesmo tempo, as posições morais anteriormente seguras para julgar nossas ações parecem estar declinando em um pântano de relativismo pós-moderno, a ideia de direitos humanos fornece um ponto de referência moral alternativo para aqueles que buscam reafirmar os valores da humanidade. E dentro da dimensão política do Serviço Social, nesta concepção de Ife, três categorias teóricas são essenciais: Pós-modernismo; Prática Anticolonialista; O pessoal e o político.

Conforme o pensamento de Ife (2004), uma compreensão pós-moderna é, portanto, importante para os assistentes sociais e é um componente essencial da prática crítica do Serviço Social. O Pós-Modernismo ajuda o trabalho social a se afastar da narrativa única e da obsessão por uma resposta “certa” para qualquer problema em direção a uma visão que valorize múltiplas vozes e permita a construção de diferentes significados e múltiplas realidades. A importância do pós-modernismo para o trabalho social é clara. O pós-modernismo aceita a ambiguidade e celebra a diversidade, em vez de tentar reunir tudo em uma “estrutura coerente”. Além disso, defende a quebra de fronteiras aparentemente claras e categóricas, em favor de uma visão de mundo mais caótica de ambiguidade e incerteza. Essa incerteza é evidente na realidade prática dos assistentes sociais; mais do que as definições gerenciais ordenadas de seu trabalho em categorias empíricas claras, os assistentes sociais vivem e trabalham com chãos, incertezas e ambiguidades, em um mundo confuso e contraditório, em vez de arrumado, ordenado e previsível. Portanto, o

pós-modernismo fornece uma arena potencialmente promissora para a teorização do serviço social, em contraste com o mundo certo e essencialmente ateórico da prática baseada em evidências.

Em vista disso, David Harvey (2016) registra que o dado mais espantoso sobre o pós-modernismo é sua total adesão do que é efêmero, fragmentário, descontínuo e caótico. Para o autor, a estética pós-moderna é marcada pela instabilidade e é celebrada pela diferença, pela efemeridade, pelo espetáculo e pela mercadificação de formas culturais. Ademais, de acordo com o pensamento de Harvey (2020), com o pós-modernismo a sensação de que tudo que é sólido desmancha no ar é intensificada. Sendo assim, a instantaneidade e a descartabilidade são essenciais na esfera de produção de mercadorias na atualidade nos tempos atuais.

Outrossim, Bauman (1998) acredita que a pós-modernidade vive em um estado permanente de tentativa de desregulamentação e privatização, ou seja, há pouca coisa no mundo que seja considerada sólida e digna de confiança. Assim, a pós-modernidade é caracterizada pelo descrédito.

Partindo desta perspectiva de Harvey e Bauman, Ife (2004), ao se reportar ao pós-modernismo, afirma que, dentro de uma perspectiva pós-moderna, há um desafio para reformular a ideia de trabalho social em algo mais consistente com uma filosofia pós-moderna e com um mundo pós-moderno caracterizado pela falta de certeza e segurança, pela diversidade e múltiplas realidades, em vez das assertivas categóricas confiantes de certo e errado implícitas em muitos códigos de ética do serviço social.

Destarte, para Ife (2004), uma das principais críticas à dominação ocidental do discurso dos direitos humanos, e sua associação com o pensamento iluminista, tem sido que os direitos humanos assim construídos usados para reforçar o colonialismo e a contínua colonização do mundo não-ocidental por forças econômicas, políticas ocidentais e normas culturais. Para o autor, a prática colonialista continua sendo um problema significativo. Neste contexto, esse costume implica qualquer forma de prática que assume que o praticante vem de uma posição de superioridade, na qual a visão de mundo do praticante é imposta aos outros a prática serve para promover os interesses e necessidades do praticante, ao invés daqueles com quem o profissional está trabalhando. O efeito colonizador do trabalho social convencional tem sido visto historicamente na imposição, muitas vezes bastante inadequada, de formulações de serviço social dos EUA e do Reino Unido em outros contextos culturais e nacionais, negando a validade da experiência local. Deste ponto de vista, a falta de conhecimento dos assistentes sociais sobre os processos e

a experiência do colonialismo é uma grande fraqueza na maior parte da formação em serviço social. Os assistentes sociais que estão preocupados em praticar a partir de uma perspectiva de direitos humanos precisam, portanto, trabalhar conscientemente para combater os efeitos do colonialismo, e não praticar a partir de uma posição colonialista.

Além disso, a visão de mundo ocidental tem uma forte tradição de colonialismo, e seu racismo associado, por isso a importância do Iluminismo neste processo precisa ser enfatizada. O período conhecido como Iluminismo no final do século XVIII, associado a pensadores, como Voltaire, Locke, Adam Smith e outros, forneceu a fundamentação intelectual para a visão de mundo ocidental moderna que está associada à liberdade individual, razão, progresso, Ciência e liberdade dos 'laços' de superstição e religião. A partir disso, entende-se que um dos aspectos importantes do Iluminismo foi a crença no progresso: que estamos engajados em uma aventura de descoberta e desenvolvimento humano, a partir do qual estamos constantemente melhorando o que aconteceu antes, onde o presente é uma melhoria no passado e o futuro será uma melhoria no presente. Essa ideia de progresso inevitável está tão arraigada no pensamento ocidental moderno que é muito difícil sair e perceber que essa nem sempre foi a visão de mundo dominante ou a construção da atividade humana.

A crença no progresso está consagrada no próprio nome “Iluminismo”. Supunha-se que, por causa da revolução nas formas de pensar no Ocidente naquela época, as pessoas estavam agora mais “iluminadas” do que antes. Isso, naturalmente, levou a uma arrogância e a um sentimento de superioridade sobre aqueles que não eram tão “iluminados” ou que estavam em um estágio anterior à grande jornada do progresso, ou seja, o resto do mundo. Portanto, isso foi um passo natural para o Ocidente assumir o papel de levar esse “esclarecimento” para os “menos “iluminados” em outros lugares, o que se tornou a justificativa intelectual para o domínio colonial de nações “menos civilizadas”. Assim, abriu-se o caminho para comerciantes, missionários, soldados, governos e “pioneiros” imporem os modos ocidentais mais “esclarecidos” ao resto do mundo, na certeza de sua superioridade evidente. É claro que isso serviu aos fins da exploração econômica e forneceu uma forte justificativa para a opressão econômica dos povos colonizados no século XIX.

Além disso, conforme o pensamento de Ife (2004), a ligação entre o Pessoal e o Político é central para o trabalho social: entender o pessoal em termos políticos, entender o político em termos do pessoal e agir para provocar mudanças em ambos os níveis. Isso é particularmente importante dentro de uma estrutura de direitos humanos, uma vez que

os direitos humanos também precisam ser entendidos como pessoais e políticos. Em vista disso, entende-se que eles são pessoais porque afetam o bem-estar pessoal, a segurança, a sobrevivência e a autorrealização, a fim de representar uma série de declarações sobre o que significa ser humano; e são políticos porque os direitos humanos são sobre o poder e sua distribuição, sobre como o poder é construído e decretado, sobre quem deve ter o direito de exercer o poder e em quais circunstâncias. Os direitos humanos são, portanto, por sua própria natureza, tanto pessoais quanto políticos. Eles devem ser entendidos em ambos os contextos, e só podem ser um efetivo trabalhador de direitos humanos se puderem trabalhar tanto com o pessoal quanto com o político. Assim, como esse vínculo é central para o trabalho social, os assistentes sociais estão bem equipados para serem trabalhadores dos direitos humanos. Entretanto, para cumprir esse papel, sua práxis deve manter constantemente os focos pessoal e político. Mais significativamente, os assistentes sociais precisam ser capazes de ligar os dois, insistindo que cada um só pode ser totalmente compreendido em termos do outro. Os direitos humanos fornecem uma base sólida para tal ligação. Esta ligação é uma das mais problemáticas para uma sociedade que entra na era da pós-modernidade e, portanto, é um papel muito significativo para os assistentes sociais desempenharem.

Na prática, isso significa que os assistentes sociais devem estar sempre articulando os aspectos políticos do pessoal e os aspectos pessoais do político. Dessa forma, a pessoa que está desempregada, por exemplo, deve ser compreendida tanto no plano pessoal das implicações para a autoestima e segurança de renda quanto no plano político das razões do alto desemprego, da estrutura do mercado de trabalho, do impacto da globalização, oportunidades de educação e treinamento, relações no local de trabalho, mercantilização do trabalho e assim por diante. A partir disso, os direitos humanos envolvidos em tal caso podem ser entendidos em termos dos direitos do indivíduo ao trabalho significativo, à obtenção de renda, à autoestima, à seguridade social e à participação na economia. Também podem existir, em casos particulares de desemprego, outros direitos em relação à isenção de discriminação com base na idade, sexo, raça, deficiência, sexualidade, religião.

Outrossim, é importante afirmar que todos esses direitos “pessoais” têm suas implicações políticas em termos das obrigações do Estado e de outros atores em cumprir esses direitos: oferecer oportunidades de trabalho, garantir salários mínimos adequados, prevenir discriminação e assim por diante. Ou seja, trabalhar pelos direitos humanos exige que um assistente social trabalhe tanto com o indivíduo para garantir que seus direitos

sejam adequadamente atendidos e protegidos, quanto com as instituições do Estado e do mercado de trabalho para garantir que as obrigações políticas implícitas nos direitos humanos sejam adequadamente atendidas. Ao fazê-lo, é inevitável que um assistente social procure ajudar o indivíduo a ver seus direitos em um contexto político, e auxiliar as estruturas do Estado e atores do setor privado a ver suas ações à luz do impacto nos direitos humanos das pessoas e sua obrigação de cumprir e defender esses direitos. Dessa forma, a ligação entre o pessoal e o político é em si um ato radical, pois vai contra a ordem social e política dominante que procura dividir os dois, ver a vida e as preocupações pessoais das pessoas como “não concernentes ao Estado” e ver a política como algo que é engajado apenas por uma minoria de pessoas politicamente ativas, e que não precisa ser a preocupação da maioria.

Gal e Weiss-Gal (2014a) apresentam os valores e pressupostos da Dimensão Política, como: a Prática Política; a Mudança Social; o Envolvimento na Política (Conforme Figura 1).

Destarte, Gal e Weiss-Gal (2014a) registram que a Prática Política procura afetar o discurso do Serviço Social e remodelar a forma como os assistentes sociais enxergam o seu papel profissional. Sendo assim, ela busca reinterpretar a interpretação muito limitada existente do compromisso do Serviço Social com a justiça social e a mudança social e expandi-la significativamente. Independentemente do foco de suas atividades profissionais ou campo de atuação (seja prática direta ou indireta), todos os Assistentes Sociais devem incorporar esse tipo de prática em seu repertório de estratégias de intervenção.

Gal e Weiss-Gal (2014a) afirmam, ainda, que um Assistente Social que publica um artigo de opinião sobre uma deficiência de política que tenha um efeito prejudicial sobre os clientes ou entre em contato com um legislador para discutir questões políticas estará engajado na prática política. Embora a solidariedade e o empoderamento da comunidade sejam causas nobres e muitas vezes cruciais para alcançar a mudança de política, eles não são percebidos como condições necessárias para tal mudança na prática política, nem são os objetivos desse tipo de prática.

Além disso, Gal e Weiss-Gal (2014b) afirmam que uma arena inicial óbvia para examinar o impacto da prática política no Serviço Social é o discurso da profissão. O discurso do Serviço Social é constituído pelo corpo de saberes e pensamentos escritos e orais criados por profissionais de Serviço Social, educadores e estudiosos de uma determinada sociedade, o que inclui Códigos de Ética profissional, documentos formais

e declarações de organizações de Serviço Social, bem como diversas formas de literatura profissional e debate profissional. Um exame do lugar da prática política nos Códigos de Ética – talvez o documento-chave em qualquer profissão – embora o termo explícito “prática política” não tenha aparecido em nenhum desses textos nos oito países estudados, a maioria dos Códigos de Ética exige que os Assistentes Sociais se engajem em atividades destinadas a influenciar a política para promover a justiça social. De facto, parece que uma troca de ideias entre países, muitas vezes através dos bons ofícios da Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW), contribuiu muito para essa tendência.

Dessa forma, para Gal e Weiss-Gal (2014a), embora a Prática Política seja frequentemente realizada com a participação dos usuários do serviço como reflexo tanto de boas táticas quanto de comportamento ético, nem sempre é esse o caso. A noção de prática de políticas implica que qualquer esforço por parte dos assistentes sociais (como parte de suas atividades profissionais) para afetar as políticas (com ou sem a cooperação de grupos de clientes) deve ser incentivado. Em suma, a advocacia social é certamente uma forma de prática política, mas a prática política é um termo mais amplo que engloba o envolvimento na mudança de políticas com ou sem o envolvimento dos clientes. Como tal, a advocacia social com sua ênfase (bem-vinda) no empoderamento e no envolvimento do cliente não é a única forma que a prática política pode assumir.

Segundo Gal e Weiss-Gal (2014a), a tradição de envolvimento do assistente social nas formulações de políticas sociais reflete valores e pressupostos que estão na base do trabalho social. Assim, os valores-chave de justiça social e mudança social, que estão fortemente embutidos no pensamento da profissão de Assistente Social, formam uma base para esse envolvimento. Embora definida de várias maneiras, a justiça social é geralmente percebida como incluindo, entre outras coisas, uma visão de uma sociedade na qual todas as pessoas têm igual acesso a recursos sociais e bens sociais básicos, e na qual eles gozam de direitos sociais iguais e respeito cultural. Sendo assim, nota-se que o compromisso de promover a justiça social por meio da mudança social é uma constante em uma profissão que mudou muito ao longo do último século.

Consequentemente, Gal e Weiss-Gal (2014a) indicam que o assistente social tem o dever moral de se engajar na mudança social e uma oportunidade de participar disso, mas também está em uma posição privilegiada para fazê-lo. Isso porque ele tem um papel especial no processo de política social. Ou seja, a ideia de que os assistentes sociais devem influenciar a política é apoiada por um grande número de profissionais e acadêmicos de serviço social em todo o mundo.

Segundo Gal e Weiss-Gal (2014a), dados indicam que há um aumento no envolvimento político dos Assistentes Sociais em algumas nações nos últimos anos. Na Austrália, Assistentes Sociais de base se engajaram em uma campanha bem-sucedida para derrotar uma proposta do governo que limitaria o acesso de pessoas de baixa renda a serviços de saúde mensais. Durante a primeira década do novo milênio, os assistentes sociais nos EUA desempenharam um papel importante na luta por um salário digno em Nevada, por meio da redação de um influente relatório sobre o assunto e da advocacia legislativa. Em Israel, os Assistentes Sociais da linha de frente foram dominantes nas campanhas para revisar a condição de qualificação para infantis com deficiências de desenvolvimento para acesso a creches de reabilitação; além disso, assistentes sociais comunitários foram fundamentais na luta por melhores benefícios e serviços para idosos sobreviventes do Holocausto; enquanto nos últimos anos acadêmicos de Serviço Social participaram em comissões estatais que tratam das políticas de reinserção dos beneficiários da previdência no mercado de trabalho, da reforma dos serviços sociais locais e da intervenção estatal para lidar com a insegurança alimentar.

André (2011), afirma que os três objetivos centrais dos direitos humanos são: 1) O respeito pela Dignidade; 2) A Autodeterminação; 3) A Justiça. Estas três categorias foram analisadas nos planos de estudos e nas unidades curriculares (Conforme Figura 1).

Adicionado a isso, no que se refere ao respeito pela dignidade, Campos (2016) comenta que, na atualidade, a dignidade humana, a liberdade, a participação política e o bem-estar dos cidadãos constituem-se nos fundamentos basilares de uma sociedade democrática, integrando os deveres do Estado. “A dignidade da pessoa humana é um princípio estruturante do Estado Democrático e de direitos, expressa o reconhecimento e a afirmação de que o ser humano é o bem maior e o principal objetivo da sociedade” (Campos, 2016, p. 83).

De acordo com Campos (2016), a dignidade humana compreende duas dimensões: 1) A afirmativa dos direitos individuais; 2) Protetora dos direitos coletivos que consiste no lugar e no espaço dos direitos sociais. “A liberdade e a igualdade sem os correspondentes meios para efetivá-las pertencem ao pântano da retórica enganosa” (Campos, 2016, p. 84).

Em relação à autodeterminação, Pavão (1988) registra que o princípio da autodeterminação consiste em uma proposição de valor que para o homem baseia-se no seu direito e necessidade de liberdade para realizar suas escolhas e suas decisões. Por isso, este princípio está ligado ao da dignidade inerente ao homem. “O Serviço Social tem sua

ação voltada para as pessoas, que são membros de um grupo, e fazem parte de uma comunidade. Sua ação far-se-á no sentido de ajudar as pessoas a se integrarem a si mesmas, desenvolvendo nelas a capacidade de tomar decisões” (Pavão, 2011, p. 72).

Ademais, Pavão (1988) aborda sobre três significados da autodeterminação: 1) Existe no relacionamento dos indivíduos um impulso e uma necessidade de autodeterminar-se; 2) Autodeterminação como conceito metodológico – No Serviço Social consiste em ultrapassar a acomodação e o conformismo, cedendo lugar a uma perspectiva de mudança, com uma plena participação do sujeito na tomada de decisão; 3) Autodeterminação como um valor a ser desejado – O homem deve ter o direito de escolher como pressuposto da sua liberdade.

No que se refere à justiça social, Laniado (2013) diz que ela perpassa pelo desenvolvimento histórico das civilizações, “registrando-se referências sobre a sua importância fundamental na estruturação da ordem social e na moral, desde os textos bíblicos e a filosofia da antiguidade clássica até os tempos atuais.” (p. 275). A autora esclarece que a justiça social não é uma normatização ou um bem de troca, pois sua essência consiste no próprio modo de estruturação da sociedade.

Junto a isso, Laniado (2013) explica que liberdade, igualdade e cidadania representam o campo da justiça social, por isso, para a autora, a justiça procura buscar a estabilidade entre liberdade e igualdade, todavia em uma realidade social perpassada por lutas e tensões devido à desigualdade social.

Conforme Dominelli (2004), a realização de uma cidadania ativa entre as pessoas socialmente excluídas é crucial em uma sociedade que endossa os direitos humanos dentro de um quadro de justiça social, porque fornece a base para justificar reivindicações de recursos sociais necessários para o bem-estar. Dessa forma, os assistentes sociais, como profissionais preocupados com o bem-estar individual e coletivo, devem estar cientes da teoria e prática da cidadania e atuar no seu âmbito. Eles também têm que criticar o fracasso da sociedade em garantir sua atualidade para todos os habitantes diariamente. Em outras palavras, os assistentes sociais podem identificar a lacuna entre a cidadania teórica e a cidadania real, pois o compromisso com a justiça social lhes permite localizar indivíduos dentro de direitos e obrigações coletivas e fundamentar suas intervenções nessa área.

Ainda nesse viés, McDonough (1999), concordando com esse pensamento, afirma que a autodeterminação e a justiça social devem ser uma constante na prática do assistente

social. “A profissão tem de assumir completamente os valores da justiça social e autodeterminação; isto é, tem de agir na sua implementação” (McDonough, 1999, p. 102).

Sendo assim, o compromisso do Serviço Social com os direitos humanos perpassa pela compreensão dos três objetivos centrais dos direitos humanos que Graça André (2011) destaca como: Dignidade Humana, Autodeterminação e Justiça Social. Por isso, estas categorias teóricas são fundamentais para a busca do lugar da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais.

3.2. Pesquisa Documental Portugal

Tabela I – Categorização Geral Pesquisa Documental Portugal

Universidades	Número de unidades curriculares pesquisadas	Número de unidades curriculares pesquisadas com referências às categorias	Número de unidades curriculares pesquisadas sem referências às categorias	Categoria mais citada	Quantidade de Categorias não citadas
ISCTE	27	23	04	Prática Política (18)	--
Universidade de Lisboa	55	36	19	Prática Política (26)	--
UTAD	33	28	05	Pós-Modernismo (17)	--
Universidade Católica de Braga	24	15	09	Prática Política (10)	3 não citadas

Universidade Católica de Lisboa	12	09	03	Pós-Modernismo Prática Política (6)	--
Universidade dos Açores	42	24	18	Pós-Modernismo (14)	--
Universidade de Coimbra	39	36	03	Prática Política (28)	1 não citada (Envolvimento com a Política)

Fonte: Site das Sete Universidade – Sistematização realizada pela Pesquisadora

Dessa forma, é possível perceber que em 04, das 07 universidades pesquisadas em Portugal, houve a predominância da categoria *Prática Política*, em 02 *Pós-Modernismo* e em 01 houve empate entre essas duas categorias. Ademais, em 05 das 07 universidades, todas as 09 categorias teóricas dos direitos humanos foram encontradas, mas na Universidade de Coimbra a categoria *Envolvimento com a Política* não foi encontrada, e na Universidade Católica de Braga três categorias não foram citadas.

Figura 2 - Nuvem de Palavras das Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares do ISCTE



Fonte: <https://www.iscte-iul.pt/curso/55/licenciatura-servico-social>, elaboração própria

Assim, verifica-se que no ISCTE depois da *Prática Política*, o *Pós-Modernismo*, a *Prática Anticolonialista* e a *Dignidade Humana* foram as categorias mais citadas. Já a *Autodeterminação do Sujeito* e o *Envolvimento na Política* tiveram uma frequência bem baixa.

Figura 3 - Nuvem de Palavras das Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da Universidade de Lisboa



Fonte: <https://www.iscsp.ulisboa.pt/pt/cursos/oferta-graduada/licenciaturas/servico-social/plano-de-estudos>, elaboração própria.

A partir da imagem acima é perceptível que na Universidade de Lisboa a *Prática Política*, o *Pós-Modernismo*, a *Prática Anticolonialista* e a *Dignidade Humana* foram as categorias mais citadas. Além disso, é possível identificar que na Universidade de Lisboa a categoria *Envolvimento na Política* teve um acréscimo, mas a *Autodeterminação do Sujeito* continuou bem insignificante.

Figura 4 - Nuvem de Palavras das Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UTAD



Fonte: <https://uac.pt/ensino/curso.php?f=FCSH&l=PT&a=2020/2021&id=4332>, elaboração própria.

Outrossim, na UTAD, o *Pós-Modernismo* foi a categoria de maior destaque, seguido pela *Prática Política*, a *Prática Anticolonialista* e a *Dignidade Humana*. Ademais, nota-se que a categoria *Envolvimento na Política* foi pouco citada e que o *Pessoal e o Político* se destacaram em relação às outras universidades.

Figura 5 - Nuvem de Palavras das Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da Universidade Católica de Braga

Prática Políticas

Justiça Social

PósModernismo

Prática Anticolonialista

Dignidade Humana

Mudança Social

Fonte: [Na Universidade Católica de Braga, a *Prática Política* foi a categoria mais mencionada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Dignidade Humana*. Destarte, é possível perceber que a categoria *Prática Anticolonialista* foi bem menos citada do que nas outras universidades, e que houve a ausência de três categorias: *Autodeterminação do Sujeito*, *Envolvimento na Política e o Pessoal e o Político*.](https://ffcs.braga.ucp.pt/pt-pt/licenciaturas/programas/licenciatura-em-servico-social/plano-curricular, elaboração própria.</p></div><div data-bbox=)

Figura 6 - Nuvem de Palavras das Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da Universidade Católica de Lisboa

Mudança Social
Prática Anticolonialista
Dignidade Humana
Prática Política
Pessoal e Político
Autodeterminação do Sujeito
Envolvimento na Política

PósModernismo
Justiça Social

Fonte: [104](https://fch.lisboa.ucp.pt/pt-pt/licenciaturas/programas/licenciatura-em-servico-social/plano-curricular, elaboração própria.</p></div><div data-bbox=)

Para mais, percebe-se que na Universidade Católica de Lisboa ocorreu um empate entre a *Prática Política* e o *Pós-Modernismo*; a *Prática Anticolonialista* foi a terceira categoria mais citada. Já a *Autodeterminação do Sujeito*, o *Envolvimento na Política e o Pessoal e o Político* tiveram uma frequência mínima.

Figura 7 - Nuvem de Palavras das Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da Universidade dos Açores



Fonte: <https://uac.pt/ensino/curso.php?f=FCSH&l=PT&a=2020/2021&id=4332>, elaboração própria.

Ademais, identifica-se, na Universidade dos Açores, o *Pós-Modernismo seguido da Prática Política*; a *Dignidade Humana* foi a terceira categoria mais mencionada. Já a *Autodeterminação do Sujeito*, o *Envolvimento na Política e o Pessoal e o Político* também tiveram uma frequência mínima.

Figura 8 - Nuvem de Palavras das Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da Universidade de Coimbra

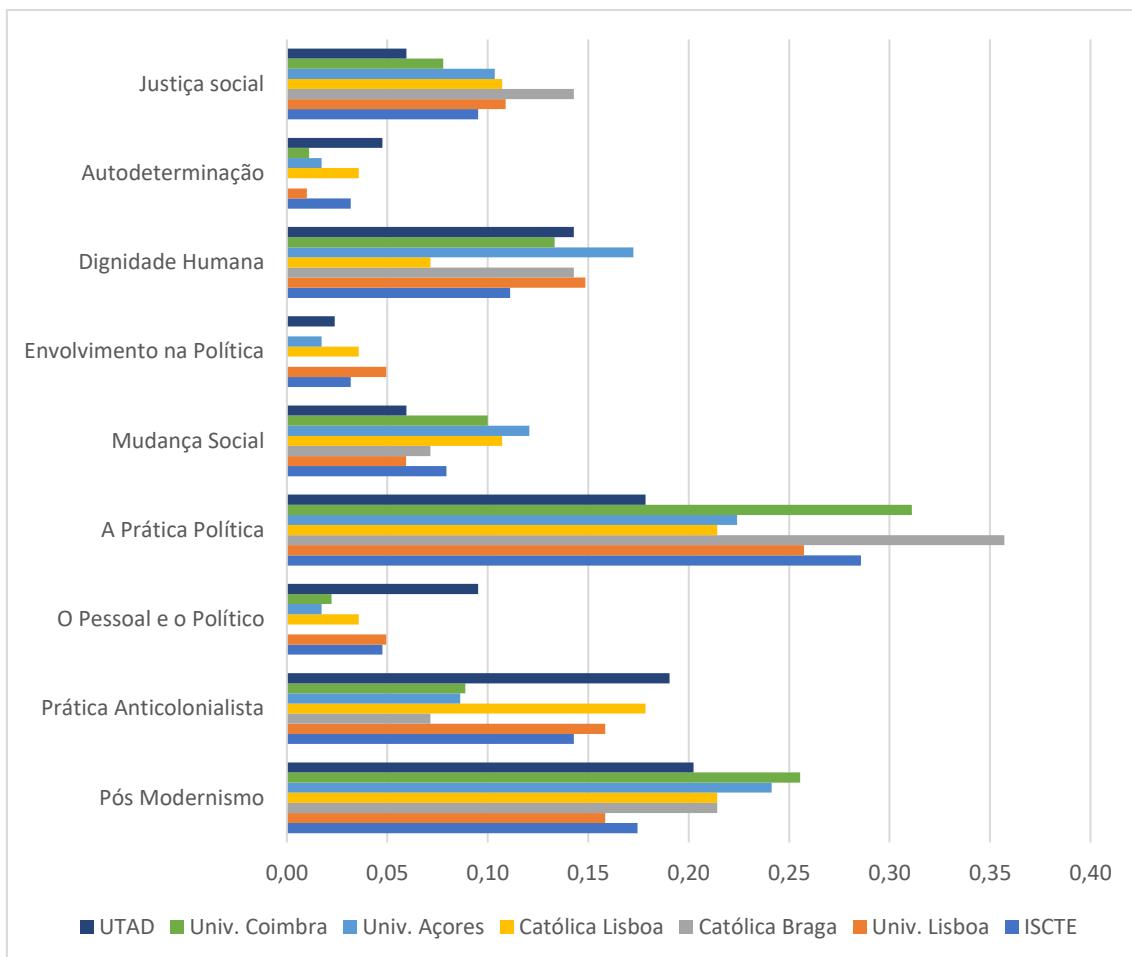
Prática Anticolonialista
PósModernismo
Justiça Social Prática Política
Dignidade Humana Pessoal e Político
Mudança Social

Autodeterminação do Sujeito

Fonte: UC. Universidade de Coimbra. Disponível em:
https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/1573/2022-2023?id_branch=22023#branch-22023

Por fim, verifica-se que na Universidade de Coimbra a *Prática Política seguida do Pós-Modernismo* foram as categorias mais mencionadas; a *Dignidade Humana* foi a terceira categoria mais citada. Já a *Autodeterminação do Sujeito* teve uma frequência bem insignificante e o *Envolvimento na Política* foi inexistente.

Gráfico 1 – Categorias Essenciais dos Direitos Humanos - Unidades Curriculares das Universidades Públicas e Equiparadas de Portugal



Fonte: Site das 7 Universidades acedido em março de 2023, elaboração própria

Diante da pesquisa documental realizada, os dados indicam que a *Prática Política*, o *Pós-Modernismo* e a *Prática Anticolonialista* possuem uma maior frequência nas universidades públicas e equiparadas de Portugal. Todavia, a *Autodeterminação do Sujeito*, o *Envolvimento na Política e o Pessoal e o Político* (menos na UTAD) tiveram uma frequência mínima.

Tabela II – Quantidade Máxima de Categorias encontradas em uma unidade curricular -Universidades Públicas e Equiparadas de Portugal

ISCTE	06
Universidade de Lisboa	05

UTAD	06
Universidade Católica de Braga	05
Universidade Católica de Lisboa	06
Universidade dos Açores	05
Universidade de Coimbra	05

Fonte: Site das Sete Universidade – Sistematização realizada pela Pesquisadora

Os dados indicam que em três universidades – ISCTE, UTAD e Católica de Lisboa – foram encontradas 06 categorias em uma unidade curricular, nas demais foram identificadas o máximo de 05 categorias.

3.3. Pesquisa Documental Brasil

No que se refere à realidade brasileira, das 15 (quinze) universidades federais e estaduais pesquisadas na região Nordeste, apenas a Universidade Federal de Campina Grande não possuía os dados de forma disponível no site, por isso só serão apresentados os resultados de 14 (quatorze) faculdades. Além disso, convém destacar que destas, a metade possuía as ementas das disciplinas disponíveis no site, no mesmo formato que em Portugal: UFBA, UFPA, UFMA, UFPI, UFRN, UERN e UECE. Nas demais, a pesquisa foi realizada através do Projeto Pedagógico disponível no site institucional.

Tabela III – Categorização Geral Pesquisa Documental Nordeste do Brasil

Universidades	Número de unidades curriculares pesquisadas	Número de unidades curriculares pesquisadas com referências às categorias	Número de unidades curriculares pesquisadas sem referências às categorias	Categoria mais citada	Quantidade de Categorias não citadas
Universidade Federal da Bahia	25	18	07	Pós-Modernismo	01
Universidade Federal do Recôncavo Baiano	66	50	16	Prática Política	01
Universidade Federal de Sergipe	54	34	20	Prática Política	02
Universidade Federal da Paraíba	49	40	09	Prática Política	--
Universidade Estadual da Paraíba	58	45	13	Prática Política	--
Universidade Federal de Campina Grande	--	--	--	--	--
Universidade Federal do Maranhão	40	33	07	Prática Política	01
Universidade Federal do Piauí	43	28	15	Prática Política	02

Universidade Federal do Rio Grande do Norte	46	43	03	Prática Política	--
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte	53	41	12	Prática Política	--
Universidade Estadual do Ceará	39	34	05	Prática Política	--
Universidade Federal de Alagoas – Maceió	31	21	10	Prática Política	02
Universidade Federal de Alagoas – Arapiraca	32	30	02	Prática Política	01
Universidade Federal de Pernambuco	63	50	13	Prática Política	--
Universidade Estadual de Pernambuco	54	43	11	Prática Política	01

Fonte: Site das 15 Universidades – Sistematização realizada pela Pesquisadora

A partir disso, percebe-se que os dados indicam que a Prática Política foi a categoria mais citada nas universidades federais e estaduais do Nordeste do Brasil, sendo que

apenas na UFBA predominou o Pós-Modernismo. A *Autodeterminação do Sujeito* foi a categoria menos citada.

Figura 9 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFBA



Fonte: <https://www.ufba.br/cursos/servico-social>, elaboração própria

Na UFBA, o *Pós-Modernismo* foi a categoria de maior destaque, seguida pela *Prática Política*, a *Prática Anticolonialista* e a *Prática Anticolonialista*. Dessa forma, é possível perceber que duas categorias não foram encontradas: o *Pessoal e o Político* e a *Justiça Social*.

Figura 10 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFRB



Prática Anticolonialista

Pessoal e Político
Fonte: <https://www.ufrb.edu.br/servicosocial>, elaboração própria

Na UFRB, a *Prática Política* foi a categoria mais mencionada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Dignidade Humana*. Ademais, não foi encontrada a categoria *Autodeterminação do Sujeito*.

Figura 11 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFS



Fonte: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=13663106&lc=pt_BR, elaboração própria.

Na UFS, a *Prática Política* foi a categoria mais mencionada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pelo *Envolvimento na Política*. Assim, é possível perceber que duas categorias não foram citadas: *o Pessoal e o Político e a Mudança Social*.

Figura 12 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFPB



Fonte: <http://www.cchla.ufpb.br/css>, elaboração própria.

Na UFPB, a *Prática Política* foi a categoria mais citada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pelo *Envolvimento na Política*. Todas as categorias se fizeram presentes. A *Autodeterminação do Sujeito* e o *Pessoal e o Político* foram as categorias menos citadas..

Figura 13 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UEPB



Fonte: <https://uepb.edu.br/prograd/ensino/cursos-de-graduacao-2/#1634217413388-591d94a2-2e04547c-7946495f-1637>, elaboração própria.

Na UEPB, a *Prática Política* foi a categoria mais encontrada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista*. Todas as categorias se fizeram presentes. A *Autodeterminação do Sujeito* foi quase insignificante.

Figura 14 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFMA



Fonte: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=85822&lc=pt_BR, elaboração própria.

Na UFMA, a *Prática Política* foi a categoria mais encontrada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista*. A *Autodeterminação do Sujeito* não foi citada e o Pessoal e o Político apareceu de forma minimizada.

Figura 15 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFPI



Fonte: <https://www.ufpi.br/servico-social>, elaboração própria

Na UFPI, a *Prática Política* foi a categoria mais encontrada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista/Dignidade Humana*. A *Autodeterminação do Sujeito* não foi citada e o Pessoal e o Político apareceu de forma insignificante.

Figura 16 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFRN



Fonte: https://ccsa.ufrn.br/portal/?page_id=2538, elaboração própria.

Na UFRN, a *Prática Política* foi a categoria mais encontrada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pelo *Envolvimento na Política*. A *Autodeterminação do Sujeito*, a *Mudança Social* e o *Pessoal e o Político* apareceram de forma mínima. Todas as categorias foram citadas.

Figura 17 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UERN



Fonte: https://www.uern.br/cursos/servico.asp?fac=FASSO&cur_cd=1002100&item=curso, elaboração própria.

Na UERN, a *Prática Política* foi a categoria mais encontrada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista*. Apesar disso, o *Pessoal e o Político* foi bem reduzido. Entretanto, todas as categorias foram citadas.

Figura 18 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UECE



Fonte: <http://www.uece.br/servicosocial/>, elaboração própria.

Na UECE, a *Prática Política* foi a categoria mais citada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Mudança Social*. A *Autodeterminação do Sujeito* aparece de forma mínima. Todas as categorias foram citadas.

Figura 19 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFAL Maceió



Fonte: <https://ufal.br/estudante/graduacao/cursos/@@cursos?unidade=126>, elaboração própria.

Na UFAL – Maceió, a *Prática Política* foi a categoria mais citada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista*. A *Autodeterminação do Sujeito* e a *Mudança Social* não apareceram.

Figura 20 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFAL Arapiraca



Fonte: <https://arapiraca.ufal.br/graduacao/servico-social>, elaboração própria.

Na UFAL – Arapiraca, a *Prática Política* foi a categoria mais citada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista*. A *Autodeterminação do Sujeito* não foi identificada.

Figura 21 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UFPE



Fonte: <https://www.ufpe.br/servico-social-bacharelado-ccsa>, elaboração própria

Na UFPE, a *Prática Política* foi a categoria mais citada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista*. A *Autodeterminação do Sujeito* apareceu de forma mínima.

Figura 22 - Categorias Teóricas Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Frequência nos Planos Curriculares da UPE

Mudança Social

Envolvimento na Política

Prática Anticolonialista

Pós Modernismo

Pessoal e Político

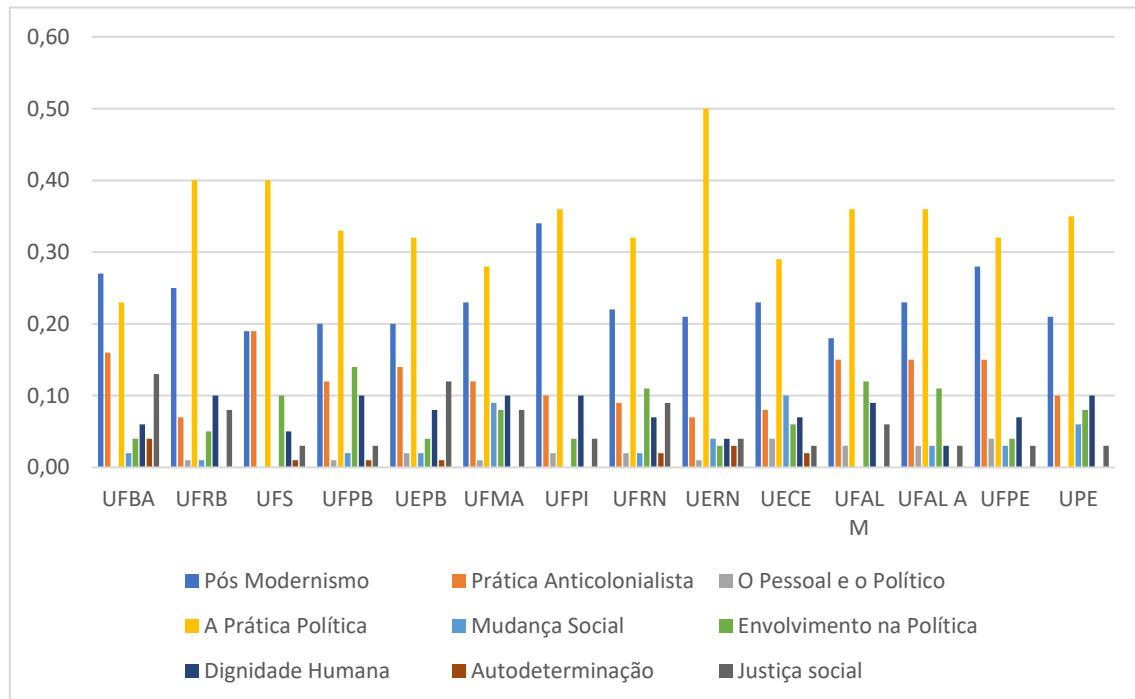
Justiça Social

Prática Política Dignidade Humana

Fonte: <http://upe.br/matasul/bacharelado-em-servico-social>, elaboração própria.

Na UPE, a *Prática Política* foi a categoria mais citada, seguida pelo *Pós-Modernismo* e pela *Prática Anticolonialista*. A *Autodeterminação do Sujeito* não foi citada.

Gráfico 2 – Categorias Essenciais dos Direitos Humanos - Unidades Curriculares das Universidades Federais e Estaduais do Brasil (Região Nordeste)



Fonte: Site das 14 Universidades. Acesso em: abril e maio de 2023. elaboração própria.

De acordo com a pesquisa documental realizada, os dados indicam que a *Prática Política*, o *Pós-Modernismo* e a *Prática Anticolonialista* possuem maior frequência nas universidades federais e estaduais da Região Nordeste do Brasil (assim como nas

universidades portuguesas). Em contrapartida, a *Autodeterminação do Sujeito* possui uma frequência baixa (com exceção da UFBA). O Envolvimento na Política possui uma frequência bem mais elevada do que nas universidades portuguesas.

Tabela IV – Quantidade Máxima de Categorias encontradas em uma unidade curricular -Universidades Federais e Estaduais do Nordeste do Brasil

Universidade Federal da Bahia	06
Universidade Federal do Recôncavo Baiano	05
Universidade Federal de Sergipe	04
Universidade Federal da Paraíba	05
Universidade Estadual da Paraíba	04
Universidade Federal do Maranhão	06
Universidade Federal do Piauí	03
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	06
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte	04

Universidade Estadual do Ceará	09
Universidade Federal de Alagoas – Maceió	03
Universidade Federal de Alagoas – Arapiraca	05
Universidade Federal de Pernambuco	05
Universidade Estadual de Pernambuco	05

Fonte: Site das 14 Universidades – Sistematização realizada pela Pesquisadora.

Os dados indicam que a Universidade Estadual do Ceará foi a única que apresentou uma unidade curricular que comportasse as 09 categorias essenciais dos Direitos Humanos, o nome da disciplina é *Ética e Direitos Humanos*, o que merece um destaque porque em toda a pesquisa realizada, tanto em Portugal quanto no Brasil, o máximo de categorias encontradas foram 06. Por outro lado, tanto na Universidade Federal de Alagoas - Maceió quanto na Universidade Federal do Piauí o máximo de categorias encontradas em uma unidade curricular foi 03.

Na Ementa da disciplina *Ética e Direitos Humanos*, a Prática Política, o Envolvimento na Política e a Mudança Social compreendidos por Gal, J e Weiss-Gal, como Valores e Pressupostos da Dimensão Política do Serviço Social, fazem-se presentes na formação dos assistentes sociais. Além disso, os Princípios dos Direitos Humanos sustentados por Jim Ife também são estudados pelos discentes: Pós-modernismo, Prática Anticolonialista e o Pessoal e o Político. E, por fim, os Objetivos Centrais dos Direitos Humanos defendidos por Graça André são também trabalhados na formação: o Respeito pela Dignidade, a Autodeterminação e a Justiça Social.

Diante dos dados retratados na pesquisa documental realizada, é possível perceber que na formação do assistente social as categorias essenciais dos Direitos Humanos vêm sendo trabalhadas, todavia a *Autodeterminação do Sujeito* só foi encontrada 14 vezes nas ementas das universidades estaduais e federais da região Nordeste do Brasil, e 10 vezes

nas das universidades públicas e equiparadas portuguesas. O que sugere que esta categoria tem sido pouco trabalhada nas duas realidades.

Apesar de não se tratar de um estudo comparativo, é possível perceber que em Portugal o *Envolvimento na Política* é uma categoria pouco mencionada nas ementas, apenas 11 vezes em todas as universidades; já no Brasil, ela é bem citada, aparecendo 86 vezes. Isso pode ser consequência de em Portugal não existir ainda uma instituição como o Conselho Federal de Serviço Social no Brasil.

Entretanto, é muito interessante identificar que a *Prática Política*, o *Pós-Modernismo* e a *Prática Anticolonialista* são categorias bem citadas na realidade luso-brasileira. Duas destas categorias são estudadas por Jim Ife em sua obra *Human Rights and Social Work* e a *Prática Política* - tema aprofundado por Gal, J e Weiss-Gal no livro *Social Workers affecting Social Policy: An International Perspective* – foi a categoria de maior destaque.

Por fim, ressaltamos que todas as categorias essenciais dos Direitos Humanos possuem a mesma relevância e que, por isso, unidades curriculares como *Ética e Direitos Humanos*, lecionada da Universidade Estadual do Ceará, precisam se fazer presentes no ensino do Serviço Social luso-brasileiro.

CAPÍTULO 4

A Dinâmica Pedagógica, as Aulas e o Ensino da Dimensão Política do Serviço Social em Portugal e no Brasil

A educação libertadora é, fundamentalmente, uma situação na qual tanto os professores como os alunos devem ser os que aprendem; devem ser os sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes. Este é, para mim, o primeiro teste da educação libertadora: que tanto os professores como os alunos sejam críticos do ato de conhecer (Freire & Shor, 2021, p. 62).

Esse capítulo é construído com base nas observações em sala de aula em relação a uma análise quantitativa e qualitativa da presença das nove categorias essenciais dos direitos humanos (trabalhadas teoricamente no capítulo três), as quais estão direcionadas à dimensão política do Serviço Social na formação profissional. No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que essa dimensão possui relação direta com a pedagogia libertadora de Paulo Freire, na qual tanto os professores quanto os alunos devem ser críticos do ato de conhecer.

De início, será apresentada a dinâmica pedagógica na formação em Serviço Social, com base no pensamento de Ander-Egg (1995), bell hooks (2017) e na teoria desenvolvida por Paulo Freire nas vinte e três obras do autor trabalhadas nesta tese. Aqui, algumas perspectivas serão pensadas, incluindo as relações horizontais e democráticas, as preocupações com a linguagem, a aproximação com o universo cultural dos estudantes, o compromisso com a educação crítica e problematizadora e os elementos de contradição ou de conformismo.

É interessante ressaltar que, ao trabalhar as nove categorias essenciais dos direitos humanos, a aproximação com o pensamento de Paulo Freire foi emergindo, visto que o pesquisador tem um olhar diferenciado para a dimensão política. Por isso, optou-se por fazer uma análise dessas categorias sob a perspectiva dos seus estudos, já que, durante as leituras de suas obras, foi identificado o quanto a área da pedagogia se preocupa com essas categorias em suas pesquisas.

Em seguida, serão mostrados os resultados da pesquisa sobre o Ensino da Dimensão Política em Portugal, com base na observação de seis unidades curriculares em uma universidade pública em Portugal, tanto com relação aos dados quantitativos quanto aos

qualitativos, tendo como critério de análise as categorias. Em Portugal, houve destaque para a disciplina: **Direito Social e Mudança Social**, por possuir a maior frequência das categorias, pois, em sete das vinte e três aulas observadas, é possível verificar todas as categorias.

Por fim, serão relatados os resultados da pesquisa sobre o Ensino da Dimensão Política no Brasil, segundo as observações realizadas em seis disciplinas em uma universidade pública no Nordeste do Brasil, também ressaltando dados quantitativos e qualitativos, com foco também nas categorias. No Brasil, houve destaque para a unidade curricular **Política Social**, visto que, em dez aulas, das vinte observadas, todas as categorias foram citadas.

Ademais, convém aqui explicar que os professores das doze unidades curriculares observadas ganharão nesta tese um nome fictício, sendo que cada um será chamado pelo nome de uma obra de Paulo Freire². Já os discentes serão chamados neste capítulo de Estudante 1, 2, 3, etc., visto que apenas os entrevistados receberam nomes fictícios, mas isto será destacado no capítulo seis.

4.1. A Dinâmica Pedagógica na Formação em Serviço Social

Para o assistente social em formação, torna-se imprescindível analisar a sociedade com um olhar da dimensão política do Serviço Social. Neste sentido, esse capítulo irá retratar essa perspectiva com base nas observações em sala de aula das duas universidades *locus* da pesquisa de campo (Brasil)/ de terreno (Portugal).

Ander-Egg (1995) afirma que, de um modo geral, o Serviço Social (a que o autor se refere como Trabalho Social³) consiste em uma particularidade efetiva de ação junto a pessoas, “para a realização de uma série de atividades destinadas a resolver problemas, satisfazer necessidades ou para atender aos centros de interesse” (p. 165). Para o autor,

² No apêndice haverá uma tabela relacionando o nome do livro de Paulo Freire à disciplina observada;

³ O autor apresenta um esclarecimento sobre esses dois termos: Trabalho Social x Serviço Social: Países de Língua Germânica – derivada do latim e do grego (inglês, alemão e holandês) predominou a expressão Trabalho Social (social work; Social Arbeit, em alemão); Países de Língua Romântica - evolução do latim, principalmente do latim vulgar, falado pelas classes populares (português, espanhol, italiano, francês) prevaleceu a expressão serviço social. Na América Latina ambas as expressões foram usadas:- Nos países sob a influência mais direta dos EUA quase sempre foi usado o termo trabalho social: países da América Central, Caribe, Colômbia e Venezuela;- Nos países do Cone Sul predominou a expressão Serviço Social, embora nos últimos anos Trabalho Social venha se impondo. Na Espanha, a expressão usada foi Assistente Social e nos últimos anos Trabalhador Social e Trabalho Social.

essas ações são desenvolvidas com três tipos de alcance: 1) Assistencial; 2) Reabilitador; 3) Preventivo.

É importante destacar que Ander-Egg (1995) considera que o assistente social está apensado e embebido na mesma realidade cheia de adversidades que está a acompanhar, sendo assim, ele “procura conscientizar/conscientizando-se, mobilizar/mobilizando-se e criar espaços e âmbitos de ação, para que as pessoas se organizem” (p. 165). Neste sentido, a participação, tanto do sujeito quanto do assistente social são fundamentais na luta pela construção de uma sociedade justa e igualitária.

Do ponto de vista da nossa concepção de trabalho social, que de maneira nenhuma consideramos a única válida, apenas uma entre outras, pensamos que essa participação, por meio da qual tornam-se protagonistas os próprios setores populares, é uma forma de criar poder do povo, no âmbito da sociedade civil. Isto pressupõe a existência de um projeto político, e não no sentido partidário, mas no modelo de sociedade que envolve a modificação (e se possível a superação) de situações de pobreza, marginalização, dominação ou exploração para evoluir para outras de mais igualdade, integração social, solidariedade, liberdade e justiça (Ander-Egg, 1995, pp. 165,166).

Neste sentido, o autor destaca que esse modo de ação apresenta dois tipos de implicações: 1) Direciona para a construção de um novo tipo societário; 2) Auxilia na criação de uma nova forma de ser pessoa. Entretanto, o estudioso esclarece que “seria desatinado pensar que o trabalho social seja capaz de conformar uma nova sociedade ou de criar as condições de ser pessoa” (Ander-Egg, 1995, p. 166). Então, ele deixa explícito que o Serviço Social pode contribuir e ajudar, de forma modesta, para a concretização deste propósito, que inclusive suplanta a demarcação de qualquer profissão.

Além disso, é interessante ressaltar que Ander-Egg (1995) defende que suas concepções não servirão para as pessoas que não fizerem a opção por uma prática libertadora. E dentro dessa prática, Paulo Freire (2023c, p. 53), em *Educação como Prática da Liberdade*, registra que “na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga, expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem como pessoa”.

A partir disso, Freire (2023c, p. 80) afirma a necessidade de uma educação corajosa, que proponha às pessoas a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades. “Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre o seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade [...] no desenvolvimento desse poder”.

Segundo Freire (2023c), essa educação libertadora deve possibilitar que o homem/a mulher discutam de forma corajosa sua realidade social. Que questionem, ganhando força e coragem para lutar, fugindo da acomodação e da domesticação. Que leve o homem/a mulher a desenvolverem uma nova postura, uma mudança de atitude, que substitua atitudes de passividade por hábitos de participação. Para o autor, desta forma, a educação não pode temer o debate e a análise da realidade.

Sendo assim, Freire (2023c, pp. 61, 62) expressa sua grande preocupação com a coisificação do homem que, quando “domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto”. Além disso, “esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele”. Em contraponto, o estudioso sugere a constante atitude crítica como única forma de superação dessa acomodação e domesticação. E o Serviço Social deve procurar rejeitar tudo que esmague e diminua o homem/a mulher, que o(a) caracterize como espectador(a), pois na verdade ele é sujeito de direitos, e como tal precisa ter sua dignidade humana valorizada e respeitada.

Outrossim, convém lembrar a constante inquietação de Freire (2017) de que quando o(a) professor(a) entrar em uma sala de aula, ele(a) deve estar aberto(a) a questionamentos, indagações e curiosidades, “Não posso apenas falar bonito sobre as razões ontológicas, epistemológicas e políticas da Teoria. O meu discurso sobre a Teoria deve ser o exemplo concreto, prático, da Teoria. Sua encarnação” (p. 47). O(a) docente do curso de Serviço Social deve possuir uma *Prática Política*, um *Envolvimento na Política* e um compromisso com a *Mudança Social*, conforme ressalta Jim Ife (2014), e expressar essas concepções na sala de aula. Deve trabalhar com os(as) discentes sobre a *Prática Anticolonialista*, o *Pós-Modernismo* e o *Pessoal e o Político*, de acordo com os ensinamentos de Gal e Weiss-Gal (2008; 2014); além disso, deve primar pela *Justiça Social*, pela *Dignidade Humana* e pela *Autodeterminação do Sujeito*, seguindo o raciocínio de André (2011). Nesta linha de pensamento, um(a) professor(a) de Serviço Social, ao abordar na sala de aula sobre temas como injustiça social, deve ser uma pessoa

envolvida com a luta pelos direitos humanos. Não dá apenas para fazer um discurso bonito.

Sendo assim, pensar em uma educação libertadora significa sonhar com um mundo diferente, mundo esse em que as categorias essenciais dos direitos humanos se façam presentes. E é essa a proposta feita por Paulo Freire. Nesta perspectiva, o intuito é identificar se os cursos de licenciatura/graduação das universidades públicas inserem na sala de aula essas categorias, visto que elas precisam ser trabalhadas e discutidas por docentes que possuam o compromisso com a educação crítica e problematizadora. Somado a isso, os(as) estudantes também devem vivenciar esse processo na sua formação.

Ainda nesse viés, é válido destacar o pensamento de bell hooks em relação ao pensamento de Paulo Freire:

Quando descobri a obra do pensador brasileiro Paulo Freire, meu primeiro contato com a pedagogia crítica, encontrei nele um mentor e um guia, alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador. Com os ensinamentos dele [...] comecei a desenvolver minha prática pedagógica (hooks, 2017, p. 15).

Na compreensão de hooks (2017), a sala de aula é o lugar que oferece as possibilidades mais radicais na universidade, por isso, o(a) professor(a) deve valorizar a presença dos(as) estudantes. “Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem” (p. 18).

Essa sala de aula pautada em uma educação libertadora precisa se aproximar do universo cultural dos(as) estudantes, para compreender os elementos de contradição presentes e até mesmo os conformismos existentes. Além disso, as relações horizontais e democráticas necessitam estar presentes. Neste sentido, hooks (2017) destaca que “fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora” (p. 56).

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma **abertura da mente e do coração** [ênfase adicionada] que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar

fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática da liberdade (hooks, 2017, p. 273).

E, na perspectiva freireana, a preocupação com a linguagem libertadora deve ser uma constante.

A tarefa do educador não é a de quem se impõe como sujeito cognoscente diante de objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de comunicados. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (Freire, 2022 e, p. 89).

No decorrer da escrita desta tese, são estudadas vinte e três obras de Paulo Freire, nas quais são identificadas a presença da dimensão política na educação libertadora, como também das nove categorias essenciais dos direitos humanos. Este elo entre o Patrono da Educação Brasileira e as categorias, foi percebido a partir da leitura desses livros, sendo que dezenove são exclusivos dele, e quatro em parceria com amigos, como ele gosta de afirmar. A opção por essas obras deu-se em virtude da aproximação dos títulos com os objetivos desta tese.

Desse modo, convém lembrar que o educador brasileiro sempre fez questão de dizer que ele não era o autor de um livro só, referindo-se à relevância da sua obra “Pedagogia do Oprimido” a nível internacional. Entretanto, ele afirma que durante toda sua vida sempre procurou escrever livros que inovassem e atualizassem seu modo de apreender a realidade social.

Sendo assim, foi necessário fazer um levantamento do olhar de Freire sobre as categorias essenciais dos direitos humanos trabalhadas nesta pesquisa e perceber o quanto elas se entrelaçam criando um elo, uma dependência uma das outras. É importante lembrar que Freire e Shor (2021) apresentam uma concepção sobre a observação que precisa aqui ser destacada.

Assim, quanto mais me aproximo criticamente do objeto de minha observação, mais consigo perceber que esse objeto não é, porque ele está se tornando. Então, começo a notar cada vez mais, na minha observação, que o objeto não é algo em

si mesmo, mas está dialeticamente se relacionando com outros que constituem uma totalidade (Freire & Shor, 2021, p. 143).

A título de esclarecimento, convém aqui explicar que nas nove tabelas construídas com base nas concepções de Freire sobre as categorias essenciais dos direitos humanos, serão destacados o nome da obra e a página, com o intuito de facilitar a visualização do leitor. Além disso, também é importante ressaltar que a pesquisa será qualitativa, enfatizando não a totalidade dos achados, mas a relevância dos pensamentos do educador brasileiro sobre as categorias.

Tabela V - Categoria Pós-Modernismo – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
A pós-modernidade reacionária vem tendo certo êxito na sua propaganda ideológica ao proclamar o sumiço das ideologias, a emersão de uma nova história sem classes sociais, portanto sem interesses antagônicos, sem luta ao apregoar não haver por que continuarmos a falar em sonhos, em utopia, em justiça social.	Cartas a Cristina, 2013	p. 137
As multinacionais mandando em nós como se fôssemos seus objetos.	Cartas a Cristina, 2013	p. 188
A resposta neoliberal a esse desafio reduz a formação técnico-científica a puro treinamento, em cujo processo treinado não tem como nem por que se preocupar com a razão de ser dos fatos que demandam explicação mais além da técnica ao nível da pura prática.	Cartas a Cristina, 2013	p. 207
Na visão pragmática-tecnicista, contida em discursos reaccionariamente pós-modernos, o que vale é a transferência de saberes técnicos, instrumentais, com que se assegure boa produtividade ao processo produtivo.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 108
A educação para hoje é a que melhor adapte homens e mulheres ao mundo tal qual está sendo. Nunca talvez se tenha feito tanto pela despolitização da educação quanto hoje.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 109
Vem sendo uma das conotações fortes do discurso neoliberal e de sua prática educativa, no Brasil e fora dele, a recusa sistemática do sonho e da utopia, o que sacrifica necessariamente a esperança.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 142

A miséria na opulência é a expressão da malvadez da economia construída de acordo com a ética do mercado, do vale-tudo, do salve-se-quem-puder, do cada-um-por-si.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 151
Dizia: Essa forma pós-moderna de controlar o destino do mundo e de todas as pessoas, que concentra as rendas nacionais nas mãos de poucas pessoas e países, distribui, magnanimamente, como necessidade de sua manutenção, uma política de endividamento, de negação das soberanias nacionais, de misérias de toda a sorte.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 24
A linguagem dos neo-liberais fala da necessidade do desemprego, da pobreza, da desigualdade. Penso que seja nosso dever lutar contra essas formas fatalistas e mecânicas de fazer história.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 50
A ética para o liberal é algo que é reduzido simplesmente à ética do mercado.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 99
Discurso neoliberal da educação, que é um discurso ocultador, que é um discurso que se diz pragmático e que, por isso mesmo, não ultrapassa o puro treino técnico, que não discute a razão de ser do próprio treino.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 234
Hoje, diabolicamente, há uma ideologia voando e sobrevoando o mundo num discurso pós-moderno que insiste em dizer que a utopia morreu.	Pedagogia da Tolerância, 2021	pp. 329, 330
Na verdade, a necessidade de decidir com rapidez vem fazendo parte das sociedades em que a informação e a comunicação se intensificam. O problema fundamental que tem os centros de poder está em como realizar ou produzir ou estimular uma criticidade de tal maneira “especializada” que só decidisse a favor da verdade dos fortes e opressores, negando sempre a verdade dos fracos.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 69
As sucessivas revoluções tecnológicas desnudaram o capitalismo. Forçaram-no a expor sua maldade – milhões de gente morrendo de fome cara a cara com a riqueza.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 122
Entender como a globalização implica na supressão da liberdade e da criatividade.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 81
Quanto esses economistas afirmam que do ponto de vista da economia nós não temos nada a fazer, mas apenas nos adaptarmos à realidade que se nos apresenta, esta que vem sendo chamada de globalização, nós temos que entender que eles estão dizendo que não há esperança fora dessa perspectiva.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 95

A implantação definitiva do modo de vida regido pelo mercado é um empreendimento histórico, organizado a partir de articulações internacionais, nacionais e locais de altíssima complexidade, e apoiado por sistemas de controle de comportamento de extrema sofisticação.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 114
A ideologia de mercado demanda a “coisificação” das pessoas, tratadas como objetos descartáveis, substituíveis, facilmente passíveis de reposição.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 120
Daí a crítica permanentemente presente em mim à malvadez neoliberal, ao cinismo da sua ideologia fatalista e a sua recusa inflexível ao sonho e à utopia.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 16
O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 125
O mundo encurta, o tempo se dilui; o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 136

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

Diante dos trechos destacados, verifica-se que Paulo Freire possui uma grande preocupação com o Pós-Modernismo, que por meio do discurso neoliberal vem recusando o sonho e a utopia, e assim fortalecendo a riqueza de uma minoria e ampliando a miséria da maioria, de milhões de pessoas. E o(a) assistente social, na formação, precisa compreender os tempos pós-modernos e todas as suas implicações, pois voltando ao pensamento de Ife (2004), o Serviço Social trabalha com chãos, incertezas e ambiguidades, em um mundo imprevisível e repleto de contradições.

Tabela VI - Categoria Prática Anticolonialista – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
O gosto da tolerância de que o racismo e machismo fogem como o diabo da cruz.	Professora, Sim; Tia, não, 2022	p. 90
Pensemos um pouco na identidade cultural dos educandos e do necessário respeito que devemos a ela em nossa prática educativa.	Professora, Sim; Tia, não, 2022	p. 97

Sim, a cidadania, sobretudo em uma sociedade como a nossa, de tradições tão robustamente autoritárias e elitistas, discriminatórias do ponto de vista do sexo, da raça e da classe, a cidadania é mesmo uma invenção, uma produção política [...] A cidadania não chega por acaso.	Professora, Sim; Tia, não, 2022	p. 176
O presente brasileiro vem sendo abraçado por essas heranças coloniais: a do silêncio e da resistência a ele, a da busca da voz, a da rebeldia que necessita ir virando cada vez mais criticamente revolucionária.	Cartas a Cristina, 2013	p. 142
O respeito ao conhecimento com que os estudantes chegam à escola, o não menos necessário respeito à identidade cultural dos educandos.	Cartas a Cristina, 2013	p. 146
O processo de libertação se envolve com quantas dimensões marquem fundamentalmente o ser humano: a classe, o sexo, a raça, a cultura.	Cartas a Cristina, 2013	p. 252
A luta contra o racismo, contra o sexismo, contra a discriminação de classe é uma exigência irrecusável da sociedade democrática e de seu aperfeiçoamento.	Cartas a Cristina, 2013	p. 275
Faz parte do sonho da libertação, da busca permanente da liberdade, da vida, a superação processual de todas as formas de discriminação.	Cartas a Cristina, 2013	p. 278
Minha posição hoje [...] é de quem não se acomoda diante da malvadeza intrínseca a qualquer forma de colonialismo.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 84
O meu sonho fundamental é o sonho pela liberdade que me estimula a brigar pela justiça, pelo respeito do outro, pelo respeito à diferença, pelo respeito ao direito que o outro tem de ser ele ou ela mesma.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 354
Nunca terá o Brasil precisado mais do que hoje de quem, radical, jamais sectário, se empenhe na luta em favor da unidade na diversidade.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 116
A unidade na diversidade é uma imposição da luta mesmo. Os dominadores sabem isto muito bem. Daí que seja deles as regras mais antigas: dividir para governar [...] Nossa tendência assim é dividir nossas forças.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 119
O educador progressivo entende que qualquer reducionismo de classe, de sexo, de raça, distorce o sentido da luta, pior ainda, reforçando o poder dominador, enfraquece o combate. Por isso mesmo a sua é a defesa em	Política e Educação, 2023	p. 111

favor da invenção da unidade na universidade.		
Meu gosto de ler e de escrever se dirige a certa utopia que envolve certa causa, um certo tipo de gente nossa. É um gosto que tem a ver com a criação de uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que esta. Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das sempre desprotegidas e minimizadas classes populares e não apenas aos interesses dos ricos, dos afortunados, dos chamados “bem-nascidos”.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 336
Criar um homem novo, um trabalhador consciente de suas responsabilidades históricas e da sua participação efetiva e criadora nas transformações sociais.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 72
De fato, o problema da língua não pode deixar de ser uma das preocupações centrais de uma sociedade que, libertando-se do colonialismo e recusando o neocolonialismo, se dá ao esforço de sua re-criação. E neste esforço de re-criação da sociedade a reconquista pelo Povo de sua Palavra é um dado fundamental.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	pp. 261, 262
O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural.	Pedagogia da Esperança, 2022	p. 119
É neste sentido que volto a insistir na necessidade imperiosa que tem o educador ou a educadora progressista de se familiarizar com a sintaxe, com a semântica dos grupos populares, de entender como fazem eles sua leitura do mundo [...] Entender o sentido de suas festas no corpo da cultura de resistência.	Pedagogia da Esperança, 2022	p. 147
Tenho a impressão de que, às vezes, eu sou até uma espécie assim de campeão do anticolonialismo.	A África Ensinando a Gente, 2021	p. 41
Na África [...] a gente está enfrentando uma cultura cuja memória [...] é auditiva, é oral, e não escrita. Então, antes da leitura silenciosa, numa cultura de memória oral, tem que fazer a leitura em voz alta e, a tarefa deve ser a do educador!	A África Ensinando a Gente, 2021	p. 72
Qualquer povo que pode, corajosamente, romper os grilhões do colonialismo, pode também ler a palavra com muita facilidade, desde que a palavra lhe pertença.	A África Ensinando a Gente, 2021	p. 92

Gramsci, também, influenciou-me profundamente com suas contribuições penetrantes sobre outras culturas.	Alfabetização, 2023	p. 213
Precisamos descolonizar nossas mentes porque, se não o fizermos, nosso pensamento estará em conflito com o novo contexto que evoluiu a partir da luta pela liberdade.	Alfabetização, 2023	p. 222
Esse processo de descolonização das mentes é mais demorado do que a expulsão física do colonizador.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 162
Ao mesmo tempo, também pude ver, depois do meu retorno, como parte da população negra tinha começado a se tornar consciente. Começaram a estudar a história do Brasil de outra maneira, enfatizando as contribuições do povo negro ao desenvolvimento histórico-cultural do país. A história oficial ocultava as contribuições do negro no Brasil.	Medo e ousadia, 2021	pp. 275, 276

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

A partir disso, é interessante observar a forma como Paulo Freire vai crescendo em relação à Prática Anticolonialista em suas obras, principalmente ao atualizar a Pedagogia do Oprimido por meio da Pedagogia da Esperança. Ele vai a cada dia percebendo a necessidade da unidade na diversidade e esclarecendo o poder da palavra. Além disso, Freire procura enfatizar a necessidade de se descolonizar as mentes, apresentando um respeito muito grande pelo saber popular e pelo contexto cultural das pessoas. Sendo assim, quando Ife (2004) destaca que os(as) assistentes sociais precisam enfrentar os efeitos do colonialismo, resistindo às formas de pensar arrogantes e que expressam sentimentos de superioridade, ele na verdade também está ressaltando a necessidade de descolonizar as mentes e de valorizar o poder da palavra.

Tabela VII - Categoria O Pessoal e o Político – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
No nível da existência, a primeira afirmação a ser feita é a de que o processo de saber é social, de que, porém, a dimensão individual não pode ser esquecida ou sequer subestimada.	Professora, Sim; Tia, não, 2022	pp. 180, 181
A gente ensina gramática, ensina sintaxe, mas não a dominar a língua. Isso é um exercício social, com as dimensões individuais que ele tem.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 154

O que é preciso é saber que a mudança não é individual, é social, com uma dimensão individual. Mas a mudança é possível.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 213
Há componentes nessa relação autoridade/liberdade. Um desses componentes é a responsabilidade. Esta é individual, é social, é política.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 257
Em um dos Círculos de Cultura a cujo debates assistimos Elza e eu, em que falavam da luta pela libertação [...] disse mais ou menos um deles: “só podemos comer uma vez por dia, comeremos uma vez por dia. Os interesses do povo estarão acima dos interesses individuais”	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p.251
A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar “virgem” do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 42
O desemprego no mundo não é , como disse e tenho repetido, uma fatalidade. É antes o resultado de uma globalização da economia e de avanços tecnológicos a que vem faltando o dever ser de uma ética realmente a serviço do ser humano e não do lucro e da gulodice irrefreada das minorias que comandam o mundo.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 127
Paulo Freire continua sendo. E continua sendo porque a história está aí, esperando que façamos algo por ela, esperando que enfrentemos o fatalismo neoliberal que imobiliza, que sustente, por exemplo, que o número de pessoas desempregadas no mundo é uma fatalidade deste fim de século.	Pedagogia do Compromisso, 2008	pp. 52, 53
A consciência é gerada na prática social de que se participa. Mas tem, também, uma dimensão individual [...] Daí a importância da subjetividade. Mas não posso separar minha subjetividade da objetividade em que se gera.	Alfabetização, 2023	pp. 79, 80
Estabelei uma relação entre minha experiência individual e o momento político maior no qual estava.	Medo e ousadia, 2021	p. 109
Conhecer é um ato social, ainda que com dimensões individuais.	Medo e ousadia, 2021	p. 170
Preciso de uma compreensão crítica das próprias formas de funcionamento da sociedade, para poder entender como a educação, na qual estou envolvido, funciona	Medo e ousadia, 2021	p. 299

no contexto global e no contexto da sala de aula. Em última análise, nos mudamos à medida que nos engajamos no processo de mudança social. Na intimidade dos movimentos sociais.		
--	--	--

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

A partir da tabela acima, é possível perceber que Paulo Freire sempre destaca que o individual possui uma dimensão política, ou seja, a subjetividade deve ser observada nas relações coletivas. Nesta perspectiva, é importante retomar o pensamento de Ife (2004) ao ressaltar que essa relação entre o Pessoal e o Político é central para o Serviço Social, até porque os direitos humanos precisam ser concebidos como pessoais e políticos. Por isso, o foco da ação do(a) assistente social deve linkar esses dois contextos. Além disso, é primordial enfatizar o quanto compreender a pós-modernidade e as práticas anticolonialistas são fundamentais dentro da lógica do pessoal e do político; como também, as outras categorias. Existe um elo entre essas nove categorias que possibilita uma atuação profissional comprometida com a luta pela efetivação dos direitos humanos.

Tabela VIII - Categoria Prática Política – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 30
Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, crítica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 63
O melhor aluno de filosofia não é o que disserta, ipsis verbis, sobre a filosofia da mudança em Heráclito [...] o melhor aluno de filosofia é o que pensa criticamente sobre todo esse pensar e corre o risco de pensar também.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 68
A ação política ao lado dos oprimidos deve ser uma ação pedagógica, no verdadeiro sentido da palavra; portanto, uma ação com os oprimidos.	Conscientização, 2016	p. 138
A dimensão política é inerente a toda mudança de estrutura.	Conscientização, 2016	p. 157
A educação é um ato político.	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 83
Como educadoras e educadores somos políticos, fazemos política ao fazer educação. E se sonhamos com a democracia que lutemos, dia e noite, por uma	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 92

escola em que falemos aos e com os educandos para que, ouvindo-os possamos ser por eles ouvidos também.		
O ponto de partida para essa prática compreensiva é saber, é estar convencida de que a educação é uma prática política.	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 98
Desafiar o povo a ler criticamente o mundo é sempre uma prática incômoda para os que fundam o seu poder na “inocência” dos explorados. Quem ajuíza o que eu faço é a minha prática, mas minha prática iluminada teoricamente.	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 120
Na medida em que tenho mais e mais clareza a respeito da minha opção, dos meus sonhos, que são substantivamente políticos e adjetivamente pedagógicos, na medida em que reconheço que, enquanto educador, sou um político, também entendo melhor as razões pelas quais tenho medo e percebo o quanto temos ainda de caminhar para melhorar nossa democracia.	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 125
As condições difíceis, por mais esmagadoras que sejam, geram nos e nas que a vivem saberes sem os quais não lhes seria possível sobreviver. No fundo, saberes e cultura das classes populares dominadas que experimentam entre si níveis diferentes de exploração e de consciência da própria exploração. Saberes que, em última análise, são expressões de sua resistência.	Cartas a Cristina, 2013	p. 46
A leitura de pensadores revolucionários, sobretudo quando não dogmáticos, me ajudava, oferecendo-me bases científicas com que reforçava minha opção política e minha posição ética.	Cartas a Cristina, 2013	p. 141
Não há prática educativa que não se direcione para um certo objetivo, que não envolva um certo sonho, uma certa utopia [...] A impossibilidade de ser um que fazer “assexuado” ou neutro.	Cartas a Cristina, 2013	p. 202
Fazer política é assim a forma natural de os seres humanos estarem no mundo e com ele.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 112
Não posso ser um educador sem ser um político.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 222
É impossível estar no mundo apoliticamente, neutramente [...] Há sempre escolha que demanda decisão, ruptura, e isso tudo tem que ver com a forma de se estar sendo no mundo, que é uma forma profundamente política.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 267
O aumento da consciência política [...] se evidencia, hoje, na luta pelos direitos humanos.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 303
Na verdade, o educador é um político, é um artista, ele não é só um técnico, que se serve de técnicos, que se	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 40

serve da ciência. E por isso mesmo ele tem que ter uma opção, e essa opção é política.		
É nesse sentido que a clareza política em torno do que fazemos como educadores ou educadoras, em torno do nosso sonho, que é político, se impõe a nós como necessidade de nosso que fazer. [...] A eficácia de nossa prática exige de nós competência científica, técnica e política. Jamais uma sem a outra.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 200
Daí que o ato de sonhar seja um ato político, um ato ético e um ato estético.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 354
Daí a necessidade que tem de clarificar sua opção, que é política, através de sua prática, também política. Sua opção determina seu papel, com seus métodos de ação.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 58
Sua prática política lhe terá ensinado que seu futuro está exatamente na transformação do hoje opressor com que constituirá o amanhã. Não há na verdade amanhã sem a transformação do hoje feio.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 47
No meu entender, nunca foram tão necessários quanto hoje o trabalho sério, a pesquisa meticolosa, a reflexão crítica em torno do poder dominante que ganha dimensões cada vez maiores.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 73
A História é tempo de possibilidade e não de determinismo. Daí a importância na luta histórico-social da ética, da decisão, da ruptura, da opção, do papel final da consciência crítica na História.	À Sombra desta Mangueira, 2019	pp. 100, 101
A minha militância não apenas jamais pode divorciar-se de minha atividade teórica, mas, ao contrário, tem nela fundamentadas as suas táticas de ação e suas estratégias.	À Sombra desta Mangueira, 2019	pp. 121, 122
Se minha escolha é ser um educador democrático, meu discurso tem que estar afinado com esta escolha, tem que estar coerente com a minha prática de tal forma, que, a certa altura, meu discurso é já minha prática.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	pp. 39, 40
A existência humana é uma experiência política.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 44
A atividade de questionar é sempre fascinante.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 91
Certa compreensão da educação que se compromete com a necessária emancipação das classes oprimidas.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 193
Na verdade, o educador é um político e um artista, que se serve da ciência e das técnicas, jamais um técnico friamente neutro.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 45
A organização do conteúdo programático [...] é um ato eminentemente político, como política é a atitude que assumimos na escolha das próprias técnicas e dos métodos para concretizar aquela tarefa.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 184

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática, De sua inserção nessa problemática, Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar.	Educação como Prática da Liberdade, 2023	p. 118
Como educador eu não sou político porque quero e sim porque minha condição de educador me impõe. Isto não significa ser partidário deste ou daquele partido, ainda que eu considere que todo educador deva assumir uma posição partidária.	Pedagogia do Compromisso, 2008	p. 35
O povo sela a sua libertação na medida em que reconquista a sua palavra,	A África Ensinando a Gente, 2021	p. 37
Um ato educativo tem uma natureza política e um ato político tem uma natureza educativa [...] A educação no mundo todo é política por natureza. Em termos metafísicos, a política é a alma da educação, seu próprio ser, quer no Primeiro Mundo, quer no Terceiro.	Alfabetização, 2023	p. 224
Estou convencido de que os educadores libertadores não são missionários, não, não são meros professores. Devem tornar-se militantes, no sentido político dessa palavra. Algo mais do que um “ativista”. Um militante é um ativista crítico.	Medo e ousadia, 2021	p. 89

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

Ao estudar os trechos anteriores, é notório que Prática Política e Paulo Freire parecem até sinônimos, porque o educador tem um compromisso profundo com a sua Prática Política. Afinal, todos os livros aqui pesquisados priorizam esse tema. Até porque, Freire tem uma enorme preocupação com o seu discurso, visando a promoção dos direitos humanos. Em relação ao Serviço Social, é importante trazer novamente o pensamento de Gal e Weiss-Gal (2014b) que dizem que o corpo da profissão é constituído de saberes, incluindo Códigos de Ética Profissional e literaturas que expressam o compromisso do assistente social em influenciar a política para promover a justiça social.

Tabela IX - Categoria Envolvimento na Política – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
Nós somos militantes políticos [...] Nossa tarefa exige de nós o nosso compromisso, o nosso engajamento em favor da superação das injustiças sociais.	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 141
Querer é fundamental [sic] mas não é suficiente. É preciso também saber querer, aprender a saber querer; que implica aprender	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 166

a saber lutar politicamente com táticas adequadas e coerentes com os nossos sonhos estratégicos.		
Por isso, à medida que começam a se comprometer com a luta política, aprendendo a vive-la, a enfrentá-la em seus diferentes aspectos, mobilizando-se, organizando-se para a transformação da sociedade, vão se assumindo como “classe para si”.	Cartas a Cristina, 2013	p. 52
Mais importante ainda será se a juventude estudantil, convocada por seus órgãos, vier às ruas, às praças e, apoiando o esforço da CPI do Orçamento, fizer a crítica merecida aos infiéis, exigindo sua punição.	Cartas a Cristina, 2013	p. 244
Engajar-se em experiências democráticas, fora de que não há ensino da democracia, é tarefa permanente de progressistas coerentes que, compreendendo e vivendo a história como possibilidade, não se cansam de lutar por ela, democracia,	Cartas a Cristina, 2013	p. 246
Vai possibilitando a eles assumir-se como sujeitos históricos através do seu engajamento na luta política.	Cartas a Cristina, 2013	p. 286
Parece fundamental o papel político-pedagógico das entidades da categoria.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 200
Sei, muito bem, que a simples superação da percepção ingênua da realidade por uma crítica não é bastante para que as classes oprimidas se libertem. Para tal, elas necessitam organizar-se revolucionariamente e revolucionariamente transformar a realidade.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 154
A conscientização [...] esforço crítico de desvelamento da realidade, que envolve necessariamente um engajamento político.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 176
A opção política do militante determina os caminhos de sua expressão [...] Se minha opção é revolucionária é impossível considerar o povo como objeto do meu ato libertador.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 233
É a linguagem de quem [...] certo do rigor ético de sua luta, e de seu sonho contra a exploração, contra a perversidade de uma sociedade desigual como a nossa, faz tudo o que pode para mobilizar e organizar as classes populares e segmentos sociais outros a fim de que democraticamente se instaure um governo menos malvado e mais justo.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 78
Um dos deveres e um dos direitos dos educadores progressistas têm sido, e	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 78

continuará sendo, no próximo século, lutar, mobilizar e organizar-se para lutar.		
Fortalecimento dos grêmios estudantis e conselhos de escola.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 76
Os movimentos sociais nasceram já políticos, muito embora nem sempre sua natureza política fosse compreendida pelas pessoas envolvidas. Essa dimensão política (que ultrapassa de muito o objetivo imediato de qualquer movimento) ampliará os objetivos e a linguagem da educação.	Alfabetização, 2023	p. 234
Nenhum educador que sonhe com uma sociedade diferente pode dispensar os movimentos sociais. Uma de nossas tarefas é procurar compreender os movimentos sociais e ver como podemos trabalhar com eles.	Alfabetização, 2023	p. 237
Lutam, de forma organizada, contra certas coisas como o aumento de mensalidades em universidades particulares. Se frequentam uma universidade do Estado, exigem que o governo dê mais dinheiro às faculdades. É diferente, trata-se de uma oposição política e organizada.	Medo e ousadia, 2021	p. 213
Procuro trabalhar dentro dos movimentos sociais, com os trabalhadores.	Medo e ousadia, 2021	pp. 221, 222
Devemos estar engajados na ação política contra o racismo, contra o sexism, contra o capitalismo e contra as estruturas desumanas da produção.	Medo e ousadia, 2021	pp. 279, 280

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

No que se refere à categoria Envolvimento na Política, Paulo Freire direciona a atenção para os movimentos sociais, inclusive para o movimento estudantil; como também para os conselhos profissionais. Ele ressalta o valor da luta e também consegue delimitar a luta política da luta partidária, que não são sinônimas, mas ambas possuem seus espaços no enfrentamento que perpassam o sonhar por uma sociedade onde a justiça social seja uma realidade. Sendo assim, convém lembrar que Gal e Weiss-Gal (2014a) afirmam que a Justiça e a Mudança Social estão fortemente presentes no pensamento do(a) assistente social, por isso ele(a) tem o dever, e ao mesmo tempo, o privilégio, de se envolver com a política.

Tabela X - Categoria Mudança Social – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
Transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa de homens.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 51
A práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 52
Capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 55
Enquanto a concepção “bancária” dá ênfase à permanência, a concepção problematizadora reforça a mudança.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 102
Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens: o de serem sujeitos da transformação do mundo, com o qual se humanizam.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 43
Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 51
Daí a necessidade de atuar sobre a realidade social, a fim de transformá-la, ação essa que é interação, comunhão, diálogo. Educador e educando, ambos sujeitos criadores, se libertam mutuamente para juntos se tornarem criadores de realidades novas.	Conscientização, 2016	p. 33
A educação crítica considera os homens como seres em transformação, como seres inacabados, incompletos, em uma realidade igualmente inacabada.	Conscientização, 2016	p. 133
Se é por meio da palavra, ao nomear o mundo, que os homens o transformam, o diálogo se impõe como o caminho pelo qual os homens encontram o significado de serem homens.	Conscientização, 2016	p. 135
É bem verdade que a educação não é a alavanca da transformação social mas sem ela a transformação social também não se dá.	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 157
Em tenra idade, já pensava que o mundo teria de ser mudado. Que havia algo errado no mundo que não podia nem devia continuar.	Cartas a Cristina, 2013	p. 41
Sonhar com a transformação da sociedade brasileira e por esse sonho lutar.	Cartas a Cristina, 2013	p. 176
É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil mas é possível, que vamos programar nossa ação político pedagógica.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 92
Eu aprendi que transformação social se faz com gente viva.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 47
Eu diria que uma das coisas que devemos fazer é não esperar que a sociedade se transforme; temos de fazer, e é nos metendo dentro do processo, na própria intimidade do processo em movimento, que descobrimos os caminhos	Pedagogia da Tolerância, 2021	pp. 175, 176

e vamos desmontando coisas que se opõem à mudança.		
Contudo, para você transformar o mundo, tem que iniciar um pouco a transformação de você mesmo. Trata-se de um compromisso de mútua transformação – a da gente, a do mundo, a do mundo e a da gente.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 183
Inquietar os educandos, desafiando-os a perceberem que o mundo dado é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformado, reinventado.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 206
É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 59
Lutamos todos em favor da libertação, transformando o mundo injusto e ofensivo em mundo menos odiento, em mundo mais genteficado.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 53
A questão está em como, no empenho para mudar vamos transformando as dificuldades em possibilidades.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 84
Eu sempre digo que eu não vim ao mundo para me adaptar ao mundo. Eu vim para transformar. Talvez eu não transforme, mas ao menos eu preciso saber que eu poderia transformar e que eu devo tentar.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 79
Os educadores progressistas sabem muito bem que a educação não é a alavanca da transformação da sociedade, mas sabem também o papel que ela tem nesse processo.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 82
A estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isso significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos da transformação.	Educação e Mudança, 2023	p. 63
O trabalhador social que opta pela mudança não teme a liberdade, não prescreve, não manipula, não foge da comunicação, pelo contrário, a procura e vive [...] O trabalhador social que opta pela mudança não vê nesta uma ameaça.	Educação e Mudança, 2023	p. 67
A própria essência da democracia envolve uma nota fundamental, que lhe é intrínseca – a mudança.	Educação como Prática da Liberdade, 2023	p. 119
O mundo não é, o mundo está sendo.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 74
Sou um homem igual a todos vocês e como vocês tenho uma tarefa a cumprir, e isso já é	Pedagogia do Compromisso, 2008	p. 27

bastante. O mundo se salva se todos, em termos políticos, lutarmos para salvá-lo.		
Porque é com meu corpo inteiro que eu vou à luta pela transformação: é com a minha paixão, com meu desejo, com minha frustração, com meus medos, etc., etc., mas também com o meu saber.	Pedagogia do Compromisso, 2008	p. 77
Não posso compreender um intelectual que sonha com a transformação radical da sociedade assumindo o seu papel, qualquer que seja ele, diante das classes populares, prescrevendo-lhes suas receitas, as da liderança.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 101
A questão do poder. Não tenho dúvida de que o problema fundamental que se coloca hoje na luta pela transformação da sociedade não é o da pura tomada do poder, mas o da tomada que se alongue criativamente na reinvenção do poder. É criar um poder novo que não tem a ser contestado e que não se enriqueça em nome da defesa da liberdade conquistada que, no fundo, deve ser uma liberdade conquistando-se.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 110
Recriar uma sociedade é um esforço político, ético e artístico, é um ato de conhecimento. Trabalho pacientemente impaciente, como diria Amílcar Cabral.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 168
A transformação social é feita de muitas tarefas pequenas e grandes, grandiosas e humildes! Estou incumbido de uma dessas tarefas. Sou um humilde agente da tarefa global da transformação.	Medo e Ousadia, 2021	p. 83
Quanto mais seriamente você está comprometido com a busca da transformação, mais rigoroso você deve ser, mais você tem que buscar o conhecimento, mais você tem que estimular os estudantes a se prepararem científica e tecnicamente para a sociedade real na qual eles ainda vivem.	Medo e ousadia, 2021	p. 121
A transformação nos ensina, nos modela e nos re-modela.	Medo e ousadia, 2021	p. 228
A mudança social será feita através da oposição organizada fora da sala de aula, contra as estruturas políticas e econômicas que controlam a educação.	Medo e ousadia, 2021	p. 290

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

Falar de Mudança Social para Paulo Freire é retratar sobre o ar que ele respira e pelo qual ele direciona sua Prática Política e seu Envolvimento com a Política. O ar da transformação social, que acaba por inspirar a construção do Paradigma Transformativo.

Ele esclarece que, nesse processo de mudança, o conhecimento científico e técnico possuem seu lugar de destaque, como também a paixão. E o educador sempre ressalta que se trata de um caminho longo, mas possível. Um inédito viável a ser atingido com muita luta. É importante trazer novamente o pensamento de Gal e Weiss-Gal (2014a), pois para os autores o compromisso de promover a Justiça Social através da Mudança Social é intrínseco ao Serviço Social, sendo a Prática Política e o Envolvimento na Política instrumentais neste caminho.

Tabela XI - Categoria Dignidade Humana – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 97
Se não me movo em nada, se o que eu faço fere a dignidade das pessoas, se as exponho a situações vexatórias que posso e devo evitar, minha insensibilidade ética, meu cinismo me contraindica a encarnar a tarefa do educador.	Professora sim; Tia, não, 2022	p. 129
O elitismo que nos empapa não nos permite perceber a incoerência entre nossos discursos libertários e o indiferentismo diante de uma pessoa reduzida à condição de quase coisa.	Cartas a Cristina, 2013	p. 157
Defender nossos direitos não é prova de autoritarismo, é sinal de amor à liberdade, à democracia e à justiça.	Cartas a Cristina, 2013	p. 237
Sou o mesmo homem de sempre. Esperançoso. Confiante. Convencido, inabalavelmente convencido, de que a vocação dos homens não é coisificar-se, mas humanizar-se, o que, porém, não conseguirão fora da práxis verdadeira, transformadora do mundo desumanizante.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 344
Afinal de contas, me puseram numa cela que tinha um metro e setenta, que é exatamente o que eu tenho, de fundo, por sessenta de largura. Acho isso uma ofensa à dignidade humana [...] Não é possível que no nosso mundo, na dimensão da existência, você ainda mantenha prisões desse tipo.	Pedagogia da Tolerância, 2021	pp. 390, 391
Na verdade, aquela mulher triste e desolada expressava, de modo significativo, a ausência	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 146

nela de cidadania. Era uma demitida da própria existência.		
A meu lado, em voz baixa, disse Elza: “Este foi o momento mais bonito de nossa visita a este país. Temos realmente muito o que aprender de um povo que vive tão intensamente a unidade entre a palavra e o gesto. O indivíduo aqui vale enquanto gente. A pessoa humana é algo concreto e não uma abstração.”	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 56
Era um simples varredor de ruas que descobriu o valor da sua pessoa e do seu trabalho.	Educação e Mudança, 2023	p. 97
Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 62
A nova sociedade, porém, não se cria por decreto. O modo de produção não pode ser transformado da noite para o dia. Velhas ideias insistem em ficar. A infraestrutura vai mudando, mas aspectos da velha supraestrutura permanecem em contradição com a nova, que se vem gerando.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 135

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

Paulo Freire sempre expressa uma preocupação com a Dignidade Humana, por isso ele se inquieta tanto diante das mazelas do sistema comandado pelo capital. Para o estudioso, a vocação dos homens não é coisificar-se, mas humanizar-se. Todavia, o capitalismo procura reificar os seres humanos e isso causa grande repulsa por parte do educador. Desta forma, quando André (2011) apresenta a Dignidade Humana como um dos objetivos centrais dos direitos humanos, ela também foca para a gentificação das pessoas. Junto a isso, Campos (2016) destaca que uma sociedade democrática precisa identificar o ser humano como seu bem maior. Sendo assim, o Serviço Social precisa voltar suas ações no sentido de afirmação da Dignidade Humana, que possui duas dimensões: 1) Afirmativa de direitos individuais; 2) Protetora dos direitos coletivos.

Tabela XII - Categoria Autodeterminação do Sujeito – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 40

liberdade, da justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada		
A libertação, por isto, é parto. E um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 48
A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 93
Educação que seja a prática da liberdade.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 127
Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser.	Cartas a Cristina, 2013	p. 231
No fundo, estava cansada da dependência, da falta de autonomia de seu ser oprimido e negado.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 100
Lutar pela libertação, como busca permanente, é a forma que encontro nesse final de século para ser autenticamente gente.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 201
Esta é a questão da autonomia do ser, uma questão absolutamente importante.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 87
O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 58
Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.	Pedagogia da Autonomia, 2017	pp. 59, 60
É preciso deixar claro que o processo de libertação é um processo permanente.	Pedagogia do Compromisso, 2008	p. 125

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

Para Freire, a Autodeterminação do Sujeito deve ser uma realidade concreta, pois a injustiça, a exploração e a opressão acabam por negar a liberdade dos seres humanos. A partir disso, o autor concebe essa libertação como um parto, e um parto doloroso. Sendo assim, André (2011) ressalta essa categoria como central na efetivação dos direitos humanos, visto que ela se refere à necessidade de liberdade para realização das escolhas e decisões. Desse modo, para a intervenção do Serviço Social, segundo Pavão (1998), essa categoria deve possuir três significados: 1) Existe no relacionamento das pessoas o impulso e a necessidade de autodeterminar; 2) Consiste em ultrapassar a acomodação e o

conformismo e assegurar a tomada de decisão do sujeito; 3) Implica em um valor a ser desejado, uma escolha em caminho da liberdade.

Tabela XIII - Categoria Justiça Social – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
Angicos nos permitiu escutar a voz dos oprimidos clamando por justiça social, por solidariedade, por democracia.	Conscientização, 2016	p. 19
O que tenho dito e por que me bato é que se ensine aos meninos e meninas populares o padrão culto, mas, ao fazê-lo, que se ressalte [...] ganhem um instrumento fundamental para a briga necessária contra as injustiças e as indiscriminações de que são alvo.	Professora sim; Tia, não, 2022	pp. 101, 102
Eu era progressista porque me sentia ofendido, como gente, pela perversidade de uma realidade injusta e negadora do que, cada vez mais, me parecia ser a vocação ontológica do ser humano: a de ser mais.	Cartas a Cristina, 2013	p. 140
Nos acusava de subversivos e irresponsáveis porque propúnhamos uma educação comprometida com a transformação do mundo, com vistas à superação das injustiças sociais.	Cartas a Cristina, 2013	p. 181
De uma sociedade perversa, injusta, autoritária, para outra, menos perversa, menos injusta, mais aberta, mais democrática.	Cartas a Cristina, 2013	p. 207
Não creio em nenhuma busca, bem como em nenhuma luta em favor da igualdade de direitos, em prol da superação das injustiças que não se funde no respeito profundo à vocação para a humanização, para o ser mais de mulheres e homens.	Cartas a Cristina, 2013	p. 234
O da justiça, sem a qual não há paz, o dos direitos humanos, o do direito à vida, que implica do se nascer, o de comer, o de dormir, o de ter saúde, o de vestir, o de chorar os mortos, o de estudar, o de trabalhar, o de ser criança, o de crer ou não, o de viver cada um e cada uma a sua sexualidade, como bem lhe aprouver.	Cartas a Cristina, 2013	p. 247
A luta é pela criação de uma sociedade capaz de defender punindo os infratores com justiça e rigor, por uma sociedade civil capaz de falar,	Cartas a Cristina, 2013	p. 253

de protestar e sempre disposta a lutar pela realização da justiça.		
A melhor maneira de falar pela paz é fazer justiça.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 152
Para a concepção crítica, o analfabetismo [...] uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, mas político.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 19
Uma economia que não se torna capaz de programar-se em função das necessidades do ser humano, que “convive” fria e indiferentemente com a miséria e a fome de milhões a quem tudo é negado, não merece meu respeito de educador, mas, sobretudo, meu respeito de gente.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 36
Como tentar explicar a miséria, a dor, a fome, a ignorância, a enfermidade crônica, dizendo, cinicamente, que o mundo é assim mesmo.	Política e Educação, 2023	p. 108
A educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vista à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	pp. 39, 40
No fundo, numa primeira aproximação, o nosso sonho é o de criar uma sociedade em que uma minoria não explore as maiorias.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 109

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

Paulo Freire, durante sua trajetória acadêmica e política, sempre clamou por Justiça Social, pela efetivação dos direitos humanos, do direito à vida, pelo acesso a uma vida digna. Entretanto, ele também sempre teve consciência sobre a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica para concretude de um mundo no qual as injustiças sociais sejam estancadas. Além disso, Laniado (2013) salienta que a essência da Justiça Social implica no modo de estruturação da sociedade. Sendo assim, a liberdade, a igualdade e a cidadania representam os sinais de uma sociedade perpassada pela justiça social. E o Serviço Social, sendo uma profissão direcionada para os direitos humanos, precisa levantar a bandeira da justiça social, envolvendo-se, junto aos sujeitos da ação, na trilha da transformação social. Todavia, isso requer muita luta, educação política e sonhos coletivos pela Mudança Social. Além disso, exige que o Serviço Social batalhe pelo inédito viável de uma sociedade na qual a justiça social seja uma realidade.

4.2. O Ensino da Dimensão Política em Portugal

Na perspectiva de identificar a presença das nove categorias essenciais dos direitos humanos na formação em Serviço Social em Portugal, foram observadas seis unidades curriculares, totalizando cento e quatorze horas de aula. Ainda nesse viés, é importante ressaltar que a orientadora entrou em contato com cada professor(a) da Universidade pesquisada e pediu permissão para que a pesquisa fosse realizada, o que eles prontamente autorizaram. É preciso recordar que, devido ao Tratado de Bolonha, o curso de Licenciatura em Serviço em Portugal tem a duração de três anos. Dessa forma, a opção então foi observar as aulas de dois professores por ano letivo, cujo programa tivesse maior proximidade à discussão sobre a dimensão política da profissão. A pesquisa teve a duração de um ano letivo.

A partir disso, no segundo semestre de 2022 (que corresponde ao primeiro semestre curricular) foram observadas: *Teoria e História do Serviço Social*, que faz parte do currículo do primeiro ano letivo. A turma se dividiu entre dois docentes que trabalham com o mesmo programa. Já *Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social* pertence ao segundo ano e também é lecionada por duas docentes. Para mais, convém destacar que, por choque de horário, não foi possível observar a mesma quantidade de aulas das professoras I e do II de Ética. O facto das mesmas disciplinas serem observadas no primeiro e segundo anos, justifica-se pela compreensão da pesquisadora / orientadoras de que não é apenas a sua grade curricular que irá interferir na inclinação pela dimensão política do Serviço Social, mas também a trajetória política de cada professor.

No primeiro semestre de 2023 (segundo semestre curricular em Portugal) foram observadas as disciplinas *Estágio Supervisionado II* e *Direitos Sociais e Mudança Social*, pertencentes ao terceiro ano letivo. Infelizmente, não foi possível observar todas as aulas de estágio devido ao choque de horário com uma disciplina do doutoramento, por isso, o número de aulas observadas foi inferior ao das demais disciplinas, mas a riqueza das aulas não permitiu que a pesquisa fosse prejudicada, pois a qualidade sobrepujou a quantidade.

Sendo assim, é importante ressaltar que na universidade pesquisada, com exceção de *Direitos Sociais e Mudança Social* cujo professor é Doutor na área de Ciências Sociais, todos os professores das aulas observadas são Doutores em Serviço Social.

Figura XXIV - Categorias Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Teoria e História do Serviço Social – Professor 1



Fonte: Sistematizado pela autora, 2023.

A partir da imagem anterior, é possível perceber que na unidade curricular Teoria e História do Serviço Social, Professor 1 (Pedagogia da Solidariedade⁴) , há um empate entre três categorias: *O pessoal e o político*, a *Mudança Social* e a *Dignidade Humana*. Já o *Pós-Modernismo* é a categoria menos citada.

Em relação à categoria **Pessoal e Político**, convém destacar a declaração de duas discentes:

“A pobreza é uma questão individual, porque as pessoas têm preguiça de trabalhar e querem viver de subsídios. Os negros e ciganos não querem trabalhar e sim viver às custas do Estado Português” (Estudante 1 – Teoria e História do Serviço Social 1- 2022).

“Para resolver a questão da pobreza, é preciso mudar a Constituição Portuguesa. A lei precisa ser revista, pois os ciganos são muito beneficiados por ela” (Estudante 2 – Teoria e História do Serviço Social 1- 2022).

E o professor traz a seguinte indagação:

⁴ Nome fictício do professor

“A pobreza é pessoal ou social? Os problemas são pessoais ou da estrutura? A resposta a estas questões vai determinar a forma de agir do assistente social” (Professor Pedagogia da Solidariedade, 2022).

Voltando a Freire (2019), o autor questiona: “Como nos manter jovens se proclamamos que os pobres são preguiçosos e que está exatamente na sua indolência a razão de ser se sua pobreza?” (p. 99). Ainda, segundo Magano,

Em Portugal, e na maior parte dos países europeus, há referenciamento de pessoas ciganas aqui residentes há mais de 500 anos (Cortesão & Pinto, 1995; Fraser, 1997; Liégeois, 1989; Nunes, 1996; Stauber & Vago, 2007). As pessoas ciganas continuam a ser referenciadas como as mais pobres, excluídas (Mendes, Magno & Candeias, 2014), persistindo, de um modo geral, a pouca escolaridade, as condições de habitação precárias e o sentimento de discriminação e racismo. São vítimas de estereótipos negativos, racializadas, segregadas, e consideradas como “resistentes” a formas de integração social ou acusadas de não se quererem integrar (Marques, 2007; Silva, 2014; Vala, 1999) (Magano, 2023, p. 50).

Outrossim, é pertinente destacar que esses estudantes ingressantes no curso de Licenciatura em Serviço Social (que inclusive faziam questão em afirmar que Serviço Social não tinha sido a primeira opção de curso), ao apresentarem essa visão racializada, não representavam a forma de pensar da maioria.

Neste sentido, o docente Pedagogia da Solidariedade (2022) questiona se a pobreza é uma questão pessoal ou social e convida os estudantes a refletirem sobre isto, afirmando que, na formação em Serviço Social, a forma como o estudante desenvolve seu olhar sobre as desigualdades sociais é fundamental para seu posicionamento político.

No que se refere à categoria **Mudança Social**, um estudante comenta:

“Só um indivíduo consciente pode procurar a mudança” (Estudante 3 – Teoria e História do Serviço Social 1- 2022).

E o professor explica:

“Paulo Freire é um autor básico para o Serviço Social e não apenas no Brasil. Ele argumenta que a tomada de consciência cria possibilidade da pessoa agir” (Professor Pedagogia da Solidariedade, 2022).

Além disso, é importante lembrar que Freire (2016, p. 75) registra que: “o homem só pode participar ativamente da história, da sociedade e da transformação da realidade se

for ajudado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade de transformá-la”.

Desta forma, a mudança social, como um alvo a ser alcançado, deve perpassar toda a formação do assistente social, visto que não é possível aceitar as coisas como estão, sem procurar interferir para alteração dessa realidade.

Quanto à categoria **Dignidade Humana**, é importante destacar a fala do docente:

“Se o pressuposto da nossa intervenção é o respeito pela dignidade humana, sem ele não podemos fazer uma boa intervenção [...] A liberdade é uma consequência da dignidade humana” (Professor Pedagogia da Solidariedade, 2022).

Neste sentido, Freire (2013) afirma que não é possível atuar em um regime que negue a liberdade de ser das pessoas.

Sendo assim, o Serviço Social deve caminhar no sentido de contribuir para que os indivíduos tenham liberdade de ser, tenham dignidade na sua vida e na sua comunidade.

A categoria menos citada é **Pós-Modernismo**. O docente chega então a comentar que: “A sociedade pós-moderna tem dificuldade em definir pobreza” (Professor Pedagogia da Solidariedade, 2022).

Ainda nesse viés, Freire (2022c) aborda sobre a concepção dos neoliberais em relação à pobreza e à desigualdade, e diz que é preciso lutar contra essas formas fatalistas e mecânicas de fazer história. Por isso, o Serviço Social precisa ter clareza sobre a pobreza e todas as suas consequências nos tempos atuais.

Assim, diante das observações realizadas, é possível identificar que as categorias essenciais dos direitos humanos estão sendo inseridas nesta unidade curricular, todavia as desconstruções sobre as questões da pobreza precisam ser mais bem trabalhadas em sala de aula.

Em seguida, será apresentado os resultados da mesma unidade curricular, porém ministrada por outra docente.

Figura XXV - Categorias Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Teoria e História do Serviço Social – Professor 2



Fonte: Sistematizado pela autora, 2023.

Na unidade curricular Teoria e História do Serviço Social – Professor 2 (Pedagogia da Indignação), é possível identificar que *A Prática Política*, o *Envolvimento na Política* e a *Dignidade Humana* são as categorias mais citadas. As demais categorias apresentam um relativo equilíbrio.

No que se refere à **Prática Política**, é importante destacar que a professora explica:

Com o 25 de abril, o âmbito de atuação do Serviço Social passa a ser as políticas sociais [...] A dimensão política do Serviço Social refere-se à necessidade de influenciar a decisão no mais alto nível e, também, a sistematização do conhecimento é uma forma de fazer política [...] O Serviço Social não pode sair da área da reflexão. Ele precisa verificar se a prática tem contribuído para a alteração das políticas públicas. A autonomia do Serviço Social se baseia na capacidade de reflexão, por isso é preciso pensar a profissão [...] Pensar que o direito está estabilizado e não pensar em [sic] defender esse direito é um erro. Há coisas que foram para frente e que podem voltar para trás [...] A defesa dos direitos deve ser continuada. A prática política não se faz só de política partidária, e sim por meio dos movimentos sociais [...] Eu tenho a obrigação de não ser neutra em relação à política (Professora Pedagogia da Indignação, 2022).

É muito interessante a visão política desta docente, pois a efetivação dos direitos humanos é uma conquista diária, permanente, que não permite pausa nem descanso. Neste sentido, a prática política de uma profissão comprometida com os direitos humanos deve se direcionar nesta trilha, que apesar de árdua, é também prazerosa.

Quanto ao **Envolvimento na Política**, a professora faz a seguinte observação sobre Jane Addams:

“Foi uma figura muito importante no início do século XX – ela teve um grande impacto social. Ela possuía um pensamento político. Ela acreditava que o Estado precisava intervir – recebeu um Prêmio Nobel da Paz. Ela levou à ação política” (Professora Pedagogia da Indignação, 2022).

E um discente faz o seguinte questionamento:

“Há assistentes sociais envolvidos na política?” (Estudante 1 – Teoria e História do Serviço Social 2- 2022)

A professora responde:

Há sim, como exemplo posso citar a Professora do Iscte, Inês Amaro. O Serviço Social está tão empermeado na questão de fazer, que os assistentes sociais acabam se esquecendo do envolvimento na política. Não resta tempo para reflexão! Mas a reflexão é quem faz a alteração da prática. É preciso pensar a prática (Professora Pedagogia da Indignação, 2022).

Realmente, só pensando a prática é possível que o assistente social em formação reflita sobre a necessidade de intervir com competência técnica, teórica e política. Assim, o Envolvimento na Política é uma necessidade profissional, visto que não dá para negligenciar essa categoria em detrimento do fazer profissional, pois ela é intrínseca a esse fazer.

Em relação à **Dignidade Humana**, a professora Pedagogia da Indignação (2022) comenta:

“O Serviço Social trabalha na luta pelos direitos e pela dignidade [...] Nossa referencial maior enquanto assistente social é a dignidade humana, a defesa dos direitos humanos.”

Como também um estudante tece o seguinte comentário:

“O idoso deve ter uma vida digna até o fim” (Estudante 2 – Teoria e História do Serviço Social 2- 2022).

Desse modo, sendo então a defesa intransigente dos direitos humanos nossa referência na intervenção profissional, o estudante de Serviço Social precisa compreender que a Dignidade Humana deve ultrapassar até mesmo as questões burocráticas, pois os sujeitos da ação precisam ser respeitados e valorizados.

Nesta unidade curricular, as demais categorias possuem um certo equilíbrio. Sendo assim, convém aqui registrar alguns comentários da docente sobre **o Pessoal e o Político**:

Olhar a condição humana no contexto: contextualizando a pobreza. Olhar o pobre através de noções de pobreza e de desigualdade, entendendo a explicação do contexto concreto [...] Não podemos atribuir ao indivíduo a culpa, mas precisamos analisar o contexto [...] Precisamos olhar a pessoa no contexto, observando aquilo que determina a situação. Conhecer os condicionantes que levaram as pessoas a chegar àquela situação fruto da consequência da sociedade. Os assistentes sociais precisam ter o cuidado de fazer esta reflexão (Professora Pedagogia da Indignação, 2022).

A partir disso, percebe-se que em uma unidade curricular relativa à história da profissão, é possível abordar sobre as nove categorias essenciais dos direitos humanos. A dinâmica das aulas demonstra que o Serviço Social deve ser compreendido como uma profissão dos direitos humanos que visa promover a justiça social, e neste direcionamento, cada categoria tem a sua contribuição a oferecer no sentido de que a educação seja emancipatória.

Em seguida, serão expostos os dados da observação da disciplina Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social com a professora 1.

Figura XXVI- Categorias Essenciais na Formação de Assistentes Sociais - Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social Observadas – Professor 1



Fonte: Sistematizado pela autora, 2023.

É possível perceber que na unidade curricular Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social, sob responsabilidade da Professora 1 (Pedagogia da Autonomia), a *Dignidade Humana*, a *Justiça Social* e o *Pós-Modernismo* são as categorias mais citadas. Dessa forma, convém ressaltar que a categoria *Envolvimento na Política* não é evidenciada, todavia ocorre uma aula inteira sobre este tema com uma palestrante externa,

mas não foi possível observá-la por causa de choque de horário com outra unidade curricular.

No que se refere à **Dignidade Humana**, a professora ressalta: “Ajudar ao outro não é a atribuição do assistente social, e sim promover a dignidade da pessoa [...] Zelar pelo bem-estar da pessoa para que ela possa voltar a ter dignidade, essa é a função do Serviço Social [...] A primeira questão de todas é a dignidade humana” (Professora Pedagogia da Autonomia, 2022).

Nesta perspectiva é possível trazer à tona um pensamento de Ferreira:

O Serviço Social tem os seus fundamentos científicos no quadro das ciências sociais e humanas e os seus fundamentos éticos nas questões dos direitos humanos, da dignidade humana, da justiça social e da autodeterminação do sujeito como pessoa/cidadão (2014, p. 332).

Paulo Freire (2019, p. 146), na obra *À Sombra desta Mangueira*, reporta-se a uma visita que realizou em San Francisco, a uma casa católica direcionada aos pobres para fornecimento de ajuda. No livro, o estudioso diz que encontrou lá “uma mulher branca, visivelmente aflita, com dificuldade de articular sua fala” e prontamente ele pergunta: “Você é norte-americana, não é?” E ela responde: “Não! Sou pobre”. Para ele, a mulher sentia-se culpada por sua pobreza, por seu insucesso, e, por essa razão, ela se punia afirmando não ser norte-americana, todavia pobre, “seu discurso expressava de tal modo a ideologia dominante”.

São com pessoas como essas que os(as) assistentes sociais irão trabalhar, por isso, eles(as) devem saber que a primeira questão de todas é a dignidade humana. Para o autor, “Na verdade, aquela mulher triste e desolada expressava, de modo significativo, a ausência nela da cidadania. Era uma demitida da própria existência” (Freire, 2019, p. 146).

A professora aborda ainda sobre o discurso de ódio contra os ciganos e sobre falas preconceituosas, como “aquela gentinha não paga renda” (Professora Pedagogia da Autonomia, 2022) trazendo a questão da dignidade dos ciganos.

Então, um aluno comenta:

“Passar pelas pessoas como se elas fossem invisíveis é algo não admissível” (Estudante 1 – Laboratório de Ética 1, 2022).

Nesta mesma aula, uma equipe apresenta um trabalho sobre habitações inadequadas e inseguras, e sobre pessoas que vivem à margem da sociedade.

É incrível perceber como o Serviço Social precisa ultrapassar barreiras preconceituosas para desenvolver uma prática libertadora, na qual a dignidade das pessoas seja realmente efetivada.

No que diz respeito à **Justiça Social**, a professora registra:

“Defender os direitos humanos e a justiça social é a motivação para o trabalho social” (Professora Pedagogia da Autonomia, 2022).

Desta forma, o trabalho do assistente social precisa ser focado na Justiça Social, que requer também a luta pela transformação social.

Quanto ao **Pós-Modernismo**, a professora afirma que hoje existe um sentido de que precisamos fazer as coisas de forma aligeirada.

E alguns estudantes comentam:

“A internet controla a vida das pessoas e invade a privacidade” (Estudante 2 – Laboratório de Ética 1, 2022).

“Nós somos controlados e não sabemos” (Estudante 3 – Laboratório de Ética 1, 2022).

“As pessoas não se aprofundam nas pesquisas, recebem informações prontas e não procuram verificar a sua veracidade” (Estudante 4 – Laboratório de Ética 1, 2022).

Desta forma, o Serviço Social precisa se atentar para não permitir que a prática ocorra sem reflexão, sendo os prazos mais importantes do que as pessoas. Entretanto, somente a dimensão política irá possibilitar essa forma de atuação que priorize o compromisso social e político.

Em seguida, serão destacados os dados da disciplina Laboratório de Ética com a Professora 2, que caminha nesta mesma trilha ressaltada por Ferreira (2014).

Figura XXVII- Categorias Essenciais na Formação de Assistentes Sociais, Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social – Professor 2

Mudança Social

Dignidade Humana

Justiça Social

O Pessoal e o Político

A Prática Política

Prática Anticolonialista

Pós Modernismo

Envolvimento na Política

Fonte: Sistematizado pela autora, 2023.

É possível identificar que, na unidade curricular Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social, Professor 2 (À Sombra desta Mangueira), *Dignidade Humana* e *Autodeterminação do Sujeito* são as duas categorias mais citadas. Em relação às demais, há um equilíbrio, apesar de a *Prática Anticolonialista* ser a menos citada.

Em relação às categorias **Dignidade Humana** e **Autodeterminação do Sujeito**, a professora tece as seguintes observações:

“O respeito pela dignidade consiste em não invadir o espaço do outro. O assistente social precisa dar voz às pessoas com quem trabalha [...] A ética está relacionada ao princípio da autodeterminação do sujeito” (Professora À Sombra desta Mangueira, 2022).

Além disso, é imperioso ressaltar que Freire (2017, p. 31) destaca a necessidade de valorização dos saberes dos sujeitos. E ele vai além ao afirmar o quanto é indispensável que o(a) professor(a) discuta com os alunos “a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino do conteúdo”, e isto se faz presente também na prática profissional do assistente social, que precisa dar voz às pessoas com quem trabalha.

Neste sentido, ressalta a professora: “Portugal, nos últimos meses, tem recebido muitos imigrantes e refugiados, e o olhar do assistente social sobre a dignidade dessas pessoas precisa de uma abordagem que priorize os direitos humanos” (Professora À Sombra desta Mangueira, 2022).

Freire (2021c) aborda sobre a educação para os direitos humanos que, para o estudosso, consiste em “despertar os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder” (pp. 39, 40).

E, neste sentido, o olhar do assistente social precisa se direcionar também para esse processo educador-formativo. Até porque, Freire (2021, p. 42) afirma que a educação em

direitos humanos está relacionada “a uma sociedade menos injusta. Uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar”.

Quanto à **Prática Anticolonialista**, a docente afirma: “É preciso tomar cuidado quando olhamos com nosso olhar ocidental para as questões referentes à igualdade” (Professora À Sombra desta Mangueira, 2022).

E um estudante comenta: “Lidamos, nas políticas, com situações muito complexas” (Estudante 1 – Laboratório de Ética 2, 2022).

E aqui é preciso retomar o Paradigma Transformativo que é o mais apropriado para trabalhar com questões complexas. Além disso, também é preciso seguir hooks (2017), “aprendendo a olhar o mundo de um ponto de vista crítico, que leva em conta a raça, o sexo e a classe social” (pp. 60, 61).

Convém aqui lembrar que a dimensão política exige uma intervenção baseada em paixão, até porque, segundo a docente:

Nenhum assistente social é pequenino para realizar grandes atividades. Todos nós podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa [...] O assistente social precisa trabalhar na intervenção no sentido da construção identitária – fazendo a pessoa lembrar que tem direito de sonhar [...] Ser assistente social exige paixão! (Professora À Sombra desta Mangueira, 2022).

E essa paixão do(a) assistente social deve levá-lo(a) a adotar, como princípios do seu trabalho, alguns pontos abordados por Ander-Egg, sendo esses:

- a) Reconhecer o valor do ser humano como indivíduo, quaisquer que sejam as suas circunstâncias, raça, religião, opinião política ou conduta; e fazer o possível para fomentar no indivíduo a dignidade e o respeito próprio;
- b) Respeitar as diferenças entre os indivíduos, grupos e comunidades, tratando de conciliá-las, ao mesmo tempo, com o bem-comum (Ander-Egg, 1995, pp. 229, 230).

Segundo o pensamento de Freire (2022c), defender apaixonadamente uma tese é a melhor forma de ensiná-la. E, parafraseando Freire (2022c), é possível afirmar que defender apaixonadamente que ser assistente social exige paixão, é um ato de ousadia. Para mais, o estudosso ainda aborda que amor “é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de

amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação” (Freire, 2023a, p. 111).

Em relação à **Prática Política**, a professora afirma: “Nosso trabalho é político!” (À Sombra desta Mangueira, 2022).

A partir disso, convém lembrar que Freire (2023b, p. 34) destaca que a prática educativa precisa ser reconhecida como prática política. Sendo assim, no processo de conhecimento, “a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização”. Então, quando a docente afirma que “nossa trabalho é político”, ela demonstra compromisso com a busca pela transformação social. Uma transformação que pode ser lenta, mas que é algo possível.

Reforçando essa forma de pensar, Ângelo (2024) registra que o trabalho do assistente social requer uma atuação na direção da construção de atividades fortalecedoras da transformação social.

Em sequência, serão apresentados os dados das observações referentes à disciplina Direito e Mudança Social.

Figura XXVIII- Categorias Essenciais na Formação de Assistentes Sociais-Direito e Mudança Social



Fonte: Sistematizado pela autora, 2023.

É possível identificar que, na unidade curricular Direito e Mudança Social, a categoria que prevalece é a *Dignidade Humana*, seguida pela *Justiça Social* e pela *Prática Política*. E a categoria de menor frequência é o *Envolvimento na Política*.

No que diz respeito à **Dignidade Humana**, o professor (Educação como Prática de Liberdade) ressalta a necessidade de se dar voz aos beneficiários e apresenta uma fala muito importante em relação aos ciganos:

A expressão ‘ELES’ alarga a exclusão. A barreira ‘NÓS-ELES’ deve ser combatida, até porque a inclusão é a redução dessas barreiras [...] O simples fato de tratar o cigano como imigrante é uma forma de exclusão. Eles são uma comunidade e não um grupo étnico migrante (Professor Educação como Prática de Liberdade, 2023).

Aqui, é importante ressaltar que Freire (2023b) se reporta a duas constatações que na sua concepção são óbvias: 1) as diferenças entre as culturas existem e trazem cortes de classe, de raça, de gênero e de nacionalidade; 2) Essas diferenças geram dois tipos de ideologias: a) Discriminatórias; b) De resistência.

Ademais, no entendimento deste docente, essa expressão “ELES” e “NÓS-ELES” são fruto de uma atitude discriminatória voltada para a diferença entre culturas. “O processo inclusivo é ativado pelo meu direito [...] Não há programas para ciganos, mas sim para pessoas pobres que são ciganas” (Professor Educação como Prática de Liberdade, 2023).

Quanto à **Justiça Social**, o docente afirma: “O sistema democrático atua na promoção da igualdade” (Professor Educação como Prática de Liberdade, 2023).

Convém aqui retomar o pensamento de Piketty (2022), abordado no capítulo dois, que desenvolve uma leitura crítica da realidade social e econômica nos tempos pós-modernos.

Já em relação à **Prática Política**, o professor esclarece que o direito social se materializa em leis, sendo a inclusão social o fundamento das políticas sociais. Para tal, ele traz uma importante observação: “Marshall apresenta a matriz dos direitos humanos” (Professor Educação como Prática de Liberdade, 2023).

É importante aqui ressaltar que a interface dos direitos humanos com a cidadania é essencial e o grande estudioso da Cidadania foi T. H. Marshall, sociólogo que desenvolve um estudo teórico e empírico em relação à sociedade inglesa.

De acordo com o pensamento de Marshall (1967), a cidadania acaba por alterar o padrão de desigualdade social. Ao realizar sua pesquisa, Marshall (1967) apresenta três elementos constitutivos do direito: 1. Direito Civil: formado pelos direitos necessários à

liberdade individual; 2. Direito Político: o direito de participar no exercício do poder político; 3. Direito Social: refere-se a desde um direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, como também ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida de forma civilizada.

Neste sentido, Marshall (1967) atribui o período de formação dos direitos civis ao século XVIII, dos políticos ao século XIX e dos sociais ao século XX, e afirma que eles precisam ser tratados de modo elástico, pois podem acontecer entrelaçamentos de tempo.

Sendo assim, a formação em Serviço Social precisa conhecer o pensamento de Marshall para compreender a matriz dos direitos humanos, conforme o professor aborda.

O docente registra um importante comentário sobre o desemprego, que reflete o **Pessoal e o Político**: “Permitir ao cidadão, principalmente o mais vulnerável, participar plenamente na sociedade, incluindo ter emprego” (Educação como Prática de Liberdade, 2023).

O professor também aborda sobre o processo pedagógico que deve caminhar para a lógica emancipatória, que visa a **Mudança Social**. “Meu processo de comunicação visa produzir transformação [...] No trabalho pedagógico, predomina o empoderamento do cidadão” (Educação como Prática de Liberdade, 2023).

Em vista disso, fica clara a opção do professor em questão pela pedagogia freireana.

Um estudante afirma: “Nós, Assistentes Sociais, podemos alavancar a mudança social” (Estudante 1 – Direito e Mudança Social, 2023).

Ainda, é pertinente ressaltar a posição do docente sobre o **Pós-Modernismo**, “No capitalismo, quem tem dinheiro tem tudo [...] Tenho que ter capacidade de agir e de ter liberdade” (Professor Educação como Prática de Liberdade, 2023).

Outrossim, é relevante destacar a seguinte observação feita por Freire em relação ao sistema comandado pelo capital:

Uma economia que não se torna capaz de programar-se em função das necessidades do ser humano, que “convive” fria e indiferentemente com a miséria e a fome de milhões a quem tudo é negado, não merece meu respeito de educador mas, sobretudo, meu respeito de gente (Freire, 2019, p. 36).

Sendo assim, neste sistema tão excludente, para agir e ter liberdade o sujeito enfrenta muitas barreiras. Entretanto, como Paulo Freire sempre orienta a que se faça uma opção

pela esperança trespassada por muita luta, então é possível lutar pela autonomia, pela Autodeterminação do Sujeito.

Nesta disciplina, em sete aulas, todas as categorias foram mencionadas. Sendo assim, em relação às unidades curriculares observadas, Direito e Mudança Social foi a que mais se destacou, pois a presença das nove categorias foi mais acentuada.

Assim, convém ressaltar que a disciplina Estágio Supervisionado terá os dados de observação inseridos no capítulo cinco, que retrata especificamente sobre a prática na formação.

Cabe aqui lembrar que o Paradigma Transformativo, “que surgiu como resposta a indivíduos que foram marginalizados no decorrer da história e que estão encontrando um espaço para introduzir suas vozes” (Anjos & Amaro, 2023b, p. 5), não se encontra nas observações em sala de aula realizadas em Portugal, e que sua presença é muito importante para a formação em Serviço Social, pois é perceptível a necessidade de se trabalhar com questões complexas relativas à desigualdade de poder e ao impacto do privilégio de certos grupos sociais, como nas discussões sobre os ciganos e sobre as pessoas refugiadas. Sendo assim, estas análises devem perpassar tudo que envolve o contexto social, econômico, cultural e político vivenciado por estas comunidades.

É interessante também realçar a fala de um professor convidado de que “o Serviço Social é a melhor profissão do mundo, não existe uma profissão mais bonita” (Professor Convidado – Teoria e História do Serviço Social 1, 2022). Como também o comentário de uma professora, que afirma que “ser assistente social exige paixão!” (Professora À Sombra desta Mangueira, 2022). Essas concepções são fundamentais para a compreensão do lugar do Serviço Social na interface com os direitos humanos.

Falar de amor ao Serviço Social nos tempos pós-modernos pode até soar estranho, mas essa paixão é essencial na formação. Até porque, bell hooks comenta que é preciso fazer o trabalho que se ama:

Ao longo da minha vida **não me aventurei apenas em busca de um trabalho que eu gostasse** [ênfase adicionada], mas também de trabalhar com pessoas que eu respeitasse, de quem gostasse ou amasse. A primeira vez que eu declarei o desejo de trabalhar em um ambiente de trabalho amoroso, meus amigos agiram como se eu estivesse louca. Para eles, amor e trabalho não andam juntos. No entanto, eu estava convencida de que trabalharia melhor em um ambiente moldado por uma ética amorosa (hooks, 2021, p. 102).

Sendo assim, é preciso trazer amor ao Serviço Social, e os assistentes sociais em formação precisam concebê-lo como a melhor profissão do mundo. Entretanto, sempre de forma crítica, com o amor brigão aclamado por Paulo Freire, com “um amor seja um ‘amor armado’, um amor brigão de quem se afirma no direito ou no dever de ter o direito de lutar, de denunciar, de anunciar” (Freire, 2008, p. 124).

Desta forma, anunciando a dimensão política e denunciado as injustiças sociais, o assistente social em formação precisa construir um arcabouço teórico, metodológico, ético, social, cultural e político orientado nas nove categorias essenciais dos direitos humanos, trabalhadas nesta tese.

4.3. O Ensino da Dimensão Política no Brasil

No Brasil, também foram observadas seis unidades curriculares, totalizando cento e quatorze horas de aula. Sendo assim, convém registrar que, apesar da coorientadora ter entrado em contato com todos os (as) professores (as) da universidade *lócus* da pesquisa no Brasil (da mesma forma como a orientadora fez em Portugal), o processo de abertura dos (as) professores (as) não foi tão fácil, pois, de início, houve muita resistência. Talvez isso sugira que o Brasil não esteja tão aberto para pesquisas quanto Portugal. Entretanto, depois de muita persistência, os(as) professores(as) permitiram a observação em sala de aula, e abraçaram a pesquisa de um modo bem acolhedor.

Como se trata de um curso vespertino e com carga horária maior do que em Portugal (quatro anos), foi possível realizar a pesquisa em apenas um semestre letivo, 2º semestre de 2023 (de agosto a dezembro). Assim, cabe aqui lembrar que não foi o foco do estudo analisar a didática do professor e, sim, seu comprometimento com a educação libertadora, da mesma forma que ocorreu em Portugal.

É importante ressaltar que, com exceção de *Introdução à Filosofia*, os demais professores são assistentes sociais. Das seis disciplinas observadas, quatro são professores substitutos e duas efetivas. Dentre os substitutos, duas cursam doutorado em áreas próximas, os demais possuem doutorados em áreas afins ao Serviço Social. Nenhum tem doutorado em Serviço Social.

De início, será analisada a unidade curricular Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social I:

Figura XXIX – Nuvem de palavras da Frequência das Categorias Teóricas Essenciais dos Direitos Humanos – Disciplina FHTMSS I no Brasil



Fonte: Sistematizado pela autora (2024)

É possível perceber que as categorias teóricas mais citadas na Unidade Curricular Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social I, em uma Universidade Pública Federal localizada no Nordeste do Brasil, são Prática Política e Prática Anticolonialista, seguida por Justiça Social. Já a categoria menos citada é Autodeterminação do Sujeito, seguida por Pessoal e Político. Nas dezoito aulas observadas, oito categorias são citadas em quatro aulas, não completando o quadro pela ausência das duas categorias menos citadas. É possível perceber que, em uma unidade curricular referente aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, as categorias essenciais dos direitos humanos estão sendo constantemente mencionadas, sendo necessário trabalhar melhor a Autodeterminação do Sujeito, que é citada em apenas três aulas.

No que se refere à categoria **Prática Política**, a professora (Por uma Pedagogia da Pergunta) ressalta sobre os projetos políticos do Serviço Social, de forma a destacar que a dimensão política faz com que estes projetos tenham visibilidade. A professora retrata também sobre a educação política de Paulo Freire, que implica no processo de refletir sobre a própria realidade.

Segundo Freire (2008), “Toda educação é política, não pode deixar de sê-lo” (p. 73), e o estudioso confirma que essa educação jamais será neutra, por isso ela exige uma opção. Dessa forma, alinhados ao pensamento de Freire, os estudantes expõem que:

“Somos pessoas políticas.” (Estudante 1 – FHTMSS I, 2023).

“A prática transformadora do Serviço Social é renovada e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.” (Estudante 2 – FHTMSS I, 2023).

Desta forma, a educação política precisa ser uma constante no exercício profissional do assistente social, pois realmente “somos pessoas políticas”, e isso precisa estar bem sistematizado na prática, que deve rejeitar aligeiramentos e se amparar em uma cultura de reflexividade.

Em relação à **Prática Anticolonialista**, a docente explica:

“A dimensão política consiste em olhar para o capitalismo de uma forma mais crítica [...] A escola é espaço de reprodução social, mas é também um espaço de possibilidades” (Professora Por uma Pedagogia da Pergunta, 2023).

E um aluno registra:

“Existe assistente social que é homofóbico” (Estudante 3 – FHTMSS I, 2023).

Trata-se de uma denúncia muito séria, por isso é necessário voltar à ideia de Freire (2023b) de que as diferenças geram ideologias discriminatórias.

De acordo com o pensamento de Cisne e Santos (2018), o início da relação entre o Serviço Social e a diversidade sexual foi marcada por contradições e lutas.

É incrível como a realidade se impôs quando assistentes sociais no cotidiano de diferentes áreas de atuação identificaram que entender historicamente o(a) usuário(a) é mais do que o conhecimento do seu perfil econômico, e que as violações de direito e a exploração da força de trabalho a que estão submetidos os indivíduos atendidos pelo Serviço Social têm particularidades, que remetem, dentre outras questões, à dimensão da diversidade humana, tendo as relações sociais de sexo e, portanto, a diversidade sexual um lugar importante quando nos referimos ao conhecimento dos(as) usuários(as) e ao quadro de violação de direitos que vivenciam (Cisne; Santos, 2018, p. 163).

Neste sentido, um assistente social comprometido com os direitos humanos jamais pode apresentar esse tipo de atitude, e um caminho para evitar essas práticas é a apropriação das nove categorias essenciais dos direitos humanos.

Quanto à **Justiça Social**, a professora questiona:

“Qual a sociedade que eu defendo?” (Professora Por uma Pedagogia da Pergunta, 2023), e afirma: “A utopia serve para que a gente não pare de caminhar” (Por uma Pedagogia da Pergunta, 2023).

No entendimento de Freire (2016), a utopia não se refere ao irrealizável, também não consiste em um idealismo. Na verdade, a utopia perpassa pela dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Por isso, ela exige conhecimento crítico. “O mundo que nos rodeia é um mundo inacabado, e isso implica a denúncia da realidade opressiva, da realidade injusta e, consequentemente, de crítica transformadora, portanto, de anúncio de outra realidade” (Freire, 2016, p. 17).

Neste sentido, a docente traz a utopia como uma força encorajadora para o Serviço Social e dentro da dimensão política, de forma que deve haver a luta não só dos profissionais, mas também dos sujeitos sociais da ação, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Serão agora apresentados os dados de observação da unidade curricular Introdução à Filosofia. Convém aqui registrar que o professor não é assistente social.

Figura XXX – Nuvem de palavras da Frequência das Categorias Teóricas Essenciais dos Direitos Humanos – Disciplina Introdução à Filosofia no Brasil



Fonte: Sistematizado pela autora (2024)

É possível perceber que a categoria teórica mais citada na Unidade Curricular Introdução à Filosofia, em uma Universidade Pública Federal localizada no Nordeste do Brasil, é Prática Política, seguida por Prática Anticolonialista e por Pós-Modernismo. Além disso, merece destaque também a categoria o Pessoal e o Político, por ter sido a quarta categoria mais citada. Já a categoria menos citada foi Envolvimento na Política.

Dessa forma, nas 20 aulas observadas, em duas aulas todas as categorias foram citadas, demonstrando a relevância da Filosofia para os direitos humanos.

No que se refere à **Prática Política**, o docente (Pedagogia dos Sonhos Possíveis) apresenta a filosofia política de Hannah Arendt, que será trabalhada no capítulo seis desta tese, e depois afirma: “Filosofia é, sobretudo, indagação. [...] O sujeito é um ser político” (Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2023).

A partir disso, é interessante destacar que Paulo Freire sempre disse que não queria ter seguidores, mas indagadores. Isso implica que a prática política requer sujeitos pensantes e questionadores. Sendo assim, a prática política é inerente ao Serviço Social e precisa perpassar por questionamentos na vivência profissional.

Quanto à **Prática Anticolonialista**, os estudantes registram alguns comentários:

“A abordagem deve ser focada nos direitos humanos” (Estudante 1 – Introdução à Filosofia, 2023).

“Garantia dos direitos dos cidadãos” (Estudante 2 – Introdução à Filosofia, 2023).

“Necessidade de um pensamento crítico” (Estudante 3 – Introdução à Filosofia, 2023).

O professor, Pedagogia dos Sonhos Possíveis, indica para os alunos a leitura do livro de bell hooks: Tudo sobre o amor. Este livro, segundo o docente, é um desafio para que o estudante faça uma leitura crítica do mundo.

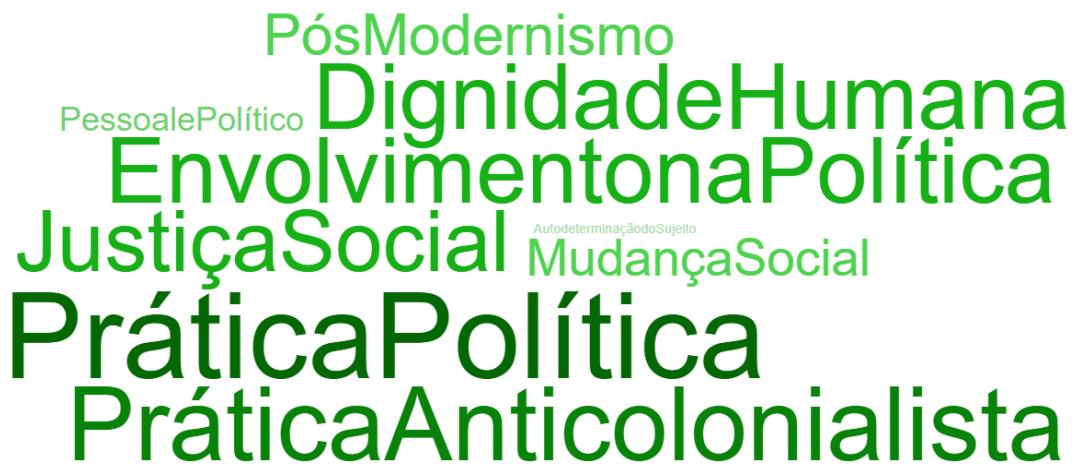
De acordo com a forma de pensar de hooks (2021), não existem, nos tempos modernos, muitos debates sobre o amor. Entretanto, os movimentos por justiça social ressaltam a ética do amor. Para a autora, podem ocorrer mudanças profundas na forma das pessoas pensarem, se elas agirem com base em uma cultura do amor.

Sobre o **Pós-Modernismo**, o docente registra: “O grande problema hoje é o poder dos bancos. O capital bancário determina as regras do jogo. [...] O capitalismo engrena a sua própria destruição” (Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2023).

Assim, faz-se importante aqui retomar as discussões de Piketty (2022), abordado no capítulo dois desta tese. Neste sentido, a compreensão dos tempos fraturados na atualidade é fundamental para o Serviço Social na sua intervenção.

Agora, serão destacadas as observações em relação à unidade curricular Introdução ao Serviço Social.

Figura XXXI – Nuvem de palavras da Frequência das Categorias Teóricas Essenciais dos Direitos Humanos – Disciplina Introdução ao Serviço Social no Brasil



Fonte: Sistematizado pela autora (2024)

A partir da nuvem acima, é possível perceber que a categoria teórica mais citada na Unidade Curricular Introdução ao Serviço Social, em uma Universidade Pública Federal localizada no Nordeste do Brasil, é Prática Política, seguida por Prática Anticolonialista e por Envolvimento na Política e Dignidade Humana. Já as categorias menos citadas são Autodeterminação do Sujeito e Pessoal e o Político. Nas dezenove aulas observadas, a categoria Prática Política se fez presente; e em uma aula sobre o histórico dos Códigos de Ética do Serviço Social no Brasil, todas as categorias são citadas, de forma a demonstrar que, mesmo em uma unidade curricular introdutória, as categorias essenciais dos direitos humanos possuem seu espaço.

No que diz respeito à **Prática Política**, é importante ressaltar a fala de dois estudantes:

“Não é conquistar e acabou. A luta pelos direitos não pode parar” (Estudante 1 – Introdução ao Serviço Social, 2023).

“Um dos legados do Serviço Social é a luta” (Estudante 2 – Introdução ao Serviço Social, 2023).

E a docente comenta: “Essa luta pelo projeto ético-político é diária” (Professora Pedagogia da Tolerância, 2023). A docente ressalta, ainda, a necessidade do(a) profissional em formação ter um compromisso com o constante aprimoramento

intelectual e afirma: “Paulo Freire diz que eles nos dão instrumentos para lutarmos contra eles” (Professora Pedagogia da Tolerância, 2023).

Dessa forma, convém aqui lembrar o pensamento de Freire (2022c) “Meu dever de pedagogo, de político, é, portanto, o de instrumentalizar” (p. 227). Indo mais além e parafraseando o educador, é possível dizer “Meu dever de assistente social é instrumentalizar” os sujeitos no sentido de desenvolverem uma reflexão crítica sobre os direitos humanos, de modo a aproveitar as brechas deixadas pelo capitalismo, um sistema capaz de destruir as pessoas e até o meio ambiente.

A história é um processo. Se nós fizermos a nossa parte, estaremos contribuindo para a luta da geração seguinte. Ainda que em certos momentos alguém possa se sentir cansado, ainda que possa pensar que seu tempo de luta passou, não tem direito de desistir da luta. O que deve ter é o direito de descansar um dia. Eu não tenho direito de desistir da luta porque cheguei aos 75 anos. Sou muito jovem para isso (Freire, 2008, p. 39).

Sendo assim, a luta faz parte do cotidiano profissional do assistente social e da sua prática política.

Quanto à **Prática Anticolonialista**, as últimas aulas trouxeram apresentações de trabalhos com temas, como: Assistência à População LGBT, Projeto Força Feminina e outros nesta mesma trilha. Trata-se de espaços de debates valorosos sobre a prática anticolonialista.

Em relação ao **Envolvimento na Política**, a docente Pedagogia da Tolerância discorre sobre as migrações como uma das expressões da questão social. E também traz a questão da violação dos direitos. Além disso, ressalta a importância dos movimentos sociais para a concretização dos direitos.

É importante ressaltar que, segundo Montaño e Duriguelo (2021) “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o movimento social de maior expressão na realidade brasileira e um dos de maior relevância na América Latina” (p. 276). Neste sentido, é essencial para o assistente social em formação conhecer a força dos movimentos sociais.

O projeto político hegemônico do MST não se limita à realização da reforma agrária nos marcos do sistema capitalista, sendo seu horizonte de luta a construção de uma nova sociedade igualitária e socialista. É inegável o potencial de confronto

do Movimento com o capitalismo, por apresentar propostas de desenvolvimento e práticas de atuação e de organização questionadoras do modelo vigente (Montaño & Duriguelo, 2021, p. 279).

Sendo assim, em uma disciplina introdutória já deve ser inserida a necessidade de transformação social.

Já no aspecto da **Dignidade Humana**, em vários momentos os estudantes se posicionaram em relação ao compromisso do Serviço Social com os enfrentamentos para a garantia dos direitos humanos, a fim de que a dignidade humana seja realmente efetivada.

Em seguida, serão apresentados os dados referentes à disciplina Fundamentos Históricos, Teórico- Metodológicos do Serviço Social III.

Figura XXXII – Nuvem de palavras da Frequência das Categorias Teóricas Essenciais dos Direitos Humanos – Disciplina FHTMSS III no Brasil



Fonte: Sistematizado pela autora (2024)

Tendo em vista a nuvem de palavras acima, é possível perceber que a categoria teórica mais citada na Unidade Curricular Fundamentos Históricos, Teóricos Metodológicos do Serviço Social III, em uma Universidade Pública Federal localizada no Nordeste do Brasil, é Prática Política, seguida por Prática Anticolonialista e por Envolvimento na Política. Já as categorias menos citadas são Pessoal e o Político e Autodeterminação do Sujeito. Nas dezesseis aulas observadas, a categoria Prática Política se fez presente; e em três aulas todas as categorias são citadas, de forma a demonstrar que

em uma unidade curricular referente aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, as categorias essenciais dos direitos humanos possuem seu lugar de destaque.

Quanto à **Prática Política**, a professora (Pedagogia do Oprimido) aborda que a categoria profissional precisa executar um exercício político, pois tudo perpassa pela política. E destaca: “É preciso muita consciência de classe dentro do Serviço Social [...] É importante fazer uma análise crítica do trabalho do assistente social em relação ao sistema capitalista [...] A escrita é fundamental para a reflexão e isso ajuda a repensar nosso trabalho” (Pedagogia do Oprimido, 2023).

No que diz respeito à **Prática Anticolonialista**, um estudante afirma:

“O Serviço Social não coloca gênero e raça como prioridade” (Estudante 1 – FHTMSS III, 2023).

Neste sentido, a prática política é educativa e se relaciona à linguagem profissional que precisa ser direcionada para a mudança social.

Em vista disso, convém aqui lembrar que Paulo Freire, na obra “Pedagogia da Esperança, um reencontro com a Pedagogia do Oprimido”, ressalta:

Agora, ao escrever esta Pedagogia da Esperança, em que repenso a alma e o corpo da Pedagogia do Oprimido, solicitarei das casas editoras que superem a sua linguagem machista. E não se diga que é um problema menor porque, na verdade, é um problema maior. Não se diga, sendo o fundamental a mudança do mundo malvado, sua recriação, no sentido de fazê-lo menos perverso, a discussão em torno da superação da fala machista é de menor importância, sobretudo porque mulher não é classe social. A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa (Freire, 2022b, pp. 93, 94).

Então, se existem assistentes sociais que não colocam gênero e raça como prioridade, estes devem se inspirar no relato do Patrono da Educação Brasileira e mudar de postura, pois isto não condiz com as categorias essenciais dos direitos humanos.

Em relação ao **Envolvimento na Política**, a professora Pedagogia do Oprimido retrata sobre o lugar dos movimentos sociais nesse processo de luta. E um estudante

ressalta: “O(a) assistente social precisa se aproximar dos movimentos sociais” (Estudante 1 – FHTMSS III, 2023).

Convém aqui registrar que nesta disciplina ocorre uma aula prática, em uma maternidade, sobre a **Autodeterminação do Sujeito**, tendo como tema o aborto.

Figura XXXIII – Aula Prática sobre Aborto na Maternidade Maria da Conceição de Jesus – Disciplina FHTMSS III



Fonte: Docente da Unidade Curricular, devidamente autorizado pela turma

Na visita, de início, ocorreu uma palestra sobre a violência que o patriarcado coloca sobre os corpos humanos. A palestrante trabalha alguns conceitos: - Desigualdade Social; - Violência contra a Mulher; - Atendimento digno e humanizado; - Educação Sexual nas escolas; - Emancipação; - Desejo da própria vítima; - Vulnerabilidade da mulher; - Defesa dos direitos humanos. Em seguida, a professora Pedagogia do Oprimido aborda sobre o pensamento crítico e a necessidade de garantir direitos. Depois, ocorre uma visita técnica as instalações da Maternidade que foi, recentemente, totalmente reformada e possui um corpo de profissionais capacitados para lidar com as questões referentes ao aborto. Na verdade, a visita representa uma aula prática sobre os direitos humanos. Então, é

importante ressaltar que uma aula prática é um espaço de aprendizagem ímpar para a compreensão dos direitos humanos.

Por fim, serão apresentados os dados da disciplina Política Social, que é a disciplina que se destaca no Brasil em relação à presença quantitativa das nove categorias essenciais dos direitos humanos.

Figura XXXIV – Nuvem de palavras da Frequência das Categorias Teóricas Essenciais dos Direitos Humanos – Disciplina Política Social no Brasil



Fonte: Sistematizado pela autora (2024)

A partir da nuvem de palavras acima, é notório que as categorias teóricas mais citadas na Unidade Curricular Política Social, em uma Universidade Pública Federal localizada no Nordeste do Brasil, são Pós-Modernismo e Prática Política (citadas em todas as aulas), seguida por Prática Anticolonialista (dezenove aulas) e Justiça Social (dezoito aulas). Já a categoria menos citada é Mudança Social, que chegou a ser citada quatorze vezes, número bastante expressivo. Nas vinte aulas observadas, as nove categorias são mencionadas em dez aulas, sugerindo que esta unidade curricular, na pesquisa realizada no Brasil, merece destaque, pois apresenta a presença das categorias de forma intensa. Em dez aulas, todas as categorias são mencionadas. E nas vinte aulas, tanto prática política quanto pós-modernismo estavam presentes.

No que se refere ao **Pós-modernismo**, a docente (Política e Educação) aborda sobre a cultura Neoliberal e retrata sobre propostas decoloniais. E comenta:

Marx deu conta de falar do capitalismo europeu e não do capitalismo em um país colonizado [...] Lógica do Positivismo: Os países que são pobres, precisam continuar pobres porque Deus quis assim [...] Lógica do Neoliberalismo / Banco Mundial / FMI / atores sociais que regulam as políticas sociais [...] Documentos do FMI – No nível do discurso parecem ser algo bom, mas na prática a lógica é responsabilizar o indivíduo sobre o seu direito. O discurso é de humanização, mas o que está por trás é o interesse (Professora Política e Educação, 2023).

Fica claro que o(a) assistente social em formação precisa conhecer a realidade imperialista em que sua profissão está inserida e toda lógica que está por trás das relações de poder existentes nos tempos contemporâneos.

Quanto à **Prática Política**, a professora destaca:

O capitalismo é um sistema de controle de corpos e de mentes, e a política social também é uma forma do capitalismo se resguardar [...] A política social é o resultado das contradições e da luta de classes [...] As políticas sociais não transformam o sistema, servem apenas para a sua melhoria (Professora Política e Educação, 2023).

A docente discorre também sobre os marcadores do surgimento das políticas sociais.

Desta forma, fica explícito que a política social é um palco de contradições, mas isso não prejudica sua relevância. Ela é muito importante para os sujeitos, de forma que o(a) assistente social em formação deve estar muito bem preparado para executá-la, mas também para planejá-la. Entretanto, a criticidade deve fazer parte das suas análises, para não cair em um viés ingênuo.

Em relação à **Prática Anticolonialista**, a professora comenta: “O pensamento crítico deve gerar transformação [...] Ser crítico é analisar, compreender e interpretar a realidade” (Professora Política e Educação, 2023).

E três estudantes afirmam:

“Corpos que foram mutilados pelo próprio sistema, fruto da violência contra os povos africanos e os povos indígenas” (Estudante 1 – Política Social, 2023).

“Muitos escravos foram inseridos nas favelas” (Estudante 2 – Política Social, 2023).

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo – Nelson Mandela” (Estudante 3 – Política Social, 2023).

Ainda em relação à Prática Anticolonialista, os estudantes apresentam um trabalho sobre comunidades quilombolas que consiste em um verdadeiro tratado sobre os direitos humanos.

Dessa forma, convém destacar o pensamento de Ferreira:

Na actualidade, o Serviço Social procura no processo de investigação argumentos teóricos e científicos que ganhem força política no debate interdisciplinar das ciências sociais, retirando-o de uma posição subalterna e fortalecendo-o como área do conhecimento e como profissão no quadro dos princípios, valores e fundamentos do Serviço Social (Ferreira, 2014, p. 337).

Então, é possível afirmar que nesta unidade curricular o Serviço Social se distancia completamente de uma posição subalterna, pois existe o fortalecimento da profissão como área do conhecimento, produzindo ciência.

No que se refere à **Justiça Social**, a professora afirma:

A pobreza era tamanha que já não era possível calar a voz dos trabalhadores, devido às condições de vida que atingiam o pauperismo [...] Pauperismo: condições insustentáveis de vida – aí a questão social emerge como um problema [...] O capitalismo se organiza a partir da desigualdade social. A questão social é o conflito capital X trabalho [...] A questão social não se refere somente à desigualdade social, à pobreza e ao pauperismo. Se refere à necessidade do Estado criar mecanismos de proteção no sentido de apenas minimizar (Professora Política e Educação, 2023).

Desta forma, pensar em Justiça Social é sonhar com a efetivação dos direitos humanos e lutar para que eles sejam concretizados. E, nessa luta, as nove categorias precisam se encontrar.

Assim, é preciso esclarecer que, da mesma forma que em Portugal, os dados referentes à unidade curricular Estágio serão inseridos no capítulo cinco, que trata especificamente sobre esse tema.

Novamente, é importante ressaltar que o Paradigma Transformativo presente nas universidades da Califórnia não se encontra nas observações em sala de aula realizadas no Brasil, e que sua presença é muito importante para a formação em Serviço Social, pois é evidente a necessidade de se trabalhar com questões complexas relativas ao poder, como

no exemplo, as discussões sobre as comunidades quilombolas. Posto isto, é imperioso lembrar que Anjos e Amaro (2023b) registram que o Paradigma Transformativo é indicado na contemporaneidade para estudos que desenvolvem temas sociais, pois nele as pessoas afetadas pelas estruturas de classe devido à pobreza, ao racismo ou pela homofobia, acham espaço para a libertação das suas vozes.

Diante do exposto, percebe-se que tanto Portugal quanto o Brasil têm caminhado no sentido de uma formação voltada para as categorias centrais dos direitos humanos, mas apesar da presença qualitativa das categorias ocorrer, a frequência quantitativa precisa ser ampliada em virtude da sua relevância para a formação em Serviço Social. Até porque, a sala de aula é um espaço indicado para a discussão sobre os direitos humanos e também para a desconstrução de falas preconceituosas em relação à pobreza. É também um local apropriado para o reconhecimento da diversidade social, cultural, de gênero, sexual, geracional e outras. Desta forma, trabalhar essas nove categorias é fundamental para uma formação que tenha uma orientação política emancipatória.

CAPÍTULO 5

A Prática Política dos Assistentes Sociais – O Seminário de Estágio como Lócus Privilegiado da Dimensão Política do Serviço Social

Estudar é, realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a (Freire, 2011, p. 9).

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática (Freire, 2017, p. 40).

Este capítulo refere-se ao Seminário de Estágio (Portugal) / Estágio Supervisionado (Brasil) em Serviço Social, que pode ser um *locus* privilegiado da dimensão política, caso esteja assentado por uma postura crítica na qual o discurso teórico quase se confunde com a prática.

De início, serão discorridas as questões teóricas sobre a formação prática, com respaldo nas autoras Alzira Lewgoy (2019, 2013), Yolanda Guerra (2019, 2018, 2016, 2009), Cláudia dos Santos (2011), Maria Irene de Carvalho (2018) e outros estudiosos da área de estágio. Além disso, também será destacada a prática reflexiva do Serviço Social com realce em três estudos: 1) Nos ensinos de Paulo Freire, com enfoque nas obras *Conscientização* (2016) e *Ação Cultural para Liberdade e Outros Escritos* (2011); 2) Nas concepções de Ander-Egg (1995), que compactuam com as ideias freireanas; 3) No artigo de Anjos e Amaro (2023a), *A Interface entre a Prática Reflexiva do Serviço Social e a Dimensão Política da Profissão*⁵.

Em seguida, serão apresentados os resultados da pesquisa sobre a formação prática em Portugal, tendo como referência a observação das aulas, sendo ressaltada a presença das categorias essenciais dos direitos humanos (definidas teoricamente no capítulo três)

⁵ Texto escrito pela autora desta tese com sua orientadora, fruto de um trabalho da unidade curricular “Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade”, no Doutoramento.

de forma quantitativa e qualitativa; como também as observações sobre a prática reflexiva do Serviço Social.

Por último, serão mostrados os resultados da pesquisa realizada no Brasil sobre o estágio supervisionado, trilhando o mesmo caminho metodológico traçado na pesquisa empreendida em Portugal.

Ressaltando, mais uma vez, que não se trata de um estudo comparativo, mas de dois estudos de caso, de dois cursos de Serviço Social, em duas realidades diferentes, porém que trazem também aproximações importantes. Assim, as legislações referentes ao estágio existentes no Brasil podem servir de subsídio para o Serviço Social português; ademais, o olhar voltado para os direitos humanos em uma perspectiva internacional, em Portugal, pode orientar o Serviço Social brasileiro. Dessa forma, ambos possuem experiências para serem sincronizadas.

É importante lembrar que, conforme Santos (2011), “a competência teórica é indispensável para a formação profissional, mas ela sozinha não habilita para a intervenção” (p. 34). No entendimento da autora, a prática pertence ao espaço da efetividade, da ação e dos meios; já a teoria, ao da possibilidade, da determinação e da projeção da finalidade. Neste sentido, “a passagem da teoria à prática necessita das definições dos fins, que envolvem um plano ético e político, e da escolha dos meios” (p. 35). E é nessa perspectiva que a pesquisa se desenvolve.

Outrossim, convém ressaltar que, na observação do estágio, alguns pontos devem ser definidos: 1) identificação do objeto, situação ou caso a ser observado; 2) definição do modo de registro; 3) análise e interpretação dos dados de forma crítica; 4) conclusões sobre o observado. Ademais, é preciso fazer um cronograma de observação com um esquema de codificação, no qual o objetivo esteja claramente estabelecido.

Desta forma, a técnica da observação é muito importante para a pesquisa de métodos mistos, porque ela se direciona para as subjetividades, a fim de possibilitar uma proximidade crítica com o objeto e também o desenvolvimento de um olhar mais profundo sobre o contexto social, cultural e político dos sujeitos da pesquisa. Além disso, ela não é um instrumento rígido, porque possibilita atualizações na pesquisa, visto que o esquema de codificação é flexível.

5.1. A Formação Prática – Questões Teóricas

De acordo com o pensamento de Guerra (2016), o estágio supervisionado deve ocupar um lugar de destaque na formação profissional. A partir da questão: “Que profissional se deseja formar e para qual sociedade?”, a autora afirma que é necessário identificar a concepção de estágio supervisionado, seus princípios e política, e interpretá-los com base em um projeto de profissão.

Neste sentido, a escritora acredita que

O estágio supervisionado tem um potencial riquíssimo, como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um **perfil de profissional crítico** [ênfase adicionada], que detenha **competência** [ênfase adicionada] técnica, teórica, **política** [ênfase adicionada], aportada em valores que se confrontam com a sociabilidade burguesa, com aptidão para a pesquisa e para a **produção do conhecimento crítico** [ênfase adicionada] (Guerra, 2016.p 101).

Guerra (2016) salienta que, para qualificar a formação profissional, é preciso conceber o Serviço Social como uma totalidade que articula cinco dimensões: 1) Técnica-operativa: possui a capacidade de oferecer respostas instrumentais a diversas requisições socioprofissionais e políticas; 2) Teórico-metodológica: concerne ao referencial teórico para as demandas do cotidiano; 3) Ético-política: dimensão central, pois por ela perpassam as escolhas teóricas, valorativas, técnicas e políticas. “Abarca desde a perspectiva do homem e de mundo do profissional até o método através do qual ele apreende a realidade e as estratégias a serem selecionadas, seguindo determinados objetivos, prioridades, modos de fazer, dentre outros.” (Guerra, 2016, p.102); 4) Investigativa: nas profissões intervencionistas acaba se confundindo com o próprio fazer da profissão; 5) Formativa: supervisão de estágio que relaciona sua centralidade na competência formativa, visto que o estágio supervisionado tem a capacidade de propiciar a síntese entre o trabalho e a formação profissional e precisa ser dimensionado dentro da realidade e das tendências contemporâneas.

Compactuando com este pensamento, Lewgoy (2013) afirma que o assistente social intervém na realidade, a qual se encontra constantemente em movimento; por isso, o grande desafio é se basear em reflexão e postura crítica sobre o agir da profissão, até porque o cotidiano é muitas vezes contrário/avesso aos direitos sociais e a lógica do

capital trabalha na contramão da cidadania. “Portanto, um dos desafios na formação profissional é o estímulo permanente do espírito científico, não dogmático, numa **perspectiva crítica** [ênfase adicionada]” (Lewgoy, 2013, p. 72).

Para Lewgoy (2013), o estágio deve possuir uma lógica curricular que supere a divisão do processo de ensino e aprendizagem, possibilitando forte convivência acadêmica entre professores, estudantes e a própria sociedade. Para a autora, isto representa, concomitantemente, um desafio político e um requisito ético na procura da construção de um lugar “por excelência para **o pensar crítico, a dúvida** [ênfase adicionada], a investigação e a busca de soluções” (Lewgoy, 2013, p. 74).

Ao realizar uma pesquisa sobre o estágio, Lewgoy (2013) apresenta alguns desafios:

- a) não estabelecer distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico e o exercício da prática profissional cotidiana; b) garantir o processo de acompanhamento ao estagiário como elemento integrante do trabalho do assistente social; c) garantir a articulação permanente entre unidade de ensino e unidade campo de estágio; d) incorporar a atitude investigativa no processo de trabalho do assistente social; d) perceber o “Processo de Supervisão de Estágio” como uma das matérias indispensáveis à formação dos futuros supervisores; e) incentivar ações que envolvam a formação/capacitação permanente de supervisores (Política de formação permanente); f) fomentar a articulação de fóruns de supervisão de estágio envolvendo supervisores, acadêmicos e de campo, e alunos; g) avaliar permanentemente e aperfeiçoar a preparação de novos campos e estagiários; h) realizar seminários integrados com as demais disciplinas, abordando temas transversais que perpassam diversos campos; i) realizar seminários e atividades preparatórias para estudantes antecedendo a inserção nos campos de estágio (Lewgoy, 2013, p. 82).

Em relação ao Brasil, Lewgoy (2013) se refere à Política Nacional de Estágio- PNE, de 2009, da ABEPSS, que é um instrumento de garantia e fortalecimento do estágio, possibilitando ao estudante uma identificação com o mundo da profissão e com a dinâmica social.

Voltando a Guerra (2016), a autora conceitua o estágio como um *lócus* privilegiado do conhecimento dialético da realidade. “Quanto mais o estudante for estimulado a

mobilizar os conhecimentos adquiridos, no sentido de colocá-los à prova diante da realidade, mais seu perfil crítico será fomentado” (Guerra, 2016, p. 105).

Compactuando com esse pensamento, Goulart (2013) salienta que o estágio deve ser compreendido como lugar adequado para a concretização da dimensão ético-política do Serviço Social, no sentido de solidificar o compromisso com uma sociedade mais justa. Por isso, a autora considera o estágio,

como espaço privilegiado para fortalecimento das concepções pedagógica, ético e política [...] para além de um olhar meramente operativo de exigências curriculares, como a elaboração de alguns documentos: plano de estágio, diário de campo, relatório, avaliação, controle de frequência, dentre outros (Goulart, 2013, pp. 3, 4).

Desta forma, no entendimento de Guerra (2016), investigar a realidade e tratar os fenômenos que empiricamente se apresentam é o primeiro e fundamental aprendizado permitido pelo estágio supervisionado. Já o segundo é procurar uma interpretação desses fenômenos com base nos pressupostos teóricos. Sendo assim, o resultado desse processo será formatado em projetos de intervenção e relatórios, até porque o estágio visa, também, alimentar a reflexão teórica. Isto porque é no estágio que o estudante, “com contribuição dos supervisores, mobiliza os conhecimentos adquiridos na academia” (Guerra, 2016, p. 106).

O estágio, segundo Guerra (2016), deve ser intermediado pelas políticas sociais. Ou seja, é ele quem permite ao estudante conhecer as pessoas como sujeitos ativos.

O estágio permite que o estudante vivencie e capture o significado da profissão na rede de relações sociais, o lugar que ela ocupa na divisão sócio-técnica [sic] do trabalho, sua funcionalidade ao padrão de sociabilidade dominante, o antagonismo dos interesses e demandas que se põe a profissão, sua instrumentalidade como condição de alcance de seus objetivos, o que realmente é e faz; a intencionalidade das respostas, os meios mobilizados e sua adequação às finalidades (Guerra, 2016, p. 111).

Para Guerra (2009), o processo de estágio necessita ser construído e reconstruído permanentemente. Até porque o estagiário é contratado, para levar em consideração as demandas da instituição, “com um custo menor que um profissional” (p. 629), alerta a

estudiosa. “Este acaba sendo utilizado como mão-de-obra barata, sem vínculos/direitos trabalhistas, em condições ainda mais precárias que os profissionais, para, em muitos casos, responder às mesmas demandas e exigências profissionais” (p.629). No entanto, esta situação foge completamente à lógica pedagógica da formação.

Outra questão abordada por Guerra (2009) é que muitas vezes predomina “uma concepção instrumental de estágio, onde este é entendido como a realização de ações, de operacionalização, espaço para aquisição de comportamentos e de treinamento de habilidades (manipulação, adestramento)” (Guerra, 2009, p.631).

Mas Guerra (2009) ressalta que, na verdade, o estágio deve promover uma reflexão e releitura crítica e capacitar os estudantes para: 1) Investigar; 2) Analisar criticamente; 3) Desenvolver e utilizar capacidade de argumentação; 4) Construir e renovar o instrumental do Serviço Social. Isso quer dizer que o estudante necessita problematizar o contexto e o significado social e histórico da profissão, reconhecendo e refletindo criticamente sobre sua visão de homem e de mundo, produzindo valores e obtendo competência.

Dentro desta mesma perspectiva, Santos e Abreu (2013) explicam que a formação profissional requer vários tipos de conhecimentos, dentre eles está o conhecimento sobre o qual o Serviço Social desenvolve sua prática, pois se trata de um ensino teórico-prático. Para as autoras, “é no estágio que os requisitos pedagógicos e formativos da profissão devem ser ressaltados para evitar a proliferação de práticas conservadoras que nos levam ao passado de filantropia, confessionalismo e subalternidade da profissão” (Santos & Abreu, 2013, p. 86).

Santos e Abreu (2013) ainda lembram, enquanto docentes, que nos relatos das atividades dos estagiários que recebiam, existia uma prevalência de atividades direcionadas para “o preenchimento de cadastro, os atendimentos individuais e familiares desconexos da totalidade da vida social, o reforço à psicologização da intervenção [...] em detrimento da ação com base nos fundamentos e contradições da vida social” (Santos & Abreu, 2013, p. 86).

Neste contexto, Santos e Abreu (2013) reforçam a ideia de que a defesa do estágio supervisionado jamais poderá se submeter às regras impostas pelo capitalismo.

Vale reforçar que as dificuldades expressas no processo de estágio se colocam mediante o contexto complexo da formação profissional que motivou a própria construção desses instrumentos. Portanto, espera-se que desse processo possamos identificar coletivamente os principais entraves e suas naturezas distintas, para

propor estratégias de enfrentamento a essas dificuldades como parte do movimento contraditório característico da dinâmica social. Para isso, **utopia** [ênfase adicionada] e resistência são palavras-chave nesse processo, o que, para o Serviço Social, desde o processo de sua ruptura com o conservadorismo, é parte inerente do cotidiano profissional (Santos & Abreu, 2013, p. 90).

Então, a prática reflexiva do Serviço Social precisa se fazer presente e de forma reforçada nos diversos campos de estágio para que os futuros assistentes sociais, ao concluirão a licenciatura/graduação, possam estar realmente preparados para adentrar no mercado de trabalho com competência técnica e política.

Compartilhando esta ideia, Walhers e Oliveira (2019) afirmam que o estágio tem se mostrado, na atualidade, como uma dimensão que requer, da categoria profissional, reflexões e debates.

Este direcionamento da formação profissional e do estágio supervisionado têm sua vinculação com a tradição marxista que embasa os fundamentos teóricos-metodológicos, orienta a postura ético-política em defesa dos direitos sociais e de princípios emancipatórios, vinculado a um exercício profissional, que articula essas dimensões em torno do técnico-operativo para além de uma dimensão meramente tecnicista e operativa, mas que tem como objetivo a construção de um perfil de assistente social crítico e propositivo, capaz de adentrar na dinâmica do real, compreender sua lógica a partir do seu movimento histórico, suas tendências, desmistificando as aparências para apreender a essência do fenômeno social, que na sociedade capitalista, a realidade social se assenta na propriedade privada dos meios de produção e dos antagonismos de classes, intensificando as contradições e mazelas da exploração da força de trabalho e sua subjugação a lógica do capital e ao seu processo de acumulação (Walhers & Oliveira, 2019, p. 374).

Neste sentido, os autores lembram que o estágio supervisionado deve ser considerado um lugar favorecido para a construção da identidade profissional. “Não é possível pensar uma formação em Serviço Social que esteja descolada da realidade social, dos seus processos históricos e da luta de classes” (Walhers & Oliveira, 2019, p. 374).

E isto requer que o estagiário esteja alicerçado em uma corrente teórica crítica e também transformativa, rompendo com práticas reiterativas, rotineiras e meramente burocráticas.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Caputi e Oliveira (2014) ressaltam que a formação profissional precisa ser concebida como um “processo de educação permanente, dialético, dinâmico e determinado socialmente no conjunto mais geral de uma dada formação social [...] alicerçada na vertente crítica, e propicia ao/a profissional interpretar a realidade no seu movimento estrutural e conjuntural” (p. 63).

Ademais, Caputi e Oliveira (2014) destacam que o estágio supervisionado não tem início no começo do curso e nem no final, mas no decorrer do processo de formação profissional, a partir da estruturação dos conhecimentos essenciais da profissão. Sendo fundamental saber a história da profissão, da ética, da política social, dos referenciais metodológicos e teóricos para entender, por meio das vivências do dia a dia no estágio, as peculiaridades do trabalho do/a assistente social, os conhecimentos e os engenhos profissionais. “Num processo coletivo e dinâmico o/a estagiário/a constrói o saber profissional numa unidade-diversa e dialética entre teoria e prática, bem como comprehende a profissão e a atividade de estágio num contexto sócio-histórico da realidade” (Caputi & Oliveira, 2014, p. 66).

Neste sentido, as autoras lembram que o estágio e a supervisão devem ocorrer de forma encadeada entre os atores sociais deste processo, de forma participativa entre supervisor de campo e acadêmico e discentes, englobando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da agenda produzida nas várias experiências da prática profissional, procurando sempre a qualificação na formação e no exercício profissional.

Tendo isso em vista, Caputi e Oliveira (2014) apresentam alguns apontamentos em relação ao processo de estágio supervisionado, merecendo destaque: A) Processos Dificultadores: 1) Excessiva demanda de trabalho prejudica a supervisão; 2) O estágio remunerado algumas vezes não comprehende o estagiário como um sujeito em formação, todavia como uma mão-de-obra mais barata; 3) Análise acrítica da realidade social por alguns supervisores de campo. B) Processos Facilitadores: 1) Possibilidade de o estagiário conhecer e vivenciar os instrumentos e técnicas de intervenção; 2) Conhecer a rede de proteção social, ter contato com as equipes interdisciplinares e com a população.

Em relação ao Serviço Social português, Carvalho, Almeida e Pinto (2018) afirmam que ele tem uma proximidade com o brasileiro. Para isso, as autoras apresentam quatro

motivos: 1. Institucionalização da formação na década de 30; 2. Entidades inicialmente responsáveis pela formação; 3. Doutrina da Igreja Católica; e 4. Pensamento francófono sobre o Serviço Social. Mas as autoras lembram que, “contudo, a realidade portuguesa é muito distinta da brasileira não só no que diz respeito a seu contexto social, econômico e político, mas também na trajetória, organização e estatuto da profissão” (Carvalho, Almeida, Pinto, 2018, p. 199).

Carvalho, Almeida e Pinto (2018) destacam que, em Portugal, não há um conselho nem uma ordem profissional⁶ e a formação é “padronizada e avaliada por uma agência nacional com peritos da área de Serviço Social que acreditam (validam os graus acadêmicos), desenvolvidos no ensino superior” (Carvalho, Almeida e Pinto, 2018, p. 202).

No entendimento de Carvalho, Almeida e Pinto (2018), o conjunto de conceitos teóricos e teórico-práticos são essenciais na formação de assistentes sociais que possuam um pacto com os parâmetros teóricos, metodológicos e éticos do Serviço Social para reforçar a identidade interior e exterior da profissão. E é exatamente nas disciplinas voltadas para as práticas, ou seja, nos estágios,

que é possível observar, experimentar e exercitar a(as) prática(s) e aprender fazendo e aprender com os outros. Para tal é importante que os cursos possibilitem o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, **críticas e reflexivas** [ênfase adicionada], pois é neste contexto que os estudantes se confrontam com a realidade e podem assim aprender a ser assistentes sociais [...] No entanto, para que estas experiências ocorram, é fundamental desenvolver processos organizativos que sustentem um bom acompanhamento das experiências dos estudantes, sendo fundamental uma boa articulação entre as instituições onde os profissionais exercem a profissão e o contexto universitário (Carvalho, Almeida e Pinto, 2018, p. 205).

Assim, as autoras apontam que, nas disciplinas que requerem uma vivência prática, os discentes são convidados a aprimorar competências pessoais e profissionais, as quais precisam ser reformuladas constantemente e de forma reflexiva.

Por isso, na compreensão de Guerra (2006), o estágio possibilita a vivência crítica e reflexiva, pois é nele que o discente vai se confrontar com os fundamentos ideológicos,

⁶ Na atualidade, Portugal já possui uma Ordem Profissional.

políticos e hegemônicos na sociedade burguesa. Percebe-se então que a concepção de prática reflexiva, no estágio em Serviço Social, é fundamental. Sendo assim, será abordada a temática de acordo com os teóricos que a trabalham.

Em artigo sobre a interface da prática reflexiva e a dimensão política da profissão, Anjos e Amaro (2023 a) lembram que

Conforme o pensamento de Giddens (2000) a concepção pós-moderna admite uma pluralidade de propósitos heterogêneos ao conhecimento e nela a ciência não possui um lugar de destaque. Por isso o autor considera que no atual período as consequências da modernidade são bem mais radicalizadas e universalizadas. Até porque a modernidade possui um caráter de descontinuidade, móvel e imparável. E com a pós-modernidade a reflexividade passa a possuir uma especificidade: “A reflexividade da vida social moderna consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente seu carácter” (Giddens, 2000, p. 27). Sendo assim, para Giddens (2000) é característica da modernidade a presunção da reflexividade generalizada a qual acaba por incluir a reflexão da natureza da própria reflexão (Anjos & Amaro, 2023, pp. 139,140).

Neste sentido, Giddens 2000 afirma que

A modernidade é constituída no e através do conhecimento aplicado reflexivamente, mas a equiparação do conhecimento à certeza veio a revelar-se um equívoco. Estamos desorientados num mundo que é totalmente constituído através do conhecimento aplicado reflexivamente, mas onde, ao mesmo tempo, nunca podemos ter a certeza de que qualquer elemento dado desse conhecimento não será revisto (Giddens, 2000, pp. 27, 28).

Sendo assim, é nesse mundo que faz com que as pessoas fiquem desorientadas que o(a) estudante de Serviço Social irá exercer sua prática, por isso é tão importante que ele(a) esteja sempre atualizando seus conhecimentos teóricos e refletindo sobre o lugar dos Serviço Social nos tempos contemporâneos. Para isso, é essencial lembrar sempre que a prática profissional do assistente social produz conhecimento, é investigativa e é política.

Ainda segundo estudo realizado por Anjos e Amaro (2023a), as autoras ressaltam que

Em relação ao Serviço Social, Wilson, et al. (2011) afirmam que a prática reflexiva é, em essência, pensar a atividade profissional com qualidade e conteúdo. Sendo assim ela envolve o pensamento holístico que abrange fatos e sentimentos, compreensão artística e científica e perspectivas objetivas e subjetivas. Por isso, todas as fontes de conhecimento precisam ser reconhecidas e utilizadas na prática reflexiva. Até porque segundo Wilson, et al. (2011) a prática reflexiva envolve o reconhecimento de que para profissões que trabalham com pessoas nunca há uma solução direta para um problema, pois cada indivíduo vivencia suas circunstâncias e seus problemas diferentemente. Por isso, conhecimentos mais complexos que reconheçam a singularidade do indivíduo e as dimensões intersubjetivas das intervenções do Serviço Social são imprescindíveis na prática reflexiva (Anjos & Amaro, 2023a, p. 140).

Além disso, comentam que

Sendo assim, para Wilson, et al. (2011) a prática reflexiva se alicerça em relações profissionais sólidas e em uma postura profissional reflexiva. Ou seja, sem reflexão os assistentes sociais correm o risco de se envolverem em práticas carregadas de valores e mal informadas, que acabam não respondendo às necessidades dos usuários. Por isso, é responsabilidade de todos os assistentes sociais desenvolver sua capacidade reflexiva, garantindo assim que o potencial reflexivo de sua força de trabalho seja realizado. Wilson, et al. (2011) lembram ainda que o assistente social deve sempre estar atento ao contexto organizacional em que atua, assim como ao trabalhar com um usuário do serviço, seu foco deve ser o indivíduo em seu contexto social (Anjos & Amaro, 2023a, p. 140).

Seguindo essa linha de raciocínio, Rocha, et al. (2013) afirmam que o século XXI exige do Serviço Social uma reflexão sobre o sentido histórico e epistemológico da teoria que ampara a profissão com o objetivo de instigar rupturas em discursos, conceitos, métodos e práticas que já foram considerados como coisas exatas. A profissão, nos tempos modernos, precisa definir categorias teóricas e metodológicas multidisciplinares e se amparar na crença de que o próprio homem deve conceber a sua realidade.

Sendo assim, em uma sociedade móvel, imparável e com caráter de descontinuidade (Giddens, 2000), a formação em Serviço Social precisa se apropriar de sua capacidade

reflexiva, garantindo assim que o potencial reflexivo de sua força de trabalho seja realizado (Wilson et al, 2011).

Compactuando com esse pensamento, Guerra (2018) destaca que a universidade deve ser concebida como um lugar de formação integral, humanista e crítico. Neste espaço, o estágio deve ter uma qualidade ímpar, no qual o objetivo principal da formação seja “a criação de condições para que os futuros profissionais possam operar com o mesmo nível de criticidade com que analisam os fundamentos da sociedade burguesa, que tem que ser interpretada em todas as suas determinações e contradições” (p. 40). E somente a capacidade reflexiva e a leitura crítica/transformativa da realidade social irão possibilitar essa formação prática integral.

Dentro desta capacidade reflexiva é essencial, como ressalta Harvey (2020), amparado nas concepções de Karl Marx, não apenas compreender o mundo, mas procurar transformá-lo, pois este é, de modo inegável, um mundo imprevisível e incontrolável. Dessa forma, o primeiro passo, segundo o autor, é “compreender (muito melhor do que compreendemos hoje) o que estamos fazendo com o mundo e quais as consequências disso” (Harvey, 2020, p. 356).

Assim, se o estágio implica uma vivência que deve ser crítica e reflexiva, esta requer a compreensão do mundo pós-moderno (que é móvel e não possui caráter de continuidade) na perspectiva da busca da transformação da realidade social. Até porque faz parte da identidade profissional do assistente social a procura permanente pela garantia dos direitos humanos na busca de uma sociedade em que a justiça social seja realmente efetivada.

Ninguém melhor do que o educador Paulo Freire para retratar sobre a prática reflexiva. Segundo ele, “[p]ara dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo” (Freire, 1987, p. 78).

Acreditando nesta forma de pensar, Moreira (2022) lembra que a mudança social exige “um processo crítico e reflexivo (ou de autoreflexão, nos termos de Paulo Freire)” (p. 160). Para o autor, Freire, na Pedagogia do Oprimido, na verdade desenvolve a pedagogia da luta pela libertação do homem e isso exige uma leitura crítica da realidade, através da qual o homem procura adquirir autonomia intelectual e consciência da sua situação de oprimido. Por isso, para o autor, Paulo Freire, nas suas obras, sempre sugere uma unidade entre ação e reflexão. De acordo com Moreira (2022), “A pedagogia transformadora demanda a indivisibilidade do binômio reflexão-ação” (p. 162).

Na intenção de defender o argumento de que Paulo Freire traz uma concepção de prática reflexiva, foi elaborado o quadro VI.

Quadro VI – Frequência da palavra Reflexão nas Obras de Paulo Freire

LIVROS DE PAULO FREIRE PESQUISADOS	Nº DE VEZES CITADA
Pedagogia do Oprimido	63
Ação Cultural para a Liberdade	51
Cartas à Guiné-Bissau: Registro de uma experiência em processo	41
Por uma Pedagogia da Pergunta (Coautoria com Antonio Faudez)	33
Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido	29
Educação e Mudança	29
Medo e Ousadia (Coautoria com Ira Shor)	26
Pedagogia da Autonomia	24
Política e Educação: Ensaios	23
Educação como Prática da Liberdade	20
Pedagogia da Indignação	17
Pedagogia: Diálogo e Conflito (Coautoria com Moacir Gatodi e Sérgio Guimarães)	11

Fonte: Sistematizado pela autora (2023)

É possível perceber que Paulo Freire procura trabalhar nas suas obras o tema da reflexibilidade, de forma especial na Pedagogia do Oprimido. A opção por essas doze obras, refere-se à disponibilidade delas em formato digital, propiciando o acesso à pesquisa. Convém lembrar que é de conhecimento público que o estudioso escreveu mais de vinte livros como único escritor e treze em parceria com outros autores. Ele é conhecido como o educador brasileiro mais lido em todo o mundo.

Sendo assim, a prática reflexiva vai levar o assistente social a trabalhar com a **conscientização**, lembrando que, segundo Freire, “ninguém conscientiza ninguém” (Freire, 2011, p. 176).

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a conscientização “é o processo pelo qual, na relação sujeito-objeto [...] o sujeito se torna capaz de perceber, em termos críticos, a

unidade dialética entre ele e o objeto. Por isso, repitamos, não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teórica-prática, reflexão-ação” (Freire, 2011, p. 227).

Em segundo lugar, é importante destacar que as pessoas “se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo daquela luta” (Freire, 2011, p. 176).

Em terceiro lugar, a conscientização consiste em “um esforço crítico de desvelamento da realidade, que envolve necessariamente um **engajamento político** [ênfase adicionada]” (Freire, 2011, p. 176).

Em quarto lugar, a conscientização, “processo pelo qual os seres humanos se inserem criticamente na ação transformadora, não deve ser compreendida como uma manifestação idealista” (Freire, 2011, p. 153).

Em quinto lugar, “ser consciente é a forma radical de ser dos seres humanos” (Freire, 2011, p. 152).

Em sexto lugar, a conscientização precisa ser compreendida como “um esforço através do qual, ao analisar a prática que realizamos, percebemos em termos críticos o próprio condicionamento a que estamos submetidos” (Freire, 2011, p. 139).

Em sétimo lugar, não existe conscientização “sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função das classes sociais hoje dominadas” (Freire, 2011, p. 139).

Sendo assim, conscientizar-se é um verbo transitivo indireto que deve ser acompanhado da preposição se. Por isso, um(a) assistente social jamais vai conscientizar nenhum sujeito, mas ele(a) pode sim contribuir para que o sujeito se conscientize. E essa conscientização, segundo Freire (2016), deve implicar em utopia. Mas utopia como algo realizável, que requer o conhecimento crítico, a prática reflexiva, pois, de acordo com Freire (2016), a conscientização é uma dimensão fundamental da sua ação reflexiva.

Desta forma, o(a) assistente social, ao desenvolver a prática reflexiva, tem Paulo Freire como um grande aliado, principalmente porque a educação crítica desenvolvida por Freire (2016) considera os homens como seres inacabados, incompletos, que vivem em uma realidade que precisa ser transformada, exatamente por ser igualmente inacabada.

Freire (2008) alerta que o discurso neoliberal procura dizer que “o tempo de Freire já passou” (p. 75), no sentido de que suas ideias já estão ultrapassadas, mas o autor argumenta que “Freire não passou assim como não passou ninguém que defenda uma posição dialética, uma posição progressista [...] Então, tanto hoje como antes, o desafio

para uma reflexão crítica em torno da história” (p. 75) continua sendo uma necessidade constante e permanente.

E dentro desta prática reflexiva, Freire (2016) conclama o diálogo que “não pode existir sem um amor profundo pelo mundo e pelos homens” (p. 136). Esse diálogo só pode acontecer se as pessoas que dialogam com se engajarem em um pensamento crítico, “pensamento que percebe a realidade como um processo em evolução, em transformação” (p. 138).

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tão pouco torna-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (Freire, 2023a, p. 109).

Ademais, convém destacar algumas falas de Freire em relação à Prática Reflexiva nas vinte e três obras do autor estudadas nesta tese, ressaltando que a opção aqui é qualitativa, não abarcando a totalidade dos comentários do autor, mas a expressividade dos seus pensamentos.

Tabela XIV – Prática Reflexiva – Paulo Freire

Citação	Livro	Página
Há uma nota que os atravessa a todos: a reflexão político-pedagógica. É esta nota que, de certa maneira, os unifica ou lhes dá equilíbrio enquanto conjunto de textos.	Política e Educação, 2023	p. 13
Me acho, criticamente em paz com minha opção política, em interação com minha prática pedagógica.	Política e Educação, 2023	p. 13
Significa reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e da reflexão, da curiosidade em constante movimento de procura.	Política e Educação, 2023	p. 14
Se os seres humanos fossem puramente determinados e não seres “programados para aprender”, não haveria por que, na prática educativa, apelarmos para a capacidade crítica do educando. Não haveria por que falar em educação para a decisão, para a libertação.	Política e Educação, 2023	p. 16/17

Esta vem sendo uma preocupação que me tem tomado todo, sempre – a de me entregar a uma prática educativa e a uma reflexão pedagógica fundadas ambas no sonho por um mundo menos malvado, menos feio, menos autoritário, mais democrático, mais humano.	Política e Educação, 2023	p. 36
Somente numa perspectiva histórica em que homens e mulheres sejam capazes de assumir-se cada vez mais como sujeitos - objetos da História, vale dizer, capazes de reinventar o mundo numa direção ética e estética mais além dos padrões que aí estão, é que tem sentido discutir comunicação na nova etapa da continuidade da mudança e da inovação.	Política e Educação, 2023	p. 42
É exatamente nesse nível crítico que, recusando a visão ingênua da educação como alavanca da transformação, recusa, igualmente, o desprezo por ela, como se a educação fosse coisa a ser feita só, “depois” da mudança radical da sociedade.	Política e Educação, 2023	p. 63
Nós professores não ensinamos apenas os conteúdos. Através do ensino deles, ensinamos também a pensar criticamente, se somos progressistas e ensinar para nós, por isso mesmo, não é depositar pacotes na consciência vazia dos educandos.	Política e Educação, 2023	p. 73
Depois de compreender que a educação é uma consequência da nossa incompletude, da qual nós somos conscientes, nós podemos, então, tentar um exercício de reflexão crítica.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 28
O que os jovens necessitam é precisamente do testemunho da diferença e o direito de discutir a diferença.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 35
Na medida em que nós criamos a história e o tempo, quer dizer, o tempo humano, nós não podemos mais analisar a existência humana, sem considerar nossa natureza política.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 44
Eu não vim aqui para transferir conhecimento, mas para desafiá-lo.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 46
Há uma diferença radical entre treinar e formar. Não é somente uma questão semântica. Formar é algo mais profundo do que simplesmente treinar. Formar é uma necessidade precisamente para transformar a consciência que temos, aumentar sua curiosidade intuitiva, que nos caracteriza como seres humanos.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 73

Do meu ponto de vista, a educação tem a responsabilidade de criar consciências críticas.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 74
Eu continuei trabalhando nessa ideia de respeito pelo diferente e eu penso que isto foi crucial em formar uma consciência crítica.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 89
Defendemos uma Educação crítica, humanizadora, solidária e fortalecedora de um espírito de Comunidade, acreditando que esta educação é condição essencial para o bem-estar amplo da população.	Pedagogia da Solidariedade, 2021	p. 130
A inteligência crítica de algo implica a percepção de sua razão de ser.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 51
No meu entender, nunca foram tão necessários quanto hoje o trabalho sério, a pesquisa meticulosa, a reflexão crítica em torno do poder dominante que ganha dimensões cada vez maiores.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 73
Uma posição reflexivo-crítica em que a curiosidade, de superficial espontânea, ingênuas se torne epistemológica.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 135
É preciso que minha curiosidade se faça epistemológica. O que quero dizer é que o contexto apropriado para o exercício da curiosidade epistemológica é o teórico.	À Sombra desta Mangueira, 2019	p. 135
Ele nos ensinava democracia [...] mas também pela crítica sensata e justa que fazia dos desmandos dos poderosos.	Cartas à Cristina, 2013	p. 83
Pedagogia que não dicotomiza jamais treinamento técnico, indispensável à formação profissional de compreensão em torno de como e por que a sociedade opera desta ou daquela forma.	Cartas à Cristina, 2013	p. 137
A leitura crítica dos textos e do mundo tem que ver com a sua mudança em processo.	Professora, Sim; Tia, Não, 2022	p. 71
Deixemos claro, também que Povo mobilizando-se, Povo organizando-se, Povo conhecendo em termos críticos, Povo aprofundando e solidificando a democracia contra qualquer aventura autoritária é Povo igualmente forjando a necessária disciplina sem a qual a democracia não funciona.	Professora, Sim; Tia, Não, 2022	pp. 174,175
Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 29
O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 30
O conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações.	Extensão ou Comunicação?, 2022	pp. 42,43

Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação social.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 63
É necessário que se reflita sobre o porquê do fato, sobre suas conexões com outros fatos no contexto global em que se deu.	Extensão ou Comunicação?, 2022	p. 66
Não me é possível, pelo menos a mim, desconhecer ou minimizar a capacidade reflexiva, decisória, do ser humano.	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 64
Em favor de que estudo? Em favor de quem? Contra que estudo? Contra quem estudo?	Pedagogia da Indignação, 2022	p. 91
Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-sociedade.	Educação e Mudança, 2023	p. 20
É portanto, através de suas experiências nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas.	Educação e Mudança, 2023	p. 21
Isso é próprio de todos os homens e não privilégio de alguns (por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada: conseguir que o educando reflita sobre a sua própria realidade).	Educação e Mudança, 2023	p. 38
O desenvolvimento de uma consciência que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente.	Educação e Mudança, 2023	p. 41
Ajudar o homem a organizar reflexivamente o pensamento.	Educação e Mudança, 2023	p. 92
E a compreensão crítica, seja da prática específica, seja da prática social, demanda a formação política concomitante com a técnico- profissional.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 89
A espera só é esperançosa quando se dá na unidade entre a ação transformadora do mundo e a reflexão crítica sobre ela exercida.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 93
Daí a insistência, também, com que sempre falo da relação dialética entre o contexto concreto em que tal prática se dá e o contexto teórico, em que a reflexão crítica sobre aquele que faz.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 181
No fundo, numa educação como esta, o que se pretende é o exercício de uma reflexão crítica, aprofundando-se cada vez mais sobre a maneira espontânea como os seres humanos “se movem” no seu mundo.	Cartas à Guiné-Bissau, 2021	p. 229

Como posso educar sem estar envolvido na compreensão crítica de minha própria busca sem respeitar a busca dos alunos e alunos?	Pedagogia do Compromisso, 2008	p. 24
Não passou o tempo da compreensão crítica do mundo.	Pedagogia do Compromisso, 2008	p. 77
Os homens do povo que tomaram parte nos círculos de cultura fazem-se cidadãos politicamente ativos ou, pelo menos, politicamente disponíveis para a participação democrática.	Educação como Prática da Liberdade, 2023	p. 27
Saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, aprendendo temas e tarefas de sua época.	Educação como Prática da Liberdade, 2023	p. 61
A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 24
Ensinar a pensar certo.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 28
O desrespeito à leitura do mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, por isso mesmo, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados.	Pedagogia da Autonomia, 2017	p. 120
Quando desafiados por um educador crítico, os alunos começam a compreender que a dimensão mais profunda de sua liberdade encontra-se precisamente no reconhecimento das coerções que podem ser superadas.	Alfabetização, 2023	p. 81
O papel mais importante da pedagogia crítica é levar os alunos a reconhecer as diversas tensões e habilitá-los a lidar com elas eficientemente.	Alfabetização, 2023	p. 83
Creio ser impossível ler qualquer texto sem uma compreensão crítica do contexto a que se refere.	Alfabetização, 2023	p. 158
Para que o poder se reinvente, é preciso que não saibamos tudo o que deve ser feito. É preciso não estarmos demasiado certos de nossas certezas.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 143
E esse processo de descolonização das mentes é mais demorado do que o da expulsão física do colonizador.	Por uma Pedagogia da Pergunta, 2021	p. 162
Quando as pessoas aprendem a ler e escrever sua realidade, atuando sobre ela para transformá-la, sua ação é uma ação cultural.	Conscientização, 2016	p. 23

Quando ouvi pela primeira vez o termo conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, pois estava absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade.	Conscientização, 2016	p. 55
Quanto mais refletirem de maneira crítica sobre a própria existência, mais agirão sobre ela, mais serão.	Conscientização, 2016	p. 66
É mediante reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto, que o homem se torna sujeito	Conscientização, 2016	p. 68
À medida que o homem, ao integrar-se às condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e encontra respostas aos desafios que elas lhe apresentam, ele cria sua cultura.	Conscientização, 2016	p. 72
A educação crítica considera os homens como seres em transformação	Conscientização, 2016	p. 133
Isso demanda uma consciência política clara, que vai se clarificando mais na práxis política, fora da qual não há caminho, eu creio, não há solução.	A África Ensinando a Gente, 2021	p. 51
Eu diria então que, em qualquer hipótese em que haja um processo de alfabetização, a leitura da realidade se impõe, se a opção política é libertadora.	A África Ensinando a Gente, 2021	p. 61
O bom para mim é que, na experiência formadora do futuro professor, da futura professora, estes saberes sejam postos à reflexão crítica e teórica dos que vão amanhã ensinar e dos que estão hoje ensinando e aprendendo.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 181
Para o educador progressista coerente, o necessário ensino dos conteúdos estará sempre associado a uma leitura crítica da realidade. Ensina-se a pensar certo através do ensino dos conteúdos.	Pedagogia da Tolerância, 2021	pp. 205,206
Umas das coisas que todos enfatizavam era que eu não propunha apenas que eles aprendessem a ler e a escrever, mas a pensar.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 288
É que não há leitura de texto sem leitura de mundo, leitura de contexto.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 291
Um ato de que o educando seja um dos sujeitos críticos.	Pedagogia da Tolerância, 2021	p. 292
Mas, para mim, o que é importante, o que é indispensável, é ser crítico. A crítica cria a disciplina intelectual necessária, fazendo perguntas ao que se lê, ao que está escrito, ao texto.	Medo e Ousadia, 2021	p. 29

Realmente estudar, ler seriamente, criticamente.	Medo e Ousadia, 2021	p. 144
A ideia é fazer da reflexão crítica da sociedade uma atividade fundamental.	Medo e Ousadia, 2021	p. 151
É por isso que alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda dos oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la.	Pedagogia da Esperança, 2022	p. 44
É neste sentido que volto a insistir na necessidade imperiosa que tem o educador ou educadora progressista de se familiarizar com a sintaxe, com a semântica dos grupos populares, de entender como fazem eles sua leitura do mundo.	Pedagogia da Esperança, 2022	p. 147
O papel do educador ou da educadora progressista, que não pode e nem deve se omitir, ao propor sua “leitura do mundo”, é salientar que há outras “leituras de mundo”, diferentes da sua e às vezes antagônicas a ela.	Pedagogia da Esperança, 2022	p. 155
A maneira dialética de pensar e não a maneira de “falar” sobre a dialética.	Pedagogia da Esperança, 2022	p. 234
Estudar é, realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 9
Nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 22
Ninguém sabe tudo; ninguém ignora tudo.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 27
O ato de conhecer envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 80
A consciência crítica não se constitui através de um trabalho intelectualista mas na práxis – ação e reflexão.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 134
Nossa atitude comprometida – e não neutra – diante da realidade que buscamos conhecer resulta, num primeiro momento, de que o conhecimento é processo que implica a ação – reflexão do homem sobre o mundo.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 157
A práxis não é ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão.	Ação Cultural para a Liberdade, 2011	p. 218
Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 73
A questão está em que pensar autenticamente é perigoso.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 85

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 108
O esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes.	Pedagogia do Oprimido, 2023	p. 134
Não é possível entender linguagem sem corte de classe social, e o problema das classes não é uma invenção diabólica de Marx.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 53
Valorizem a unidade teoria-prática [...] que pensem rigorosamente a poesia, que proponham uma forma científica de pensar o mundo, sendo assim capazes de fazer uma reflexão crítica.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 63
O necessário ensino dos conteúdos estará sempre associado a uma “leitura crítica” da realidade.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 81
Estimular a dúvida, a crítica, a curiosidade, a pergunta, o gosto do risco, a aventura de criar.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 109
Considerando a reflexão sobre a prática e a reflexão teórica.	Direitos Humanos e Educação Libertadora, 2021	p. 211
O meu dever [...] é o de instrumentalizar.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 227
A de pensar a própria prática [...] A prática teórica de refletir sobre as relações contraditórias entre prática e teoria.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 258
No processo de uma reflexão crítica elas deveriam também incorporar o homem na luta. Esse é o processo irrevogável da maturidade da luta.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 337
A questão é saber que política é essa, a serviço de que interesse se faz esta política.	Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2022	p. 350

Fonte: Sistematizado pela autora, em 2024

Diante dos trechos destacados, percebe-se o quanto Paulo Freire é preocupado com a prática reflexiva, pois ela é essencial ao processo de transformação social. Neste sentido, instrumentalizar é uma palavra chave no estágio em Serviço Social.

É importante ainda destacar que Freire (2016) lembra que o diálogo é fundamental na prática reflexiva e que, para o autor, não existe divergência entre a ação revolucionária e o diálogo, simplesmente porque “o diálogo é a própria essência da ação revolucionária” (p. 138).

Ademais, vale retomar o pensamento de Ander-Egg (1995) de que, no processo de conscientização, o(a) assistente social irá: 1) Facilitar o acesso à participação social; 2)

Fomentar a criação de organizações; 3) Assessorar as pessoas para que criem atividades e serviços administrados por elas mesmas para melhorar suas condições de vida; 4) Estimular novos canais de participação social; e 5) Realizar, em parceria com os próprios sujeitos, uma “explicitação crítica dos fatores alienantes e desumanizantes da sociedade em que vivem, e buscando os caminhos de uma práxis libertadora” (p. 56).

Diante do exposto, fica claro que a prática reflexiva é um diferencial dentro do Estágio Supervisionado em Serviço Social e que, dentro desse processo, a conscientização se torna fundamental. Tendo isso em vista, na perspectiva de que ninguém conscientiza ninguém, o sociólogo argentino traz cinco verbos que contribuem para esse processo: facilitar, fomentar, assessorar, estimular e realizar (em parceria com os sujeitos). Verbos esses que, conjugados pelo (a) assistente social, irão implicar uma prática libertadora.

E aqui vem um questionamento: Será que os estagiários estão encontrando Supervisores de Campo que tem trabalhado nesta perspectiva de facilitar, fomentar, assessorar, estimular e realizar, em parceria com os sujeitos, uma intervenção que priorize a prática reflexiva orientada pela convicção de que ninguém conscientiza ninguém?

Os estudos de caso realizados em Portugal e no Brasil, que serão apresentados em seguida, caminharam no sentido de tentar responder a essa indagação.

5.2. A Formação Prática no *lócus* da Pesquisa em Portugal

De acordo com o pensamento de Johnson e Corte-Real (2000), a supervisão, como também a orientação, jamais poderão ser compreendidas como encadeamentos passivos e generalizáveis nos quais o estagiário observa e pratica sem se deter às suas habilidades particulares. “É antes um espaço de diálogo, partilha e mútua aprendizagem [...] palco do ensaio geral de saberes e práticas” (p. 41).

Nesta perspectiva de estágio como lugar de diálogo, partilha e aprendizagem, durante o primeiro semestre de 2023, foram observadas as aulas da unidade curricular Estágio Supervisionado em uma universidade pública de Portugal. No contexto da observação não participante das aulas, a investigadora trabalhou com um guião que incluía a frequência quantitativa e qualitativa das nove categorias essenciais dos direitos humanos: Pós-Modernismo, Prática Anticolonialista, o Pessoal e o Político, a Prática Política, a Mudança Social, o Envolvimento na Política, a Dignidade Humana, a Autodeterminação do Sujeito e a Justiça Social. E também o tema prático reflexivo do Serviço Social.

Convém lembrar que, conforme o pensamento de Ferreira (2019), a experiência do estágio precisa ser estabelecida na formação social de um modo que proporcione ao(a) estudante “uma intervenção crítica, comprometida e competente” (p. 90). Neste sentido, é preciso existir articulação e encadeamento entre as unidades curriculares e os conteúdos ensinados.

Ao todo, foram observadas onze aulas. No que se refere a parte quantitativa, a figura XXXV destaca a frequência das categorias.

**Figura XXXV – Categorias Essenciais na Formação de Assistentes Sociais,
Seminário de Estágio**



Fonte: Sistematizado pela autora (2024)

É possível verificar que a categoria que predominou nas aulas de estágio é Dignidade Humana, seguida da Prática Política e da Prática Anticolonialista. A categoria menos mencionada é o Pós-modernismo. Mas, de um modo geral, as categorias são bem citadas, sugerindo que elas estão presentes como um todo nesta unidade curricular.

Serão agora destacados os aspectos qualitativos da pesquisa em relação às onze aulas observadas, com ênfase para algumas aulas e algumas falas:

Na **primeira aula**, a professora (Pedagogia do Compromisso⁷) apresenta o objetivo geral da unidade curricular:

Experienciação do exercício profissional em diferentes campos de intervenção em Serviço Social e compreensão da matriz de avaliação aplicada à prática

⁷ Nome fictício atribuído a docente, relativo a uma obra de Paulo Freire.

profissional. E os objetivos de aprendizagem: - Utilizar metodologias específicas do Serviço Social na intervenção profissional; - Aplicar instrumentos técnicos de operacionalização das políticas públicas e sociais na resposta às necessidades sociais nos diferentes contextos socioinstitucionais; - Elaborar indicadores de avaliação da prática do Serviço Social; - Relacionar o saber ético-deontológico com o exercício da prática do assistente social. Explica então que o estágio tem dezoito horas de seminário distribuídas ao longo do semestre, com duração de três horas cada, como também supervisão pedagógica (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023).

Em seguida traz um caso prático sobre **Dignidade Humana**, exemplificando uma situação ocorrida na cidade do Porto que havia sido noticiada pelas redes sociais. Isso gerou um debate interessante sobre a categoria em questão, visto que a sem-abrigo, de 40 anos, com três filhos, havia sido vítima de violência doméstica. Além disso, possuía depressão, tinha crises de epilepsia e era portadora de HIV. Estava vivendo em uma tenda em um túnel escuro. Os alunos assistiram às reportagens e os comentários foram intensos sobre o caso que, na verdade, havia impactado o país inteiro.

Na **segunda aula**, a docente Pedagogia do Compromisso faz uma fala muito relevante: “Não podemos ser meros executores. Precisamos propor a alteração da política de forma fundamentada [...] Precisamos dignificar as pessoas [...] Nossa intervenção tem como fim a dignidade da pessoa” (Pedagogia do Compromisso, 2023).

Percebe-se o destaque dado pela docente pela **Prática Política** e pela **Dignidade Humana**, visto que são duas categorias que se ligam de uma forma impressionante, pois todo investimento do profissional de Serviço Social em uma comunicação libertadora irá impactar na dignidade dos sujeitos sociais.

Convém aqui destacar um pensamento de Amaro (2015), no qual a autora afirma que “uma dimensão política que vê a prática do Serviço Social com um papel importante ao nível da preparação e influência de decisão, da proposição de novas respostas, da análise e crítica às políticas sociais” (p. 139).

Desta forma, o assistente social tem uma contribuição muito grande a oferecer para a construção dessa sociedade na qual a Justiça Social seja uma realidade concreta, sabendo que a transformação social é lenta, mas é possível. Por meio de uma Prática Política educativa, o profissional de Serviço Social pode instrumentalizar para que os sujeitos sejam parceiros nessa luta, sonhando juntos e trabalhando pela Mudança Social de forma

coletiva. E enquanto essa sociedade não se estabelecer, o assistente social tem muito a fazer para que as pessoas tenham uma vida um pouco mais digna, mesmo vivendo em um sistema que procura extrair das pessoas a alegria de viver.

Na **terceira aula**, a docente apresenta alguns slides sobre a Justiça Social e tece o seguinte comentário: “Na saúde, o doente só recebe alta médica se tiver alta social. Já não se consegue falar de saúde sem se falar na área social. Existem doenças que são sociais” (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023).

É importante aqui retomar uma colocação de Freire (2019) de que sua luta é “pela superação da realidade opressora e pela construção de uma sociedade menos feia, menos malvada, mais humana” (p. 149).

Convém, também, recuperar o pensamento de Margaret Ledwith (2016), professora da Universidade de Cúmbria, na Inglaterra, da unidade curricular Justiça Social, que costuma dizer, nas suas aulas, que Paulo Freire possui um status de ícone entre educadores e trabalhadores culturais que buscam a justiça social.

Desta forma, buscar a **Justiça Social** deve fazer parte do compromisso diário do assistente social e deste a formação, o estagiário já deve trilhar esse caminho.

Na **quarta aula**, a docente Pedagogia do Compromisso se reporta a pessoas em situação de pobreza crítica e fala também sobre o bullying na escola.

Em relação à pobreza crítica, é relevante resgatar o pensamento de Piketty (2022) trabalhado no capítulo dois desta tese.

Desta forma, é essencial para o assistente social em formação compreender o que perpassa por trás dessa pobreza crítica, todas as fraturas sociais que contribuem para que a injustiça social seja vivenciada. Por outro lado, o bullying na escola é sinônimo de sequela de uma prática colonialista que não respeita a diversidade social e cultural das pessoas. Neste sentido, o trabalho educativo do assistente social precisa fortalecer a **Prática Anticolonialista**, colocando em ação ações emancipatórias.

Na **quinta aula**, a professora Pedagogia do Compromisso se reporta ao acolhimento a refugiados. Também aborda sobre a prática reflexiva e traz um slide sobre **Mudança Social**.

A partir disso, quatro estudantes fazem observações, sendo elas:
“Temos um olhar mais profundo para os problemas sociais, visão das problemáticas” (Estudante 1 – Seminário de Estágio, 2023).

“É preciso ter um olhar crítico para a instituição” (Estudante 2 – Seminário de Estágio – 2023).

“O ético-político é nossa capacidade de refletir sobre nossa prática e sobre os nossos valores enquanto assistentes sociais” (Estudante 3 – Seminário de Estágio, 2023).

“Olhar para o relatório com um olhar crítico” (Estudante 4 – Seminário de Estágio, 2023).

É importante destacar aqui a percepção dos estudantes em relação a esse olhar crítico sobre os problemas sociais, assim como a valorização do Relatório Social como instrumento para elevar essa visão crítica, ressaltando a importância do relatório para a **Prática Política**.

No que se refere ao Relatório de Estágio, Mioto (2019) afirma que ele contribui para “o diálogo entre os diferentes atores e saberes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem” (p. 166). Segundo o entendimento da autora, o relatório traz duas perspectivas: 1) Possibilita o exercício individual da aproximação e da reflexão sobre a realidade social e institucional; e 2) Ao elaborar o documento, o discente “coloca em movimento o processo que organiza e interioriza os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais presentes nos diferentes momentos da experiência individual e coletiva” (p.166).

Na **oitava aula**, todas as categorias são citadas, uma vez que se trata de uma aula de apresentação dos Seminários de Estágio. Dessa forma, serão agora destacados alguns comentários feitos pelos estudantes ao longo da aula:

“Existe a necessidade de se promover a participação cívica ativa” (Estudante 4 – Seminário de Estágio, 2023).

“É preciso apoiar o exercício da cidadania” (Estudante 5 – Seminário de Estágio, 2023).

“É necessário promover a emancipação” (Estudante 6 – Seminário de Estágio, 2023).

Dessa forma, percebe-se que a aula se torna muito participativa, na qual os cinco verbos: facilitar, fomentar, assessorar, estimular; realizar (em parceria com o sujeito), são bem visíveis. Além disso, para promover a emancipação, é indispensável recorrer às nove categorias como um todo.

Na **nona aula**, novamente as nove categorias são citadas. São trabalhadas, pelos(a) alunos(as), questões relativas à prática anticolonialista, como o gênero, e o enfrentamento ao bullying e ao cyberbullying.

Um estudante fala: “É necessário sensibilizar e conscientizar a comunidade” (Estudante 7 – Seminário de Estágio, 2023). Todavia, o discurso sobre conscientização

não é na perspectiva de que ninguém conscientize ninguém trazida por Paulo Freire, sugerindo que esse tema precisa ser melhor trabalhado.

Na **décima aula**, todas as categorias foram mais uma vez citadas, sendo importante, aqui, ressaltar duas falas:

“Aspectos ético-políticos do estágio” (Estudante 8 – Seminário de Estágio, 2023).

“A necessidade de dar voz ao sujeito” (Estudante 9 – Seminário de Estágio, 2023).

Assim, convém trazer uma citação em relação ao estágio com viés crítico, com destaque para a **Prática Política**: “Importa ainda mencionar a relevância desse debate voltado à defesa de uma formação profissional de qualidade, com viés crítico” (Silva, Pontes, 2022, p. 3).

Na **décima primeira aula**, as nove categorias são citadas mais uma vez. Dessa forma, serão destacadas duas falas de estudantes:

“Tive oportunidade de observar uma equipa forte, unida e competente” (Estudante 10 – Seminário de Estágio, 2023).

“Tive oportunidade de construir uma relação com a comunidade” (Estudante 11 – Seminário de Estágio, 2023).

E uma discente traz uma experiência do estágio:

“A assistente social pediu-me para mudar meu visual porque me confundiam com uma estudante. Mas eu não mudei. Fui eu mesma! E meu estágio foi bem-sucedido!” (Estudante 12 – Seminário de Estágio, 2023).

Convém aqui ressaltar que esta não é uma postura de uma profissional que lida com direitos humanos, pois essa colocação atinge a autonomia do sujeito. Além disso, o plano de estágio não prevê vestimentas, mas sim uma aprendizagem mútua e coletiva.

Muitas vezes, a presença de estudantes de Serviço Social significa a incorporação de atividades inovadoras, com atendimento de demandas ainda não contempladas pelas possibilidades de ação dos/as profissionais. Ademais, a dimensão investigativa trazida pela experiência acadêmica, pode reforçar a análise da realidade enfrentada pelos usuários e o planejamento das ações do Serviço Social (Prédes, 2019, p. 134).

Isso comprova que o estagiário tem muito a oferecer à instituição e que não é a forma dele se vestir que irá prejudicar sua contribuição acadêmica para a instituição.

No que se refere à **prática reflexiva na formação de assistentes sociais**, seguem algumas falas da docente da unidade curricular em relação a este tema:

1. Cuidado para não explicar o fenômeno da pobreza pela disfunção. Nossa intervenção não é padronizada, não dá para fazer em série (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
2. O Serviço Social deve ser cada vez mais produtor do seu próprio conhecimento, realizando estudos sobre o campo de intervenção para que possa combater o managerialismo (explicação do mundo a partir das categorias da gestão privada) - (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
3. É preciso raciocinar – desenvolver um raciocínio lógico em relação ao contexto. Fazer uma leitura diferente daquela realidade (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
4. O Serviço Social não é só instrumental. Precisa ter capacidade de intervir e de fazer mudança, trabalhar para a mudança social (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
5. A dimensão ético-política é a dimensão da prática. É pensar para além do técnico-operativo (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
6. É preciso refletir, é preciso aprender a pensar. Muitas vezes o assistente social está preocupado apenas com as questões técnico-operativas. É preciso escrever academicamente a prática (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
7. Intervenção social como projeto ético político, não partidário, mas político-crítico-reflexivo (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
8. Forma reflexiva é uma forma ponderada e positiva, uma perspectiva inovadora – Perspectivando uma prática mais além (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
9. O assistente social precisa ter a capacidade reflexiva (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
10. Possibilidade de compreender e de lidar com os desafios e demandas do campo de ação, articulando teoria e prática (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
11. A explicação do fenômeno não pode ser: “as pessoas não querem trabalhar” (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);

12. O campo social é um campo de luta, não é um campo estático. Ele vai evoluindo e requer muita negociação. É preciso disputar o campo profissional (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023);
13. O estagiário precisa desenvolver, no estágio, o pensamento reflexivo. O saber-fazer representa mais do que o conjunto de métodos, técnicas, instrumentos; representa o saber-agir e é essencial para construir estratégias de intervenção para a mudança baseada nos direitos humanos. (Aula ministrada com base no texto da Professora Maria Irene de Carvalho – O Estágio para a Formação em Serviço Social (2018)) (Professora Pedagogia do Compromisso, 2023).

A partir de tais apontamentos, pode-se perceber o quanto a professora Pedagogia do Compromisso tem um discurso, uma linguagem, direcionado para a emancipação humana. Ela ressalta que a intervenção do assistente social deve fugir da padronização e trabalhar para a mudança social. Ela reforça a necessidade de reflexão nas ações. Além disso, ela convida os estagiários a pensarem academicamente a prática.

A docente Pedagogia do Compromisso, assim como Paulo Freire, sabe diferenciar a dimensão política da prática partidária e, ao mesmo tempo, não deixa de valorizar o envolvimento partidário. Ela enfatiza a necessidade do (a) estagiário (a) aprender a pensar e não focar apenas em questões técnicas operativas. Ressalta, também, a importância do Serviço Social produzir seu próprio conhecimento e lembra que o campo social é perpassado por lutas, destacando a relevância da negociação.

Neste sentido, verifica-se que o pensamento reflexivo é primordial no campo de estágio, por isso a docente Pedagogia do Compromisso (2023) explica que o saber fazer e o saber agir precisam estar interligados no estágio em Serviço Social, pois só assim a intervenção estará direcionada para a mudança e para a efetivação dos direitos humanos.

Seguem agora algumas falas dos(as) estudantes:

1. Muitas vezes, damos respostas sem refletir (Estudante 13 – Seminário de Estágio, 2023);
2. Quase tudo em Serviço Social é dinâmico, nada é estático (Estudante 14 – Seminário de Estágio, 2023);
3. “As pessoas não querem trabalhar” – Isso é o que diz o senso comum (Estudante 15 – Seminário de Estágio, 2023);
4. Qualquer intervenção necessita de uma avaliação para que ocorra de forma mais assertiva (Estudante 16 – Seminário de Estágio, 2023);

5. Possibilidade de compreender e de lidar com os desafios e demandas do campo de ação, articulando teoria e prática (Estudante 17 – Seminário de Estágio, 2023);
6. O estágio deu-me muita aprendizagem e ensinou-me a separar o pessoal do profissional (Estudante 18 – Seminário de Estágio, 2023);
7. Hoje, além de fazer, faço-o com convicção (Estudante 19 – Seminário de Estágio, 2023).

Posto isto, fica visível que os Seminários de Estágio são um espaço para o desenvolvimento da prática reflexiva, respaldando tudo que foi desenvolvido teoricamente neste capítulo. Além de abordar sobre o pensamento reflexivo, os estudantes destacam as categorias **o pessoal e o político e a prática política**. Ademais, demonstram a maturidade que conseguiram atingir no último ano letivo, ao entenderem a prática reflexiva como uma prioridade no campo de estágio.

Convém aqui lembrar que, segundo Santos (2019), não é suficiente, para o estudante, acompanhar o supervisor em suas atividades no momento do estágio. “Para essa atividade curricular garantir a unidade teoria / prática é necessário que o estágio seja acompanhado de reflexão teórica, política e técnico-político do que está sendo experienciado” (pp. 206, 207).

Novamente, é possível constatar que o Paradigma Transformativo não foi visualizado na unidade curricular Seminários de Estágio e que ele poderia ser um diferencial, pois trabalha com questões complexas que muitas vezes são encontradas no campo do estágio, sendo fundamental para a compreensão das relações de poder que perpassam a sociedade, a instituição de estágio e o próprio campo de estágio.

Por fim, é fundamental destacar um pensamento muito profundo deixado por uma estudante que visivelmente tem paixão pelo Serviço Social:

“Quis o destino que o meu caminho cruzasse com o de outros que precisam de alento e esperança. Bem sei que não mudarei o mundo, mas também sei que escolhi a profissão certa para mudar ‘pequenos mundos’” (B.M. – Discente 3º ano – Turma Seminário de Estágio, 2023).

Desta forma, apesar dos avanços obtidos, o Serviço Social português ainda tem muito desafios a vencer para que a dimensão política seja uma realidade em todos os campos de estágio, e uma boa sugestão é a leitura das obras de Paulo Freire que abordam sobre as relações de poder existentes na sociedade capitalista.

5.3. A Formação Prática no *lócus* da pesquisa no Brasil

De acordo com o pensamento de Amicucci (2018), o estágio supervisionado é uma atividade pedagógica e pertencente ao processo curricular, que busca fortalecer a criticidade e a reflexão no estudante.

O estágio supervisionado é parte constituinte e constitutiva da formação e do trabalho profissional do(a) assistente social. É uma atividade obrigatória, que se configura a partir da inserção do(a) aluno(a) no espaço socioinstitucional, com a finalidade de capacitá-lo para o exercício profissional. A atividade pressupõe supervisão sistemática pelo(a) professor(a) supervisor(a) e pelo(a) profissional de campo, **por meio da reflexão** [ênfase adicionada]. Acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e campo de estágio (Lewgoy, 2019, p. 104).

Neste sentido, Prédes afirma (2019) que “o plano de estágio é parte de uma atividade formativa obrigatória para os cursos de graduação em Serviço Social” (p. 133), e é por meio dele que surgirão os projetos de intervenção, por isso ele é um instrumento fundamental para balizar as supervisões. “Trata-se de um instrumento que permite planejar, acompanhar, monitorar e avaliar o estágio” (p. 134). Sendo assim, ele é constituinte de um valioso percurso político-pedagógico.

Nesta orientação de estágio como lugar de percurso político-pedagógico, durante o segundo semestre de 2023, foram observadas vinte e uma aulas da unidade curricular Estágio Supervisionado em uma universidade pública no Nordeste do Brasil, destacando também as nove categorias centrais dos direitos humanos.

**Figura XXXVI – Categorias Essenciais dos Direitos Humanos na Formação de
Assistentes Sociais, Estágio Supervisionado III**

Pessoal e Político

Dignidade Humana

Envolvimento na Política

Autodeterminação do Sujeito

Prática Política

Pós-Modernismo

Mudança Social

Justiça Social

Fonte: Sistematizado pela autora (2024)

É possível perceber que a categoria teórica mais citada na Unidade Curricular Estágio Supervisionado III em uma Universidade Pública Federal localizada no Nordeste do Brasil é a Prática Anticolonialista, seguida por Prática Política e por Justiça Social. Já a categoria menos citada é Mudança Social (as cinco primeiras aulas foram ministradas por duas outras professoras e, nelas, a ausência da categoria se fez presente, mas de qualquer forma a categoria Mudança Social seria a menos citada). A categoria Autodeterminação do Sujeito é bem citada em relação às outras unidades curriculares observadas. Nas 21 aulas observadas, a categoria Prática Anticolonialista se fez presente, e em 20 dessas, a categoria Prática Política foi discutida (sendo que, na aula que essa não é mencionada, é ministrada por outra docente). Em três aulas, todas as categorias são citadas. Dessa forma, é possível perceber que, na disciplina Estágio Supervisionado III, as categorias essenciais dos direitos humanos possuem seu lugar de relevância.

Será agora evidenciada a parte qualitativa da pesquisa, com destaque de algumas aulas dentre as 21 observadas;

Na **primeira aula**, uma estudante comenta:

“O Conselho de Defesa dos Direitos Humanos é um diferencial na luta pelos direitos humanos” (Estudante 1 – Estágio III, 2023).

É interessante aqui destacar que a conquista pelos direitos humanos é uma luta permanente, e órgãos, como o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, representam o **Envolvimento na Política**, por isso os assistentes sociais precisam participar de conselhos como este.

Na **segunda aula**, uma palestrante convidada aborda sobre o Ministério dos Direitos Humanos no Chile e afirma: “Não posso trabalhar políticas públicas sem associar aos direitos humanos” (Palestrante Convidada, Estágio III, 2023).

Na **terceira aula**, a mesma palestrante registra que:

O capitalismo e suas redes sociais vem construindo uma rede para propagar suas ideias [...] Somos sujeitos políticos [...] A política tem tudo a ver com o Serviço Social e com a vida [...] As decisões devem ser políticas, mas não necessariamente partidárias [...] É preciso conhecer os direitos humanos para lutar por eles [...] Deve existir uma rede de educação em direitos humanos (Palestrante Convidada, Estágio III, 2023).

Freire (2011) explica que estudar “é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto” (p. 11). Para o estudioso, o estudo “implica não somente uma penetração crítica em seu conteúdo básico, mas também numa sensibilidade aguda, numa permanente inquietação intelectual, num estado de predisposição à busca” (p. 12).

Neste sentido, os homens e as mulheres, para não se tornarem objetos, precisam estudar sobre os direitos humanos, necessitam conhecê-los, inquietar-se em relação às suas formas de conquistas para que eles não sejam enfraquecidos. E o assistente social, ao trabalhar com a educação em direitos humanos, deve utilizar os cinco verbos enfatizados por Ander-Egg (1995): facilitar, fomentar, assessorar, estimular; realizar (em parceria com o sujeito); como também inserir, na sua intervenção, as nove categorias essenciais dos direitos humanos.

Na **oitava aula**, uma estudante retrata sobre a diferença entre invasão e ocupação: “Ocupa-se o que está desocupado” (Estudante 2 – Estágio III, 2023). E outra estudante comenta sobre pessoas em situação de rua (Estudante 3 – Estágio III, 2023). Isso reforça a introdução da **Prática Anticolonialista** na sala de aula.

E a professora (Pedagogia da Esperança⁸) salienta:

“Como é difícil aplicar os direitos humanos” (Pedagogia da Esperança, 2023).

Na **nona aula**, a professora aborda sobre a ação pedagógica do Serviço Social que se refere à **Prática Política**.

Neste sentido, o(a) assistente social precisa avançar para uma *práxis* fundamentada na dimensão educativa, de prevenção e promoção dos direitos e da **Dignidade Humana**.

De acordo com a argumentação de Silva (2024), no Serviço Social, “o caráter educativo pode ser pensado no campo das possibilidades de ações fortalecedoras da

⁸ Nome fictício atribuído a docente, relativo a uma obra de Paulo Freire.

transformação social” (p. 103). Sendo assim, para a pesquisadora, é essencial resgatar Paulo Freire e sua pedagogia, pois os princípios do educador podem ser um farol para conduzir a intervenção do Serviço Social.

Na **décima aula**, a docente retrata sobre a prática educativa crítica de Paulo Freire. Inclusive, a aula ocorre à beira do coqueiro (parafraseando À Sombra da Mangueira, livro do educador), ao ar livre, para discussão de um texto.

Na **décima terceira aula**, a professora comenta sobre a ação pedagógica na roda de conversa. Neste sentido, é importante lembrar que “[a] concepção de liberdade expressa por Paulo Freire é a matriz que dá sentido a uma educação que só pode ser efetiva e eficaz à medida que os alunos dela participam de maneira livre e crítica” (Freire, 2016, p. 90).

Na **décima quinta aula**, todas as categorias são inseridas, e a professora aborda sobre a conscientização na perspectiva freiriana de que ninguém conscientiza ninguém. Além disso, apresenta a necessidade de se trazer a utopia na prática de estágio na perspectiva de Paulo Freire e, então, exclama: “Lutamos – a utopia é o que move nossa luta” (Professora Pedagogia da Esperança, 2023).

Na **décima sétima aula**, a professora Pedagogia da Esperança retrata sobre as comunidades quilombolas, realçando a necessidade da **Prática Anticolonialista**.

De acordo com os estudos de Freire (2022d), “os quilombos foram um movimento exemplar daquele aprendizado de rebeldia, de reinvenção da vida, de assunção da existência e da história por parte de escravas e escravos que, da ‘obediência’ necessária, partiram em busca da invenção da liberdade” (p. 149).

É interessante ressaltar, aqui, que essa invenção da liberdade deve ser uma constante na prática do assistente social para que sua intervenção seja emancipatória. Mas ela requer sonhos, utopia e educação política.

Na **décima nona aula**, a docente comenta sobre a educação emancipatória e fala sobre os processos de luta e de resistência.

Enquanto alguns estudantes relatam suas experiências exitosas de estágio, uma estudante afirma: “No estágio me sinto a 10ª pessoa depois de ninguém” (Estudante 3 – Estágio III, 2023).

Tendo isso em vista, convém trazer a concepção de Barroco (2019) sobre os conflitos vivenciados no campo de estágio:

Inúmeras situações vividas nas experiências de estágio revelam conflitos e contradições éticas. Ao envolver relações profissionais entre supervisoras de

campo e professores/as dos cursos de Serviço Social, e mediações entre o projeto de formação e o mercado de trabalho profissional, os campos de estágio colocam o/a aluno/a em confronto com práticas e projetos muitas vezes antagônicos aos da sua formação, ou mesmo das experiências que são passíveis de denúncias ética (Barroco, 2019, p. 56).

Sendo assim, os conflitos realmente aparecem, mas, por meio da prática reflexiva, o assistente social em formação não pode abaixar a cabeça e deve lutar por um campo de estágio em que sua **Dignidade Humana** não seja prejudicada. Lutar com o amor brigão que Paulo Freire tenta resgatar nas suas obras. E a docente deve ser uma aliada deste estudante nesses enfrentamentos, que precisam ser refletidos em conjunto: estudante, supervisor acadêmico e supervisor de campo.

Na **vigésima aula**, uma estudante registra:

“Minha figura é política, meu corpo é político, por isso a dimensão política será essencial na minha prática” (Estudante 2 – Estágio III, 2023).

Tal fala é muito importante e reflete integralmente o pensamento de Paulo Freire, pois a figura do assistente social é política, assim como seu corpo. Sendo assim, a dimensão política é impregnada na intervenção deste profissional, pois a neutralidade é um fator inexistente na prática profissional.

À vista disso, a professora Pedagogia da Esperança (2023) aborda sobre a necessidade de o assistente social em formação publicar artigos, reforçando, assim, sua **Prática Política**.

Um estudante diz: “No estágio existem correlações de força” (Estudante 2 – Estágio III, 2023).

Dessa forma, cabe ressaltar o seguinte pensamento de Santos (2011): “A queixa é de que há uma distância entre o aprendizado em sala de aula e o vivenciado na prática intervenciva. Na verdade, é um problema entre a realidade da formação e a realidade do mercado de trabalho” (p. 93).

Logo após, a docente pede que os(as) estudantes, em uma palavra, definam o estágio. Para este estudo, é relevante destacar as seguintes definições:

- Aprendizado (Estudante 4 – Estágio III, 2023);
- Persistência (Estudante 5 – Estágio III, 2023);
- Estressante (Estudante 6 – Estágio III, 2023);
- Caos (Estudante 3 – Estágio III, 2023);

- Ousadia (Estudante 7 – Estágio III, 2023);
- Desafiador (Estudante 8 – Estágio III, 2023);
- Aprendizagem (Estudante 1 – Estágio III, 2023);
- Complexo (Estudante 9 – Estágio III, 2023);
- Resistir (Estudante 10 – Estágio III, 2023);
- Dimensão Política (Estudante 2 – Estágio III, 2023).

Para os que classificam o estágio como stress, segue o pensamento de Silva e Ponte (2022):

De certo que a supervisão de estágio é compromisso político de assistentes sociais com a formação de outros(as) assistentes sociais [...] Entretanto, consideradas as condições de trabalho em que são colocados (as) esses(as) profissionais, nesta conjuntura de crises prolongadas e de regressões no campo dos direitos da classe trabalhadora, o estágio acaba por se tornar trabalho extra (Silva & Ponte, 2022, p. 3).

E a professora conclui a aula dizendo: “Nunca se esqueçam da dimensão política” (Professora Pedagogia da Esperança, 2023).

Na **vigésima primeira aula**, bem ao estilo Paulo Freire, a professora pede a cada aluno(a) que recite uma poesia que retrata sua experiência de estágio.

Cabe aqui destacar uma poesia recitada por uma estudante, denominada **Recanto da História de um Viajante**, retirada do *Griot Temporalidade e Memória: A cultura griots nas escolas* (2009):

O viajante viajava com um cantil de água e alguns alimentos, dentro de um pequeno saco. Cansado da viagem, sentou-se à sombra de uma árvore para descansar. Foi quando ele viu vindo ao [sic] longe um ser diferente, muito bonito e bem-vestido, era a RIQUEZA, ela chegou, cumprimentou o viajante, disse que estava com sede e pediu-lhe um pouco de água. O viajante perguntou: - Quem é você? - Eu sou a riqueza, posso comprar o que eu quiser. - Mas a minha água você não pode comprar, pois ela não é feita para a riqueza. Ela ficou contrariada e foi embora. E o viajante ficou lá, e viu que estava vindo um outro ser, ele era muito, muito bonito, colorido e muito em paz, ele chegou mais perto do viajante e se apresentou. - Eu sou o PARAÍSO, você pode me dar um pouco de água para beber? - Você é o paraíso? A minha água não é feita para você. - A gente vai se

encontrar, as pessoas do mundo inteiro rezam por mim, ainda vamos nos encontrar. E o paraíso foi embora. O viajante continuou lá sentado e viu que estava vindo um outro ser, grande, forte, muito forte, chegou falando com uma voz forte:

- Me dá sua água para beber, eu sou o PODER, eu posso pegar tudo o que eu quiser. O viajante olhou para o poder com calma e disse: - Você é o poder, tô vendo, mas a minha água não é feita nem para o poder e nem para a força, pode ir embora. O poder foi, mas antes deixou a última palavra:

- A gente ainda vai se encontrar. O viajante continuou lá, dessa vez ele viu vindo um ser vermelho, tão vermelho que o fogo saía por todos os lados, ele era tão quente e queimava tanto, que até o sol tinha medo dele, ele chegou perto do viajante, se apresentou assim, eu sou o INFERNO, eu queimo tudo, eu tô com sede, me dá sua água, o viajante olhou para ele com calma, você é o inferno? Você não vai ter minha água, pode ir embora. E o inferno ficou bravo, ninguém podia escapar dele. O inferno foi embora e o viajante continuou ali.

Alguns instantes depois o viajante ouviu uma voz baixinha, que vinha de algum lugar do chão, eu tô com sede, eu tô com sede, o viajante procurou e achou, um ser pequeno e perguntou: quem é você? Eu sou a CAUSA. Você pode beber a minha água, e o viajante deu a sua água para a causa beber. E a causa disse: será que você pode me explicar uma coisa? Por que você recusou de dar sua água para os outros? O viajante respondeu: é simples, sem você causa não tem inferno, sem você causa não tem paraíso, sem você causa não tem riqueza, sem você causa não tem poder, sem você não existe nada, e é essa causa, com toda a sua pequenez que nos reúne aqui hoje e é essa causa que nunca devemos esquecer, porque sem ela, ninguém estaria aqui⁹ (Estudante 3 - Estágio III , 2023).

Essa poesia realmente tem uma relação muito forte com as práticas de estágio, pois é a **causa da transformação social** que irá impactar a formação prática dos futuros assistentes sociais em uma perspectiva emancipatória.

Assim, a docente termina o semestre letivo afirmando: “Que o Serviço Social que se importa com a justiça, com as pessoas, avance!” (Professora Pedagogia da Esperança, 2023).

⁹ Fonte: <https://youtube.com/watch?v=AWVeC6kbNH0>

Neste sentido, o (a) estudante no estágio tem que compreender que a luta pela Justiça Social e pela afirmação dos direitos humanos irá fazer parte da sua identidade profissional.

Serão agora destacadas as falas da professora em relação a prática reflexiva:

1. O estágio é campo de conhecimento (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
2. A supervisão de estágio é um intercâmbio de saberes (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
3. A aula de estágio é um espaço ético que exige sigilo profissional (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
4. O Serviço Social é uma profissão eminentemente pedagógica, pois a escuta é imprescindível para o assistente social (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
5. O ambiente do Serviço Social é de muita disputa (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
6. Nossa ação pedagógica principal é a linguagem (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
7. É preciso parar e refletir nossas práticas (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
8. Não condene as famílias, porque elas já estão sendo condenadas (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
9. Cuidado com as práticas aligeiradas. É preciso fugir de uma prática aligeirada, sem compromisso, sem reflexão (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
10. A história foi fantasiada para encobrir a barbárie contra os negros (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
11. Indignação sem ação serve para o quê? (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
12. Nunca chegar no estágio com pacotes prontos. Sempre trabalhar com perguntas e nunca com respostas (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
13. As categorias de análise da vida social são interseccionais: Geração, gênero e raça (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
14. A utopia é o que vai me mover no trabalho profissional. Se a utopia deixar de existir, como irei prosseguir? (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
15. A teoria nunca vai deixar de me acompanhar (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);

16. Devo refletir: Será que eu acionei tudo que eu podia ter acionado? É dever do assistente social tencionar as correlações de forças a favor dos usuários – Fazer a leitura crítica da realidade (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
17. Optar pela perspectiva conservadora é assassinar a profissão (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
18. O estagiário é o oxigênio da instituição (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
19. O trabalho do assistente social é muito nobre e exige compromisso (Professora Pedagogia da Esperança, 2023);
20. Uma das tarefas mais importantes na prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos, em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora, ensaiam a experiência profunda em assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva, capaz de amar [...] A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (Freire, 2002, p. 41 - Pedagogia da Autonomia) (Professora Pedagogia da Esperança, 2023).

É relevante começar ressaltando que o assistente social que opta por uma perspectiva conservadora realmente assassina a profissão, pois o compromisso com os direitos humanos não condiz com uma postura que aceita a sociedade da forma que está, com tanta injustiça social. Sendo o trabalho do assistente social nobre, o compromisso com a Mudança Social deve ser uma constante. Neste sentido, de nada adianta indignação sem ação, para nada serve.

Também é interessante destacar a ênfase que a docente Pedagogia da Esperança dá à leitura crítica da realidade, à compreensão das correlações de forças e à necessidade constante do questionamento. E práticas aligeiradas não condizem com essas três perspectivas. Até porque o Serviço Social é uma profissão pedagógica que precisa ter a percepção das categorias de análise da vida social: geração, gênero e raça.

Realmente o estágio é um campo de conhecimento e um intercâmbio de saberes, no qual a escuta e a linguagem são poderosos instrumentos, sendo o sigilo profissional um dever do assistente social em formação. A teoria sempre vai acompanhar o assistente social, pois esta profissão se alimenta da relação teoria x prática. Além disso, a utopia é essencial no campo de estágio, revestida com o sonho possível que requer muita luta e imenso compromisso com a Justiça Social.

Seguem agora algumas falas dos estudantes:

1. São tantos desafios que encontramos na formação! (Estudante 10- Estágio III, 2023);
2. Não temos respostas prontas (Estudante 1- Estágio III, 2023);
3. É preciso falar na linguagem do estudante (Estudante 6- Estágio III, 2023);
4. Na escola, eles faziam questão que nós indígenas nos vestíssemos tipicamente (de uma forma folclorizada), mas eles só valorizam a cultura branca (Estudante 2- Estágio III, 2023);
5. O Serviço Social não está aqui para apagar os incêndios (Estudante 5- Estágio III, 2023);
6. O capitalismo é incompatível com a democracia (Estudante 9- Estágio III, 2023);
7. É preciso despertar a visão de realidade em cada usuário (Estudante 4- Estágio III, 2023);
8. O estágio abre o estudante para a realidade (Estudante 3- Estágio III, 2023);
9. É preciso criar um ambiente mais harmonioso no estágio (Estudante 7- Estágio III, 2023);
10. O estagiário precisa ser ousado em muitos contextos e não permitir viver na relação de subalternidade (Estudante 8 - Estágio III, 2023).

Verifica-se que a prática reflexiva é uma constante na disciplina Estágio Supervisionado III. Isso porque ela perpassa todas as aulas e traz sempre um enfoque voltado para a educação emancipatória.

É importante aqui ressaltar a questão do sigilo profissional trazida pela docente Pedagogia da Esperança. Lembrando que, segundo Matos (2019), “É considerado sigilo, o conjunto de informações colhidas, independente da ressalva, ou não, por parte do/a usuário, que possam expor sua integridade” (p. 172).

Outra questão a ser destacada é que o ingresso do estudante no estágio curricular obrigatório requer “o prévio preparo acadêmico da/o estudante, que necessita ter acumulado e consolidado alguns conteúdos particulares, como aqueles vinculados a ética profissional e fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social” (Ortiz, 2019, p. 100).

Convém, mais uma vez, salientar que o Paradigma Transformativo não se encontra presente nesta disciplina que tanto trabalha com a transformação social, e que ele poderia

contribuir de forma intensa para vários debates aqui transpassados, como questões de geração, gênero, raça, entre outras.

Por fim, torna-se fundamental trazer novamente o pensamento de uma estudante que sintetiza a dimensão política de uma forma impressionante: “Minha figura é política, meu corpo é político, por isso a dimensão política será essencial na minha prática”. (L.K. – Discente 4º ano – Estágio III).

É importante ressaltar que, segundo Freire (2016), “a dimensão política é inerente a toda mudança de estrutura” (p. 157). Então, o(a) assistente social envolvido na política é um ser implicado na transformação social e, quando um estudante afirma que sua presença faz diferença no estágio por causa do seu envolvimento com a política, o direcionamento para a dimensão política é facilitado. Por outro lado, um estudante discutir textos sobre diversidade no estágio é de uma riqueza imensa, principalmente por ele ser um indígena. Mas, vivenciar uma prática de estágio na qual os assistentes sociais são mais técnicos e são passivos nos enfrentamentos é muito difícil. Cai na questão do “depende do profissional”, porém este “depende” não pode fazer parte da dimensão política.

Diante do exposto, percebe-se que o estágio é realmente um *lócus* privilegiado na formação profissional. Todavia, é visível que o campo de estágio é espaço cheio de contradições, e as exemplificadas aqui ilustram bem os desafios a serem enfrentados para que a dimensão política se faça presente. Mais uma vez, é preciso ressaltar que o Paradigma Transformativo poderia contribuir para os debates sobre o estágio, pois o guarda-chuva transformativo é enraizado em uma agenda de direitos humanos e se ampara nas relações de justiça e poder, além de ser baseado na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire.

CAPÍTULO 6

As Percepções e Concepções do Serviço Social enquanto Profissão Política: A voz dos docentes e dos discentes

Na medida em que tenho mais e mais clareza a respeito da minha opção, dos meus sonhos, que são substantivamente políticos e adjetivamente pedagógicos, na medida em que reconheço que, enquanto educador, sou um político, também entendo melhor as razões pelas quais tenho medo e percebo o quanto temos ainda de caminhar para melhorar nossa democracia (Paulo Freire, 2022a, p. 125).

Este capítulo é elaborado com base nas trinta e cinco entrevistas realizadas em Portugal e no Brasil, tendo como critério as unidades curriculares observadas durante os três semestres letivos da pesquisa. Em Portugal, foram entrevistados o diretor da licenciatura, quatro professores¹⁰ e onze¹¹ estudantes; no Brasil, a diretora, seis docentes e doze¹² estudantes. Dessa forma, fizeram parte dessa pesquisa: dois diretores, dez docentes e vinte e três estudantes, totalizando duzentos e vinte e sete páginas de entrevistas transcritas. Em vista disso, cabe aqui ressaltar que o critério de escolha dos estudantes se deu em virtude das suas contribuições em sala de aula em relação à dimensão política do Serviço Social.

De início, será apresentada a perspectiva teórica do Serviço Social enquanto profissão política, tendo como suporte as ideias de Amaro (2015), Carrilho e Branco (2023) e Damasceno (2020). Além disso, para aprofundar essa temática, as concepções de Williana Angelo Silva (2024) que em sua tese de doutorado faz um convite a uma linda viagem com Paulo Freire sobre o inédito viável.

¹⁰ Apesar de terem sido observadas seis disciplinas em Portugal, só foi possível entrevistar quatro professores, pois a docente À Sombra desta Mangueira não poderia ser entrevistada por questões de proximidade e a professora Pedagogia da Indignação / Pedagogia do Compromisso lecionou duas disciplinas observadas, por isso neste capítulo ela será chamada Pedagogia da Indignação e do Compromisso.

¹¹ A ideia inicial era entrevistar quinze estudantes, mas alguns discentes do terceiro ano, por serem também trabalhadores, encontraram muita dificuldade em virtude da falta de tempo. Acabaram assinando o termo de consentimento e solicitando uma entrevista on-line. Mas quatro estudantes não deram retorno, apesar dos contatos posteriores realizados. Dessa forma foram entrevistados três discentes do 1º ano, cinco do 2º ano e três do 3º, totalizando onze estudantes.

¹² Como o curso é vespertino foi mais fácil a disponibilidade do discente para a realização da entrevista, mas fez-se opção por apenas doze entrevistas, para tentar equiparar com o número de entrevistas em Portugal.

Em seguida, serão discutidas as percepções e concepções do Serviço Social em Portugal em relação à dimensão política, com ênfase nas nove categorias essenciais dos direitos humanos trabalhadas nos capítulos três e quatro desta tese. E, também, as discussões sobre: - O significado da dimensão política na formação; - A inserção da dimensão política na formação; - O plano de curso e as unidades curriculares que mais trabalham a dimensão política; - As referências bibliográficas e os(as) autores (as) que mais destacam a dimensão política; - As metodologias de ensino que expressam a dimensão; - O estágio e a dimensão política; e, - Os formandos e a dimensão política.

Por fim, serão também versadas as percepções e concepções do Serviço Social no Brasil sobre a dimensão política, também destacando as nove categorias essenciais dos direitos humanos; e o estudo da dimensão política com visibilidade para: - O significado; - A inserção; - O plano de curso e as unidades curriculares; - As referências bibliográficas e os autores; - As metodologias de ensino; - O estágio; e, - Os formandos.

É importante aqui destacar, novamente, que não se trata de um estudo comparativo, mas de dois estudos de caso que possuem especificidades e proximidades. Além disso, convém lembrar que os docentes receberão nomes fictícios referente às obras de Paulo Freire¹³ e que os discentes¹⁴ também serão contemplados com nomes fictícios, desta vez, com os temas mais trabalhados por Paulo Freire durante sua rica trajetória acadêmica e política.

Dessa forma, o educador brasileiro, ao se reportar à necessidade de clareza quanto a opção política e aos sonhos que são substantivamente políticos e adjetivamente pedagógicos, retrata sobre o (a) profissional de Serviço Social como um(a) político (a) que tem muita estrada pela frente na luta pela concretização dos direitos humanos.

Neste sentido, o inédito viável precisa ser um parâmetro para guiar o assistente social, nessa trilha em busca da transformação social, e os sujeitos sociais, parceiros do Serviço Social, na crença do sonho possível e da utopia que um dia poderá vir a ser uma realidade concreta. Então, este capítulo retratará esse sonho coletivo pelo inédito viável da justiça social.

¹³ Nomes já atribuídos no capítulo 4.

¹⁴ No apêndice desta tese haverá uma tabela relacionando o estudante ao nome atribuído, sem identificação.

6.1. Serviço Social enquanto Profissão Política

Paulo Freire parece não ter se preocupado em definir explicitamente o conceito de inédito viável, todavia, em sua vida, expressou o compromisso com esse inédito viável em todos os sentidos. A partir disso, convém ressaltar que Ana Maria Freire (2014), nas notas explicativas do livro "Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido", esclarece que o inédito viável é algo que não foi claramente conhecido e vivido, mas que consiste na crença de um sonho possível e da utopia que virá.

Em pesquisa realizada, Paro, Ventura e Silva (2020) indicam que a expressão “inédito viável” aparece em nove obras de Freire, dentre as trinta e oito analisadas pelos autores (sejam livros individuais ou em parceria com amigos). Segundo os estudiosos, essa categoria aparece em suas obras em três eixos: 1) Condições e contextos do inédito viável; 2) Exemplos de inédito viável; 3) Sentidos de inédito viável.

Neste sentido, Silva (2024) afirma que

Resgatar Freire (1996) e suas pedagogias parece ato indispensável, pois temos uma rica formação marxista que nos habilita às análises conjunturais mais elevadas, e temos princípios nobres que miram o horizonte de uma nova ordem societária, mas, por vezes, parece que nos faltam recursos ou segurança para promover e adequar nossas reflexões, questionamentos e práticas ao diálogo direto e acessível para a população com a qual trabalhamos. Esses princípios freirianos podem ser uma lanterna para guiar nosso caminho no exercício do inédito viável que intensificaria nossa conexão com a classe trabalhadora, da qual também somos parte (Silva, 2024, pp. 106, 107).

Assim, para a estudiosa, é preciso “sonhar o possível, o inédito viável e o chão do amanhã” (Silva, 2024, p. 257) com muita resistência diante das dificuldades encontradas no exercício profissional.

Desta forma, o inédito viável da dimensão política, sobrepujando as práticas aligeiradas e sem reflexão, é realmente um sonho possível. Entretanto, este requer uma formação sólida e consistente e o diálogo direto com os sujeitos da intervenção, que são tão agentes da transformação quanto os assistentes sociais.

Conforme Carvalho e Veroneze (2023), Agnes Heller sintetiza, em suas obras, que a filosofia deve possibilitar a “reflexão: ‘como deves pensar’; como ‘deves agir’; como

‘deves viver’. Por conseguinte, o ‘como deves viver’ está contido no ‘como deves pensar’ e no ‘como deves agir’, portanto, numa determinada práxis” (p. 361).

Neste sentido, é de fundamental importância que os/as profissionais de Serviço Social estejam alinhados/as às diretrizes ideopolíticas e críticas que norteiam o fazer profissional. A práxis revolucionária pode levar à emancipação dos sujeitos sociais e à construção de uma nova sociabilidade, em que os valores de **liberdade** [ênfase adicionada], democracia e justiça social estejam postos na ordem do dia e da vida social (Carvalho & Veroneze, 2023, p. 362).

Em virtude disso, entende-se que para pensar em transformação é preciso sonhar com a liberdade. Dessa forma, a filósofa Arendt (2006) afirma que a liberdade consiste no motivo pelo qual os homens vivem politicamente organizados. Segundo ela, “[a] polis grega foi outrora precisamente a ‘forma de governo’ que proporcionou aos homens um espaço para aparecimentos onde pudessem agir - uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer” (p. 201).

Arendt (2006) salienta que é enganoso falar de política e de seus princípios sem recorrer às experiências da antiguidade grega e romana, isto porque nunca (antes ou depois) os homens atribuíram tamanha dignidade à atividade política.

Se a Filosofia antiga tivesse conhecido um possível conflito entre o que eu posso e o que eu quero, certamente teria compreendido o fenômeno da liberdade como uma qualidade inerente ao “posso”, ou, conceitivelmente tê-la-ia definido como a coincidência do quero e do posso; com certeza, não a teria considerado como atributo de quero ou do devo [...] Somente quando o quero e o posso coincidem, a liberdade se consuma (Arendt, 2006, pp. 207, 208).

Compactuando com este entendimento de que a liberdade atinge seu espaço de conquista quando o quero e o posso se encontram e na intervenção ‘deves pensar’, ‘deves agir’ e ‘deves viver’ a práxis libertadora, Amaro (2015) registra que o Serviço Social deve ser pensado e o seu papel questionado com base no pensamento político que Hannah Arendt apresenta, visto que a dimensão política do Serviço Social está relacionada ao desenvolvimento de uma ideia e de uma ação sobre a sociedade, esclarecendo a que projeto societário colabora o assistente social e que visão possui sobre o seu lugar na vida pública, que é o palco principal da ação política.

Sendo assim, Amaro (2015) esclarece que “não é possível pensar a prática profissional como neutra e o Serviço Social, enquanto profissão tem uma dimensão política [...] grande parte dos profissionais não têm consciência dessa dimensão política inerente à profissão” (pp. 161,162).

Os grandes compromissos do Serviço Social são colocados a um nível macro e com um enfoque eminentemente societal. Evidencia-se, nesta leitura, a dimensão política da profissão, dado que aparece diretamente relacionada com os propósitos da justiça social, da democracia e da consumação dos direitos humanos e sociais (Amaro, 2015, p. 181).

Amaro (2015) se refere a Josefina McDonough que registra que a face deslebrada do Serviço Social é a prática política. Segundo o pensamento da escritora, “empenhar-se para a conquista do ideal de justiça social demanda que os assistentes sociais se situem ao nível da criação e avaliação das políticas sociais, ou seja, que participem propriamente na sua construção” (Anjos & Amaro, 2023a, p. 141).

De acordo com a compreensão de Amaro (2015), a dimensão política refere-se a uma firme identificação e compromisso do Serviço Social com os princípios da democracia, “[a] profissão assume-se, desta forma, vinculada aos ideais da justiça social, do bem-estar, da realização dos direitos e da promoção da igualdade, na linha da realização plena da cidadania” (p. 166).

Compactuando com esta perspectiva, Carrilho e Branco (2023) afirmam que o Serviço Social e a política estão estreitamente interligados. Sendo que o ciclo das políticas encerra espaços que permitem aos assistentes sociais atuarem como atores das políticas públicas e exercerem a sua influência nas diversas fases do processo de formulação de políticas, tanto na implementação quanto nas demais fases do ciclo político: (re)definição do problema, definição da agenda, formulação e tomada de decisão.

Neste sentido, Carrilho e Branco (2023) registram que os assistentes sociais podem desempenhar um lugar significativo na definição da agenda política, identificando problemas sociais relevantes e chamando a atenção das pessoas, da mídia e dos formuladores de políticas. Eles também podem desempenhar um papel ativo na formulação de políticas, buscando pensá-las de acordo com os problemas que pretendem resolver. Sendo assim, os trabalhadores sociais podem contribuir para identificar o que funciona e o que não funciona nas medidas e nos programas de política social, como

também podem fornecer informações e conhecimentos valiosos para avaliações de programas e melhoria de políticas. Até porque são eles os que estão próximos dos indivíduos e de seus contextos sociais, e muitas vezes estão na primeira linha de respostas aos problemas sociais.

Carrilho e Branco (2023) definem então a prática política como um conjunto de atividades profissionais dos assistentes sociais desenvolvidas para trazer os problemas individuais dos usuários para a esfera pública, propiciando subsídios para políticas “de baixo para cima”. Partindo deste princípio, para os autores o reforço da prática política tem uma dupla dimensão: 1) Defesa do papel social do Serviço Social, através da recuperação dos valores profissionais centrais que estão na emergência e institucionalização da profissão; 2) O novo compromisso das políticas sociais com a promoção do bem-estar e da justiça, conforme já afirmado por “Figueira-Mcdonough 1993; Jansson 2008; Gal e Weiss-Gal 2013; Amaro 2015” (Carrilho & Branco, 2023, p. 2).

Todavia, Carrilho e Branco (2023) lembram que muitas vezes o papel reservado ao Serviço Social nas políticas públicas se restringe a sua implementação, se limitando à introdução da legislação e dos programas sociais. Esta fase do ciclo da política incorpora vários profissionais que acabam por ter acesso a oportunidades de atuação. No entanto, ela não pode ser a única, até porque a prática política no Serviço Social desafia essa visão da divisão entre assistentes sociais e especialistas em políticas sociais. Os autores lembram que o termo “prática política” foi utilizado pela primeira vez por Jansson, em 1984, tendo sido desenvolvido nos EUA nas décadas de 80 e 90 por outros autores, como Figueira McDonough, em 1993, tendo ganhado, nas últimas décadas, crescente importância na literatura do Serviço Social, sendo possível destacar aqui o envolvimento acadêmico na prática política com Gal e Weiss-Gal em 2017. “Academia can play a key role in teaching and raising policy practice skills, expanding the knowledge on social problems and policies through research, and participating in the policy process with academic expertise” (Carrilho & Branco, 2023, p. 12).

E já que a academia possui esse papel fundamental na dimensão política do Serviço Social, esta pesquisa procura trabalhar no sentido de fortalecer este lugar, compreendendo que a formação de assistentes sociais não possui espaço para boa vontade e sim para uma leitura crítica da realidade social, a qual compreenda as contradições e as disputas que perpassam a profissão.

Damasceno (2020) ressalta que as contradições inerentes à profissão, as disputas presentes na formação e a prática são essenciais para que o assistente social adote a dimensão política da profissão. E na educação ele precisa adotar uma dimensão política que esteja a serviço da educação emancipatória produzindo assim contra-hegemonia e para isso é indispensável aceder “perspectivas teóricas, métodos e abordagens que lhe dê bases críticas dos processos históricos que instalam opressões estruturais, reconhecendo os princípios ético e políticos que o orientam” (p. 244).

Amaro e Pena (2018) refere-se ao denominador comum entre Serviço Social e Pedagogia Social, lembrando que a educação de acordo com a perspectiva freiriana, “é simultaneamente fonte de dominação e uma fator-chave para a libertação” (pp. 26, 27), pois a educação é também um “processo de capacitação dos educandos no sentido da transformação do mundo e das condições de vida a que estão sujeitos” (pp. 26, 27).

Neste sentido, é importante destacar um comentário de Paulo Freire:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que eles os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis da sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela [...] O que vimos chamando de Pedagogia do Oprimido: aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele (Freire, 2023a, pp. 42, 43).

Neste sentido, o lugar educativo na prática profissional se destaca e se compacta com a dimensão política do Serviço Social. Os estudantes precisam compreender a sociedade que os opprime e domina e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, é importante aqui retomar o pensamento de Carvalho e Veroneze (2023) de que o assistente social, na sua intervenção, precisa ter um conhecimento teórico-reflexivo sobre a realidade social. Segundo os autores, “[i]mplica em seu trabalho o conhecimento específico sobre leis, território, políticas, subjetividades, que carecem de amplo conhecimento instrumental e de técnicas para a fazer profissional” (p. 361).

Nesta perspectiva, os autores fomentam que o assistente social necessita ter clareza dos seus objetivos e das suas metas, como também de suas atribuições e competências, “de modo a buscar a emancipação dos sujeitos sociais e contribuir para as lutas sociais no sentido de uma proposta de um projeto societário emancipatório de uma práxis revolucionária” (Carvalho & Veroneze, 2023, p. 371).

Isso implica em se apropriar das nove categorias essenciais dos direitos humanos, as quais sintetizam a **dimensão política** da profissão e que precisam ser assimiladas como um todo, pois elas completam-se, articulam-se e imbricam-se uma na outra. Sendo assim, o estudante precisa: 1) Compreender o que está por trás do **Pós-Modernismo**, fugindo assim de uma leitura ingênua da sociedade; 2) Apropriar-se de **uma Prática Anticolonialista**, contemplando as diversidades sociais, culturais e políticas; 3) Valorizar as subjetividades, tendo um olhar voltado para **o Pessoal e o Político**; 4) Optar por uma **prática política** que expresse um domínio teórico no Trabalho de Conclusão de Curso, nos artigos publicados e nos trabalhos apresentados; 5) Concretizar sua prática política, atingindo um **Envolvimento com a Política** e participando de movimentos sociais; 6) Trabalhar no sentido da promoção da **Dignidade Humana** dos sujeitos da sua intervenção; 7) Respeitar a **Autodeterminação do Sujeito** nas suas ações enquanto estagiário; 8) Lutar para que a **Justiça Social** um dia se torne uma realidade; 9) Acreditar que a **Mudança Social** é um inédito viável a ser alcançado.

6.2. Percepções e Concepções do Serviço Social em Portugal

De início serão destacados alguns trechos das entrevistas dos docentes de uma universidade portuguesa em relação as nove categorias essenciais dos direitos humanos:

Pós-Modernismo

“Essa geração é multivisual, é uma **geração multimídia** [ênfase adicionada], nós não podemos esquecer isso!” (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022).

Nos tempos pós-modernos, existem muitas fraturas sociais, mas também muitos avanços tecnológicos, e os(as) assistentes sociais precisam estar preparados para atuarem na contemporaneidade. Contudo, é preciso lembrar que “a ideologia de mercado demanda a “coisificação” das pessoas, tratadas como objetos descartáveis, substituíveis, facilmente passíveis de reposição” (Freire, 2021b, p. 120). E é somente por meio de uma formação sólida que o(a) assistente social poderá estar preparado (a) para intervir de forma que as pessoas não sejam coisificadas e sim humanizadas.

Prática Anticolonialista

Há um dos trabalhos que está muito bem feito, porque eu acho que eles perceberam muito bem o que eu queria dizer, por exemplo, e tem a ver com **o papel da mulher na história** [ênfase adicionada] [...] faz com que nós olhemos para as pioneiras do Serviço Social não stricto sensu, ou seja, se nós olharmos aquilo que elas diziam à época e àquilo que hoje nós necessitamos do Serviço Social não é bom, não tem correspondência, porque a sociedade era muito conservadora etc. Mas nós encontramos, na história delas e na dimensão política da intervenção delas, um lugar de importância para o Serviço Social, que é ser contra a norma – essa **vontade de intervir na sociedade como mulher** [ênfase adicionada]. Uma sociedade altamente dividida pelo papel do **gênero** [ênfase adicionada]. A questão do direito ao voto e o facto delas serem mulheres. Foram extraordinárias para sua época, não é? (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022).

Essa visão histórica que ultrapassa os tempos atuais é fundamental para o assistente social em formação, pois compreender o contexto em que uma pioneira lutou para combater as práticas colonialistas, significa entender quantas barreiras foram derrubadas para que o lugar da mulher trilhasse um caminho de afirmação social, cultural e política. “Precisamos descolonizar nossas mentes porque, se não o fizermos, nosso pensamento estará em conflito com o novo contexto que evoluiu a partir da luta pela liberdade” (Freire & Macedo, 2023, p. 222). Então esse convite de descolonizar as mentes precisa fazer parte do cotidiano do Serviço Social, pois não dá mais para aceitar pensamentos preconceituosos e que não primam pela diversidade.

Pessoal e Político

Mas o facto de ela estar na rua não podemos olhar como uma coisa que **a pessoa escolheu** [ênfase adicionada] por uma sucessão de erros. O que o aluno tem que perceber é que qualquer pessoa pode ter essa circunstância. Pode também haver circunstâncias sociais que determinem que qualquer pessoa também fique nesta situação (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022).

O assistente social em formação precisa focar nas subjetividades, mas também nas circunstâncias sociais e políticas que vão gerar o desemprego e até mesmo empurrar as pessoas para as ruas. Só assim ele(a) poderá desenvolver uma intervenção emancipatória.

Mudança Social

E eu penso que não é essa a dimensão, pelo menos não é essa que eu quero transmitir nos planos de formação. Penso o que temos de transmitir ao estudante é que ele tem que ser um agente, um agente de **mudança** [ênfase adicionada], e, nessa **mudança** [ênfase adicionada], ele tem que ser um agente que participa, que constrói, que faz propostas, que pensa e que analisa a realidade para apresentar propostas para o futuro. E acho que essa é a verdadeira dimensão política na formação, não outra (Educação e Mudança, 2023).

Essa questão do(a) assistente social ser uma agente de mudança acaba por assustar as pessoas que não compreendem a intencionalidade desta temática. O(a) assistente social, se tiver uma prática emancipatória, com certeza será um agente de mudança, mas os sujeitos sociais da sua intervenção também deverão ser. É algo tão simples, que as pessoas acabam por provocar polêmicas no meio profissional.

No momento em que um assistente social [...] se reconhece com “o agente da mudança”, dificilmente perceberá esta obviedade: que, seu empenho é realmente educativo-libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objeto de sua ação. São, ao contrário, **tão agentes da mudança quanto ele** [ênfase adicionada] (Freire, 2022b, pp. 28, 29).

Desta forma, entender que o(a) assistente social é um agente de mudança requer repensar a formação de um modo que a visão utópica de uma sociedade libertadora e garantidora dos direitos humanos seja um alvo a ser alcançado, um inédito viável compartilhado com os sujeitos da intervenção.

Prática Política

E o conceito unificador que eu encontrei, da proposta de trabalho que faço aos alunos, é que nós partimos de dois conceitos unificadores: a cidadania social, a

dimensão de que, nas sociedades contemporâneas, ser cidadão implica uma articulação entre direitos civis, políticos e sociais, e reflexivos sobre como é que a **prática do assistente social vem ajudar as pessoas a ativarem seus direitos** [ênfase adicionada], não só os direitos sociais, mas os direitos todos (rs). Quer dizer, no fundo, a partida é haver mais inclusão por ativação de direitos (Educação como Prática da Liberdade, 2023).

Ativar direitos, principalmente por meio das políticas sociais, é uma atribuição do (a) assistente social que deve se colocar não apenas como um executor de políticas, mas também como um formulador. E aqui vem novamente a necessidade da competência teórica e do compromisso ético, social e político. “O aumento da consciência política [...] se evidencia, hoje, na luta pelos direitos humanos” (Freire, 2022c, p. 303). E essa luta é sempre coletiva, assistentes sociais e sujeitos, em parceria, sonhando por uma sociedade justa e igualitária.

Mais uma vez, é preciso destacar a necessidade do(a) assistente social escrever e publicar artigos, de promover e participar de congressos e seminários, influenciando um pensar libertador.

Envolvimento na Política

A dimensão política incentiva os assistentes sociais a participaremativamente de processos democráticos. Neste caso pode envolver a defesa de políticas sociais mais inclusivas, participação em **movimentos sociais** [ênfase adicionada] e contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas (Pedagogia da Autonomia, 2022).

Neste sentido, além de pensar e de influenciar, o(a) assistente social precisa executar, envolvendo-se com os movimentos sociais. Assim, é importante aqui destacar o lugar das entidades da categoria nesse envolvimento. “Parece fundamental o papel político-pedagógico das entidades da categoria” (Freire, 2021a, p. 200). Desta forma, a prática política requer também o envolvimento na política, elas se completam. O(a) assistente social precisa participar de ações que não influenciem apenas teoricamente a prática reflexiva, mas que demonstrem a necessidade de viver essa prática por meio de ações

concretas, sonhando o possível, lutando pelo inédito viável e pelo chão do amanhã (Silva, 2024, p. 257).

Dignidade Humana

Os assistentes sociais frequentemente lidam com questões relacionadas aos direitos sociais, como saúde, educação, habitação e emprego. Ter uma compreensão política ajuda os profissionais a advogar pelos direitos dos sujeitos de intervenção e a **influenciar mudanças nas políticas que afetam diretamente suas vidas** [ênfase adicionada] (Pedagogia da Autonomia, 2022).

Influenciar mudanças para propiciar a dignidade das pessoas é a razão de ser de uma profissão que deve se direcionar para os direitos humanos. “Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais” (Freire, 2021a, p. 97). Não é possível verificar que a sociedade capitalista está tentando transformar o homem/ a mulher em um quase não ser e se acomodar diante dessa situação. É preciso construir ações para dignificar as pessoas.

Autodeterminação do Sujeito

E por outro lado, um segundo conceito, que é o conceito de bem-estar na perspectiva de que as pessoas têm que realizar as suas potencialidades, e realizam as suas potencialidades quando não apenas tem acesso aos recursos materiais, mas também tem acesso a recursos simbólicos e a **liberdade de agir** [ênfase adicionada] (Educação como Prática da Liberdade, 2023).

A autodeterminação do sujeito está relacionada a sua liberdade de agir. O (a) assistente social precisa respeitar as decisões dos sujeitos sociais, mesmo que não concorde com elas. Isso porque “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, 2017, p. 58). Desta forma, a emancipação humana será uma consequência de uma intervenção que prioriza a libertação dos homens enquanto sujeitos de direitos sociais.

Justiça Social

A dimensão política na formação em Serviço Social está intrinsecamente ligada à promoção da **justiça social** [ênfase adicionada]. Os assistentes sociais são agentes de mudança que buscam equidade e igualdade a um nível estrutural, e a dimensão política é fundamental para alcançar esse objetivo [...] Em Laboratório de Ética, quando ensinamos o projeto ético-político do Serviço Social, abordamos a dimensão política em conjunto com a dimensão ética, destacando a responsabilidade ética dos assistentes sociais na defesa pelos direitos e **justiça social** [ênfase adicionada] (Pedagogia da Autonomia, 2022).

O(a) assistente social precisa desenvolver sua responsabilidade ética na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social, pois este é um imperativo da profissão. É preciso trabalhar em prol da transição “[d]e uma sociedade perversa, injusta, autoritária, para outra, menos perversa, menos injusta, mais aberta, mais democrática” (Freire, 2013, p. 207). Desta forma, é imprescindível que o(a) assistente social lute pela implantação de uma sociedade na qual a justiça social seja uma realidade concreta.

Após destacar o pensamento do diretor e dos docentes de Portugal sobre as nove categorias essenciais dos direitos humanos, será agora abordada a compreensão do diretor, dos docentes e dos discentes portugueses sobre a dimensão política do Serviço Social, destacando: O seu **significado**; a sua **inserção**; o seu lugar no **plano de curso** e nas **unidades curriculares**; as **referências bibliográficas** e os **autores** que a destacam; as **metodologias de ensino** que a incentivam; o seu lugar no **estágio**; e a percepção dos **formandos** sobre essa dimensão.

Significado

Retratar o significado da dimensão política é primordial para se compreender o seu lugar na academia e na prática profissional dos (as) assistentes sociais. Desse modo, serão apresentadas as falas de Pedagogia do Compromisso e da Indignação (2022), de Educação e Mudança (2023), de Coragem (2022) e de Inédito Viável (2022).

Eu acho que sim, tudo na vida tem uma dimensão política, não é? Até nossas escolhas de consumo tem uma dimensão política. Mal seria se o Serviço Social não tivesse uma dimensão política no sentido não partidário, não é? Porque essa é outra questão. Mas uma dimensão política no sentido da **leitura da realidade** [ênfase adicionada], não é? Quer seja de leitura da realidade quando nós olhamos

para o passado, quer quando nós olhamos para o futuro. Transmitimos sempre uma posição que é uma posição do conhecimento sobre o mundo de leitura e, nesta perspectiva, isso tem que ser despertado nos alunos, porque eles precisam também perceber que todas as suas ações como profissionais vão ter uma dimensão política, vão ter uma dimensão na intervenção (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022).

Percebe-se que Pedagogia do Compromisso e da Indignação (2022) consegue sintetizar a dimensão política bem ao estilo freiriano. Desta forma, a leitura crítica da realidade é fundamental na formação em Serviço Social, na verdade, é o primeiro passo para a efetivação da dimensão política.

“Não parece que seja tanto uma dimensão política, mas sim uma orientação política no sentido de ser uma profissão pró-ativa e de alguma forma ativista na **promoção dos direitos humanos** [ênfase adicionada] e dos direitos das pessoas” (Educação e Mudança, 2023).

Educação e Mudança (2023) complementa a definição trazida por Pedagogia do Compromisso e da Indignação ao afirmar a relação da dimensão política (que ele prefere chamar de orientação) com a promoção dos direitos humanos. Então, essa dimensão se refere a uma leitura crítica da realidade que implique na promoção dos direitos humanos. Porém, ainda é importante destacar as conceituações trazidas por dois estudantes para se efetivar um significado mais completo à dimensão política.

Formar pessoas passa, também, por formá-las politicamente e não formatá-las [ênfase adicionada]. Vivemos com e para a política. A política está em todo lado e o Serviço Social não é exceção. Como tal, a dimensão política já está integrada na formação acadêmica. A questão que se levanta é: de que forma é abordada ou é dirigida? Ou seja, depende do professor e da sua sensibilidade de formatação, opinião, sobre a sua política ou a política oposta (Coragem, 2022).

Quando estávamos a fazer a história das pioneiras. James Adams é muito envolvida, muito ativista, certo? Então tivemos sim de ver o contexto político e de entendermos porque ela se envolveu mesmo até os ossos na política. Foi sim, a James Adams. Ela era uma ativista [...] Ela era feminista também. Ela entrou muito nesta vertente e podemos perceber que **ela via esse contexto** [ênfase

adicionada]. Ela via que a política tinha impacto nos indivíduos e na sociedade, então, ela além de arranjar várias formas de acolher e de dar assistência às suas necessidades, eu percebo que ela quis também mudar um bocadinho essa dimensão política (Inédito Viável, 2022).

Sintetizando então os quatro depoimentos é possível trazer o seguinte **Significado**:

A dimensão política consiste em uma **leitura crítica da realidade** e no **conhecimento do contexto social** [ênfase adicionada] em que ela está inserida, possibilitando que o assistente social desenvolva uma **formação política que fuja da perspectiva da formatação** [ênfase adicionada], ou seja, que se direcione para a libertação, impactando assim a **promoção dos direitos humanos** [ênfase adicionada] (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022; Educação e Mudança, 2023; Coragem 2022; Inédito Viável, 2022).

Desta forma, é possível perceber que o significado apresentado pelos(as) entrevistados(as) traz a dimensão política como um inédito viável freiriano que perpassa pela filosofia de Agnes Heller de que ‘deves pensar’, ‘deves agir’ e ‘deves viver’ de forma política.

Inserção

Em relação à inserção da dimensão política na formação de assistentes sociais, serão destacadas as falas de Pedagogia da Solidariedade (2022), Problematização (2022) e Identidade Cultural (2022).

Eu acho que essa **dimensão mais de trabalho macro, a nível macro falta** [ênfase adicionada]. A formação, por ser uma formação curta, de três anos, considero que está mais focada em uma dimensão mais meso e micro. Meso da gestão das organizações e micro porque o trabalho mais diário, mais comum, por dizer assim. E por vezes não se dá o espaço, nem o tempo, porque efetivamente não há. Só a dimensão micro leva muitíssimo tempo para desenvolverem todos os métodos, técnicas, modelos para a prática, isso leva muito tempo. Mas eu acho que há possibilidades de se integrar a dimensão mais macro – política (Pedagogia da Solidariedade, 2022).

Conforme Pedagogia da Solidariedade (2022), na prática, os três níveis de intervenção não ocorrem com a mesma intensidade. Aqui convém retomar o pensamento de Amaro (2015) de que a perspectiva de intervenção macro se relaciona à justiça social, à democracia e à efetivação dos direitos humanos, desta forma ela não pode faltar na formação e não pode ser a de menor peso, até porque Martins (2021) lembra que a dimensão macro remete-se para processos de transformação social. Desse modo, a inserção das intervenções a nível micro, meso e macro devem possuir o mesmo peso na formação.

Eu acho que, pronto, através das cadeiras que nós temos, por exemplo Direito. E vejo a dimensão política também em História, na aula do professor Pedagogia da Solidariedade. Pronto, eu acho que nós temos assim mais essa abordagem e **acho que não há muito mais formas de nós termos essa dimensão política** [ênfase adicionada], a não ser que eu queira me aprofundar nesta área e possa tirar um Mestrado em Ciência Política e acabe por me interessar mesmo no assunto e acabe me formando naquilo (Problematização, 2022).

De acordo com o pensamento de Problematização (2022), para se aprofundar na dimensão política é preciso fazer um mestrado em Ciência Política, pois a Licenciatura em Serviço Social não é suficiente, apesar de disciplinas como Direito e Mudança Social aprofundarem essa dimensão.

É evidente que um mestrado em Ciência Política é muito interessante, mas a licenciatura precisa levar os estudantes a se inserirem na dimensão política, até porque, na definição trazida no **Significado**, esta dimensão impacta na promoção dos direitos humanos, e esta é a razão de ser da profissão. Assim, é essencial destacar o seguinte comentário: “Eu acho que era pertinente ter **um pouco mais da parte política metida nos alunos** [ênfase adicionada]” (Identidade Cultural, 2022).

Diante do depoimento de Identidade Cultural (2022), percebe-se então que a dimensão política precisa ser mais aprofundada na formação em Serviço Social, pois sua **Inserção** às vezes é sufocada pelos processos de intervenção micro. Desta forma, percebe-se que ela muitas vezes **falta**, mas ela não pode ser a face esquecida na formação, exatamente pelo **Significado** que possui.

Neste sentido, é importante retomar um artigo de Anjos e Amaro,

Amaro (2015) se reporta a Josefina McDonough que afirma que a **face esquecida do Serviço Social** [ênfase adicionada] é a prática política. Para a autora americana, empenhar-se para a conquista do ideal de justiça social demanda que os Assistentes Sociais se situem ao nível da criação e avaliação das políticas sociais, ou seja, que participem propriamente na sua construção (Anjos & Amaro, 2023a, p. 141).

Então, é imprescindível que a dimensão política não falte na formação, pois sua inserção deve ser uma prioridade.

Plano de Curso e Unidades Curriculares

Em relação ao Plano de curso e às Unidades Curriculares serão agora destacadas as falas de Educação como Prática da Liberdade (2023), Sujeito Pensante (2022), Amor Brigão (2022) e Participação (2022).

Mas acho que devia haver uma **unidade curricular de políticas públicas** [ênfase adicionada], ou seja, não de reflexão sobre os sistemas políticos, mas de reflexão sobre a formulação e a análise das políticas públicas. Porque hoje, o assistente social faz parte do processo, necessariamente do processo de discussão das políticas públicas e desejavelmente de todo o círculo da formação, ou seja, desde o agendamento à avaliação. Eu penso que um assistente social deveria ter uma formação base em agendamento e formulação de políticas públicas, em monitorização e em avaliação, não porque se tornem avaliador, mas que tenham consciência onde é que o assistente social intervém no ciclo dos programas e das políticas. Esta era a proposta que eu faria se me fosse perguntado (Educação como Prática da Liberdade, 2023).

Interessante a sugestão de Educação como Prática da Liberdade (2023) de incluir no Plano de Curso uma unidade curricular sobre Políticas Públicas. Já seria um bom começo para suprir a falta da **inserção** da dimensão política na formação.

Eu acho que sim e acho que o curso é super completo. E eu senti muito isso no primeiro ano, porque as cadeiras ligavam-se entre si. E nós em Modernidade, que foi uma cadeira que tivemos logo no primeiro semestre, que era muito filosofia

com política, mas política no sentido mais, mais filosófico. Dar-se Karl Marx, é mais neste sentido político que se dá. E eu acho que o curso está super bem estruturado, porque as cadeiras cruzam, ou seja, há conhecimentos que acabam por ser transversais nas cadeiras. Mas lá está, como já disse, **acho que falta uma cadeira mesmo específica para isto** [ênfase adicionada], que desse, porque lá está, eu acho que muitos dos meus colegas não absorveram, e eu se calhar também não, o que representa a modernidade na parte da política. Ficou assim um bocadinho no ar (Sujeito Pensante, 2022).

É possível verificar que Sujeito Pensante (2022), apesar de achar o curso muito completo, com disciplinas que se comunicam, sente falta de uma unidade curricular específica sobre política, compactuando assim com o pensamento de Educação como Prática da Liberdade (2023).

E eu sinto que falta uma, não é explicação, mas uma cadeira ou **disciplina diretamente feitas para falarmos destes preconceitos, para falarmos dessas dimensões políticas** [ênfase adicionada]. Porque eu sinto que parte do nosso trabalho, parte dos motivos de haver aqui em Portugal uma concepção em relação ao assistente social, é porque eu consigo imaginar [...] Se nós formos apenas com nossos conhecimentos que não são explorados na licenciatura, é claro que vai haver momentos em que seremos preconceituosos. E vai haver falas e vamos cansarmos com as pessoas. E se isso não é abordado, também o pensamento não é evoluído. Então sim eu diria que é preciso e eu não acho que seja suficiente (Amor Brigão, 2022).

Da mesma forma, Amor Brigão (2022) sente falta de uma disciplina específica para se sentir mais segura ao atuar com a diversidade social, cultural e política dos sujeitos.

Ao pensar na intervenção do futuro assistente social, convém aqui retomar o pensamento de Silva (2024), pois a sua atuação se dará em um sistema repleto de contradições, no qual são visíveis “as expressões de situações concretas de desigualdade, opressão, racismo, xenofobia, machismo, etarismo, transfobia, aporofobia e tantas outras” (p. 211). Desta maneira, o assistente social precisa ter competência ética, teórica e política para desenvolver uma atuação livre de preconceitos e a universidade precisa prepará-lo neste sentido.

Eu tenho visto o plano de curso, quando foi para escolher o curso dei uma vista e preciso voltar a revê-lo para o terceiro ano. No meu entender, não aborda a dimensão política, o nosso curso é muito **focado na intervenção direta com o sujeito da intervenção** [ênfase adicionada], o que é ótimo, mas acho que esta dimensão não (Participação, 2022).

É possível perceber que Participação (2022) acredita que o curso é mais voltado para a intervenção micro, mas será que, com apenas essa concepção micro, ele saberá trabalhar com a opressão, o racismo, a xenofobia e outras situações que requerem um olhar macro?

Desta forma, verifica-se que o Plano de Curso desta Universidade possui disciplinas transversais, que se ligam umas com as outras, e isto é algo muito valioso para a formação profissional. Todavia, a pesquisa indica a sugestão no Plano de Curso de duas disciplinas: **Políticas Públicas** (indicada por Educação como Prática da Liberdade, 2023) e **Prática Anticolonialista**, que venha abordar sobre o combate a atitudes discriminatórias no exercício profissional (sugerida por Amor Brigão, 2022).

Referências Bibliográficas e Autores

O Thompson, por exemplo, é um autor que trabalha sobre isso. A **Lena Dominelli** [ênfase adicionada] também trabalha sobre isso. O Boaventura Sousa Santos também trabalha sobre isso [...] Portanto, teria que estar mais preparado para trazer a lista. Não é? O Faleiros também trabalha isso. A outra de São Paulo, Aldaíza Sposati trabalha sobre essa questão também [...] De Portugal tem alguns elementos na tese da Julia Cardoso, na tese do Miguel Bento, que são duas teses que abordam em parte esta questão das políticas. Ah, depois há uma outra que é da Catarina que é sobre a educação, portanto também aborda em parte essas dimensões. A do Nelson Ramalho também aborda. Depois há dois autores espanhóis que trabalham muito bem sobre isso, o bem-estar social, que é Carmen Alemã e o outro autor com ela (Educação e Mudança, 2023).

Verifica-se que Educação e Mudança (2023) apresenta alguns autores em nível internacional que trabalham a dimensão política.

Tendo isso em vista, é interessante aqui destacar o pensamento de Dominelli (2004) que registra que a igualdade perante a lei é um aspecto crucial do estado de direito. No

entanto, a igualdade em abstrato não é suficiente para garantir a justiça social. Na verdade, a igualdade é um fim que deve ser alcançado. E atingi-la requer reconhecer que as pessoas são pontos de partida diferentes e que cada um deve ser levado ao mesmo ponto para que haja igualdade de condições. Isso quer dizer que, sem nivelar o campo de jogo, a igualdade de oportunidades não tem sentido.

Em relação ao Serviço Social, Dominelli (2004) afirma que, embora se envolverativamente na contestação da injustiça como assistente social pareça ser algo controverso, os profissionais não têm outra opção a não ser encontrar maneiras de transformar e desigualar as relações sociais se quiserem permanecer fiéis à sua ética e compromisso com a Justiça ocial.

Pego um pouco das reflexões, por exemplo, em um dos artigos da sua orientadora Inês Amaro e de Francisco Branco, para a Revista Intervenção Social a propósito do modo como os assistentes sociais podem induzir processos de mudança. Ora, **professores que têm prática e principalmente uma concepção individualista e atomística do Serviço Social vão no fundo chegar ali e ensinar as técnicas** [ênfase adicionada], como se faz um diagnóstico, como é que se faz um plano de intervenção, mas se não tiverem eles próprios esta perspectiva crítica, não vão enquadrá-lo, isso também tem a ver como o modo de estar da profissão e do ensino (Educação como Prática da Liberdade, 2023).

Na fala de Educação como Prática da Liberdade (2023), é visível sua concepção de que a forma como o docente se posiciona politicamente irá refletir na sala de aula, ou seja, se ele(a) for um(a) docente mais preocupado com as técnicas, irá focar apenas na intervenção micro, mas se ele(a) se amparar nas ideias de Dominelli (2004) para pautar sua luta em prol da justiça social, ele(a) irá se preocupar com as questões macro da mesma forma que se volta para as micro. Neste sentido, o(a) profissional irá procurar trabalhar induzindo processos de mudança.

Giddens, Anthony Giddens, o da Introdução a Sociologia, não, não é da introdução, mas é de Sociologia. Sim, Giddens, João Ferreira que também, que esse é de Introdução à Sociologia. Autores específicos do Serviço Social não. É assim, no Serviço Social, eu acho que estudei mais a dimensão ética, o Código Deontológico, a Reconceitualização, a reorganização e estruturação do Serviço Social. Agora eu vou ser sincera, mas se calhar foi eu que não li. Não me lembro

de ler uma coisa que fosse específica, a não ser, lá está. Na parte que eles tentam fundamentar o ativismo, nós temos poderes, somos agentes de mudança (Sujeito Pensante, 2022).

Percebe-se, no pensamento de Sujeito Pensante (2022), que ela comprehende a dimensão política no sentido do envolvimento com a política, e não a reconhece em processos como a Reconceitualização, o próprio Código Deontológico que fazem parte da Prática Política do Serviço Social. Neste sentido, é preciso lembrar que as nove categorias essenciais dos direitos humanos têm o mesmo nível de importância para o Serviço Social.

Quanto às bibliografias utilizadas na formação acadêmica, realmente foram variadas, partindo dos termos de, como eu disse, Direito Social, Legislação Portuguesa, Constituição da República Portuguesa, a forma de aprovação das leis e decretos de leis, Assembleia da República, Governo. Também depois, em termos práticos, consultamos as políticas sociais que estão atualmente a ser reguladas e até que ponto é que a intervenção do Serviço Social é ou não feita (Análise Sintática, 2023).

Verifica-se, assim, a relevância de documentos políticos citados por Análise Sintática (2022), no sentido de contribuir para a efetivação da Justiça Social. Todavia, o discente não cita nomes de autores que trabalham especificamente com a dimensão política e a apropriação desses estudiosos faz uma enorme falta da prática profissional.

Segundo o seguinte depoimento de um dos discentes: “Autor Não. Bibliografia não faço a menor ideia” (Tema Gerador, 2022), é possível notar que esse não consegue lembrar nome de autores nem as referências bibliográficas, isso pode sugerir que é preciso reforçar a fala de Amor Brigão (2022) em relação à dimensão política: “é preciso e eu não acho que seja suficiente”.

Metodologias de Ensino

Vamos ver, já fiz tanta coisa. Mas, provavelmente quando dava as aulas de Adultos e Idosos, no segundo ano, que há um tema específico sobre empowerment, é, nos processos de empowerment comunitário, lembro-me de ter usado, aí está, **o Paulo Freire, a questão da consciência é fundamental** [ênfase

adicionada]. Dentro da dinâmica do grupo criada tinha a ver com “**sabermos as coisas não nos faz conscientes delas**” [ênfase adicionada], podemos conhecer, mas esta questão de quando realmente cai a ficha, quando então fizemos um exercício sobre situações pessoais, é, coisas que sempre estão a dizer e a gente sabe, mas chega o dia em que isso, a ficha cai. Não é? Então foi interessante esse exercício, porque eu acho que é o mais próximo à noção de **conscientização de Freire** [ênfase adicionada], porque a tecla não cai, a ficha não cai, realmente não há ação. Depois só conscientização (não) é o primeiro dos passos, mas não é um passo simples. E foi um exercício muito interessante para eles perceberem que este passo, de criar consciência para levar às comunidades a reivindicação e a mudança não é um passo simples (Pedagogia da Solidariedade, 2022).

Apesar desta tese não ter como objeto de pesquisa a análise da metodologia de ensino do docente, fica perceptível que a criatividade faz parte da dimensão política. E quando Pedagogia da Solidariedade (2022) trabalha, na sala de aula, de forma dinâmica e lúdica, um tema tão freiriano como a conscientização, ele caminha no sentido de fortalecer a dimensão política.

Em termos de metodologia de ensino, eu penso que foram adotados especificamente exercícios, apresentação de trabalhos de políticas do Serviço Social em áreas diversas, como na Segurança Social, no rendimento mínimo, no apoio à proteção de jovens e crianças. Portanto, a metodologia que foi adotada foi uma **metodologia do caráter prático em que se poderiam aplicar** [ênfase adicionada] todas as, pronto, a teoria das disciplinas que eu mencionei, mas de maneira prática. Quer trabalhos, sobretudo na intervenção também, na apresentação de trabalhos e até na construção de projetos (Análise Sintática, 2023).

Desta forma, percebe-se que a relação teoria prática é fundamental para o Serviço Social e Paulo Freire, em todas as suas obras, demonstra essa preocupação.

Acho que o mais aproximado disto é quando nos perguntam que tipo de profissional queremos ser. Eu lembro-me com o Professor (Educação e Mudança), no Seminário de Prática Profissional em Serviço Social, fizemos um destes exercícios: **que tipo de profissional queremos ser, que tipo de valor queremos**

seguir e que tipo de intervenção queremos aplicar? [ênfase adicionada] E sim, consigo ver que tipo de valores queremos preservar. Lá está, qualquer tipo de intervenção micro, meso ou macro (Amorosidade, 2023).

De acordo com Freire (2016), a educação libertadora “tem como fundamento a criatividade e estimula uma ação e reflexão verdadeira sobre a realidade [...] a teoria e a prática críticas tomam a historicidade do homem como ponto de partida” (p. 133). Desta forma, fica bem visível que os tempos pós-modernos, regidos pelas tecnologias digitais, requerem aulas criativas e dinâmicas.

Inclusive, isto foi bastante observado na universidade pesquisada em Portugal. Era uma constante, após as aulas teóricas, a aplicação de um jogo eletrônico chamado Quiz de perguntas e respostas sobre o tema abordado. E os estudantes se empolgavam, se envolviam, realmente mostravam interesse pelo assunto. “Neste sentido, o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é um desafio e não uma “cantiga de ninar” (Freire, 2017, pp. 83, 84). Desta forma, as aulas em Portugal fogem completamente desta perspectiva de “cantiga de ninar”, pois os docentes procuram aguçar a curiosidade dos(as) estudantes de forma lúdica e criativa.

Estágio

Nem todos [ênfase adicionada]. Esta é uma questão, porque os estágios são muito diferenciados e o modo como as entidades que recebem os alunos no estágio também são muito diferentes. Os estágios são muito diferentes entre si. E portanto, **eu penso que alguns estágios, na reflexão que eu partilho com eles, são mais estágios de aplicação. Ou seja, muito mais centrados em como se faz. E não estágios promotores de reflexão** [ênfase adicionada]. Outros são, mas aí depende muito. Há ainda uma grande heterogeneidade no enquadramento do estagiário na instituição. E esse potencial político depende muito desse enquadramento (Educação como Prática da Liberdade, 2023).

Diante da fala do docente Educação como Prática da Liberdade (2023), percebe-se que o local do estágio e o tipo de serviço oferecido fazem muita diferença na conotação de estágio. Mas aqui, é preciso lembrar que a dimensão política precisa se fazer presente em

todos os espaços, pois ela não é algo opcional. Isso sugere que ela precisa ser melhor trabalhada nos campos de estágio, porque, como diz a outra docente:

O estagiário precisa desenvolver, no estágio, o pensamento reflexivo. O saber-fazer representa mais do que o conjunto de métodos, técnicas, instrumentos; representa o saber-agir e é essencial para construir estratégias de intervenção para a mudança baseada nos direitos humanos (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022).

Desta forma, o estágio deve ser sempre um local em que o saber-fazer ultrapasse a aprendizagem sobre os métodos, as técnicas e os instrumentos; e o saber-agir seja orientado para a efetivação dos direitos humanos. Até porque o estágio, segundo Guerra (2016), possibilita o desenvolvimento de todas as dimensões da profissão e é um espaço para a produção do conhecimento crítico.

Convém agora ressaltar o pensamento de um discente sobre o estágio:

No fundo é assim, não sei se vou responder certo, vou responder aquilo que eu acho. Meu estágio é uma experiência que está a ser muito enriquecedora para mim, estou mesmo a gostar de estar lá. **Acho que o Serviço Social segue os valores, os princípios do Serviço Social, eu consigo ver as metodologias que apliquei. No fundo, acabo de rever a dimensão política no sentido que acabo de agir de conformidade com a forma justa que se possa intervir, talvez no fundo, afirmar os direitos e a dignidade das pessoas com quem estamos a trabalhar** [ênfase adicionada] [...] Eu creio que seja uma boa característica minha, que eu não consigo estar num sítio sem me avaliar e avaliar, **não consigo ser neutra** [ênfase adicionada], então eu considero que tive a capacidade de perceber certos pontos mais frágeis e até mesmo pensar como é que poderiam tornar pontos mais fortes, com mais possibilidades. Portanto, no fundo, eu acho que esta etapa deste curso me fez ganhar esta parte crítica, esta parte reflexiva [...] E acho que foi-nos ensinado, instigar a questão de sermos críticos (Diálogo, 2023).

Aqui é preciso retomar a fala de Educação como Prática da Liberdade (2023) de que existem estágios mais de aplicação e outros de reflexão. Diálogo (2023) conseguiu estagiar em um espaço de reflexão, e talvez por isso tenha se sentido tão realizada. Ademais, é preciso lembrar da questão da paixão pela profissão, destacada por À Sombra

desta Mangueira (2022), pois Diálogo (2023) conseguia, nos seus depoimentos, demonstrar essa paixão.

No campo do estágio, a dimensão política do Serviço Social, pronto, vou falar do meu em concreto, que foi um estágio elaborado em Serviço Social de continuidade, dois anos, que foi feito num hospital e que o que eu posso perceber é que, a este nível, as políticas são políticas que são muito estruturadas, que vem do topo. Portanto, o que acontece é que, quando chegam, **a dimensão política já está esvaziada** [ênfase adicionada], isto é, na prática, tudo quanto é construído a partir da parte prática, na verdade, quando colocada na realidade, não parece que seja muito prática, que seja muito eficaz. Quero com isto dizer que em contexto, não posso falar se não no meu, mas em contexto hospitalar todas as políticas já estão definidas em termos de Segurança Social, em termos de intervenção do Estado, e quando as pessoas estão com necessidades, com determinadas necessidades, elas já estão elaboradas e o contexto é muito fechado. A dimensão política do Serviço Social não existe aí [...] As pessoas têm determinadas necessidades que estão contextualizadas numa legislação aplicada que sai, que com determinadas exigências e critérios, as pessoas saem deste contexto e há uma inaplicabilidade do sistema. **Portanto, a dimensão política do Serviço Social sai esvaziada, não é visível, quando é visível, é ineficaz e muitas das vezes realmente é despercebida** [ênfase adicionada] (Amorosidade, 2023).

É notório que Amorosidade (2023) encontrou um estágio de aplicação no qual as questões burocráticas às vezes não permitem que os direitos humanos sejam realmente efetivados, porque as pessoas precisam estar enquadradas em critérios pré-estabelecidos. É claro que este assunto é muito complexo e, quem sabe, pode levar Amorosidade (2023) a estudá-lo no mestrado e até mesmo no doutorado. Mas aqui, vale retomar o pensamento de Freire sobre a humanização, a gentificação. “Não creio em nenhuma busca, bem como em nenhuma luta em favor da igualdade de direitos, em prol da superação das injustiças que não se funde no respeito profundo à vocação para a humanização, para o ser mais de mulheres e homens” (Freire, 2013, p. 234).

O que importa então é que Amorosidade (2023) comprehenda que o Serviço Social desenvolve sua prática em um espaço cheio de contradições, e perceba que refletir sobre essas discrepâncias é também fundamental para que o estagiário se aproprie da dimensão

política. Além disso, é crucial que Amorosidade (2023) entenda que a Prática Política pode levar o assistente social a participar de decisões relevantes em relação às políticas e, assim, evitar que a desumanização afete a sua aplicação.

Formandos

Por fim, em relação aos **Formandos**, serão destacados os depoimentos de Educação e Mudança (2023), Pedagogia da Autonomia (2023), Identidade Cultural (2022) e Participação (2022).

Sim, essa dimensão hoje em dia acho que faz parte de todos os cidadãos, portanto nós temos uma diferenciação de qualificações da população. Praticamente mais de 60% da população já é qualificada universitariamente e isso é evidente que quem passa por uma formação universitária tem que ter uma dimensão cívica e política própria. **Portanto é impossível não ter. Seja muito ativa, ou seja, muito passiva. Mas ela está lá** [ênfase adicionada] (Educação e Mudança, 2023).

De acordo com a forma de pensar de Educação e Mudança (2023), a formação universitária propicia que o estudante possua uma dimensão política, porém essa pode ser muito ativa ou muito passiva. E realmente é isto que se verifica na prática. Alguns profissionais se acomodam e não se envolvem com a política. Diante disso, cabe retomar a ideia de Freire (2022a) de que “[n]ós somos militantes políticos [...] Nossa tarefa exige de nós o nosso compromisso, o nosso engajamento em favor da superação das injustiças sociais” (p. 141). Dessa forma, a passividade não condiz com uma profissão que sonha com o inédito viável da transformação social.

Sim, penso que a formação na universidade onde leciono lhes dá essa percepção. Acontece é que, muitas vezes, quando entram no dia a dia profissional, os desafios com que se deparam fazem com que, por vezes, essa **dimensão caia no esquecimento** [ênfase adicionada], por diversas razões, excesso de trabalho e burocracia, precariedade, falta de formação continuada em cursos específicos que abordem teorias políticas, análise de políticas sociais, e o papel do Serviço Social no contexto político. Mas também, oferecer programas de formação continuada ou workshops que abordem aspectos políticos específicos relevantes para a prática do Serviço Social (Pedagogia da Autonomia, 2023).

É preciso lembrar, mais uma vez, que essa dimensão não pode cair no esquecimento, pois o oxigênio de uma profissão que tem como prioridade a efetivação dos direitos humanos é a dimensão política. Inclusive, Pedagogia da Autonomia (2023) apresenta propostas para o enfrentamento deste esquecimento, como workshops sobre a prática política.

Eu penso que sim, eu quero. Primeiro porque é algo que eu me interesso. Eu posso lhe dizer que quando eu entrei, eu entrei na faculdade através do acesso dos maiores de vinte e três. Sabe o que é? Os exames não são específicos, é de cultura geral. E eu procurei muita informação a este nível. Há um site que nós em Portugal temos que é o site Francisco Manuel dos Santos que dá muito essa visão alargada da sociedade, do Serviço Social e de muitos temas. Sempre alargada a parte da sociedade e política no fundo. É uma fundação isenta politicamente, portanto não faz parte de nenhum partido. Mas eu tive a curiosidade e li bastante sobre isto. Portanto, se não for pelas cadeiras, pelas unidades curriculares que vou ter aqui, pelo menos seja **naquilo que nós vamos desbravando um bocadinho** [ênfase adicionada]. Hei-de saber mais certamente (Identidade Cultural, 2022).

Esta questão de desbravamento é muito séria. Os estudantes precisam se envolver, inclusive em Projetos de Extensão. Voltando a Santos (2008), só existe universidade se houver extensão, pois sem pesquisa e extensão há apenas ensino superior.

Não. Faltam exatamente as bases para fazermos este trabalho. Eu tenho muito interesse na parte política, mas acho que não vou sair do curso com essa consciência política, porque faltam exatamente as bases para termos esse trabalho. Eu acho mesmo que, em termos de intervenção direta com o sujeito, o que aprendemos aqui é muito valioso e tudo, eu gosto muito das cadeiras, **mas neste nível macro que eu acho que é preciso trabalhar** [ênfase adicionada] e que, se ver agora pela ordem, nós não temos uma ordem, e se as pessoas estivessem informadas sobre isto conseguiríamos instaurá-la. Mas não há muitas pessoas. Olha, nós vamos buscar informação em outro sítio e não é na licenciatura. Pode ser que no Mestrado, não sei, vou procurar, mas no final da licenciatura não sinto que sairemos daqui preparados para isto (Participação, 2022).

A partir disso, verifica-se que a dimensão política precisa ser mais bem trabalhada na formação em Serviço Social, conforme afirma Participação (2022), pois os formandos precisam ingressar no mercado de trabalho com uma visão crítica da realidade social e com a certeza de que a luta pelos direitos humanos deve ser uma prioridade na sua intervenção.

Retomando o **Significado** construído na pesquisa realizada em Portugal, é preciso lembrar que

A dimensão política consiste em uma **leitura crítica da realidade** [ênfase adicionada] e no **conhecimento do contexto social** [ênfase adicionada] em que ela está inserida, possibilitando que o assistente social desenvolva uma **formação política que fuja da perspectiva da formatação** [ênfase adicionada], ou seja, que se direcione para a libertação, impactando assim a **promoção dos direitos humanos** [ênfase adicionada] (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022; Educação e Mudança, 2023; Coragem 2022; Inédito Viável 2022).

Em seguida serão apresentados os dados da pesquisa realizada no Brasil, tanto em relação às nove categorias quanto ao **significado**; a sua **inserção**; o seu lugar no **plano de curso e nas unidades curriculares**; as **referências bibliográficas** e os **autores** que a destacam; as **metodologias de ensino** que a incentivam; o seu lugar no **estágio**; e a percepção dos **formandos** sobre essa dimensão.

6.3. Percepções e Concepções do Serviço Social no Brasil

De início serão destacados alguns trechos das entrevistas dos docentes em relação às nove categorias essenciais dos direitos humanos:

Pós-Modernismo

É, sobretudo, a partir do **reconhecimento do lugar no capitalismo no seu momento histórico** [ênfase adicionada] e entender que os processos sociais, que a forma como as instituições desenvolvem suas atividades, as demandas que chegam para o assistente social são processos históricos, por isso eles são construídos. Eles podem ser também superados. Então a transformação social que

se coloca no horizonte do assistente social passa por ter essa **percepção** [ênfase adicionada], dessa construção histórica (Por uma Pedagogia da Pergunta, 2023).

De acordo com o pensamento de Por uma Pedagogia da Pergunta (2023), o assistente social precisa compreender as contradições que perpassam o capitalismo para entender as demandas que chegam para a intervenção profissional. É necessário perceber que os processos históricos são construídos e podem ser superados e dessa forma vislumbrar a transformação social.

Qual é o papel do deficiente no capitalismo? Por que ele é excluído? Ele é consumidor, ele é incluído, ele é necessário ao capitalismo, **ele paga imposto** [ênfase adicionada]. Qual é o papel que ele ocupa? **Só que ele não é produtivo como o capitalismo quer** [ênfase adicionada], então ela não ocupa este lugar do produtivo. Portanto, ele ocupa o lugar de produzir, de contribuir com a reprodução, mas não contribui direto com a produção (Ação Cultural para a Liberdade, 2023).

Ação Cultural para a Liberdade (2023) traz um depoimento importante ao se reportar ao lugar do deficiente no sistema comandado pelo capital, visto que colabora com a reprodução social, mas nem sempre com a produção. Essa fala reforça a primeira, pois o assistente social precisa compreender o capitalismo no mundo pós-moderno e tudo que está imbuído na sua ideologia, para desenvolver uma atuação crítica na perspectiva da transformação social.

Prática Anticolonialista

A gente tem perdido estudantes que têm um empenho político muito forte, que dizem assim: eu vou deixar o Serviço Social porque eu não me identifico. E eu ouço isso desde que eu entrei na sala de aula de Serviço Social, que **não se identificava com o currículo porque não via gênero discutido, não via raça discutidos no currículo** [ênfase adicionada]. A maioria dessas pessoas são pessoas pretas [...] Então a possibilidade desse estudante abandonar o curso porque a gente não tem despertado nele essa dimensão política que é tão intrínseca à profissão, ela também é responsabilidade nossa, a gente é que não assume isso (Política e Educação, 2023).

Política e Educação (2023) deixa um alerta importante, pois o currículo em Serviço Social precisa abordar com mais intensidade as questões de raça e gênero, e não focar apenas em classe, pois isso acaba afastando da academia pessoas que possuem um envolvimento na política mais profundo. Nos tempos pós-modernos, não é possível focalizar as discussões apenas em classe, até porque, citando Freire (2023b), o(a) assistente social, na sua intervenção, “não nega o peso da classe nem da cor da pele nem tampouco do sexo da luta [...] qualquer reducionismo de classe, de sexo, de raça, distorce o sentido da luta [...] enfraquece o combate” (p. 111).

Olha, inclusive é uma crítica que eu falo na sala de aula e que eu trago a partir da minha realidade, da minha vivência. E assim, como eu sei que tem minha realidade, eu sei que tem outras realidades que o Serviço Social não consegue, eu não diria que não consegue alcançar, mas que não é trabalhada na sala de aula. Inclusive foi um dos meus questionamentos. Como estudante indígena, vindo de uma realidade do Sertão Baiano e Ribeirinho também, nas margens do Rio São Francisco. Quando eu cheguei no curso, a gente via muito falar do Serviço Social, e como eu gosto de falar, o Serviço Social voltado pra o asfalto no quesito, um **Serviço Social muito urbano e não tratava das realidades diversas de outros povos, de outras culturas, de outras regiões, geografias** [ênfase adicionada], que envolve todo o contexto do nosso território baiano. Assim, falar do Serviço Social no contexto baiano, que é o contexto que eu estou inserido. Então eu acredito que o Serviço Social está em processo de evolução e ainda tem muito a evoluir no termo de se trabalhar a sua, a sua formação política (Sonhos, 2023).

Sonhos (2023), enquanto um estudante indígena, sente na “própria pele” que o Serviço Social não pode focar apenas nas questões urbanas, mas precisa também estar preparado para atuar com os povos originários e com as comunidades quilombolas. Contudo, para isso, a formação precisa se aproximar das práticas anticolonialistas.

Pessoal e Político

Na minha prática como docente, em primeira mão, quando eu peço que os alunos reflitam sobre a realidade deles em primeiro lugar, dar uma voltinha nos bairros, saber o que está acontecendo lá. De acesso às políticas sociais, ver as correlações

de forças que existem, porque existem muitas questões, pois nossos estudantes vivem em bairros da periferia. Quando eles visitam os postos de saúde, se tem alguma associação de moradores, passo primeiro nesse **micro** [ênfase adicionada] com eles. E assim depois a gente faz uma análise mais **macro** [ênfase adicionada], não é? (Pedagogia da Esperança, 2023).

Pedagogia da Esperança (2023) lembra que é necessário se preocupar com a subjetividade dos indivíduos, pois o olhar deve ser direcionado para as questões macro, mas também para as micro, reforçando a necessidade do (a) assistente social compreender o Pessoal e o Político na sua intervenção.

Mudança Social

Então, eu acho que é utópico, mas eu acho que é utópico num bom sentido. Assim, não é utópico no sentido de que a gente nunca vai alcançar. Acho que é utópico no sentido de motivador. Na perspectiva da esperança. Porque se a gente não acredita que vai mudar, que a gente vai ter essa atuação transformadora, não no sentido de que a vou transformar o capitalismo, não é isso. Mas no sentido de o mínimo que eu faço para aquele usuário já é transformador para aquele usuário naquele momento, não é? O acompanhamento sistemático, a escuta qualificada, isto é extremamente importante. Então se eu não acredito nas transformações, nessa utopia que me motiva, não tem como lutar por algo. **Então eu acho que essa dimensão política no Serviço Social ela é muito importante, e acredito que esteja se perdendo, por conta das influências neoliberais** [ênfase adicionada], do número de escolas à distância, isso se perde, **o profissional acaba sendo um mero tecnicista e não pensa nessas questões utópicas da sociedade que nos motiva a transformar** [ênfase adicionada]. Então fazer parte dos movimentos sociais, eu acho que é muito importante, mas muitos profissionais não estão na área de movimento social, não têm nenhuma relação com o CRESS, somente pagam a anuidade, mas não participam dos eventos, não têm essa força, não fazem parte dessa força que é a categoria profissional. Não fazem parte, também a categoria profissional ela fica fraca, não é? (Pedagogia da Esperança, 2023).

Interessante aqui destacar que, ao falar sobre Mudança Social, Pedagogia da Esperança (2023) acaba trazendo outras categorias como o Pós-Modernismo e o Envolvimento na Política, mostrando que as categorias se complementam.

Assim, convém lembrar que, segundo Freire (2016), a utopia não é sinônimo do irrealizável, também não é um idealismo, na verdade ela consiste em dois atos: denunciar a estrutura que retira até a humanidade da pessoa e anunciar uma estrutura fundamentada em Justiça Social. Neste sentido, o assistente social precisa respirar essa utopia para desenvolver uma prática profissional comprometida com a Mudança Social.

O curso não tem indicação de Paulo Freire e é um absurdo não ter, mas o caminho é **perspectiva de transformação de Paulo Freire** [ênfase adicionada]. Não tem outro caminho se não for por este, porque você não vai transformar a pessoa naquilo que não interessa a ela. A politização da necessidade, se você não politizar pela necessidade da pessoa, não vai para lugar nenhum. Eu tive Paulo Freire na graduação, ele pode não estar presente, mas ele faz parte (Educação como Prática da Liberdade, 2023).

Muito interessante esta colocação de Educação como Prática da Liberdade (2023), porque, apesar de no Brasil os textos de Paulo Freire não estarem presentes nos cursos de Serviço Social, a concepção do educador sobre transformação social encontra-se embutida. Contudo, é evidente, mais uma vez, a necessidade de inserção do Paradigma Transformativo nas escolas de Serviço Social no Brasil.

Prática Política

Então assim, as várias situações, **tudo nosso é político** [ênfase adicionada], não tem como. É fazer também com que o estudante entenda que, se ele não problematizar a questão política, o jogo das forças, porque tem esse jogo de forças, quando tem jogo de forças tem pessoas, tem agentes políticos, eles também estão fazendo política (Pedagogia da Esperança, 2023).

Desta forma, quando Pedagogia da Esperança (2023) ressalta que tudo no Serviço Social é político, ela nos faz lembrar que Freire (2000) diz que “[f]azer política é assim a forma natural de os seres humanos estarem no mundo e com ele” (p. 112). Sendo assim, a Prática Política do Serviço Social deve caminhar nessa orientação, de problematizar a

questão política e o jogo de forças que perpassa a profissão e a sociedade. E um ótimo espaço para essa problematização é o da escrita de artigos.

Envolvimento na Política

Eu acho que tentar esse diálogo com as **entidades representativas** [ênfase adicionada] é um caminho também, o CRESS, o CFESS, a ABEPSS, a própria ENESSO também. Então existem essas possibilidades aí, de fazer esses links, essas **articulações** [ênfase adicionada], para que a gente possa, de fato, ter essa dimensão como uma dimensão que é fundamental (Pedagogia da Tolerância, 2023).

É bem visível que a Prática Política se complementa com o Envolvimento na Política e, neste sentido, as entidades representativas das categorias são fortes instrumentos para a realização de articulações. Então, Pedagogia da Tolerância (2022) destaca a necessidade dos profissionais se envolverem com essas entidades, participarem das discussões e não apenas pagarem as anuidades. À vista disso, Freire (2021a, p. 200) reforça essa ideia ao comentar sobre a relevância do lugar político-pedagógico das entidades da categoria.

Dignidade Humana

Para retratar sobre a dignidade humana, serão trazidas três falas de estudantes:

Quanto a prática do assistente social, pega uma questão humana. Eu acho que cobra muito de nós como ser humano, como **produção de humanidade** [ênfase adicionada]. Porque fica escancarado como isso é negligenciado (através de uma visita), como é negligenciado certos grupos, até de **dignificar a vida** [ênfase adicionada] de fato, inclusive para os profissionais que trabalham com isso, né? (Prática Educativa, 2023).

O descaso que existe com a população de rua [ênfase adicionada], e inclusive me fez pensar sobre que área eu quero trabalhar dentro do Serviço Social, como assistente social, porque foi uma coisa que me cativou e me deixou revoltado também na mesma medida (Ser Social, 2023).

A questão socioeconômica, porque a gente precisa pagar tudo, as contas aqui na capital, e isso, querendo ou não, interferia muito no meu desempenho acadêmico, não é? Então tiveram duas professoras que mais **enfatizaram minha permanência. São professoras que acreditaram e acreditam que eu posso chegar lá, que eu posso me desenvolver e contribuir** [ênfase adicionada]. Eu acho que o curso, é a minha visão, ele não está tão preparado para quem vem de comunidades tradicionais não. Eu vejo muito ele trazendo já quem é da área urbana para prestar um concurso depois na área urbana. Porque se eu fosse, sei lá, na minha cabeça, era de ter atividades de extensão do próprio curso. Eu não falo, tipo vamos conhecer o MST, ONG, essas paradas na área urbana não. Vamos conhecer um quilombo, vamos conhecer uma aldeia? Eu sinto que falta bastante isso (Conscientização, 2023).

Interessante aqui destacar o quanto esses três depoimentos se complementam. Em primeiro lugar, Prática Educativa (2023) destaca a necessidade de dignificar a vida dos sujeitos sociais, pois, ao realizar uma visita técnica, ele identifica como certos grupos são negligenciados. Em seguida, Ser Social (2023) se sensibiliza com o descaso que existe com a população de rua, também ao realizar uma visita como atividade de uma unidade curricular. E por fim, Conscientização (2023), enquanto um estudante indígena, relata a atitude de duas professoras que se mobilizaram em prol da sua permanência na universidade, preocupando-se com sua dignidade enquanto pessoa humana.

Desta forma, Freire (2017) afirma que “não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo” (p. 62). Sendo assim, o engajamento pela Dignidade Humana deve ser uma constante na formação profissional.

Autodeterminação do Sujeito

“A **liberdade** [ênfase adicionada], a defesa dos direitos e a participação social” (Leitura Crítica, 2023).

A fala de Leitura Crítica (2023) ressalta a liberdade do sujeito social e sua implicação na defesa dos direitos e na participação social e na efetivação da liberdade. A partir de tal comentário, convém destacar o pensamento de Freire (2021a) “Lutar pela libertação,

como busca permanente, é a forma que encontro nesse final de século para ser autenticamente gente” (p. 201).

Sendo assim, compete aos assistentes sociais a luta e o respeito pela liberdade e pela autonomia dos sujeitos da intervenção.

Justiça Social

Em relação a formação, a dimensão política da formação do curso e voltando também para o contexto dos direitos humanos, eu vejo que, mais uma vez eu digo que o curso continua engessado. Porque se estamos em um curso onde vamos lidar diretamente com **indivíduos, que estão na grande maioria das vezes em vulnerabilidade** [ênfase adicionada], e aí eu volto para uma comunidade indígena, seja ela qual for, não só a minha, mas outras. Ou uma comunidade quilombola, ou uma comunidade ribeirinha, e aí, o assistente social chega lá. O Serviço Social chega nessa comunidade e ele não tem o entendimento do que está acontecendo ali, porque mais uma vez ele não foi trabalhado para isso (Sonhos, 2023).

É interessante destacar o alerta que Sonhos (2023), outro estudante indígena entrevistado, apresenta em seu depoimento, pois os assistentes sociais precisam estar preparados para atuarem também em comunidades indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas e outras. Até porque o foco do Serviço Social deve ser a justiça social. E, na sociedade brasileira, a reparação social deve existir, pois ocorreu muita injustiça com essas comunidades na formação social do Brasil.

Após destacar o pensamento dos entrevistados sobre as nove categorias essenciais dos direitos humanos, será agora abordada a compreensão da diretora, dos docentes e dos discente sobre a dimensão política do Serviço Social, destacando o seu **significado**; a sua **inserção**; o seu lugar no **plano de curso e nas unidades curriculares**; as **referências bibliográficas e os autores** que a destacam; as **metodologias de ensino** que a incentivam; o seu lugar no **estágio**; e a percepção dos **formandos** sobre essa dimensão.

Significado

Será agora elaborada uma conceituação referente ao significado da dimensão política com base no pensamento de Política e Educação (2023), Pedagogia do Oprimido (2023), Pedagogia da Esperança (2023), Descolonizar as Mentes (2023) e Análise Crítica (2023).

Sim, possui sim, a política na formação em Serviço Social acho que ela perpassa todas as dimensões e todos os conteúdos porque, se vai trabalhar as temáticas centrais que sustentam a própria formação, todas estão/são constituídas de uma dimensão política. A própria definição de questão social não tem como se desconsiderar a política. Se você falar de Política Social, está na constituição do próprio nome. A própria, discutir a história da profissão é perpassado pelas **disputas políticas, pelas divergências, pelos projetos de sociedade que aí envolvem uma dimensão política** [ênfase adicionada]. Então não tem como fugir dessa discussão na formação profissional em Serviço Social (Política e Educação, 2023).

Uma dimensão política que precisa ser trabalhada? Acho que sempre, porque eu acho que o Serviço Social, a política faz parte do Serviço Social, não é? Então quando **a gente discute Serviço Social, a gente está discutindo política também, porque a gente está discutindo a sociedade, a gente está discutindo as relações sociais** [ênfase adicionada], e a política perpassa por tudo isso (Pedagogia do Oprimido, 2023).

Elá deve ser colocada de uma forma transversal, ela deve perpassar tudo, como se fosse uma coluna vertebral do curso [ênfase adicionada], não é? Tudo que a gente faz, todo o movimento do nosso corpo depende disso, dessa ligação que vai nos alimentar. Então assim, sem a dimensão política, em todas as matérias, desde o início que se chega na formação (Pedagogia da Esperança, 2023).

Mas em relação à consciência da dimensão política, eu acredito que sim, porque depois de quatro anos batendo sempre nas mesmas teclas. Acredito que sim, acredito que sim. Minha preocupação principal era: **meu Deus, eu vou ficar um robô só pra fazer relatório?** [ênfase adicionada] Porque nas redes sociais, é só o que se ouve. Acredito, né, que o estágio vai trazer, vai abrir essa mente, esse caminho, é o que eu acho (Descolonizar as Mentes, 2023).

Acredito que essa dimensão política ela pode ser trabalhada **aproximando a gente do movimento social, aproximando a gente da sociedade civil** [ênfase adicionada]. Existe, precisa existir essa **universidade que perpassa os muros da universidade** [ênfase adicionada], e aí essa aproximação ela vem através desse movimento (Análise Crítica, 2023).

Sintetizando então os cinco depoimentos é possível trazer o seguinte **Significado**:

A dimensão política é a **coluna vertebral do curso de Serviço Social** [ênfase adicionada], sendo **transversal a todas as disciplinas, aproximando a profissão da sociedade civil e dos movimentos sociais** [ênfase adicionada]. Levando os assistentes sociais em formação a ultrapassarem **os muros da universidade, evitando que eles se tornem robôs pra fazer relatórios** [ênfase adicionada], possibilitando assim que eles tenham competência para analisar as **disputas políticas, divergências e os projetos de sociedade** [ênfase adicionada] existentes, como também **discutir as relações sociais** [ênfase adicionada], conscientes de que, quando **a gente discute Serviço Social, a gente está discutindo política também** [ênfase adicionada] (Política e Educação, 2023; Pedagogia do Oprimido, 2023; Pedagogia da Esperança, 2023; Descolonizar as Mentes, 2023; Análise Crítica, 2023).

Do mesmo modo que em Portugal, é possível identificar que o significado apresentado pelos(as) entrevistados(as) traz a dimensão política como um inédito viável freiriano que perpassa pela filosofia de Agnes Heller de que ‘deves pensar’, ‘deves agir’ e ‘deves viver’ de forma política.

Inserção

No que se refere a Inserção da Dimensão Política, serão destacadas as falas de Política e Educação (2023), Pedagogia da Tolerância (2023), Sonhos (2023), Sujeito Histórico (2023) e Responsabilidade Ética (2023).

É justamente, eu acho que a dimensão política aparece como transversal, dessa forma que eu coloquei. Que é no sentido da política como uma dimensão que

reforça a historicidade dos processos sociais, quando se coloca essa especificidade mesmo dos processos sociais que o diferenciam de outros processos naturais. Então, a política aparece como algo que permite, do ponto de vista das disputas até ideológicas, **desnaturalizar determinados processos que se tende a trazer como pré-definidos, como algo dado** [ênfase adicionada]. Então, olhar a partir desta perspectiva política gera esta desnaturalização, essa superação de determinados processos, e dessa dinâmica mesmo do processo histórico. Então é trabalhar ela nesta perspectiva transversal, tanto no sentido de como elas integram as categorias [...] e também da forma da gente estudar os processos organizativos dos trabalhadores, os próprios processos organizativos dos assistentes sociais, da sua história. Então tem várias possibilidades para isso aparecer na formação que é também o que vai fazer o **diferencial de uma formação mais ampla, crítica, para uma formação meramente tecnicista** [ênfase adicionada], não é? (Política e Educação, 2023).

Então, eu acho que esta dimensão ético-política é uma dimensão muito presente no Serviço Social, mas que em alguns momentos, sobretudo no campo da formação mesmo, mas também **no exercício profissional a gente tem essa dificuldade de ver a concretude** [ênfase adicionada]. Mas é uma dimensão que junto com as outras dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa ela tem essa perspectiva de garantir de fato que o Serviço Social não perca de vista no seu horizonte o projeto ético-político profissional. Acho que isso é fundamental! (Pedagogia da Tolerância, 2023).

Olha, a dimensão política do Serviço Social, ela ainda é muito centrada, vamos dizer que no contexto europeu. A partir dos moldes de lá, se traz a perspectiva para cá, para nossa realidade. Sendo que vamos pensar numa disciplina: Formação da Sociedade Brasileira, **aí você chega na disciplina Formação da Sociedade Brasileira e você vê poucos autores brasileiros sendo trabalhados na disciplina** [ênfase adicionada] e o que eu digo, não se vê muitos indígenas sendo trabalhados na disciplina, pretos, negros tem alguns. E aí eu pergunto: e a nossa realidade? E a nossa história? **E essa formação brasileira está falando do Brasil que vivemos ou do Brasil que é contado?** [ênfase adicionada] (Sonhos, 2023).

Precisa sim ser trabalhada a dimensão política, eu acho que a gente tem até elementos teóricos para fazer essa discussão política, mas eu acho que a mediação mesmo, ela precisa **trazer elementos mais contemporâneos** [ênfase adicionada], não é? Acho que ele fica muito preso ainda naquela ideia de Marx e a gente não tem **atualizado esta discussão** [ênfase adicionada] (Sujeito Histórico, 2023).

Eu acho que todas as aulas me induzem um pouquinho para isto, me deixam bem questionadora [ênfase adicionada]. Tipo assim, até mesmo a aula que é de Letras, que é de outro instituto, é outra história, Letras, mas também vem com este viés de estar **pensando um pouquinho na questão das minorias, da militância** [ênfase adicionada] e está te fazendo realmente ver as coisas realmente como elas são, de forma crua, porque a gente vai enfrentar a questão social lá fora. A gente está estudando sobre a questão social com a matéria de Serviço Social e Questão Social com Estela e ai ela traz muito isso à tona, que a gente vai enfrentar a questão social lá fora, não vai ser como a gente está lendo aqui, que a gente está lendo Iamamoto, José Paulo, não sei o que. Mas, antes da gente ver tudo isso, a realidade bem crua, a gente precisa também tá se equipando, não é? Porque não dá para chegar lá sem essa teoria também. No dia a dia, a dimensão política tem sido trabalhada no curso, sobretudo a de Política, porque a gente tem uma disciplina que é política mesmo, que é Estado, Política e Sociedade, daí o professor traz bastante essa questão de como funciona o Estado, mas tudo de uma **forma muito teórica** [ênfase adicionada] ainda, porque como a gente está no primeiro semestre (Responsabilidade Ética, 2023).

Em relação a **Inserção** da dimensão política, em primeiro lugar, Política e Educação (2023) destaca a necessidade de uma formação crítica, pois é preciso desnaturalizar determinados processos que são apresentados como pré-estabelecidos, e se a atuação for meramente tecnicista, com certeza esta perspectiva crítica não será alcançada. Em segundo lugar, Pedagogia da Tolerância (2023) diz que teoricamente a dimensão política é bem clara, mas a sua concretude na prática, às vezes não é tão visível. Em terceiro lugar, Sonhos (2023) afirma que existem contradições, pois a dimensão política é trazida dentro de um contexto europeu, muitas vezes não especificando os detalhes da realidade brasileira. Em quarto lugar, Sujeito Histórico (2023) comenta que é preciso trazer discussões mais contemporâneas para a dimensão política. E por último,

Responsabilidade Ética (2023) diz que ela se faz presente na formação, porém de uma forma mais teórica.

À vista disso, é possível perceber o quanto essas cinco falas se complementam, levando a indicação de que a concretude da dimensão política é bem mais difícil na prática do que na teoria. Por isso, aqui, é necessário retomar o pensamento de Freire (2017) de que a teoria precisa ser de tal forma concreta que chegue a se confundir com a prática. Mas, na percepção dos (as) entrevistados (as), esta concretude da teoria com a prática não está ocorrendo como deveria ser na Inserção da dimensão política.

Plano de Curso e Unidades Curriculares

Em relação ao Plano de Curso e as Unidades Curriculares, será destacada as falas de Educação como Prática da Liberdade (2023), Pedagogia do Oprimido (2023), Política e Educação (2023), Pedagogia da Tolerância (2023) e Análise Crítica (2023).

Quando a gente aborda o conteúdo, qual conteúdo e como, a gente aborda. Não é? De toda maneira **as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, elas já têm um direcionamento ético-político** [ênfase adicionada], não é? E **as disciplinas precisam contemplar aquilo que a ABEPSS indica, afinal de contas é uma construção coletiva nacional** [ênfase adicionada] e a partir disso, quando a gente constrói as disciplinas, aqueles debates têm que aparecer. **Claro que a gente pode despoliticizar o debate, não é? A depender do docente** [ênfase adicionada] que tiver na sala (Educação como Prática da Liberdade, 2023).

Esse comentário da diretora Educação como Prática da Liberdade (2023) merece destaque, pois no Brasil o plano de curso é construído com a indicação das orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Mas, se os estudantes indicam que o debate sobre gênero e raça está sendo insuficiente na formação, será que esta instituição também não precisa rever as Diretrizes Curriculares? Apesar de toda riqueza política que a ABEPSS oferece, não seria o tempo de uma reformulação nestas diretrizes? Talvez este seja um tema de pesquisa para Análise Crítica (2023) em seu mestrado.

Outro ponto que merece uma reflexão é a fala de Educação como Prática da Liberdade (2023) de que um professor conservador pode despoliticizar o debate e se preocupar apenas com os instrumentos e as técnicas, descompassados de uma análise crítica, tornando a

aula mecânica. Felizmente, nas doze unidades curriculares pesquisadas nesta tese, não apareceram professores nesta perspectiva. Por outro lado, é importante aqui inserir um comentário de Política e Educação (2023) sobre esse assunto:

Por que que a nossa subjetividade enquanto profissionais não é tão importante? Porque nós somos os profissionais. Então, veja, eu lembro muito das minhas professoras dizendo isso, quando você atender o usuário, suas crenças devem ser deixadas de lado. Você vai olhar o Projeto Ético Político Profissional. Se você acredita que o aborto é bom ou não é legal, não importa. Você precisa acolher a mulher que passa por esse processo e precisa entender e informar a ela quais são seus direitos. Eu lembro exatamente dessa aula. E ai quando eu vou para a sala de aula eu vou muito nesse sentido (Política e Educação, 2023).

Desta forma, uma profissão como o Serviço Social só deveria ter professores na perspectiva libertadora, mas infelizmente não é essa a realidade. No entanto, esta seria outra discussão para uma futura tese de um dos onze estudantes entrevistados.

Voltando aos outros depoimentos, Pedagogia do Oprimido (2023) retrata sobre a necessidade de atualização do currículo:

Eu acho que **precisa ser atualizada** [ênfase adicionada]. Quando eu cheguei aqui, por exemplo, a disciplina de FTHMSS III, que é a que você faz observação, o plano da disciplina é de 2015, e não tinha um plano mais atualizado. Eu acho que tinha que realmente fazer essa revisão, essa atualização, e **trabalhar os temas que são políticos, de raça, racismo, que fazem parte da sociedade brasileira, de gênero, de sexualidade** [ênfase adicionada] (Pedagogia do Oprimido, 2023).

E Política e Educação (2023) traz uma fala que, por sua relevância, precisa ser colocada na integralidade:

Eu vejo que que ele aborda, quando a gente pega o projeto pedagógico como um todo e a matriz curricular, não é? Essa dimensão da política trazendo uma complementação entre as disciplinas. Então, tem uma discussão política, por exemplo, que perpassa quando esse conjunto de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos, de Ética, o debate da ética profissional, discussão de processos de trabalho. Então, há uma interface sobretudo dessa, que vai na

discussão dos fundamentos, do trabalho, da política social, dessa dimensão política. Eu vejo isso no horizonte, aparece nas ementas em alguma medida. E em disciplinas, como Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos, porque traz esse debate, sobretudo a partir, também, de como os movimentos se fazem na sociedade, as lutas, como vão se organizando. **Eu entendo que aparece, que dá conta, mas que pode ser, talvez com possibilidade de reforma curricular, aparecer de modo ainda mais articulado** [ênfase adicionada]. E eu acho que esta própria perspectiva de reforçar, por exemplo, a transversalidade étnico racial, de gênero, em articulação com os processos de classe, eu acho que reforça essa perspectiva política do, organicamente, nos conteúdos da formação. É uma perspectiva que já é contemplada, mas que **há um debate para melhorar, que pode ampliar essa dimensão política** [ênfase adicionada] [...] Porque eu acho que uma das coisas que o professor, ele precisa entender é que o **currículo, ele não pode ser uma grade**, [ênfase adicionada] não é? **Ele precisa ser algo mais aberto para que a gente dialogue [com] outras possibilidades a partir de atos do currículo, pensando no professor Roberto Sidney Macedo** [ênfase adicionada] [...]. Então, escutar a experiência desse sujeito, muito distante do que alguns profissionais da educação pensam, não é facilitar a aula, não é fugir do conteúdo, pelo contrário, é a partir da experiência desse sujeito que se busca esse rigor freiriano [ênfase adicionada]. E aí eu penso que nós, Assistentes Sociais, falamos muito em escuta, escuta sensível, escuta atenta, mas a gente aplica pouco o que é essa escuta (Política e Educação, 2023).

Aqui é preciso destacar, de acordo com Política e Educação (2023), que: 1) O currículo não pode ser uma grade que aprisione o curso; 2) Apesar do currículo ser articulado com a dimensão política, uma reforma só contribuirá para seu aperfeiçoamento; e 3) A experiência do sujeito é fundamental para a busca do rigor Freiriano.

Neste sentido, é importante trazer o pensamento de Macedo (2015) que ressalta que a experiência deve ser vivida, mas também pensada, pois “a experiência não se explica, ou seja, não se fala dela de fora dela, se comprehende, porque para esse fim, o outro, seu discurso, suas ações e projeções são indispensáveis” (p. 26).

Convém agora, abordar sobre a fala de Pedagogia da Tolerância (2023) em relação a necessidade de atualização do currículo:

Veja, o currículo aqui está passando por umas modificações. Eu acho que o currículo da [...] **está realmente um pouco retrógrado** [ênfase adicionada], acho que esta é a palavra, ele precisa realmente ser mexido para atualizar de acordo com a realidade mesmo, da sociedade. E de acordo com as próprias mudanças que foram ocorrendo no Serviço Social (Pedagogia da Tolerância, 2023).

Por fim, é relevante ressaltar a fala de Análise Crítica (2023) que também invoca a necessidade de atualização do currículo:

No momento não, a gente ainda tem dificuldade em algumas coisas. Tanto é que a gente está passando pelo processo de curricularização. Esse processo tem 10 anos, já se arrasta por 10 anos e a gente tem avançado em alguns aspectos. Por exemplo, a gente tem avançado na discussão de gênero, mas ainda faltam muitas coisas, acho que é **importante que a gente revise esse currículo para que a gente possa dar conta da dimensão política** [ênfase adicionada] (Análise Crítica, 2023).

Diante do exposto, fica evidente, nas falas dos entrevistados, a necessidade de atualização do currículo na universidade pesquisada.

Referências Bibliográficas e Autores

No que se refere às referências bibliográficas e aos autores que mais abordam a dimensão política, serão destacadas as falas de Ação Cultural para a Liberdade (2023), Pedagogia dos Sonhos Possíveis (2023), Política e Educação (2023) e Ato Político (2023).

Olhe tem um livro, inclusive os estudantes reclamam que ele é tratado em disciplinas demais, que é **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** [ênfase adicionada] [...] A gente usa o da **Instrumentalidade de Yolanda. Na prática a Teoria é outra, da Mônica** [ênfase adicionada]. Se você for olhar o livro do Helder que também tem livro sobre Instrumentalidade. Eu quero lhe dizer uma coisa, o Serviço Social no Brasil, no ponto de vista da formação, do que a gente estuda é crítico, mas no exercício é bastante conservador [...] Mas se você olhar a

Biblioteca Básica do Serviço Social, toda ela é crítica [ênfase adicionada]. O de Gestão é Fantástico [...] Eu acho que muitos autores, é difícil dizer um autor do Serviço Social que a gente, destes mais contemporâneos, não precisa nem ser os mais conhecidos, **Zé Paulo, Marcelo. Tem muita coisa boa. O professor não trabalha se não quiser** [ênfase adicionada] (Ação Cultural para a Liberdade, 2023).

Eu acho que Judith Butler é uma outra autora que pode trazer também esta grande contribuição para a discussão de gênero. Então, **Marx seria o ponto de partida** [ênfase adicionada] e também atravessaria os costumes, mas existem outros autores além da Judith Butler, nós temos a Sheik Bambei, que discute racismo. Outra que é fundamental para o Serviço Social, Monique Wittig acerca do feminismo, nós temos também outros autores discutindo a questão LGBTQIA+, inclusive estava lendo agora um artigo de um professor de Direito da USP, que ele vai trazer uma abordagem ao movimento identitário, mas na verdade, centralizado em função dos refugiados. Como é que esses indivíduos refugiados são tratados, LGBTQIA + a partir dos imigrantes, sobre os refugiados que requerem asilo [...] **Ninguém responde totalmente às questões, você precisa trabalhar com vários filósofos** [ênfase adicionada], porque as questões são muitos filósofos estão presos ao tempo deles, isto é afirmação de certa forma modificada do próprio Hegel, os filósofos são filhos do seu tempo. Então deixe-me pensar, Hannah Arendt apresenta o conceito de Banalidade do Mal que depois é contestado, mas me parece um conceito importante. Ela, **há uma coletânea de artigos dela chamada Dignidade da Política que também vale a pena a leitura** [ênfase adicionada]. Textos sobre a violência, textos sobre a política, textos sobre a questão da verdade, **na verdade ela faz uma discussão sobre o que seria verdade e mentira no âmbito da política** [ênfase adicionada]. Então são autores importantes, Hannah Arendt exerceria um papel importante também (Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2023).

Eu acho que, principalmente **José Paulo Netto, Capitalismo Monopolista e Serviço Social, sobretudo quando vai falar da, tem um tópico exclusivo que é sobre os protagonistas históricos sociais, então eu acho que é bem nessa ênfase da dimensão da política se desenvolvendo na história e definindo as**

relações, definindo essas disputas e definindo o rumo da história. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, também, de Iamamoto [ênfase adicionada] (Política e Educação, 2023).

Marx, Engels também, a própria **Josiane Santos** também, **José Paulo Netto**. Eu acho que Marx não responde tudo. **Eu acho que eu tenho que buscar autores mulheres para falar sobre gênero.** É bem estranho quando um homem fala sobre gênero, que nem como José Paulo Netto que é um homem branco, hétero, que fala sobre dimensões de gênero. Então a gente tem que ter um olhar de buscar autoras que falem da questão de gênero. É que nem quando Eduardo Teles, Antropólogo lá dos Estados Unidos, se não me engano, que discute a questão racial no Brasil. Que não ver pelos olhos, ou ver pelas letras tecidas por pessoas que estejam no mesmo contexto que é abordado, por exemplo que uma pessoa negra fale sobre a questão racial (Ato Político, 2023).

Assim, é importante destacar que as obras indicadas e os(as) autores(as) sugeridos pelos (as) entrevistados (as) se fazem presentes no referencial teórico desta tese, inclusive a Filósofa Hanna Arendt, que tem um espaço diferenciado em relação à política.

Metodologias de Ensino

Serão agora ressaltadas as falas de Ação Cultural para a Liberdade (2023), Pedagogia dos Sonhos Possíveis (2023), Pedagogia da Esperança (2023) e Luta (2023):

A gente teve uma atividade em que a professora levou a turma para uma **reunião do MST** [ênfase adicionada], no Armazém do Campo. **Teve uma professora que levou os estudantes para o cemitério, para mostrar as diferenças de classes expostas no Cemitério** [ênfase adicionada] (Ação Cultural para a Liberdade, 2023).

Eu penso que, se eu trabalhar com algumas **referências artísticas, seja trailer de filme ou filme** [ênfase adicionada] mesmo, apesar de que filme toma mais tempo, mas trailer nos slides, **apresentar uma obra de arte também como referência a arte em modo geral** [ênfase adicionada], eu penso que **ela pode ser trabalhada**

em sala de aula e ela enriquece a percepção dos alunos acerca daquele assunto [ênfase adicionada] (Pedagogia dos Sonhos Possíveis, 2023).

No contexto da Pandemia, mesmo estando na questão remota, a dimensão política sempre esteve presente, mas ferveu muito ali porque os estudantes, muitos não conseguiram ficar, tiveram que trancar o curso, e aí eu lembro que um dia a gente fez uma **roda de conversa on line** [ênfase adicionada], roda de conversa tão estranha, porque só eu que estava com a câmera aberta. Mas esse foi um exemplo que me marcou, mas isso marcou bastante, porque a conjuntura política estava bem acirrada nos alunos em termos macros. Nessa Roda de Conversa, eu pedindo assim que cada um falasse um pouco de como estava o rebatimento desta conjuntura na vida deles. Porque assim, a gente fala muito de conjuntura, conjuntura, né? Mas quando você pede para a pessoa trazer no miúdo dela, acho que fica bem mais claro. **E aí todo mundo foi dizendo: professora tá muito difícil viver** [ênfase adicionada] (Pedagogia da Esperança, 2023).

Eu acho que uma metodologia interessante foi, por exemplo, **comparar o Código de Ética atual com os Códigos de Ética passados. Ver como os movimentos de reatualização e reconceitualização do Serviço Social mudaram nosso posicionamento hoje em dia** [ênfase adicionada]. Ou chegar com o materialismo histórico-dialético como direcionador dos nossos pensamentos, faz o exercício profissional de hoje em dia ser como é. Que é de maneira crítica (Luta, 2023).

A partir dos depoimentos expostos aqui, percebe-se que existem metodologias de ensino criativas que facilitam o engajamento com a dimensão política, e os exemplos citados demonstram esta afirmação.

Estágio

Em relação ao Estágio, serão destacadas primeiramente as falas de quatro docentes: Ação Cultural para a Liberdade (2023), Pedagogia da Esperança (2023), Política e Educação (2023) e Pedagogia do Oprimido (2023).

Isso é muito difícil, não é? Como a gente tem processos de identificação e a Universidade não é capaz de mudar nossas crenças profundas, algumas pessoas

sim, mas nós estamos imersos em uma sociedade conservadora. **O neoconservadorismo, como parte importante para esse capitalismo se manter** [ênfase adicionada], eu acho que eles chegam e é preciso que esta assistente social que está lá seja muito consciente, mas a maioria não somos. Então, se o professor na sala não debater, pode passar batido. Pode passar batido sim. Mas a gente não ouve esse tipo de reclamação [...] Se aquilo não aparecer em sala, como é que a gente vai saber? Se lá essa assistente social nunca reclamou nada. Você nunca visitou, ou nunca falou com ela por telefone, como é que você vai saber? Então é preciso ser muito bem costurado. A gente percebe quando lá é mais tecnicista e debate com o estudante [...] Existe muita variedade em função do tipo de assistente social que nós somos (Ação Cultural para a Liberdade, 2023).

Esta questão é muito relevante, porque retrata o quanto o neoconservadorismo está presente nos campos de estágio e o quanto o capitalismo é responsável por isso. À vista disso, Freire (2023b) discorre que, de modo nenhum, o ser humano pode ser neutro em face a este mundo, por isso o(a) educador(a) precisa se posicionar. Ele(a) tem o dever de não se omitir. “O direito e o dever de viver a prática educativa em coerência com a nossa opção política” (p. 82). Então, o estudioso afirma que quem possui uma opção democrática precisa ser coerente com ela, de uma forma “que nossa prática não contradiga o nosso discurso” (p.82).

Sendo assim, não compete a um(a) assistente social um discurso neutro. Muito menos uma prática tarefeira e tecnicista. Isso porque o Serviço Social é uma profissão voltada para a Justiça Social.

Eu acho que eles percebem e são críticos demais. O Setor de Estágio tem esta perspectiva crítica. Os Supervisores de Campo, é muito relativo. **Eu encontro Supervisores de Campo muito críticos e muito, assim, conscientes também dos limites da sua atuação profissional** [ênfase adicionada]. Agora, eu encontro profissionais que acho que não entendem muito o papel do estagiário e aí tem situações de assédio moral inclusive, de ameaças – eu não vou assinar sua documentação. **Então, um pouco do perfil desse profissional também e eu acho que isso é problemático** [ênfase adicionada] (Pedagogia da Esperança, 2023).

Olhe a minha turma e as turmas que eu já orientei, eu percebia muito essa dimensão política. Essa percepção deles da dimensão política dentro do campo de estágio [ênfase adicionada]. Agora, tem uma outra coisa que é assim, às vezes, a gente quando é jovem, a gente, às vezes, a gente confunde implicação política com uma certa forma de se voltar para este profissional que às vezes é, carrega um pouco dessa arrogância acadêmica de achar que porque está muito fresco o que eu aprendi na academia, eu posso adentrar o campo de estágio e perceber esse campo, ou a atuação do profissional que está em campo, da maneira que eu acho que deve ser vista. **Então eu pego a teoria, e se eu acho que a assistente social está ali cumprindo um papel muito burocrático, eu faço um comentário crítico dizendo que ela não é implicada no Projeto Ético Político, então às vezes também é preciso dosar essa implicação estudantil, no contato com a prática profissional direta** [ênfase adicionada]. Você é profissional não como você era estagiário, isso faz com que a gente compreenda que tudo que a gente aprendeu na nossa formação é elevado assim ao quíntuplo de profundidade e complexidade. Então tudo que a gente viu ali, o que a gente pode fazer, as táticas que a gente pode usar, a gente entende que não é tão simples assim. **E que, muitas vezes, a gente tem profissionais adoecidos, que recebem pouco, porque estão há muitos anos tentando fazer valer esse Projeto Ético Político sem uma estrutura possível e, quando esses estudantes vão para o campo de estágio, muitas vezes eles vão com essa sede da teoria marxiana ou marxista de que é possível revolucionar e que o assistente social não tá fazendo porque ele é conservador** [ênfase adicionada] (Política e Educação, 2023).

Eles estão vendendo a dimensão política tanto quanto estão vendendo a dimensão técnico operativa. Até mesmo porque é uma preocupação deles pensarem o tempo todo. Tem uma questão do Serviço Social que nós vemos muito, o quanto o gerencialismo invadiu as políticas sociais, aquela coisa de quantificar, quantos usuários você atendeu, então essa burocratização que aí esvazia a dimensão política. E aí o tempo todo, desde o início, a gente vai trabalhando isso. Olha, não existe uma dimensão técnico-operativa e teórico-metodológica sem a dimensão política [...] **As pessoas entendem que a dimensão política é sair brigando com os outros. Então a gente tem que trazer isso. Eu sempre trago para eles: a dimensão política é você entender a realidade social, as contradições que**

existem, que estão beneficiando uma classe, uma raça, um gênero e uma geração e um determinado território [ênfase adicionada]. É isso que está em jogo. Como você vai problematizar isso sem perder o foco [...] **Oh, aí vem Paulo Freire, dar as mãos, acolha, crie uma relação de parceria com a assistente social, de acolhida que com o tempo você vai conseguir levar textos e ai vai tendo a troca, e vai ter a abertura e a transformação vai vir** [ênfase adicionada]. É tanto que muitos estudantes aqui propõe a reformulação de alguns instrumentais (Pedagogia do Oprimido, 2023).

Esses comentários são muito relevantes, porque: 1) O estágio tem realmente um lugar fundamental na formação; 2) Porque o Serviço Social possui limites, e aí vem a necessidade da prática reflexiva para compreensão desses limites; 3) o assistente social, na sua prática, precisa se envolver com a política (e aqui não se trata de partidária); 4) não deve ser o perfil do profissional apenas que deve refletir a dimensão política, e sim, o perfil da profissão; 5) a transformação social não acontece da noite para o dia.

Assim, cabe retomar aqui o pensamento de Freire (2023c), que afirma que, em virtude da exploração intensa que algumas pessoas passam, chegando ao ponto de ter até a sua identidade expropriada, não é possível se conformar com este mundo, é necessário crer que um dia ele poderá ser transformado, mesmo que isto demore muito a acontecer. E o envolvimento com os movimentos sociais é um instrumento para agilizar esse processo, da mesma forma que a educação política.

Ademais, Moreira (2021) lembra que Paulo Freire apresenta princípios e valores voltados para: 1) Diálogo; 2) Política; 3) Crítica; 4) Reflexão; 5) Orientação para a transformação social.

Desta forma, no campo de estágio, essas orientações freirianas precisam se fazer presentes e de forma acolhedora, dialógica, pois elas perpassam a dimensão política, e a opção não é sair brigando ferozmente pela sua concretização. Lutar por ela sim, mas de forma corajosa e amorosa, como ensina o educador Paulo Freire, levando as pessoas a se conscientizarem da relevância da dimensão política no campo do estágio.

Em relação aos **estudantes entrevistados**, serão destacados o depoimento de Sujeito Histórico (2023), Conscientização (2023), Utopia (2023) e Ato Político (2023).

No estágio sim. Eu estagio na Defensoria Pública da Bahia, no Movimento Pop Rua, e a dimensão política é importantíssima pra a manutenção, inclusive das

políticas públicas. E através desse diálogo, desse estreitamento de rede, que a gente consegue materializar mesmo o fazer profissional. **As assistentes sociais são muito envolvidas** [ênfase adicionada]. Inclusive uma das pautas das assistentes sociais de lá é manter esse **diálogo próximo com os movimentos políticos** [ênfase adicionada] mesmo, sabe (Sujeito Histórico, 2023).

Eu acho que no estágio as coisas são mais técnicas. Eu penso que, em relação ao Estágio, a disciplina, aqui é política, a Professora é política. Mas na prática, eu acho que aí você vai ver mesmo que é [ênfase adicionada], e aí eu posso dizer, que é um recorte do que é nossa sociedade. Acho que na prática de estágio não tem, acho que é camuflado. Senti assim que esta parte política está chegando, como um todo, como todo lugar. **Mas eu acredito assim que, sem querer ser prepotente ou arrogante, eu acho assim que a minha presença fez a diferença** [ênfase adicionada]. Porque eu tenho certeza e a minha supervisora pode até lhe dizer. Estou pensando que você sente que mudou. Até a temática das conversas mudaram, as pessoas acordaram (Conscientização, 2023).

Olhe, o meu estágio foi uma experiência boa e uma experiência ruim. Primeiro, porque o estágio é o primeiro contato de nós, futuros assistentes sociais, com o trabalho, com o usuário, com a prática. E aí, no estágio, eu não tive essa oportunidade de aplicar, não tive esse contato com o público-alvo. Mas, **as discussões dentro do setor que eu estava, elas tiveram muito essa dimensão política, de se discutir, de ler os textos, que tinha esse movimento** [ênfase adicionada]. Porque também o Serviço Social lá está sendo estruturado. Então não foi uma coisa que eu cheguei e achei o Serviço Social funcionado. Não foi assim, eu vou sentar aqui e esperar chegar. **Então foi essa questão da gente estar discutindo** [ênfase adicionada] que sim, inclusive o meu trabalho no, agora no Estágio III, foi nesse contexto. Onde eu junto com os outros estagiários e com as assistentes sociais que lá estavam, **a gente começou a se questionar, a relação do trabalho de vários grupos que estavam inseridos no contexto da instituição** [ênfase adicionada], e aí, puxando um pouco a sardinha para meu lado, eu coloquei os indígenas, coloquei mulheres pretas de terreiro, coloquei LGBT e o restante da sigla que eu não vou conseguir falar (rs,rs), PNEs e gerontologia (Utopia, 2023).

É visível, porque a chefe do Núcleo do meu estágio, ela é uma assistente social. Então ela tem essa orientação política que ela traz para o estágio, né? Mas, eu não sinto tanto das outras assistentes sociais. Eu não vejo tanto, **acho que elas são mais técnicas, principalmente no exercício. No discurso até que elas podem ser mais, sabe, mas quando a gente vai para o exercício, para os confrontamentos e tal, no exercício até da relativa autonomia, eu vejo que são mais passivas** [ênfase adicionada]. Então isso que foi, isso dificultou muito também. Eu percebi isso no meu campo de estágio. No discurso tem, tá tudo alinhado com nosso projeto e tal, mas no cotidiano, no exercício mesmo, na prática profissional e tal, é sempre muito, um pouco mais passivo. Não sei se fez sentido (Ato Político, 2023).

No que se refere à perspectiva dos estudantes, Sujeito Histórico (2023) afirma ter tido uma rica experiência no estágio com os movimentos políticos; Conscientização (2023) diz que a sua presença no estágio fez diferença na instituição; Utopia (2023) salienta que seu estágio foi um momento de muita aprendizagem e ao mesmo tempo de muitos questionamentos. Já Ato Político (2023) traz o estágio como um espaço de observação de posturas diferenciadas no exercício da profissão.

Diante do exposto, é possível perceber que o estágio é um campo repleto de contradições, existindo estágios mais reflexivos e estágios mais técnicos. Mas, em qualquer estágio, a prática reflexiva precisa se fazer presente. Lembrando que, segundo Freire (2022b, pp. 42, 43), o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.

Formandos

Em relação aos formandos saírem com uma postura crítica que implique uma dimensão política bem fundamentada, Ação Cultural para a Liberdade (2023) e Utopia (2023) trazem falas muito importantes.

Eu queria saber o que acontece, e isso serve para mim e para você. **Quando a gente acaba a graduação e começa a trabalhar. O que acontece com tudo que a gente aprendeu?** [ênfase adicionada] Por que é que a gente se dá conta que depois de tanta coisa que a gente estudou, a gente tem uma chance grande de ficar

conservador? Um conservadorismo que aparentemente não aparecia, ele vai se manifestar no exercício (Ação Cultural para a Liberdade, 2023).

Interessante que, de acordo com Ação Cultural para a Liberdade (2023), existe uma probabilidade de, na prática, o (a) assistente social se tornar conservador (a), abandonando os seus estudos voltados para a libertação. Provavelmente isso é reflexo da não apropriação do Significado da dimensão política no exercício profissional.

Sim. Hoje eu tenho certeza que sim, que eu vou sair com a dimensão política. Se eu imaginasse que eu exercendo a profissão, eu tenho certeza que eu vou levar essa orientação política e tal, conseguir fazer essas mediações. Até porque **isso já era algo que eu tinha antes da universidade, que só se intensificou mais no curso de Serviço Social** [ênfase adicionada]. Claro que às vezes, **o cotidiano meio que atropela a gente. Então, acho que tem que ter sempre um cuidado, e eu acho que eu vou precisar ter sempre um cuidado para não, para não acabar desviando e cometendo (isso é meu maior medo inclusive) e cometendo práticas conservadoras e/ou assistencialistas** [ênfase adicionada]. Ou acabar, enfim, não sabendo como lidar com determinados grupos, sabe, esse é meu medo. Mas hoje, enquanto eu estou aqui nesse mundo, nesse universo aqui, eu tenho quase certeza que eu não desviaria. Acho que a pesquisa, ela ajuda muito, ela ajuda muito porque a gente acaba saindo um pouco da sala de aula e vendo, conseguindo fazer essa articulação, pesquisando a prática, mas é um pouquinho mais, uma aproximação do exercício profissional mais do que em sala de aula. **Eu sinto, às vezes, que eu aprendi mais na pesquisa do que no estágio, mas existem alunos e existem alunos** [ênfase adicionada]. Alguns eu vejo assim que já entra com aquela, com aquela ânsia de aprender e tal, outros às vezes atropelam e cometem alguns, têm uma capacidade (menor não), mas tem uma dificuldade maior em assimilar, não é? Eu não consigo dizer, mas eu acredito muito na formação do Serviço Social, do curso de Serviço Social da minha universidade, porque nós temos professoras que estão engajadas neste sentido [...] Sim. **Mas se eu já não tivesse trazido uma bagagem, seria de maneira mais fraca** [ênfase adicionada]. Eu vejo colegas de curso que estão ali, tiveram todas as matérias que eu, mas a gente não consegue discutir de maneira muito aprofundada com alguns deles. Claramente, não que eu seja uma pessoa que consegue discutir sobre tudo.

Eu vejo que o curso muda as pessoas de quando elas entram (até a metade do curso pelo menos), estão questionando dogmas religiosos, estão questionando conservadorismos e tabus que suas famílias tinham implantado durante a criação e realmente verbalizam isso durante a aula. Então eu acho isso muito legal do curso. Em relação a mim, o Serviço Social despertou em mim a vontade de eu me organizar politicamente (Utopia, 2023).

É muito interessante observar as colocações de Utopia (2023). Isso porque ela diz já trazer a aproximação com a política da sua vivência anterior à universidade, mas também coloca o projeto de pesquisa que participou como algo essencial para a dimensão política.

Para o Patrono da Educação Brasileira,

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazeres se encontram um no corpo do outro [...] Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 2017, pp. 30, 31).

Sendo assim, o ensino, a pesquisa e a extensão são fundamentais para a dimensão política. E o assistente social, ao se formar, deve carregar o **ensino** na sua carreira profissional por toda a sua vida, pois o Serviço Social requer estudo permanente. Além disso, só desenvolverá uma intervenção libertadora se estiver envolvido (a) com a **pesquisa** e com a **extensão**. Destarte, esse tripé deve fazer parte da prática profissional.

Percebe-se, então, que os dados sugerem que a dimensão política precisa ser mais bem trabalhada no Brasil, fazendo com que a prática reflita a teoria em todo tempo, em todas as instituições e em todos os espaços.

Desta forma, constata-se que, tanto no Brasil quanto em Portugal, a dimensão política precisa ser mais desenvolvida. A pesquisa procurou demonstrar que existem avanços, mas ainda **faltam**, pois ela não pode ser a **face** esquecida do Serviço Social. Também, mais uma vez, foi possível perceber a ausência do Paradigma Transformativo, tanto na pesquisa realizada no Brasil quanto em Portugal.

Deste modo, entende-se que a dimensão política é um inédito viável a ser alcançado, que exige sonhos, utopia e educação política. Por isso, é importante ressaltar que Paulo Freire costumava dizer que não gostaria de ter seguidores, mas sim questionadores.

E uma de suas indagadoras, Williana Angelo (2024), ao ministrar um palestra sobre o Inédito Viável (por meio do canal do Youtube da Academia Barreirense de Letras), afirma que o caminho para a educação emancipatória requer: 1) Uma escuta acolhedora e ao mesmo tempo crítica e autocrítica; 2) Diálogo; 3) Empatia e reciprocidade; 4) Reflexão crítica; 5) Criatividade e arte; 6) Pesquisa e Investigação; 7) Ceder e retroceder, caso seja necessário, pois a flexibilidade é imprescindível.

Portanto, como Paulo Freire não deixou receitas prontas, mas convidou os(as) profissionais a elaborarem suas próprias receitas, a estudiosa freiriana Angelo (2024) apresenta sua **Receita Mineira para um Inédito Viável** que se aplica totalmente ao encerramento desta pesquisa:

Junte: - Quilos de companheirismo e empatia; - Um fardo de criatividade e ousadia; - Litros de diálogo; - Uma pitada de receio e teimosia; - Uma jarra de arte; - Uma dose de persistência; - Uma pitada de análise de conjuntura; - Afeto à gosto; - Finalize com uma dose de conhecimento teórico; - Coloque tudo numa base sólida coletiva; - Asse no calor da esperança; - E deguste com o vigor e a vivacidade dos novos tempos o sabor do inédito viável (Williana Angelo, 2024).

Diante do exposto, cada leitor(a) é convidado(a) a elaborar sua receita de Inédito Viável com base nas nove categorias centrais dos direitos humanos, sonhando, lutando e se envolvendo de forma criativa com a dimensão política do Serviço Social, trabalhando, assim, para a efetivação dos direitos humanos.

Considerações Finais

O papel do orientador [...] não pode ser o de programar a vida intelectual do orientando, estabelecendo regras sobre o que ele pode e não pode escrever. O papel do orientador que realmente orienta, que acompanha as dúvidas do orientando, a que sempre junta mais dúvidas, é, de maneira aberta, amiga, ora aquietar, ora inquietar o orientando. Aquietar com resposta segura, com sugestão oportuna, com bibliografia necessária, que o levarão [sic] contudo a nova inquietação (Freire, 2023, p. 262).

Essa tese foi desenvolvida nesta perspectiva de inquietações e aquieitações e novas inquietações. A competência teórica e prática das duas orientadoras que possuem um envolvimento imensurável com a pesquisa e uma incrível capacidade técnica foi um diferencial durante todo o processo, desde as indicações teóricas, o andamento da pesquisa e até a fase de escrita da tese. As respostas seguras dadas, as valiosas sugestões e a própria forma democrática da condução dos momentos de orientação foram essenciais, mesmo quando havia necessidade de duras broncas em virtude das limitações da pesquisadora com os dados quantitativos.

A aproximação da pesquisadora com o método misto de pesquisa foi outro diferencial na sua vida acadêmica, tanto em relação as unidades curriculares cursadas quanto aos encontros com as orientadoras. De início a pesquisa documental, depois as observações na sala de aula, e por fim, as entrevistas, foram conduzidas com total cumplicidade e com muita confiança/ respeito o que estimulou a produção do conhecimento.

Já no primeiro encontro com a orientadora as palavras de Freire (2013) foram ressaltadas: “Para quem quer e precisa escrever o melhor caminho é ler bem e bastante” (p. 265) e a partir daí começaram as indicações sobre preciosas obras relativas à dimensão política da profissão em nível internacional, de forma inicial três abordagens teóricas até aquele momento desconhecidas pela estudante: 1. Jim Ife (2004/2008); 2. J. Gal e Gal Weiss (2008/2014); 3. Graça André (2011). Posteriormente o pensamento de Ander-Egg (1995) e de Margareth Ledwith (2016), estudiosos de Paulo Freire. Como também a indicação de diversos artigos sobre o tema.

Mas também merece destaque o incentivo rigoroso da orientadora para que a pesquisadora buscassem embrenhar-se no estudo do Paradigma Transformativo, pois os questionamentos da academia sobre ele precisavam ser enfrentados com rigor teórico, o que acabou levando ambas a escreverem artigos sobre o tema no decorrer da construção da tese (Anjos & Amaro, 2023a, 2023b e outros publicados em Anais de Congressos, inclusive internacionais).

Outro fator de destaque é a forma como a pesquisa foi acontecendo. Os(as) professores(as) das doze unidades curriculares observadas acabavam indicando textos para enriquecer o debate teórico da tese, e se sentiam de certa forma “co-orientadores”, preocupados sempre com o embasamento da tese, talvez porque a observação acontecia durante todo o semestre letivo, desde a primeira aula até a última. Recentemente uma professora da primeira disciplina observada em Portugal enviou um e-mail com o seguinte dizer: “Se ainda não tiveres concluído a tua tese, tenho mais este artigo a indicar”. Além disso, os(as) estudantes escolhidos para participar das entrevistas se sentiam de certo modo privilegiados, por saberem que a opção foi pelo comprometimento deles com a dimensão política da profissão e com a luta pela conquista permanente e incansável pelos direitos humanos.

Em suma, a pesquisa prezou pela “boniteza” como dizia Paulo Freire, mas também pela rigorosidade tão aclamada por este estudioso. E foi acompanhada por produtos intermediários, como apresentação de trabalhos e publicação de artigos. Lembrando que o escrever para Paulo Freire é “uma tarefa eminentemente política, além de um gosto, um dever”. (Ana Maria Freire, 2022, p. 11). Neste mesmo sentido, a autora desta tese e suas orientadoras compreendem a responsabilidade social e política da escrita deste material e a necessidade de divulgá-lo para o fortalecimento da dimensão política do Serviço Social, que deve ser compreendida como uma profissão em que os direitos humanos fazem parte da identidade profissional, conforme trabalhado na tese.

No segundo ano do doutoramento ocorreram três produtos intermediários: 1. Apresentação dos resultados da pesquisa de Portugal, no Colóquio Doutoral do Iscte em 2023; 2. Publicação do artigo: *A Relevância do Paradigma Transformativo na Contemporaneidade em Estudos que Envolvem Temas Sociais*, Revista Macambira; 3. Capítulo de Livro: *A Interface entre a Prática Reflexiva do Serviço Social e a Dimensão Política da Profissão*. Livro: Ciências Sociais Aplicadas: Estado, Organizações e Desenvolvimento Regional 4.

E, no terceiro, apresentação de dois artigos e encaminhamento de um: 1. Pré-colóquio Internacional Paulo Freire – Centro Paulo Freire, *Paulo Freire: O Educador que possui o Status de Ícone entre os Pesquisadores que Lutam pelos Direitos Humanos*, 17 e 18 de outubro de 2023 – Recife/Pernambuco; 2. III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do GEPESS: “Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperançar!”*A Importância do Paradigma Transformativo para a Formação do Assistente Social e sua Interface com o Verbo Esperançar*, 07 a 09 de novembro de 2023 – Franca/São Paulo; 3. *Serviço Social e a Dimensão Educativa na Perspectiva Emancipatória: uma proposta metodológica de Educação em Direitos Humanos*, que será encaminhado para publicação em uma revista scopus.

Trazendo aqui uma retrospectiva do trabalho de pesquisa desenvolvido nessa tese, convém abordar que os eixos teóricos trabalhados, principalmente em relação as nove categorias essenciais dos direitos humanos, acabam por se sincronizar com o pensamento de Paulo Freire de uma forma tão intensa e enriquecedora, contribuindo assim para reforçar a urgência do Serviço Social se apropriar dessas categorias com maior propriedade, visto que elas contribuem para uma formação emancipatória e para uma intervenção profissional comprometida com uma sociedade justa e igualitária.

No que se refere as quatro perguntas de investigação, é importante destacar que:

Em relação a primeira pergunta “Acredita-se que a dimensão política do Serviço Social é trabalhada na formação, mas ainda precisa ser melhorada”. Durante a aplicação das três técnicas de pesquisa foi possível perceber que a dimensão política se faz presente na formação, mas que precisa realmente ser bem mais trabalhada.

Quanto à segunda pergunta: “Sugere-se que os planos curriculares dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas têm inserido a dimensão política de forma ainda insuficiente”, a pesquisa documental sugere que na verdade sua presença é insuficiente.

No que se refere à terceira pergunta: “Acredita-se que na formação prática, a dimensão política do Serviço Social é pouco trabalhada”, por meio das observações em sala de aula foi possível perceber que depende muito do campo de estágio, pois alguns são muito burocratizados e acabam por fugir dessa dimensão, mas outros absorvem essa dimensão com intensidade. Mas convém aqui destacar, que na sala de aula da unidade curricular Estágio, teoricamente a dimensão política é muito trabalhada pelas docentes.

Já sobre a quarta pergunta, “Supõe-se que a formação em Serviço Social vem seguindo o paradigma transformativo, buscando trabalhar as questões de poder e de

justiça social, assumindo um sentido político na formação prática”, foi perceptível que este paradigma não se faz presente na formação em Serviço Social no Brasil e em Portugal, apesar de ser trabalhado nas universidades da Califórnia e da Inglaterra.

Sendo assim, de um modo geral, a recolha dos dados nas três etapas (pesquisa documental, observação em sala de aula e entrevistas) acabou por reforçar a relevância teórica, social e política do tema escolhido, visto que ele precisa ser melhor trabalhado em teses e dissertações, pois propiciará uma intervenção profissional comprometida com os direitos humanos e amparada em uma dimensão política crítica e transformadora.

Desta forma, abordar sobre *A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais* trata-se de uma responsabilidade política que possui um grande aliado: Paulo Freire. Um educador que dizia que não queria ter seguidores, mas questionadores, instigadores, inquietadores. Um educador que sonhava e lutava pela concretização dos direitos humanos. Um educador que compreendia que as relações de poder estavam presentes em todos os espaços e que por isso era necessário questionar, instigar, inquietar-se, pois a sociedade não pode continuar da forma injusta como se encontra. A transformação social para ele é um sonho possível, difícil, porém possível. E esse sonho precisa ser sonhado de forma coletiva.

Freire (2022d) dizia que o/a assistente social possui um empenho educativo-libertador, por isso as pessoas com quem trabalha não podem ser compreendidas como objeto de sua ação. “São ao contrário, tão agentes de mudança quanto ele” (p. 53). Neste sentido, compreender o/a assistente social enquanto agente de mudança requer repensar a formação em Serviço Social no sentido que integre a luta por uma sociedade em que os direitos humanos sejam realmente efetivados.

Percebe-se então que essa tese não tem a intenção de esgotar o tema, mas de destacar a urgência da formação em Serviço Social trabalhá-lo com intensidade, pois a dimensão política não pode fazer parte do lado esquecido da profissão, até porque os direitos humanos fazem parte da identidade do Serviço Social.

Desta forma é possível compreender que a formação em Serviço Social emancipatória precisa se apropriar das nove categorias essenciais dos direitos humanos, possibilitando assim que a dimensão política se faça presente em todo percurso profissional do assistente social. Percebe-se então que no trajeto da pesquisa todos os objetivos específicos foram alcançados, visto que foi investigado como vem sendo perspectivado o papel político do Serviço Social nas universidades públicas em Portugal e no Brasil; foram estudados como os planos curriculares dos cursos de Serviço Social e

a forma como têm sido inserida a dimensão política da profissão; foi identificado como na formação prática em Serviço Social (nos estágios) é trabalhada a dimensão política da profissão; e por fim, ficou perceptível que a formação em Serviço Social não trabalha com o Paradigma Transformativo, deixando uma brecha na análise das questões de poder e de justiça social, e no sentido político na formação prática.

Neste sentido, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, envolvendo também as Licenciaturas em Serviço Social das instituições privadas de ensino, em Portugal e no Brasil.

É importante aqui destacar a fala de um professor convidado nas observações de Portugal: “O Serviço Social é a melhor profissão do mundo, não existe uma profissão mais bonita”. E convém também retomar a fala de uma professora de Portugal que apresenta duas frases de extrema relevância para a profissão, tópicos que foram trabalhados no capítulo quatro. A primeira diz “Ser assistente social exige paixão!”; e a segunda, “Nosso trabalho é político”. Somente um(a) assistente social apaixonado(a) pela profissão pode compreender que seu trabalho não é apenas técnico, mas é também político. E é essa amorosidade revestida de politicidade que vai refletir um fazer profissional comprometido com a luta pela transformação social, na qual a intervenção do(a) assistente social seja acompanhada pelo enfrentamento de tudo que impede que os direitos humanos sejam efetivados.

É preciso também ressaltar o comentário de uma professora do Brasil destacado no capítulo quatro, que com competência teórica diz “Se tudo que vivemos girasse em torno apenas da relação capital X trabalho, uma mulher preta dona dos meios de produção, detentora de capital e/ou pertencente às classes mais altas da nossa sociedade, não continuaria a sofrer racismo. Por isso, sem desconsiderar a análise marxiana de (re) produção do capital, devemos também incluir o debate dos símbolos culturais que forjam relações mais complexas que àquelas reduzidas à área econômica”. Essa fala também reforça a necessidade de inclusão do Paradigma Transformativo na formação em Serviço Social.

Diante do exposto, a **dimensão política do Serviço Social** requer um profissional que tenha uma **Prática Política** embasada em um conhecimento teórico aprofundado, gerando atitudes que direcionem o **Envolvimento com a Política**. Este profissional deve dominar as questões que permeiam a **Pós-Modernidade** e que o levem a desenvolver uma **Prática Anticolonialista** que não ignore a subjetividade e que conte com suas

ações o **Pessoal e o Político**. Na intervenção do assistente social a **Autodeterminação do Sujeito e a Dignidade Humana** devem ser prioridades, pois desta forma a luta será pela **Mudança Social** que implicará na implantação de uma sociedade em que a **Justiça Social** seja uma realidade concreta.

É possível então concluir essa tese retomando as duas definições do Significado da dimensão política, a primeira construída na pesquisa em Portugal, e a segunda, na pesquisa do Brasil.

A definição construída em Portugal, apresenta a característica de ser mais concisa, mais objetiva, em um estilo bem português,

A dimensão política consiste em uma leitura crítica da realidade e no conhecimento do contexto social em que ela está inserida, possibilitando que o assistente social desenvolva uma formação política que fuja da perspectiva da formatação, ou seja, que se direcione para a libertação, impactando assim a promoção dos direitos humanos. (Pedagogia do Compromisso e da Indignação, 2022; Educação e Mudança, 2023; Coragem 2022; Inédito Viável 2022)

Já a conceituação elaborada no Brasil é mais detalhista, bem no estilo brasileiro,

A dimensão política é a coluna vertebral do curso de Serviço Social, sendo transversal a todas as disciplinas, aproximando a profissão da sociedade civil e dos movimentos sociais. Levando os assistentes sociais em formação a ultrapassarem os muros da universidade, evitando que eles se tornem robôs pra fazer relatórios, possibilitando assim que eles tenham competência para analisar as disputas políticas, divergências e os projetos de sociedade existentes, como também discutir as relações sociais, conscientes de que quando a gente discute Serviço Social a gente está discutindo política também (Política e Educação, 2023; Pedagogia do Oprimido, 2023; Pedagogia da Esperança, 2023; Descolonizar as Mentes, 2023; Análise Crítica, 2023).

Percebe-se que esses **Significados** para serem construídos perpassaram um caminho de pesquisa que teve início na pesquisa documental, depois nas observações em

sala de aula e por fim nas entrevistas realizadas. Cada etapa foi fundamental nesse processo. E talvez o que tenha mais marcado essa pesquisa tenha sido a paixão pelo Serviço Social, resgatada por meio da amorosidade de Paulo Freire e pela ética do amor de bell hooks.

A presença do Paradigma Transformativo no referencial teórico e sua ausência nas três etapas da pesquisa de campo, sugerem que este paradigma precisa ser melhor apropriado pelo Brasil e por Portugal, pois ele representa o que de mais atual existe para se trabalhar com as nove categorias essenciais dos direitos humanos.

Além dessas nove categorias serem desenvolvidas também por Paulo Freire, temáticas como prática reflexiva, utopia, sonhos possíveis, conscientização, diálogo, inédito viável e outras conseguiram resgatar nesta tese a perspectiva da educação emancipatória.

É visível que o assunto trabalhado nesta pesquisa não se esgota aqui, mas abre caminhos para novas pesquisas, inclusive a do Pós-Doutoramento da pesquisadora que versará sobre “A Dimensão Política do Serviço Social na Intervenção do Assistente Social”, que com certeza será orientada pela mesma dupla de professoras em virtude da sintonia obtida em todo processo do doutoramento.

Diante do exposto, fica aqui o desafio de que a formação em Serviço Social tenha como base as nove categorias essenciais dos direitos humanos e que se aproprie de Paulo Freire na perspectiva de uma educação emancipatória que tenha como alvo o inédito viável da transformação social.

Desta forma, parafraseando Williana Angelo (2024), a autora desta tese também traz a sua **Receita Baiana para um Inédito Viável**:

Junte: - Quilos de análise sobre o **Pós-Modernismo**; - Um fardo de **Prática Anticolonialista**; - Litros de compreensão do **Pessoal e do Político**; - Uma pitada de Respeito pela **Dignidade Humana**; - Uma jarra de **Justiça Social**; - Uma dose de **Autodeterminação do Sujeito**; - Uma pitada bem forte de **Prática Política**; **Envolvimento com a Política** à gosto; - Finalize com uma dose de **Mudança social**; - Coloque tudo numa base sólida coletiva embasada pela **Paixão pelo Serviço Social**; - Asse no calor da **Conscientização**; - E deguste com os **Sonhos, a Luta e a Utopia** dos novos tempos o sabor do **Inédito Viável** (Nívia Barreto dos Anjos, 2024).

Segue então o convite para o leitor desfrutar desta receita baiana, apropriando-se da conceituação teórica das nove categorias essenciais dos direitos humanos trabalhadas nesta tese amparadas em Jim Ife (2004); Gal, J; Weiss-Gal (2014); Graça André (2011) e nas vinte e três obras de Paulo Freire estudadas; encantando-se com a pesquisa documental produzida, com as observações em sala de aula e com as entrevistas realizadas; resgatando assim o Paradigma Transformativo; e, vivendo com intensidade a dimensão política do Serviço Social, para a partir daí construir a sua própria receita de Inédito Viável.

Referências

- Abepss. (1996). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro.
- Albiero, Cleci Elisa. (2018). A Dimensão Política na Formação Acadêmica do Assistente Social. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. – Em Tempos de Radicalização do Capital, lutas, Resistência e Serviço Social. Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional. 2 a 7 de dezembro de 2018. Vitoria. ES
- Alcantara, I.L.S. (2019). Itinerâncias Acadêmicas de Estudantes Negros (as) do Curso de Serviço Social na UFBA e Suas Experiências Formativas no Âmbito do Currículo. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. (Dissertação)
- Alves, Eunice Maria (2019). Supervisão de Campo. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 186-192).
- Amaro, M. I. (2015). Narrativas profissionais: Política, Valores e Finalidades. In M. I. Amaro. *Urgências e Emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade* (pp. 159-218). Universidade Católica Editora.
- Amaro, M. I e Pena, M. J. (2018). Intervenção do Serviço Social em Meio Escolar: Da Tradição à Inovação, Carvalho, Maria Irene de (org.). *Serviço Social em Educação*. Pactor. Lisboa. (pp. 25 a 39).
- Amicucci, Eliane Marques de Menezes (2018). *Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social: Potencialidades para a Formação Profissional*. Universidade

Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca (SP), (280 pág).

Ander-Egg, Ezequiel (1995). *Introdução ao Trabalho Social*. Tradução de Ricardo Aníbal Rosenbuch. Petrópolis: Editora Vozes.

André, Graça Maria. (2011) Formar Assistentes Sociais para uma Mediação em Direitos Humanos. Lusiadas. Intervenção Social, Lisboa, nº 38, 2º semestre.

Angelo, Williana (2024). O Entrelace entre a Dimensão Político-Pedagógica e o Trabalho Socioeducativo no Serviço Social. In: *Anais do III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do Gepesse*. Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperançar! São Paulo: Gradus Editora. (pp 375 – 388).

Anjos, N. B. dos; Amaro, M. I. (2023 a) A interface entre a prática reflexiva do Serviço Social e a dimensão política da profissão. In: CAVALCANTI, Soraya Araújo U. (Org) *Ciências Sociais Aplicadas: Estado, organização e desenvolvimento regional* (v.04) . Ponta Grossa – PR: Atena, 2023. (pp. 137-148). DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.908232402>.

Anjos, N. B. dos; Amaro, M. I. (2023 b). A relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que envolvem temas sociais. *Revista Macambira*, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071002, jan./dez., <https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.847>

Anjos, N. B. dos; Amaro, M. I. (2024). *A Importância do Paradigma Transformativo para a Formação do Assistente Social e Sua Interface com o desafio do verbo esperançar*. Anais do III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do Gepesse: Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperançar”. Vol II, Capítulo 78. Parte III – Educação Superior. ISBN: 978-65-88496-23-7. Franca – São Paulo. Editora: UNESP Franca/Gradus.

Anjos, N. B. dos; Oliveira, M. M. N. de (no prelo). *Paulo Freire: O Inspirador do Assistente Social que trabalha na Educação Profissional e Tecnológica*. E-book do III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do Gepesse: Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperançar”.

Arendt, Hannah. (2006) O que é Liberdade? Entre o passado e o futuro. Oito exercícios sobre o pensamento político. Lisboa: Relógio D’Água, 2006.

Barroco, Maria Lucia Silva (2019) . Dimensão Ético-Politica. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 53-58).

Barroco, M. L. S. (2005). Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos. 3^a . ed. São Paulo: Cortez.

Bauman, Zygmunt. (1998). O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar.

Behring, E.R. & Boschetti, I. (2016). Política Social. Fundamentos e História. São Paulo. Cortez. [Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2]

Bogdan, R. & Biklen S. (2013). Investigações Qualitativas em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto Editora. Porto. [Coleção Ciências da Educação]

Bressan, C. R. (2018). Atuação do Assistente Social no Campo Educacional: Conceitos Subsidiadores da Intervenção Profissional. D’Almeida, José Luis; Sousa, Paula (org.). Serviço Social na Escola- Contributos para o campo profissional. Edições Humus. Ribeirão ,Vila Nova de Famalicão, Braga. (pp. 119-142)

Barroco, M. L. S. (2005). Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos. 3^a . ed. São Paulo: Cortez.

Branco, Francisco (2017). O Serviço Social como Elemento Substantivo de Efectivação da Política Social. In: Neves, Maria do Céu Patrão; Félix, Antônio Bogão (Orgs).

Ética Aplicada. Proteção Social. Edições 70 – uma chancela de Edições Almedina S.A. Lisboa, Portugal. (pp 49 a 72).

Branco, F. (2009). A Profissão de Assistente Social em Portugal. Locus Soci@l 3/2009: (pp 61 a 89)

Bryman, Alan. (2012). Social Research Methods. Fourth edition. Oxford University. 4th edition.

Campos, E. B. (2016) Dignidade Humana. Fernandes, R.M. & Hellmann, Aline. (orgs) Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil. UFRGS Editora.

Capes . Catálogo de Teses e Dissertações. Dimensão Político do Serviço Social na Formação. [www.catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/](http://www.catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/) Acesso em 27/04/2024.

Caputi, Lesliane; Oliveira, Cirlene Aparecida Hilário da Silva.(2014). Reflexões sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social no Âmbito da Política de Assistência Estudantil. Serviço Social & Realidade, Franca, v.23, n.1. (pp. 61 a 78)

Carrilho, Rita e Branco, Francisco (2023). Social Workers' Involvement in Policy Practice in Portugal. In: *Social Sciences*, 12, 105. (pp. 1 a 13). www.mdpi.com/journal/socssi. Acedido em 21/02/2023.

Carvalho, M.I. (2018a). Educação, Direitos Humanos e Serviço Social Crítico. D'Almeida, José Luis; Sousa, Paula (org.). Serviço Social na Escola- Contributos para o campo profissional. Edições Humus. Ribeirão ,Vila Nova de Famalicão, Braga. (pp. 171-186)

Carvalho, M.I. (2018b) . Sistema Educativo e Serviço Social nas Escolas: Breve Introdução. Carvalho, Maria Irene de (org). *Serviço Social em Educação*. Pactor. Lisboa. (pp. 1 a 15).

Carvalho, M. I.; Almeida, S; Pinto, C (2018) . Ensinar a Aprender Serviço Social: Modelos de Práticas de Estágio em Portugal e no Brasil. Carvalho, Maria Irene de (org). *Serviço Social em Educação*. Pactor. Lisboa. (pp. 199 a 231).

Cisne, Mirla; Santos, Silvana Mara dos(2018). *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 8)

Coelho, K.A.F.P.C; Guedes, O. de S; Amaro, M.I.M.A. (2019). A apreensão da produção bibliográfica do Serviço Social na graduação de Assistentes Sociais portugueses. III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Fundamentos do Serviço Social – Ênfase em Formação Profissional. Londrina PR, de 02 a 04 de julho de 2019. (pp. 1 a 13)

Crespo, Vitor (1993). Uma Universidade para os Anos 2000. O Ensino Superior numa perspectiva de futuro. Editorial Inquérito.

Creswell, J. W. & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. 5th. ed. Penso.

Damasceno, H. de J. (2020) *Experiências de Jovens Afrodescendentes / Negras na Educação Profissional*: contribuições ao Serviço Social em Portugal e Brasil. [Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa]

Dges. Direção Geral do Ensino Superior. Site:
www.dges.gov.pt/pesquisa_cursos_instituições. Acesso em 27/04/2024.

Dominelli, Lena. 2004. Social Work. Theory and Practice for a Changing Profession. Polity Press Cambridge UK; Malden USA.

Emec. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Nível Superior. Site: www.emec.emec.gov.br/emec/nova. Acesso em 27/04/2024.

Faleiros, V. de P. (1991). A Política Social no Estado Capitalista. As funções da Previdência e da Assistência Sociais. 6^a ed. SP. Cortez Editora.

Faleiros, V. de P. (1999b). Prefácio. Negreiros, M. Augusta et al. Serviço Social, Profissão & Identidade. Que Trajectória? Lisboa – São Paulo; Veras Editora. (Cadernos do Futuro) (pp. 7 a 10)

Fávero (2006) , M. L. de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n.28, p. 17-36, Editora UFPR.

Ferreira, Ana Maria (2019). Estagiária/o. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 89-93).

Ferreira, J. M. L. (2008, julho). Pensar a Formação em Serviço Social no Quadro da Globalização e do Espaço Único Europeu. *Anais do Congresso O Serviço Social no Século XXI: Desafios e Oportunidades*, Lisboa, 35.

Ferreira, J.M.L.F. (2014). Serviço Social: profissão e ciência. Contributo para o debate científico nas ciências sociais. *Cuadernos de Trabajo Social*. Vol 27-2. pp 329-341.

Ferreira et al (2016). Derechos humanos y justicia social em la formación de trabajo social. (pp. 287 a 30). In: DIEZ, E. R ; SELLER, E. P. *Trabajo Social, Derechos Humanos e Innovación Social*. Gobierno de La Rioja – Thomson Reuters Aranzadi. Cizur Menor (Navarra)

Flick, Uwe. (2005) Métodos Qualitativos na Investigação Científica. Tradução: Artur M. Parreira. Monitor – Projectos e Edições Ltda. Lisboa, Portugal.

Freire, P. (1981). *Ação Cultural para a Liberdade*. 5^a ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro. (Coleção O Mundo, hoje, v. 10)

Freire, P. (1978). *Cartas à Guiné-Bissau*: Registro de uma experiência em processo. 2^a ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro. (Coleção O Mundo, hoje, v. 22)

Freire, P. (1967). *Educação como Prática da Liberdade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Freire, P. (1979). *Educação e Mudança*. Tradução de Moacir Gadotti. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Freire, Paulo (2022e). *Extensão ou Comunicação*. 25 ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17^a ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança*: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido . Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia*: Saberes necessários à prática educativa. 25^a ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro. (Coleção Leitura)

Freire, P. (2000). *Pedagogia da Indignação*: Cartas pedagógicas e outros escritos. Editora Unesp, São Paulo.

Freire, P. (2001). *Política e Educação*: Ensaios.. 5^a ed. Cortez, São Paulo. (Coleção Questões da nossa época, hoje, v. 23)

Freire, Paulo. (2008). *Pedagogia do Compromisso*: América Latina e Educação Popular. 1^a ed. São Paulo: Villa das Letras Editora. (Coleção Dizer a Palavra)

Freire, Paulo. (2011). *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2013). *Cartas a Cristina*: Reflexões sobre minha vida e minha práxis. Org: Freire, Ana Maria Araújo. 8^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2016). *Conscientização*. Tradução de Tiago José Risi Leme. 1^a ed. São Paulo: Cortez Editora.

Freire, Paulo. (2017). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 55^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2019). *À Sombra dessa Mangueira*. 12^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2021 a). *Pedagogia da Tolerância*. Org: Freire, Ana Maria Araújo. 8^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2021 b). *Pedagogia da Solidariedade*. Orgs: Freire, Ana Maria Araújo; Oliveira, Walter Ferreira de. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2021 c). *Direitos Humanos e Educação Libertadora: Gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo*. Orgs: Freire, Ana Maria Araújo; Mendonça, Erasto Fortes. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2022 a). *Professora, Sim; Tia, Não. Cartas a quem ousa ensinar*. 37^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2022 b). *Extensão ou Comunicação?* 25^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra..

Freire, Paulo. (2022 c). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. Org: Freire, Ana Maria Araújo. 6^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2022 d). *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 32^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2023 a). *Pedagogia do Oprimido*. 85^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2023 b). *Política e Educação*. 11^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2023 c). *Educação como Prática da Liberdade*. 55^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2023 d). *Educação e Mudança*. 49^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P.; Faudez, Antonio. (1985). *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Paz e Terra, Rio de Janeiro (Coleção Educação e Comunicação, v. 15)

Freire, P; Gadotti, Moacir; Guimarães, Sérgio. (1995). *Pedagogia: Diálogo e Conflito*. 4^a ed. Cortez, São Paulo.

Freire, Paulo; Macedo, Donaldo. (2023). *Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra*. 12^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, Paulo; Shor, Ira. (2021). *Medo e Ousadia*: o cotidiano do professor. Tradução Adriana Lopes. 15^a. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P; Shor, Ira. (1986). Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor / Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção educação e Comunicação, v. 18)

Gadotti, Moacir. (2023) Educação e Ordem Classista. In: Freire, Paulo. *Educação e Mudança*. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (p.7-15)

Gal,J.; Weiss-Gal, I (2014a). Policy practice in social work: na introducion. Gal,J.; Weiss-Gal, I. (Org.) Social Workers affeting Social Policy: Na International Perspective. Chicago: University of Chicago Press. (pp. 1-16)

Gal,J.; Weiss-Gal, I .(2014b)An international perspective on policy practice. Gal,J.; Weiss-Gal, I. (Org.) Social Workers affeting Social Policy: Na International Perspective. Chicago: University of Chicago Press. (pp. 183-209)

Gal,J.; Weiss-Gal, I (2008). Social Workers and Policy Practice: The Role of Social and Professional Values. In: Journal of Social Service Research. Vol 34(4). August 2008. (pp 15-27) <https://www.researchgate.net/publication/240514401>.

Galper, J. (1986). Escolas de Serviço Social enquanto Campo de Luta Socialista. Galper, J. Política Social e Trabalho Social. (Tradução Maria Ozanira da Silva e Silva). SP. Cortez. (pp. 269 a 290)

Giddens, A. (2000). Introdução. In Giddens, A. *As Consequências da Modernidade.* 4^a edição. Celta Editora. Oeiras. (pp 1 a 36)

Goulart, Daniela Cristina Soares. (2013). A Dimensão Ético-Política no Fortalecimento do Estágio Supervisionado em Serviço Social. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Social. Expressões socioculturais da crise do capital, e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. Belo Horizonte, 7 a 9 de junho.

Guerra, Isabel Carvalho. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso. Princípia Editora. Estoril. Portugal.

Guerra, Yolanda (2018). Consolidar Avanços, Superar Limites e Enfrentar Desafios: Os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: Org. Guerra, Yolanda et al. *Serviço Social e Seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica.* Papel Social. Campinas. (pp. 25 a 46)

Guerra, Yolanda (2016). O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática. In: Santos, Claudia Monica dos; Lewgoy, Alzira Maria Baptista; Abreu, Maria Helena Elpídio. *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.* Coletânea Nova do Serviço Social. Lumen Juris Editora. Rio de Janeiro. (pp. 101 a 124)

Guerra, Yolanda (2009). Supervisão em Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília. (pp 613 a 638)

Gramsci, Antonio. (1999) Cadernos do Cárcere: Antonio Gramsci: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, v.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gruppi, Luciano. (1978). Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Harvey, David. (2020). Os Sentidos do Mundo: Textos essenciais. David Harvey; tradução: Artur Renzo. 1 ed. São Paulo: Boitempo.

Harvey, David. (2016). Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. David Harvey; tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 26 ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas.

hooks, bell (2017). *Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

hooks, bell (2021). Tudo sobre o amor: Novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

Iamamoto, M. V. .(2014). *A Formação Acadêmico-Profissional no Serviço Social Brasileiro*. Ser. Soc Soc.,São Paulo, n. 120, p. 609-639, out/dez.

Iamamoto, M. V. (2003). O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Editora Cortez.

Iamamoto, M; Carvalho, R de. (2006). Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica. 19^a edição. São Paulo, Cortez; (Lima, Peru) : CELATS.

Ife, Jim. (2008). Human Rights and Social Work: Towards Rights-Based Practice. Cambridge University Press

Ife, J (2004). Human Rights and Social Work. Towards Rights-Based Practice. Cambridge: University Press.

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (2016). *Código de Conduta Ética na Investigação*. Despacho 86/2016 do Reitor. Lisboa.

Johnson, Brenda; Côrte-Real, Fátima. (2000). Um Reflexão a Partir do Serviço Social da Saúde em Hospital. In: *Intervenção Social* nº 21. (pp 33-44).

LitmapsApp. Applitmaps.com/?2014. Acesso em junho de 2024.

Laniado. R. N. (2013) Justiça Social. Ivo, A. B. L. (Org.). Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume. (pp. 275 a 281)

Lapyda, Ilan. (2011). A “Financeirização” no Capitalismo Contemporâneo: Uma discussão das teorias de François e David Harvey. São Paulo: Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (Tese)

Ledwith, Margareth. (2016). **Community Developmwt in Altion:** Puttinh Freire into Practice. Grã-Betanha. Universid de Bristol; Policy Press, Chicago. EUA.

Lewgoy, Alzira Maria Baptista. (2013). O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Desafios e Estratégias para a articulação entre Formação e Exercício Profissional. In: Temporalis. Brasília (DF), ano 13, n.25, p. 63-90, jan./jun.

Lewgoy, Alzira Maria Baptista (2019). Estágio Supervisionado. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 104-109).

Magano, Olga. (2023). Ciganos portugueses, percursos de vida e afirmação identitária. 42/2023. Fórum Sociológico. Série II. (pp 49-58).
<https://doi.org/10.4000/sociologico.11313>.

Marshall, T. H. (1967) . Cidadania e Classe Social. In: Marshall, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Zahar. 1967. (pp. 57-114).

Martins, A. (2007) O processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social. Questões e Problemas. servicosocialportugues.blogspot.com. Acedido em 22/06/2022.

Martins, A e Tomé, M. R. (2008). Formação Contemporânea do Serviço Social em Portugal. Revista em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Número 21. (pp. 153 a 169)

Martins, A.; Santos, C. M. dos. (2016). Tendências “Críticas” na Formação do Assistente Social em Portugal. A. Martins et al. (Orgs). *Serviço Social Portugal-Brasil: Formação em Tempos de Crise* (pp. 109-128). Papel Social.

Martins, E.B.C. (2018a) A expansão da inserção do Serviço Social na Educação Brasileira. D’Almeida, José Luis; Sousa, Paula (org.). Serviço Social na Escola-Contributos para o campo profissional. Edições Humus. Ribeirão, Vila Nova de Famalicão, Braga. (pp. 105-117)

Martins, E.B.C. (2018b). O Trabalho do Assistente Social no Âmbito da Política de Educação. (2018). Intervenção do Serviço Social em Meio Escolar: Da Tradição à Inovação, Carvalho Irene de (org). *Serviço Social em Educação*. Pactor. Lisboa. (pp. 131 a 148).

Martins. I. Casquilho. (2021). O Conhecimento e a Prática Políticas na Intervenção Social. In: Fialho, Joaquim. (Organizador). Manual para Intervenção Social. Da teoria à ação. Edições Sílabo. Lisboa. (pp. 33 a 56).

Matos, Maurício Castro (2019). Sigilo Profissional. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis. (pp. 172 a 178).

McDonough, J. F. (1999). Prática Política: A face negligenciada da intervenção. Negreiros, M. Augusta et al. *Serviço Social, Profissão & Identidade. Que Trajectória?* Lisboa – São Paulo; Veras Editora. (Cadernos do Futuro) (pp. 99 a 118)

Mertens, D. M. (2018). Mixed Methods Design in Evaluation. Sage Publications. California. Evaluation In Practice Series.

Mertens, Donna M. (2009). Transformative Research and Evaluation. The GuilfordPress New York London.

Mertens, D. M. (2005). An Introduction to Research. In: Research and Evaluation in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods. 2^a ed. Sage Publications. California. (pp. 1 a 42).

Mioto, Regina (2019). Relatório e Diário de Campo. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 166 a 171).

Montaño, C. (2009). A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2^a Edição. São Paulo: Cortez.

Montaño, Carlos; Duriguelo, Maria Lúcia (2011). *Estado, Classe e Movimento Social*. 2^a ed. São Paulo: Cortez. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5)

Moreira, Carlos Felipe Nunes. (2022). Liberdade, Paulo Freire e Serviço Social: Reflexões teórico-práticas sobre o fazer pedagógico de assistentes sociais. In: *Tijolos Contra Muros: Contribuições Críticas do Serviço Social na Educação*. Orgs: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira et al. Uberlândia / Minas Gerais. Navegando Publicações. (pp. 157 a 171).

Moreira, Carlos Felipe Nunes (2021). Método Paulo Freire, Trabalho com Grupos e Serviço Social. *Serviço Social e Paulo Freire*. Diálogos sobre Educação Popular. Orgs: Scheffer, Graziela; Closs, Thaisa e Zacarias, Inez. Editora CRV: Curitiba.

Negreiros, Maria Augusta Geraldes. (1999). Qualificação Acadêmica e Profissionalização do Serviço Social – O caso português. Negreiros, M. Augusta et al. *Serviço Social, Profissão & Identidade. Que Trajectória?* Lisboa – São Paulo; Veras Editora. (Cadernos do Futuro) (pp. 13 a 44).

Netto, J. P. (1996). Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez.

Netto. J.P. (2015). O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro. Lusiada. Intervenção Social. Lisboa, n. 42/45 (2º semestre de 2013 a 1º semestre de 2015)

Oliveira, Inês Barbosa de; Sá, Luiz Carlos de. (2018) Princípios da Pedagogia do Oprimido na Pesquisa nos/dos/com os cotidianos: Narrativas docentes e dialogia na identificação e promoção de práticas pedagógicas emancipatórias. Revista e-Curriculum. São Paulo, v. 16, n.3, (pp 1268 a 1287). jul./set.

ONU – Organização das Nações Unidas. (1999). *Direitos Humanos e Serviço Social: Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social*. ISSScoop.

Ortiz, Fátima Grave (2019). Estágio Curricular Obrigatório. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 98-103).

Pavão, A.M.B (1988). O Princípio da Autodeterminação. Pavão, A.M.B. O Princípio da Autodeterminação no Serviço Social: Visão Fenomenológica. 4ª ed. Cortez. SP. (pp. 67 a 77)

Pereira, P. A.P. (2002) Estado, Regulação e Controle Democrático. Bravo, M.I.S & Pereira, P.A.P (orgs). Política Social e Democracia. 2^a ed. Cortez. (p. 25 a 42).

Piketty, Thomas (2022). Uma Breve História da Igualdade. Círculo Leitores. Temas e Debates. Lisboa.

Pimentel, Maria Aparecida Macedo (2009). A Pedagogia do Oprimido: uma proposta pedagógica atual? Ou utopia do passado? A educação como prática da liberdade. Scientia FAER, Olimpia – SP, Ano 1, Volume 1, 2º Semestre. (pp 54 a 64)

Polanyi, Karl. (1980). O Nascimento do Credo Liberal. In: A Grande Transformação. As origens da nossa época. Tradução Fanny Wrobel. Editora Campus Ltda. Rio de Janeiro (pp 141 a 154)

Portugal. *Constituição da República Portuguesa*. As versões após 25 de abril 1989/1982/1976. Porto Editora. Porto.

Prédes, Rosa (2019). Plano de Estágio. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 133-136).

Queirós, G. M. R. A. (2015). Formação em Serviço Social. Desenvolver Competências para uma Mediação em Direitos Humanos? [Tese de Doutoramento em Serviço Social. Universidade Católica Portuguesa].

Rcaap – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. Dimensão Política do Serviço Social na Formação. www.rcaap.pt. Acesso em 27/04/2024.

Restrepo, O. (2003). *Reconfigurando el Trabajo Social. Perspectivas y tendencias Contemporáneas*, Buenos Aires, Editora espácia.

Rocha, H. B. ; Ferreira, P. M. ; Silva, T. S. ; Ramalho, V. B (2013). Serviço Social Crítico: Da Modernidade à Contemporaneidade. In: *Alternativas*, 20, 2013, pp. 79-90.

Rubiao, André (2013). História da Universidade. Genealogia para um “Modelo Participativo”. Edições Almedina, AS; Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado Universidade de Coimbra. Série Conhecimento e Instituições 8.

Santos, Claudia Mônica (2019) . Unidade Teoria/Prática. In: Mesquita, Andréa Pacheco de; Guerra, Yolanda; Gonçalves, André de Menezes. *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza, Socialis (pp. 202-208).

Santos, Claudia Mônica (2011). *Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris (Programa do Livro-Texto).

Santos, C. P. C dos. (2017). *A Assistência Estudantil brasileira e a Ação Social portuguesa nas universidades públicas: do conhecimento à prática informada em Serviço Social*. [Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa].

Santos, B de S. (2008). A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. Santos, B de S & Almeida Filho, N de. A Universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova. Edições Almedina SA. Coimbra. Serie Conhecimento e Instituições.

Santos, Cláudia Monica dos; Abreu, Maria Helena Elpídio. (2013) Desafios do estágio supervisionado na atualidade. In: Serviço Social e Educação. Orgs: Pereira, Larissa Dahmer; Almeida, Ney Luiz Teixeira de. Coordenadores da série Valeria Forti, Yolanda Guerra. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012 (Coletânea Nova de Serviço Social) (pp. 75 a 92)

Sousa, Isabel. (2017). Serviço Social: A Dimensão Política da Profissão. Lusiada. Intervenção Social, Lisboa, nº 49/50 (1º e 2º semestre de 2017). (pp. 9 a 24)

Souza, Isabel. (2015). Serviço Social e Democracia – Desafios do Quotidiano dos Assistentes Sociais.[Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa].

Silva, Maria Ozanira da Silva e Silva. (2011). *O Serviço Social e o Popular: Resgate Teórico-Metodológico do Projeto Profissional de Ruptura.* 7^a ed. São Paulo: Cortez.

Silva, Silvana Alves da; Pontes, Reinaldo Nobre (2022). Condições de Trabalho, Estágio Supervisionado e Formação Profissional de Assistentes Sociais. In: *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 1-11. Jan-dez 2022.Doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2022.1.41878>.

Silva, Williana Ângelo (2024). **Para além da “Eva viu a Uva”.** O colher e o Semear sobre o caráter político-pedagógico e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2024. (291p.) – Tese.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências: a pesquisa qualitativa em educação.* Atlas.

Vasconcelos, A. M. (2002) Serviço Social e Práticas Democráticas. Bravo, M.I.S & Pereira, P.A.P (orgs). Política Social e Democracia. 2^a ed. Cortez. (p. 113 a 135).

Vilelas, J. (2020). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento.* 3rd. ed. rev. e aum. Edições Sílabo.

Wallhers, Maicow Lucas Santos; Oliveira, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Estágio Supervisionado em Serviço Social em Tempos de Crise do Capital: Desafios frente a contrarreforma da política educacional. In: I-Book do do Capital I *Seminário Internacional de Serviço Social na Educação e V Fórum de Serviço Social na Educação: Educação e Serviço Social no Contexto de Crise,* Realização

GEPESS – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Serviço Social na Educação.
Orgs: Martins, Eliane Bolorino Canteiro; Almeida, Ney Luiz Teixeira de. Unesp
Campus de Franca. 2019. (pp. 373 a 386)

Yazbec. M. C. (2014).. *A Dimensão Política do Trabalho do Assistente Social*. Ser. Soc
Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out/dez, 2014.

Yazbec, M.C.; Bravo, M.I; Raichelis, R. (2019). 40 anos da “Virada” do Serviço Social:
históriaa, significado. Ser. Soc. Soc. São Paulo, n. 136, p. 407-415, set/dez.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 5th. ed. Bookman.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim*. Penso.

Documentos Consultados

Planos de Estudo Portugal

FFCS BRAGA. Universidade Católica de Braga. <https://ffcs.braga.ucp.pt/pt-pt/licenciaturas/programas/licenciatura-em-servico-social/plano-curricular>. Acedido em 20/03/2023

FFCS LISBOA. Universidade Católica de Lisboa. <https://fch.lisboa.ucp.pt/pt-pt/licenciaturas/programas/licenciatura-em-servico-social/plano-curricular>. Acedido em 21/03/2023

ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa. <https://www.iscte-iul.pt/curso/55/licenciatura-servico-social>. Acedido em 22/03/2023.

UAC. Universidade dos Açores.
<https://uac.pt/ensino/curso.php?f=FCSH&l=PT&a=2020/2021&id=4332>. Acedido em 23/03/2023

UC. Universidade de Coimbra. https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/1573/2022-2023?id_branch=22023#branch-22023. Acedido em 24/03/2023

ULISBOA. Universidade de Lisboa. <https://www.iscsp.ulisboa.pt/pt/cursos/oferta-graduada/licenciaturas/servico-social/plano-de-estudos>. Acedido em 25/03/2023.

UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
<https://uac.pt/ensino/curso.php?f=FCSH&l=PT&a=2020/2021&id=4332>. Acedido em 26/03/2023

Planos de Estudo Brasil

UECE. Universidade Estadual do Ceará. <http://www.uece.br/servicosocial/>. Acedido em 01/04/2023.

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. <https://uepb.edu.br/prograd/ensino/cursos-de-graduacao-2/#1634217413388-591d94a2-2e04547c-7946495f-1637>. Acedido em 03/04/2023.

UERN. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.
https://www.uern.br/cursos/servico.asp?fac=FASSO&cur_cd=1002100&item=curso. Acedido em 05/04/2023.

UFAL. Campus Arapiraca. <https://arapiraca.ufal.br/graduacao/servico-social>. Acedido em 07/04/2023.

UFAL. Campus A.C. Simões.
<https://ufal.br/estudante/graduacao/cursos/@@cursos?unidade=126>. Acedido em 10/04/2023.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. <https://www.ufba.br/cursos/servico-social>. Acedido em 13/04/2023.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande.
<https://portal.ufcg.edu.br/graduacao/cursos-graduacao/178-servico-social-ccjs-m.html>. Acedido em 16/04/2023.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão.
https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=85822&lc=pt_BR. Acedido em 20/04/2023

UFPI. Universidade Federal do Piauí. <https://www.ufpi.br/servico-social>. Acedido em 24/04/2023.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo Baiano.
<https://www.ufrb.edu.br/servicosocial>. Acedido em 26/04/2023.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
https://ccsa.ufrn.br/portal/?page_id=2538. Acedido em 28/04/2023.

UFS. Universidade Federal de Sergipe.
https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=13663106&lc=pt_BR. Acedido em 31/04/2023

UFPA. Universidade Federal da Paraíba. <http://www.cchla.ufpb.br/css>. Acedido em 02/05/2023.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. <https://www.ufpe.br/servico-social-bacharelado-ccsa>. Acedido em 05/05/2023.

UPE. Universidade Federal de Pernambuco. <http://upe.br/matasul/bacharelado-em-servico-social>. Acedido em 08/05/2023.

Anexos

A - Guião de Observação



QUADRO DE OBSERVAÇÃO – CATEGORIAS TEÓRICAS ESSENCIAIS NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Universidade () ISCTE () UFBA

Unidade Curricular observada: _____

Docente: _____

Data: ____ / ____ /202 ____ Horário: _____

Pós – Modernismo	
Prática Anticolonialista	
O Pessoal e o Político	
A Prática Política	
Mudança Social	

Envolvimento da Política	
O respeito pela dignidade	
A autodeterminação	
A Justiça Social	

B - Guião de entrevista ao docente



DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PROJETO DE PESQUISA DIMENSÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA
FORMAÇÃO

GUIÃO DE ENTREVISTA DOCENTE

Esta entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais”, desenvolvido pela doutoranda Nivia Barreto dos Anjos e tendo como Orientadora a Profa Dra. Maria Inês Amaro (ISCTE) e Co-orientadora a Profa Dra Adriana Freire Ferriz (UFBA).

Data: _____ / _____ / 202____

() ISCTE () UFBA

() Docente

Ano de Ingresso na Docência nesta Universidade _____

01. O (a) senhor (a) considera que o Serviço Social na formação possui uma dimensão política que precisa ser trabalhada? Explique.
02. Para o (a) senhor, como a dimensão política do Serviço Social pode ser colocada na formação dos discentes?
03. Dê exemplos de como a dimensão política do Serviço Social é desenvolvida na sua prática profissional como docente:
04. No entendimento do(a) senhor (a), o plano de curso de Serviço Social (ou o projeto pedagógico) abordam sobre a dimensão política do Serviço Social?

05. Na concepção do senhor(a), quais as unidades curriculares que mais trabalham a dimensão política do Serviço Social?
06. Quais as bibliográficas utilizadas na unidade curricular que o(a) senhor (a) leciona que trabalham a dimensão política do Serviço Social?
07. Que autor, dentre os indicados na unidade curricular que o(a) senhor (a) leciona, mais enfatiza a dimensão política do Serviço Social?
08. O (a) senhor (a) lembra de ter adotado alguma metodologia de ensino para expressar a dimensão política do Serviço Social?
09. O(a) senhor (a) acredita que no campo de estágio vivenciado pelo estudante a dimensão política do Serviço Social é visível ou passa despercebida? Explique.
10. O(a) senhor (a) acredita que os formandos em Serviço Social tem consciência da dimensão política da profissão?

Obrigada por participar da Pesquisa!

C - Guião de entrevista ao diretor



DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PROJETO DE PESQUISA DIMENSÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA
FORMAÇÃO

GUIÃO DE ENTREVISTA DIRETOR

Esta entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais”, desenvolvido pela doutoranda Nivia Barreto dos Anjos e tendo como Orientadora a Profa Dra. Maria Inês Amaro (ISCTE) e Co-orientadora a Profa Dra Adriana Freire Ferriz (UFBA).

Data: _____ / _____ / 202____

() ISCTE () UFBA

() Diretor

Ano de Ingresso na Direção nesta Universidade _____

01. O (a) senhor (a) considera que o Serviço Social na formação possui uma dimensão política que precisa ser trabalhada? Explique.
02. Para o (a) senhor, como a dimensão política do Serviço Social pode ser colocada na formação dos discentes?
03. Dê exemplos de como a dimensão política do Serviço Social é desenvolvida na sua prática profissional como diretor (a):

04. No entendimento do(a) senhor (a) , o plano de curso de Serviço Social (ou o projeto pedagógico) abordam sobre a dimensão política do Serviço Social?
05. Na concepção do senhor(a), quais as unidades curriculares que mais trabalham a dimensão política do Serviço Social?
06. Quais as bibliográficas utilizadas nas unidades curriculares que trabalham a dimensão política do Serviço Social?
07. Que autor, dentre os indicados nas unidades curriculares, mais enfatiza a dimensão política do Serviço Social?
08. O (a) senhor (a) lembra de ter observado por parte dos docentes alguma metodologia de ensino para expressar a dimensão política do Serviço Social?
09. O(a) senhor (a) acredita que no campo de estágio vivenciado pelo estudante a dimensão política do Serviço Social é visível ou passa despercebida? Explique.
10. O(a) senhor (a) acredita que os formandos em Serviço Social tem consciência da dimensão política da profissão?

Obrigada por participar da Pesquisa!

D - Guião de entrevista ao estudante



DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PROJETO DE PESQUISA DIMENSÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA
FORMAÇÃO

GUIÃO DE ENTREVISTA ESTUDANTE

Esta entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais”, desenvolvido pela doutoranda Nivia Barreto dos Anjos e tendo como Orientadora a Profa Dra. Maria Inês Amaro (ISCTE) e Co-orientadora a Profa Dra Adriana Freire Ferriz (UFBA).

Data: _____ / _____ / 2023

() ISCTE () UFBA

() Estudante

Ano de Ingresso _____

01. Você considera que o Serviço Social na formação possui uma dimensão política que precisa ser trabalhada? Explique.
02. Para você, como a dimensão política do Serviço Social pode ser colocada em sua formação acadêmica?
03. Dê exemplos de como a dimensão política do Serviço Social é desenvolvida na sua formação acadêmica:
04. No seu entendimento, o plano de curso de Serviço Social (ou o projeto pedagógico) abordam sobre a dimensão política do Serviço Social?

05. Na sua concepção, quais as unidades curriculares que mais trabalham a dimensão política do Serviço Social?
06. Quais as bibliográficas utilizadas na sua formação acadêmica que trabalham a dimensão política do Serviço Social?
07. Que autor, dentre os estudados, você acredita que mais enfatiza a dimensão política do Serviço Social?
08. Que metodologia de ensino foi adotada durante o seu curso para expressar a dimensão política do Serviço Social?
09. No campo de estágio a dimensão política do Serviço Social é visível ou passa despercebida? Explique
10. Você acredita que os formandos em Serviço Social tem consciência da dimensão política da profissão?

Obrigada por participar da Pesquisa!

E - TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador Responsável: Nívia Barreto dos Anjos

Nome do participante: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ **R.G.:** _____

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais: a realidade no Brasil e em Portugal”, de responsabilidade da pesquisadora Nívia Barreto dos Anjos.

Leia cuidadosamente o que segue e qualquer dúvida pergunte. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Sinta-se a vontade para recusar a participar desta pesquisa.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo geral: Analisar a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais visando identificar a sua inserção no ensino/aprendizagem nos cursos de licenciatura/graduação em Serviço Social em Portugal e no Brasil. E como objetivos específicos: Pesquisar como vem sendo perspectivado o papel político do Serviço Social nas universidades públicas em Portugal e no Brasil; Estudar como os planos curriculares dos cursos de Serviço Social têm inserido a dimensão política da profissão; Identificar como na formação prática em Serviço Social é trabalhada a dimensão política da profissão; Conhecer se a formação em Serviço Social vem seguindo o paradigma transformativo, buscando trabalhar as questões de poder e de justiça social, assumindo o sentido político na formação prática.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada que será aplicada por Nívia Barreto dos Anjos, com duração de meia hora, em local de fácil acesso e de preferência na Universidade Federal da Bahia ou no

Instituto Universitário de Lisboa, a qual será gravada pela entrevistadora. Estou participando desta pesquisa por ser docente/discente do Curso de Serviço Social da UFBA ou do ISCTE.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de constrangimento os quais serão minimizados porque se trata de assuntos acadêmicos e de caráter público.

4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para responder a questão desta pesquisa que consiste em “identificar como a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais tem sido inserida no ensino/aprendizagem nas universidades públicas em Portugal e no Brasil?”

5. A minha participação neste projeto de pesquisa deverá ter a duração de meia hora e consistirá em um único encontro.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei resarcido.

8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

10. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

11. Qualquer dúvida, favor entrar em contato com Nívia Barreto dos Anjos, pesquisadora responsável pelo estudo, telefone: + 55 73 98831-4378 ou +351 930564248 e-mail:

niviabfc@hotmail.com, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa _____, localizado na _____ CEP _____ Salvador - Bahia, telefone: (71) _____, e-mail: <mailto:cep@ucsal.br>.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do participante

Nome e
assinatura do responsável por obter o consentimento

F - Aprovação Comitê de Ética Portugal



*h
s
f
d*

COMISSÃO DE ÉTICA PARECER 112/2022

Projeto “A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais: A realidade no Brasil e em Portugal”

O projeto "A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais: A realidade no Brasil e em Portugal", submetido pela investigadora Nivea Barreto dos Anjos, foi apreciado pela Comissão de Ética (CE) na reunião de 11 de novembro de 2022.

A informação disponibilizada no Formulário de Submissão para Aprovação Ética em uso no Iscte, satisfaz, de um modo geral, os requisitos éticos exigíveis neste tipo de projetos de investigação, contemplando, nomeadamente:

- a) **O problema de investigação e a relevância do estudo:** "Ao abordar a dimensão política da profissão do assistente social, Amaro (2015) afirma que "não é possível pensar a prática profissional como neutra e o Serviço Social, enquanto profissão tem uma dimensão política [...] grande parte dos profissionais não tem consciência dessa dimensão política inerente à profissão" (Amaro, 2015, p. 161-162). Segundo Ferreira (2008), o ensino na atualidade deve proceder a uma passagem de justaposição de conhecimento para um sistema centrado no desenvolvimento de áreas curriculares projetadas nos objetivos e na mobilidade da formação a seguir. Neste sentido, a importância deste estudo baseia-se na perspetiva que a formação do assistente social deve ocorrer de acordo com os princípios dos Direitos Humanos e da Justiça Social. Com base na conceção destes estudiosos, a relevância do estudo baseia-se na importância de conhecer como a formação do Assistente Social tem inserido a dimensão política do Serviço Social.";
- b) **O objetivo/ perguntas de investigação:** "Objetivo Geral: Analisar a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais visando identificar a sua inserção no ensino/aprendizagem nos cursos de licenciatura/graduação em Serviço Social em Portugal e no Brasil.

Objetivos Específicos: Pesquisar como vem sendo perspetivado o papel político do Serviço Social nas universidades públicas em Portugal e no Brasil; Estudar como os planos curriculares dos cursos de Serviço Social têm inserido a dimensão política da profissão; Identificar como na formação prática em Serviço Social é trabalhada a dimensão política da profissão; Conhecer se a formação em Serviço Social vem seguindo o paradigma transformativo, buscando trabalhar as questões de poder e de justiça social, assumindo o sentido político na formação prática.

Como a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais tem sido inserida no ensino/aprendizagem nas universidades públicas em Portugal e no Brasil?";

- c) **O método:** "Convém registrar que esta pesquisa está situada no presente (2022-2023). O levantamento de dados irá basear-se nas técnicas de pesquisa documental, de observação e de entrevista em três etapas. Em uma primeira fase, será realizada a análise dos planos curriculares de 22 universidades. Em seguida, duas universidades públicas (em Portugal, o ISCTE, e no Brasil, a UFBA) serão o local de recolha dos dados empíricos das segunda e terceira etapas: observação e entrevista. O tratamento dos dados será feito a partir da técnica de análise documental (primeira etapa) e análise de conteúdo (segunda e terceira etapas). A abordagem utilizada na pesquisa será a de métodos mistos. O método indutivo-dedutivo. De acordo com Creswell e Creswell (2021), A pesquisa de métodos mistos é uma abordagem de investigação que envolve a coleta de dados quantitativos e qualitativos, integrando os dois tipos de dados e usando desenhos distintos que refletem desenhos distintos que refletem pressupostos filosóficos e estruturas teóricas [...]. A integração dos dados qualitativos e quantitativos gera uma compreensão que vai além das informações fornecidas pelos dados quantitativos ou qualitativos isoladamente (Creswell & Creswell, 2021, p. 4). O paradigma adotado será o transformativo. Conforme Creswell e Creswell (2021), essa perspetiva apareceu nas décadas de 1980 e 1990 buscando estudar as questões de poder e de justiça social. Esse paradigma defende que a pesquisa deve estar relacionada à política, confrontando a opressão social e sugerindo um plano de mudança. É uma perspetiva que dá voz aos participantes.
- De início será realizada a Revisão de Literatura que, de acordo com Vilelas (2020), tem o intuito de identificar o nível de discussão teórica do material consultado, indo além de uma junção de visões sobre um tema, mas apresentando uma avaliação crítica e um debate teórico amplificado. Ela também será realizada concomitante com o estudo empírico. Será desenvolvida também pesquisa documental dos Planos de Curso de Serviço Social das sete (07) Universidades Públicas e equiparadas de Portugal, e de algumas unidades curriculares, como ética, política social, políticas específicas e estágio: 1) Instituto Universitário de Lisboa; 2) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; 3) Universidade Católica de Lisboa; 4) Universidade Católica de Braga; 5) Universidade de Coimbra; 6) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; 7) Universidade dos Açores. E das 15 Universidades Públicas da Região Nordeste do Brasil (região de morada da investigadora): 1) Universidade Federal de Alagoas – Campus A. C. Simões; 2) Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca; 3) Universidade Federal da Bahia; 4) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; 5) Universidade Estadual do Ceará; 6) Universidade Federal do Maranhão; 7) Universidade Federal da Paraíba; 8) Universidade Federal de Campina Grande; 9) Universidade Estadual da Paraíba; 10) Universidade Federal de

Pernambuco; 11) Estadual de Pernambuco; 12) Universidade Federal do Piauí; 13) Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 14) Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; 15) Universidade Federal de Sergipe. Das 22 universidades pesquisadas, serão escolhidas duas para estudo de caso. Em Portugal, o ISCTE, e no Brasil, a UFBA. Serão entrevistados os diretores dos cursos, os professores e os estudantes. Por fim, será realizada uma análise sistemática dos dados coletados teoricamente e empiricamente, que, segundo Yin (2016), exige uma organização cuidadosa e metódica dos dados, como também um procedimento de codificação formal. Existem programas de computador em permanente aperfeiçoamento para auxiliar este processo. Será necessário proteger a dignidade, a segurança e o bem-estar dos participantes, salvaguardar a segurança e investigação dos pesquisadores, promover a qualidade na investigação como um todo (ISCTE, 2016). Para a garantia desses direitos, o entrevistado será convidado a preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando os direitos humanos das pessoas que serão pesquisadas. Convém ressaltar que todos os dados reunidos nesta pesquisa serão armazenados e guardados de forma segura e acessível durante cinco anos após a defesa pública da tese.";

- d) **Participantes e método de recrutamento:** "10 professores da licenciatura em serviço social, 1 diretor do curso de serviço social e 12 discentes, sendo 4 por ano de ingresso. os professores das unidades curriculares observadas, os estudantes que mais se destacarem nas unidades curriculares observadas.

Os professores, estudantes e o diretor serão convidados a assinarem o Termo de Consentimento Informado e serão convidados a participarem de uma entrevista com a pesquisadora.";

- e) O **consentimento informado**, livre e esclarecido (CILE) segue o modelo de consentimento informado em uso no Iscte.
A CE recomenda que seja indicado ao participante, no consentimento informado, a duração estimada da entrevista;
- f) O **debriefing** apresentado no final do questionário, segue o modelo recomendado pela Comissão de Ética.
A referência da investigadora, no documento de debriefing, "No âmbito da sua participação, em relação aos riscos associados à participação das pessoas nas entrevistas, podem existir danos psicológicos, mas estes serão evitados até porque na elaboração do guião de entrevistas haverá a preocupação por meio de procedimentos de minimização e gestão dos riscos indicados pelo Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE, evitando-se perguntas que gerem desconforto, estresse ou abalo emocional aos participantes.", deverá ser transposta para o documento de consentimento informado;

- g) O estudo não inclui populações vulneráveis nem são expectáveis riscos significativos para os participantes, tendo a investigadora referido que serão seguidos os cuidados tidos como necessários para evitar quaisquer danos ou desconforto psicológicos.
A CE recomenda que os dados pessoais dos participantes sejam armazenados e tratados em computadores, servidores ou serviços institucionais do Iscte, em detrimento do seu armazenamento ou tratamento em computadores do próprio (investigador);
- h) Não está previsto incentivo ou compensação à participação no estudo.

Em suma, assegurados que se encontram a natureza voluntária da participação, o consentimento livre e informado, a pseudonimização e a confidencialidade dos dados coligidos, entende a Comissão de Ética emitir parecer favorável à realização da investigação, solicitando que sejam consideradas as recomendações indicadas a negrito neste parecer, nas alíneas f) e g).

Relatores: Vítor Basto Fernandes com Maria do Rosário Veiga.


O Presidente da Comissão, Professor Sven Waldzus


O Relator, Professor Vítor Basto Fernandes

G - Aprovação Comitê de Ética Brasil

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Lugar da Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais:
a realidade no Brasil e em Portugal.

Pesquisador: NIVIA BARRETO DOS ANJOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 64133122.9.0000.5686

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.827.487

Apresentação do Projeto:

Trata-se da análise 3 do projeto de nível de doutorado conduzido por Nívia Barreto dos Anjos no Instituto Universitário de Lisboa. A pesquisa, de método misto, tem por objetivo geral analisar a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais visando identificar a sua inserção no ensino/aprendizagem nos cursos de licenciatura/graduação em Serviço Social em Portugal e no Brasil. A pesquisa será realizada com uma amostra de conveniência de 10 professores e 15 alunos de cursos de Serviço Social de universidades brasileiras. Os dados serão tratados qualitativamente e quantitativamente

Objetivo da Pesquisa:

São apresentados os seguintes objetivos:

Geral: Analisar a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais visando identificar a sua inserção no ensino/aprendizagem nos cursos de licenciatura/graduação em Serviço Social em Portugal e no Brasil.

Específicos: 1. Pesquisar como vem sendo perspectivado o papel político do Serviço Social nas universidades públicas em Portugal e no Brasil; 2. Estudar como os planos curriculares dos cursos de Serviço Social têm inserido a dimensão política da profissão; 3. Identificar como na formação prática em Serviço Social é trabalhada a dimensão política da profissão; 4. Conhecer se a formação

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

Página 01 de 04

Continuação do Parecer: 5.827.487

em Serviço Social vem seguindo o paradigma transformativo, buscando trabalhar as questões de poder e de justiça social, assumindo o sentido político na formação prática.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

São apresentados os seguintes riscos: desconforto no momento da entrevista e/ou da revelação da sua identidade.

Para lidar com os riscos a pesquisadora informa que a gravação com o depoimento será imediatamente interrompida e o seu conteúdo destruídos. Não obstante, os participantes que se sintam desconfortados serão encaminhados pela pesquisadora para atendimento psicossocial e acompanhados até o final, sem nenhuma despesa.

Os benefícios são: oferecer possibilidade de produzir conhecimento para fortalecimento da dimensão política do Serviço Social e poderá apontar lacunas a serem exploradas em novas pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto atende às normativas éticas da CONEP e não apresenta pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os seguintes documentos são apresentados corretamente:

Termo de concordância institucional

Termo de autorização de coparticipante

Termo de compromisso da pesquisadora

Roteiros de entrevistas

Termo de confidencialidade

Termo de consentimento livre e esclarecido

Folha de rosto

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a conclusão da pesquisa, o relatório final deve ser encaminhado para este CEP no intuito de encerrar o projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

Página 02 de 04

**UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA**



Continuação do Parecer: 5.827.487

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJECTO_1975463.pdf	13/12/2022 08:01:17		Aceito
Folha de Rosto	20221205161521256_decl_assin.pdf	13/12/2022 07:40:09	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	termodeconfiabilidadeatualizado.pdf	02/12/2022 07:23:52	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentoatualizado.pdf	02/12/2022 07:22:49	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	quadrodeobservacao.pdf	17/10/2022 17:30:56	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	InstituicaopropONENTE.pdf	10/10/2022 05:42:48	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	Autorizacaocoparticipante.pdf	10/10/2022 05:42:08	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeCompromissoNiviaAnjos.pdf	10/10/2022 05:41:46	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Declaração de concordância	Declaracaoorientador.pdf	10/10/2022 05:40:35	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	EntrevistaEstudantes.pdf	22/08/2022 19:31:51	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	EntrevistaDocentes.pdf	22/08/2022 19:30:52	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	EntrevistaDiretores.pdf	22/08/2022 19:29:38	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Outros	DOU.pdf	29/06/2022 20:08:15	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoNiviaBarretodosAnjosparaencaminhamentoaoCEP.pdf	29/06/2022 20:05:16	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTODAPESQUISA.pdf	29/06/2022 20:04:34	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADAPESQUISA.pdf	29/06/2022 20:04:02	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 5.827.487

SALVADOR, 19 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Leonardo de Oliveira Barros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Aristides Novis, 197
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.210-730
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-6437 **E-mail:** cepips@ufba.br

Página 04 de 04

H - Quadros de observações em sala de aula

Quadro 4 – Observações em sala de aula: estudos de caso (Portugal)

UNIDADES CURRICULARES 1	Nº DE AULAS OBSERVADAS
Teoria e História do Serviço Social Professor I	22
Teoria e História do Serviço Social Professor II	22
Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social Professor I	21
Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social Professor II	32
Estágio em Serviço Social II	11
Direitos Sociais e Mudança Social	23

Fonte: Sistematizado pela doutoranda (2023)

Quadro 5 – Observações em sala de aula: estudos de caso (Brasil)

UNIDADES CURRICULARES 1	Nº DE AULAS OBSERVADAS
FHTMSS I	18
Introdução à Filosofia	20
Introdução ao Serviço Social	19
FHTMSS III	16
Estágio em Serviço Social III	21
Política Social	20

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024)

Quadro 7 – Nomes Fictícios Docentes – Obras Paulo Freire

DOCENTE DA UNIDADES CURRICULARES 1	NOME
Teoria e História do Serviço Social Professor I	Pedagogia da Solidariedade
Teoria e História do Serviço Social Professor II	Pedagogia da Indignação
Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social Professor I	Pedagogia da Autonomia
Laboratório de Ética e Profissão em Serviço Social Professor II	À Sombra dessa Mangueira
Estágio em Serviço Social II	Pedagogia do Compromisso
Direitos Sociais e Mudança Social	Educação como Prática da Liberdade
FHTMSS I	Por uma Pedagogia da Pergunta
Introdução à Filosofia	Pedagogia dos Sonhos Possíveis
Introdução ao Serviço Social	Pedagogia da Tolerância
FHTMSS III	Pedagogia do Oprimido
Estágio em Serviço Social III	Pedagogia da Esperança
Política Social	Política e Educação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024

Quadro 8 – Nomes Fictícios Diretores – Obras Paulo Freire

DIRETORES	NOME
Universidade Brasil	Ação Cultural para a Liberdade
Universidade Portugal	Educação e Mudança

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024

Quadro 9 – Nomes Fictícios Discentes – Termos Utilizados por Paulo Freire

DISCENTES	NOME
Entrevistado 1 Portugal	Inédito Viável
Entrevistado 2 Portugal	Problematização
Entrevistado 3 Portugal	Identidade Cultural
Entrevistado 4 Portugal	Sujeito Pensante
Entrevistado 5 Portugal	Tema Gerador
Entrevistado 6 Portugal	Participação
Entrevistado 7 Portugal	Coragem
Entrevistado 8 Portugal	Amor Brigão
Entrevistado 9 Portugal	Análise Sintática
Entrevistado 10 Portugal	Amorosidade
Entrevistado 11 Portugal	Diálogo
Entrevistado 1 Brasil	Análise Crítica
Entrevistado 2 Brasil	Descolonizar as Mentes
Entrevistado 3 Brasil	Responsabilidade Ética
Entrevistado 4 Brasil	Ser Social
Entrevistado 5 Brasil	Prática Educativa
Entrevistado 6 Brasil	Conscientização
Entrevistado 7 Brasil	Sujeito Histórico
Entrevistado 8 Brasil	Leitura Crítica
Entrevistado 9 Brasil	Ato Político
Entrevistado 10 Brasil	Sonhos
Entrevistado 11 Brasil	Utopia

Entrevistado 12 Brasil

Luta

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024